



UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL

CARLOS ALBERTO SCHENATO

**“O DIÁLOGO INTERSETORIAL NA GESTÃO DE CONFLITOS E RELAÇÕES DE
PODER EM TERRITÓRIO DE MINERAÇÃO: Trombetas/Pará”**

História Ambiental

ERECHIM
2022

CARLOS ALBERTO SCHENATO

**“O DIÁLOGO INTERSETORIAL NA GESTÃO DE CONFLITOS E RELAÇÕES DE
PODER EM TERRITÓRIO DE MINERAÇÃO: Trombetas/Pará”**

História Ambiental

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental, da Universidade Federal da Fronteira Sul, como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Claiton Márcio da Silva (UFFS)
Coorientadora: Profa. Dra. Ana Maria Silva Sarmento (UFOPA)

**ERECHIM
2022**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Schenato, Carlos Alberto

O DIÁLOGO INTERSETORIAL NA GESTÃO DE CONFLITOS E
RELAÇÕES DE PODER EM TERRITÓRIO DE MINERAÇÃO:

Trombetas/PA / Carlos Alberto Schenato. -- 2022.

192 f.:il.

Orientador: Doutor Claiton Márcio da Silva (Uffs)

Co-orientadora: Doutora Ana Maria Silva Sarmento
(Ufopa)

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência e
Tecnologia Ambiental, Erechim,RS, 2022.

1. Conflitos. 2. Relações de Poder. 3.
Intersectorialidade. 4. Mineração. 5. Amazônia
Brasileira. I. (Uffs), Claiton Márcio da Silva, orient.
II. (Ufopa), Ana Maria Silva Sarmento, co-orient. III.
Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

CARLOS ALBERTO SCHENATO

**“O DIÁLOGO INTERSETORIAL NA GESTÃO DE CONFLITOS E RELAÇÕES DE
PODER EM TERRITÓRIO DE MINERAÇÃO: Trombetas/Pará”**

História Ambiental

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental, da Universidade Federal da Fronteira Sul, como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Claiton Márcio da Silva (UFFS)
Coorientador: Profa. Dra. Ana Maria Silva Sarmiento (UFOPA)

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 19/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva (Orientador/presidente - UFFS)

Prof. Dr. Valdecir Zonin (Membro titular interno – UFFS)

Prof. Dr. Jó Klanovicz (Membro titular externo – UFFS)

Dedico este estudo aos meus filhos Diego,
Carlos Alberto Júnior e André Vitor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Estado do Pará por oferecer a oportunidade de, nos últimos 42 anos, desempenhar minhas funções de Geólogo, Advogado e Técnico em Transações Imobiliárias, com ênfase nos setores de Meio Ambiente, Mineração e Docência no Ensino Superior, estendendo o apreço, em especial a região Oeste, e a minha querida cidade de Santarém, onde, nos últimos 22 anos, morei e labutei. Desdobro a gratidão à Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS, *campi* de Erechim/RS, por meio do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental, que me propiciaram a formação de mestrado, e também às demais pessoas e entidades, abaixo relacionadas, que de forma direta ou indireta, contribuíram com este ensaio, que engloba as ciências da antropologia, da sociologia, da filosofia, da administração, da comunicação, da geografia e da história, a se tornar realidade. É por meio desta obra, que faço minha retribuição técnica/social acadêmica como profissional ao desenvolvimento sustentável da região oeste do Pará, com alcance na implantação e operação no futuro de grandes empreendimentos na região Amazônica Brasileira.

Orientador e Coorientadora

Claiton Márcio da Silva (UFFS)

Ana Maria Silva Sarmento (UFOPA)

Colaboradores

Ana Beatriz Melo (Acadêmica de Direito/UFOPA)

André Vitor Barbosa Schenato (Técnico em Informática)

Caio Mário Trivellato Seabra Filho (ANM)

Carlos Alberto Schenato Junior (Advogado)

Claudinete dos Santos Colé (ARQMO)

Elcilene Carvalho da Silva (STTRO)

Evanilson Marinho de Figueiredo (ACONTAG)

Everaldo Gonçalves (Geólogo)

Marcelino Conti de Souza (UFF)

Marcio Peiro Elly (INCRA)

Nilton Junior Lopes Rascon (ICMBio)

Paulo Afonso Hartmann (UFFS)

Raíza Aquino (Geóloga)

Sede da OAB/Subseção Oriximiná/PA

Universidade Federal Fluminense-UFF/Oriximiná/PA

Universidade Federal Fronteira Sul-UFFS/Erechim/RS

Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA/Santarém/PA

Valdecir José Zonin (UFFS)

Vladimir Senra Moreira (MRN)

Karen Gatti (MRN)

Keyla Silvia Morais (Revisão)

Humanidade é a audácia que nos resta no final de tudo, após termos entendido que o único meio que temos para opor as ameaças decorrentes de uma fragilidade universal é a comunicação, um meio frágil e repleto de riscos (Jürgen Habermas).

RESUMO

Marcado pelos conceitos de “diálogo”, “intersetorialidade”, “gestão”, “conflito” e “relações de poder”, este ensaio propõe analisar e verificar diferentes percepções e estruturas organizacionais - representados por entidades civis, autarquias Federais e um empreendimento de mineração -, que aderem a intersetorialidade na superação dos conflitos e relações de poder, por meio de uma gestão construtiva, intimamente conectada ao desenvolvimento sustentável, num contexto de território de mineração na região oeste do Estado do Pará, mais precisamente na região do Rio Trombetas, inserido geograficamente nos municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro. A presente pesquisa, inserida metodologicamente numa vertente qualitativa de perfil descritivo e exploratório, traz fatos e relatos reais, que viabilizam tecer análises e interpretações sólidas sobre a complexidade das relações humanas e de poder, envolvidas num cenário de disputa de espaço entre mineração, povos e culturas regionais distintas. Assim, verificou-se que existem ações intersetoriais, com percepções positivas entre a maioria dos atores envolvidos na pesquisa e na resolução de conflitos, mas há necessária premência de se repensar, ou mesmo aprimorar, os processos desencadeados pelos modelos adotados, principalmente, por governos e empresas, que implicam na má gestão dos conflitos e das relações de poder, pois isso afeta diretamente a vida de pessoas reais que se encontram em condições que não escolheram.

Palavras chave: Intersetorialidade, Comunicação, Parceria.

ABSTRACT

Marked by the concepts of "dialogue", "intersectorality", "management", "conflict" and "power relationships", this essay proposes to analyze and verify different perceptions and organizational structures - represented by civil entities, federal autonomous entities and a mining enterprise - that adhere to intersectorality in overcoming conflicts and power relationships through constructive management, closely connected to sustainable development, in the context of a mining territory in the western region of the state of Pará, more precisely in the Trombetas River region, geographically inserted in the municipalities of Oriximiná, Terra Santa and Faro. This research, methodologically inserted in a qualitative profile with a descriptive and exploratory approach, brings real facts and accounts that enable solid analysis and interpretations of the complexity of human and power relationships involved in a scenario of space dispute between mining, people and different regional cultures. Thus, it was verified that there are intersectoral actions, with positive perceptions among the majority of actors involved in the research and conflict resolution, but there is a pressing need to rethink or even improve the processes triggered by the models adopted, mainly by governments and companies, which result in poor conflict management and power relationships, as this directly affects the lives of real people who find themselves in conditions they did not choose.

Keywords: Intersectorality, Communication, Partnership.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Planta de Localização da Área de Estudo Envolvendo os Municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa/PA	19
Figura 2 – Planta de sobreposição territoriais e áreas de interesses minerais	59
Figura 3 – Localização dos Platôs de Minérios da MRN em Oriximiná, Faro e Terra Santa.	60
Figura 4 - Mapa temático 1: Q9 - O que você entende sobre diálogo?	72
Figura 5 - Mapa temático 2: Q12 - Com quais atores se relacionam para resolver conflitos?	78
Figura 6 - Mapa temático 3: Q13 - Como você avalia as relações com e entre os atores?	83
Figura 7 - Mapa temático 4: Q14 - De que formas poderiam, os atores atuarem em conjunto?	87
Figura 8 - Mapa temático 5: Q15 - A instituição participa de fóruns, conselhos e comitês de discussão?	97
Figura 9 - Mapa temático 6: Q5 - De que forma são administrados esses conflitos?	100
Figura 10 - Mapa temático 7: Q10 - A instituição possui canais (meios) de comunicação?	109
Figura 11 - Mapa temático 8: Q11 - Qual a estrutura desses canais?.....	115
Figura 12 - Mapa temático 9: Q6 - Seus resultados são positivos ou negativos?	118
Figura 13 - Mapa temático 10: Q1- O que você entende sobre conflito?	122
Figura 14 - Mapa temático 2: Q2- Existem conflitos? Especificar onde está	125
Figura 15 - Mapa temático 3: Q3- Com quais atores da região vocês tiveram conflitos.	144
Figura 16 - Mapa temático 4: Q4- Como a instituição reage à uma situação de conflito? ...	147
Figura 17 - Mapa temático 14: Q7- O que você entende sobre relações de poder?	150
Figura 18 - Mapa temático 15: Q8- Na sua opinião o poder é um fator preponderante?.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Entidades e Perfis dos Seus Representantes Entrevistados na Pesquisa.....	27
Quadro 2 - Categorias e respectivas dimensões de análise	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Arrecadação CFEM em R\$ - 2018, 2019, 2020, 2021 e até 09/2022.....	61
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAL - Associação Brasileira do Alumínio

ACOMTAGs - Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucaá

ANM - Agência Nacional de Mineração (ANM)

ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A

ALUMAR - Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A.

ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A

APIM - Associação dos Povos Indígenas de Mapuera

AMTMO - Associação das Mulheres Trabalhadoras do Município de Oriximiná

ARBA – Articulação Regional do Baixo Amazonas

ARQMO - Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná

BASA - Banco da Amazônia

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CERM - Cadastro Estadual de Recursos Minerais

CFEM - Contribuição Financeira pela Exploração Mineral

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos

COMDEMA - Conselho Municipal do Meio Ambiente ()

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPI/SP - Comissão Pró-Índio de São Paulo

CTCA - Sistema de Controle de Tensões e Conflitos Agrários

DME - Declaração de Minérios Extraídos

ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A

FCP - Fundação Cultural Palmares

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará

FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará

FIPA - Feira da Indústria do Pará

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF - Instituto Brasileiro de Defesa Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEFLORBIO - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará.
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA - Instituto de Terras do Pará
MALUNGU - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará
MRN - Mineração Rio do Norte
NBR - Norma Técnica Brasileira
PA - Projeto de Assentamento
PAC - Projeto de Assentamento Conjunto
PEAEX - Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAQ - Projeto de Assentamento Especial Quilombola
PDN - Política de Defesa Nacional
PIN - Programa de Integração Nacional
PMF - Prefeitura Municipal de Faro
PMO - Prefeitura Municipal de Oriximiná
PMTS - Prefeitura Municipal de Terra Santa
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PPGCTA - Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental/UFFS
R\$ - Reais
RTRQ-TQ - Território Remanescentes Quilombola
SEDEME - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia
SFB - Serviço Florestal Brasileiro
SIMINERAL - Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará
SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia
SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
SINTTRAF - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Oriximiná.
STTRO - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná
TCLE - Termo de Conduta Livre e Esclarecida
TI - Terra Indígena

TQ - Território Quilombola

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 METODOLOGIA	22
2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	24
2.2 PESQUISA DE CAMPO	25
2.1.1 População alvo	25
2.1.2 Análise de conteúdo.....	28
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	30
3.1 A INTERSETORIALIDADE.....	30
3.1.1 Ações Intersetoriais e Categorias.....	32
3.1.1.1 Categorias em destaque	33
3.1.1.1.1 <i>Processo comunicativo</i>	33
3.1.1.1.2 <i>Modelo de gestão</i>	36
3.1.1.1.3 <i>Conflito</i>	37
3.1.1.1.4 <i>Poder</i>	39
3.1.1.2 Demais categorias.....	40
3.1.1.2.1 <i>Agenda (pauta)</i>	40
3.1.1.2.2 <i>Colaboração intersetorial</i>	41
3.1.1.2.3 <i>Governança</i>	43
3.1.1.2.4 <i>Governança colaborativa</i>	44
3.1.1.2.5 <i>Indivíduos</i>	45
3.1.1.2.6 <i>Mecanismo integrador</i>	46
3.1.1.2.7 <i>Parceria</i>	47
3.1.1.2.8 <i>Redes</i>	48
3.1.1.2.9 <i>Setor</i>	49
3.1.1.2.10 <i>Sustentabilidade</i>	50
3.1.1.2.11 <i>Território</i>	52
3.1.1.2.12 <i>Territorialidade</i>	53
3.2 PARÁ E VALE DO TROMBETAS – CENÁRIO MINERAL E TERRITORIAL.	56
3.3 AS TERRAS, AS COMUNIDADES, OS EMPREENDIMENTOS E SEUS CONFLITOS	63
4 PESQUISA DIRETA.....	69
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA E SUAS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES.....	71
4.2 CATEGORIA DIÁLOGO – CONCEITO E DEFINIÇÃO DE DIÁLOGO.....	71
4.3 CATEGORIA INTERSETORIALIDADE	78
4.4 CATEGORIA GESTÃO.....	99
4.5 CATEGORIA CONFLITOS.....	121

4.6 CATEGORIA RELAÇÕES DE PODER.....	150
4.7 ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	158
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS.....	188
APÊNDICE B - TERMO DE CONDUTA LIVRE E ESCLARECIDA - TCLE.....	189

1 INTRODUÇÃO

O Brasil passou por muitas mudanças até chegar a atual conjuntura, entretanto ainda necessita evoluir em vários aspectos, que vão desde a estrutura social, política e econômica, até questões relacionadas à cultura e ao meio ambiente, quebrando paradigmas de poder, promovendo mais a gestão democrática e a criação de diálogos com os atores intersetoriais (LYRA, 2012).

A Amazônia brasileira, conceituada como a “última fronteira do capital natural”, que abriga a maior biodiversidade do mundo, foi terreno, nos últimos 50 (cinquenta) anos, de interesses políticos, públicos e privados, que foram responsáveis por causar prejuízo incalculáveis ao meio ambiente e às comunidades inseridas em entornos minerais (WANDERLEY, 2008b).

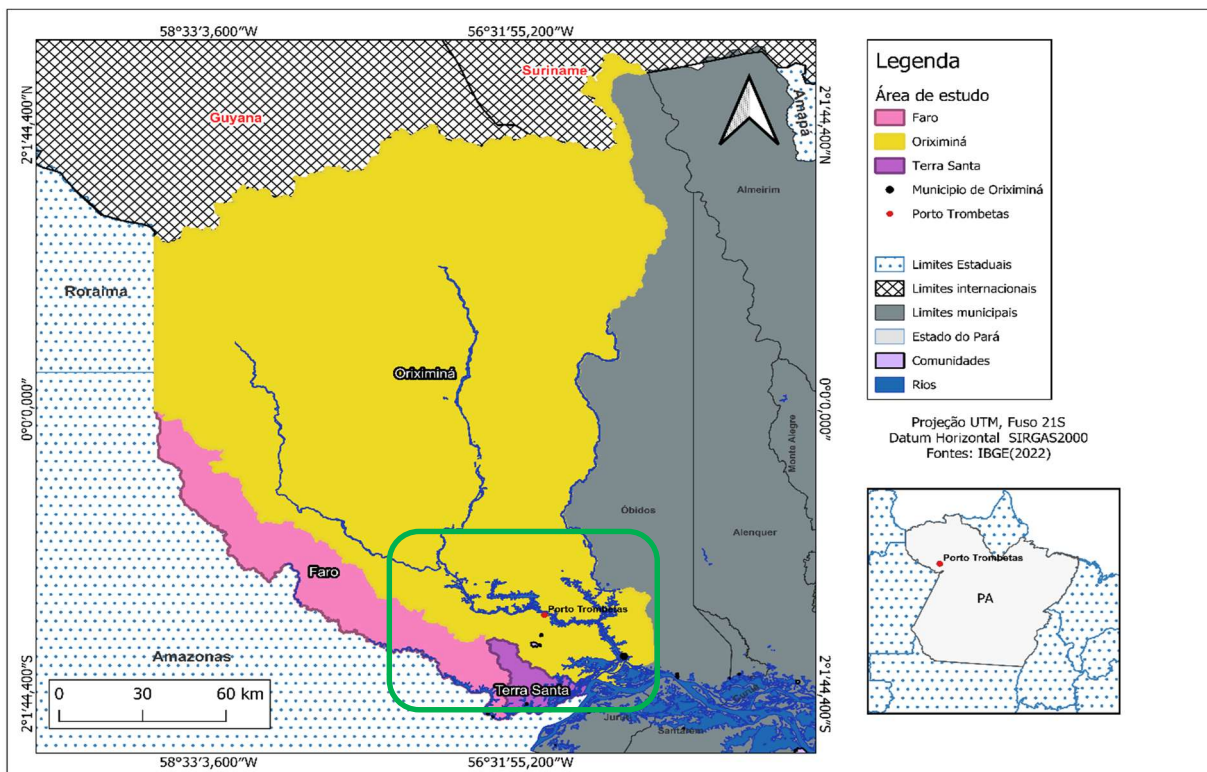
Os grandes projetos de mineração da iniciativa privada, facilitados pelo poder público desde a sua implantação, são marcados por intensos conflitos sócio espaciais, que afetam tanto o meio ambiente (reestruturação territorial), como as relações entre o homem e a terra, com a “imposição de novos processos de dominação, que trazem consigo uma série de normas legais, padrões produtivos e valores morais antes inexistentes em alguns espaços” (CANTO, 2016, p. 30), isto é, uma disputa à definição sobre os usos e apropriações desejáveis para o território.

Os impactos ambientais ocasionados pelas atividades de mineração são numerosos e provocam alterações no meio ambiente, que vão de físicas, químicas à biológicas, com destaques a remoção da vegetação, poluição dos recursos hídricos, contaminação dos solos, poluição do ar, evasão de animais, poluição sonora, e sérios problemas sociais locais e regionais, gerando interferências no bem-estar da população atingida, como: problemas relacionados à saúde, alterações nas relações sociais, apropriação das terras de comunidades e desapropriação de pessoas e famílias inteiras, desestruturação das formas de sustento, desintegração social, mudanças nas culturas regionais, deslocamento das atividades econômicas locais, entre outros (AZEVEDO, 2020; WANDERLEY, 2008b; MILANEZ, 2017).

Desde a década de 1970, com a instalação de projetos mineradores, e consequente início da exploração mineral, envolve-se um imenso conjunto de interesses dos mais diversos atores, inserido em diferentes contextos sociais, culturais e ecológicos, em que se destacam: as comunidades indígenas, os quilombos, os assentamentos humanos, as unidades de conservação, os órgãos públicos (federais, estaduais e municipais). Diante da própria fragilidade da organização da sociedade regional e local, os grandes empreendimentos criam uma desproporcional mudança espacial e socioambiental, que não são similares em todos os espaços

e tempos, ocasionando diferentes conflitos e relações de poderes, tendo como exemplo a implantação das operações de extração da bauxita, pela Mineração Rio do Norte S/A - MRN (Projeto Trombetas), na região oeste do estado do Pará (ARCHANJO, 2015), entre os municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, escolha realizada em virtude de outros territórios de mineração, como se pode observar na figura 1.

Figura 1 – Planta de Localização da Área de Estudo Envolvendo os Municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa/PA



Fonte: Elaborado pelo Autor com base no IBGE (2010).

As condições geográficas da região, segundo seus caracteres físicos, sociais, econômicos, políticos e históricos, são determinantes para compreender como os atores periféricos se articulam - e se enfrentam -, para defender seus direitos a partir das relações de poder (SOUZA, 1995), bem como discutir os diferentes conflitos e as formas de resolvê-los, quando envolvem diferentes agentes sociais em território mineral, cujas territorialidades extrapolam a escala local.

Destacam-se, nesta obra, como “atores”: os agricultores, os extrativistas, os pescadores e os caçadores representados pela Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucaá (ACOMTAGs), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná (STRO), os quilombos representados pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), o Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o empreendimento da Mineração Rio do Norte MRN, a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Universidade Federal Fluminense (UFF).

Para Zamora y Castillo (2000, tradução nossa), é necessário se criar novos modelos para permitir uma resolução de conflitos mansa, participativa, de forma a manter o relacionamento já existente, pendendo ao fortalecimento do vínculo entre as partes.

Diante disso, as ações intersetoriais têm se mostrado uma importante estratégia na busca de novos modelos organizacionais e podem ser entendidas como uma síntese de conhecimento e experiência em planejamento, implementação e avaliação de políticas, programas e projetos voltados para comunidades e grupos populacionais, num determinado espaço geográfico, com o objetivo de atender às necessidades e expectativas de forma integralizada (JUNQUEIRA *et al.*, 1997).

Conforme Wanderley (2012), os projetos da mineração, possuem grande importância local, nacional e global, devido às mudanças favoráveis ao desenvolvimento da sociedade, economia e questões ambientais, porém há também que se ressaltar os pontos negativos como o encadeamento de conflitos causados por seus impactos, as ameaças ao meio ambiente social-territorial, e uma série de institucionalizações.

De acordo com Ferreira (2016, p. 25), o meio acadêmico tem dado atenção especial à gestão de conflitos em territórios que envolvem a exploração¹ de bens minerais, principalmente “sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, em função dos contornos complexos das relações entre os atores e seus interesses legítimos ou não, em um mesmo território”, onde “o equilíbrio entre poder e forças é fundamental para o sucesso dos projetos de interesse público” (FERREIRA, 2016, p. 26), como é o caso das atividades da mineração, que exige atenção redobrada dos teóricos da Administração, Ciências Sociais e Humanas, no que concerne às complexidades das relações que são decorrentes dos reflexos das operações minerais.

Em face da coexistência controversa entre áreas governadas por diferentes agentes e as normatizações de uso e ocupação da terra, tais como: as Unidades de Conservação, as terras indígenas, as áreas de remanescentes de quilombos, os assentamentos rurais situados na região, os ribeirinhos, as atividades de mineração, e os interesses da União, Estado e Municípios, são levantados os seguintes questionamentos: existe diálogo entre os diversos atores na gestão de conflitos? Esse diálogo ocorre mesmo frente a imposição de um, ou alguns dos atores

¹ Exploração - Ação de explorar, de tirar proveito financeiro de uma terra ou área, buscando seus recursos naturais (DICIO, 2022).

envolvidos (relação de poder), quando o tema se refere a implantação e início de operações de empreendimentos de mineração na região, como no caso do Projeto da MRN? De que forma estes são geridos? Seus resultados são positivos ou negativos?

É nessa particularidade da dinâmica sócio territorial e socioambiental da realidade da região, inserida na sua enorme obscuridade (ARCHANJO, 2015, BESSER *et al.*, 2018, CANTO, 2016, CORRÊA, 2016, CASTRO *et al.*, 2017, FARIAS JÚNIOR, 2010, GARRIDO FILHA, 1990, NEPOMUCENO 2017, WANDERLEY, 2008a, WANDERLEY, 2008b, WANDERLEY, 2008c, WANDERLEY, 2021), que a presente investigação visa analisar a percepção dos diferentes atores sobre os conflitos e as relações de poder, numa conexão intersetorial, cuja proposta está inserida na linha de pesquisa da Conservação dos Recursos Naturais, do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental na Universidade Fronteira Sul, Polo de Erechim/RS, voltada para a área da História Ambiental.

Para alcançar os objetivos específicos propostos, como caracterizar os conflitos e as relações de poder entre os diferentes atores; verificar como acontece a gestão desses conflitos e a ocorrência de possíveis problemas envolvidos; identificar, analisar e descrever a percepção dos diferentes atores em relação aos conflitos e relações de poder; analisar as ações intersetoriais e propor técnicas adequadas, com base estratégica aplicada aos novos modelos organizacionais de resolução de conflitos e relações de poder.

A estrutura da dissertação está dividida em capítulos e suas respectivas subseções. O primeiro capítulo corresponde à introdução. O segundo trata da estrutura metodológica aplicada à pesquisa, subdividida em pesquisa bibliográfica e pesquisa direta. O terceiro capítulo aborda a pesquisa bibliográfica subdividida em três apresentações: a primeira dedica-se às definições e aplicações da intersetorialidade e as categorias de conceitos-chave que orientam suas ações, com base nas experiências empíricas de vários autores; a segunda apresenta uma síntese do cenário mineral do estado do Pará e Vale do Trombetas, que narra, ainda, o contexto territorial dos municípios envolvidos na pesquisa; e a terceira discorre sobre o tema “As terras, as comunidades, os empreendimentos e seus conflitos”, que apresenta o contexto regional na visão de alguns autores, cujo objetivo é fazer um balanço sobre as relações de poder, capital-trabalho, transformações territoriais, interesses empresariais, meio ambiente e deslocamento compulsório, que resultam em conflitos socioambientais entre agricultores, extrativistas, pescadores, caçadores, quilombolas e empresas instaladas no território amazônico (por meio de projetos desenvolvimentistas de grande influência, como o da Mineração Rio do Norte S/A - MRN), especificamente na região oeste do estado do Pará, que é de fundamental importância para o entendimento da pesquisa como um todo. O quarto capítulo, refere-se à pesquisa direta,

que disserta no primeiro plano sobre a caracterização dos sujeitos da pesquisa e suas respectivas instituições, seguindo-se da apresentação dos dados obtidos com a pesquisa de campo – por meio de entrevistas-, subdivididos nas categorias “diálogo”, “intersectorialidade”, “gestão”, “conflitos” e “relações de poder”, encerrando com apontamentos relacionados aos objetivos da pesquisa. Enfim, no desfecho da dissertação, são tecidas as considerações finais, com algumas proposições à academia.

2 METODOLOGIA

A Metodologia de pesquisa foi desenvolvida dentro dos parâmetros qualitativos e quantitativos, por meio de revisão bibliográfica baseada em obras publicadas no campo da História Socioambiental, das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, com a finalidade de trazer conceitos, teorias e paradigmas que alicerçaram a construção de um aporte para o desenvolvimento da pesquisa de campo, que se deu por intermédio de trabalho investigativo para coleta de dados, amostragens e entrevista semiestruturada, levando sempre em consideração as questões éticas e deontológicas, que suscitaram preocupações na presente análise. Em outras palavras, os mecanismos de coleta de dados aplicados, destacam-se a investigação documental indireta sobre o tema, que segundo Lakatos e Marconi (2021a, p. 53) “implica no levantamento de dados de várias fontes, quaisquer que sejam os métodos e técnicas empregados, com intuito de trazer conhecimento, *background* ao campo de interesse, e de recolher informações prévias”; e a observação direta intensiva, classificada como estudo de caso, por meio de entrevistas de campo, usadas com intuito de colher dados do entrevistado sobre um tema delimitado (LAKATOS; MARCONI, 2021a).

Em se tratando do método de procedimento entre os diferentes tipos descritos por Lakatos e Marconi, a presente pesquisa se estrutura pelo método misto, abrangendo também o método histórico, que “preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (LAKATOS; MARCONI, 2021b, p. 108); o método funcionalista, que “considera, de um lado, a sociedade como uma estrutura complexa de grupos e indivíduos, reunidos numa trama e reações sociais, e de outro como um sistema de instituições correlacionadas entre si, agindo e reagindo umas em relações às outras” (LAKATOS; MARCONI, 2021b, p. 112); e o método estruturalista, que por “fenômeno concreto, eleva-se a seguir ao nível do abstrato, (...) uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito” (LAKATOS; MARCONI, 2021b, p. 113).

Dentre os vários métodos de realização de pesquisa social, Yin (2005) expõe a existência de pontos fortes e limitações definidas pelos problemas da pesquisa como bases lógicas da investigação científica, onde, nesta pesquisa, optou-se em aplicar os métodos científicos de abordagem, caracterizada como “uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade” (LAKATOS; MARCONI, 2021b, p. 242), de procedimentos que “constituem etapas mais concretas da investigação, com a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas” (LAKATOS; MARCONI, 2021a, p. 107), e de mecanismos de coleta de dados - ou técnicas de pesquisa -, levando o pesquisador a atingir seus objetivos (DEMO, 1985).

A pesquisa, na sua estrutura e conteúdo, segue os parâmetros da norma NBR 14724, de 17 de abril de 2011, que especifica os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos e demais NBR's pertinentes, além do Manual de Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal Fronteira Sul, elaborado por meio de métodos científicos, que Lakatos e Marconi (2021a, p. 1) definem como “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”, ou mesmo “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, (...) permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido” (LAKATOS; MARCONI, 2021b, p. 79).

O presente exercício advém do Projeto de Pesquisa como um primeiro estágio da pesquisa científica, apresentado à Universidade Fronteira Sul – UFFS, no segundo período de 2020, como exigência de ingresso ao Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental – PPGCTA, com o tema “História Ambiental”, submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul - CEP/UFFS, em 13 de julho de 2021, e aprovado pelo Parecer nº 4.997.409, de 25 de setembro de 2021, ao qual teve como orientador o Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva e a Coorientadora Profa. Dra. Ana Maria Silva Sarmento, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), que fora aceito e registrado na Ata nº 06 do Colegiado/PPGCTA/UFFS/2021, da 9ª Sessão Ordinária de 2021, de 09 de julho de 2021. Em sequência, o projeto foi submetido a banca de qualificação, composta pelos professores: Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva (Orientador/Presidente - UFFS), Prof. Dr. Valdecir Zonin (Membro titular Externo - UFFS) e Prof. Dr. Jó Klanovicz (Membro titular externo - UFFS), sendo então aprovado em 25 de março de 2022, como consta na Ata de Qualificação nº. 3/2022 - PPGCTA - ER (10.44.05.09.01), tendo sua apresentação final programada para setembro de 2022, a qual teve prorrogação de 4 (quatro) meses, conforme aprovação na reunião de colegiado de 17 de agosto de 2022.

O estudo se propôs a explorar os conflitos, as relações de poder e gestão destes nas dinâmicas territoriais, numa região de exploração mineral, conectadas ao desenvolvimento sustentável dos municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, no oeste do estado do Pará.

Esta dissertação não difere de muitos outros estudos pertencentes a outras áreas do conhecimento, enraizados em problemas, acontecimentos, posições e ideias, contudo, possui a intenção de suscitar análises críticas, reflexões, questionamentos, além de propor soluções aos processos que as estimularam.

2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Em relação à pesquisa bibliográfica, que se configura como exploratória e qualitativa, foi instrumentalizada a partir de buscas no banco de dados das plataformas Sucupira, *Scientific Electronic Library Online*² (SciELO, 2021), portal Periódicos Capes, Biblioteca Digital Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Google Acadêmico, Google Busca, entre outros como, conceitos, artigos, teses, dissertações e afins, utilizando-se de descritores associados à problemática dos conflitos socioambientais, relações de poder, aspectos socioeconômicos dos municípios e históricos, os quais se analisou os principais tópicos, referenciais e conclusões, em que “as teorias se distinguem, vistas como um conjunto de princípios fundamentais na busca e explicação de relações e fatos” (LAKATOS; MARCONI 2021b, p. 108); que vieram esclarecer conceitos definidos como símbolos verbais típicos, dando ideias generalizadas e abstratas de percepção científica do fenômeno, consistentes com o tema (LAKATOS; MARCONI, 2021b).

A dissertação qualifica-se pela intenção de se buscar um entendimento sistêmico “ainda, quando a nossa preocupação for a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações” (GODOY, 1995, p. 63); e pela pretensão de analisar e interpretar as complexidades humanas, que para Lakatos e Marconi (1992, p. 23), “através da análise podem-se observar os componentes de um conjunto e perceber suas possíveis relações, ou seja, de uma ideia-chave geral passar-se para um conjunto de ideias mais específicas”, na procura responder aos objetivos da monografia.

² *Scientific Electronic Library Online* - Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.

2.2 PESQUISA DE CAMPO

Sobre a pesquisa de campo, de acordo com Vergara (2016, p. 75) se trata de uma “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”. Uma pesquisa devidamente pautada em métodos, deve abranger um planejamento, estabelecer técnicas específicas para coleta de dados e seguir com uma análise criteriosa dessas informações (YIN, 2005).

No percurso das descobertas de conhecimentos e no diálogo crítico com a realidade, optou-se, pela entrevista semiestruturada, que segundo Manzini (2012) é caracterizada por um roteiro com perguntas abertas destinadas a estudar um fenômeno com uma população específica, com flexibilidade na ordem em que as perguntas são apresentadas aos entrevistados, e de modo que o entrevistador possa fazer questionamentos adicionais para melhor compreender o fenômeno em questão.

Buscou-se, com este estudo de campo, apreender com as percepções da população e universo investigado, que, para Lakatos e Marconi (2021a), compartilham de pelo menos uma característica comum e, com vistas a esse objetivo pretendido, optou-se por entrevistar um grupo heterogêneo escolhido de forma não aleatória, visando determinar, em diferentes setores de atividades, percepções diversas dos conflitos e relações de poder, bem como compreender a interação que se estabelece entre essas variáveis, revelando a complexidade manifestada nessas inter-relações estabelecidas no território minerador, na garantia do desenvolvimento sustentável.

2.1.1 - População alvo

Tendo como a base conceitual de Hair Jr. *et al.* (2005), a representação da população alvo, tida como o “grupo completo de elementos ou objetos relevantes para o projeto de pesquisa”, na amostragem não-probabilística por julgamento (intencional), teve inicialmente, como selecionados as seguintes “unidades de amostragens” (elementos): os agricultores, os extrativistas, os pescadores e os caçadores - a serem representados pela Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucaá (ACOMTAGs) e/ou Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná (STTRO), os quilombos - representados pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), e os indígenas - representados pela Associação dos Povos Indígenas de Mapuera (APIM), e/ou Fundação Cultural Palmares (FCP), e/ou Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP)-,

classificados como prioritários no desenvolvimento da pesquisa. Já como secundários, temos: a Mineração Rio do Norte (MRN), a Prefeitura Municipal de Oriximiná (PMO), a Prefeitura Municipal de Faro (PMF), a Prefeitura Municipal de Terra Santa (PMTS), o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOBIO), e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Mesmo diante das dificuldades e empecilhos burocráticos encontrados na autorização da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a participação de representantes indígena na pesquisa, como o não retorno ao convite enviado para o e-mail da FCP e da negativa para a participação da CPI/SP, obteve-se o aval de concordância da representação de 8 (oito) unidades de amostragens, tidas aqui como “atores”, a saber: os agricultores, os extrativistas, os pescadores e caçadores, os quilombos e representantes do ICMBio, o INCRA, agentes do empreendimento MRN, a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), sendo estes dois últimos incluídos a posteriori, em substituição aos que não responderam ou negaram participação na pesquisa, sendo a ANM a autarquia responsável pela concessão de títulos minerários e a UFF por ser mediadora de conflitos na região - todas com as respectivas confirmações por e-mail e indicações de seus representantes para participação -, que serão simbolizados, nesta pesquisa, por números, para assegurar a confiabilidade das informações disponibilizadas pelos entrevistados, conforme perfil de cada um, dispostos no Quadro 1.

Após aceite individual dos participantes convidados para a pesquisa, foi encaminhada, por meio eletrônico, uma cópia do consentimento informado, Termo de Conduta Livre e Esclarecida - TCLE (apêndice B), em conformidade com o CONEP e exigido pela UFFS, através do Comitê de Ética (2022), com as respectivas condições do desenrolar das entrevistas, garantido o sigilo das informações, o anonimato do participante quando assim acordado, e as demandas éticas e deontológicas, partidas dos princípios do altruísmo, da justiça, da autodeterminação, da probidade, da confidencialidade e também da veracidade.

Diante do aceite e a devida concordância formal dos representantes dos atores, o processo de coleta de dados foi estruturado de forma flexível, com envio de um pré-questionamento para entrevistas, composto pela identificação dos entrevistados (nome, data nascimento, escolaridade, profissão e instituição representativa), seguido de 15 (quinze) indagações (Apêndice A) cujo roteiro buscou compreender questões pertinentes ao diálogo, a intersetorialidade, à gestão, aos conflitos e às relações de poder, aplicados em reuniões online,

atendendo às orientações para procedimentos de pesquisas em ambiente virtual, estabelecidas pelo CONEP, por meio do ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, ao ponto de permitir a interação e inclusão de outras questões consideradas pertinentes pelos participantes, com duração de aproximadamente 60 (sessenta) minutos - com algumas extrapolações -, ocorridas no período de maio a outubro de 2022.

Quadro 1 - Entidades e Perfis dos Seus Representantes Entrevistados na Pesquisa

Ator/representante	Idade	Sexo	Profissão	Formação	Cargo	Residência
1- STTRO	45	Fem.	Agricultora	Ensino Médio	Presidente	Oriximiná
2 - ACOMTAGs	39	Masc.	Agricultor	Ensino Fundamental	Diretor Administrativo	Oriximiná
3 - ARQMO	42	Fem.	Técnica Ambiental/Agrícola	Ensino Superior Incompleto	Coordenadora Administrativa	Oriximiná
4 - INCRA	41	Masc.	Engenheiro Florestal	Especialista	Conciliador Agrário Regional	Santarém
5 - ICMBio	38	Masc.	Engenheiro Florestal	Mestre	Chefe da Base Avançada GR 1 - Belém.	Belém
6 - MRN	53	Masc.	Advogado	Especialista	Diretor de Sustentabilidade e Jurídico	Trombetas
7 - UFFS	58	Masc.	Sociólogo/ Advogado	Doutor	Diretor da Unidade Avançada José Veríssimo – UAJV	Oriximiná
8 - ANM	53	Masc.	Advogado	Mestre	Superintendente de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas	Brasília

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

A partir da coleta e reunião dos áudios e vídeos das entrevistas, as informações foram submetidas a transcrição robotizada pelo sistema *Amberscript*³. Após a coleta das informações necessárias para a caracterização da proposta, com base nas etapas cronológicas de Bardin (1977), foram elaborados instrumentos de registros, com a finalidade de sistematizar o estudo

³ *Amberscript* - Software de reconhecimento de fala por meio da inteligência artificial que gera transcrições em diversas línguas de forma rápida.

dos resultados, organizados da seguinte maneira: a) identificação dos entrevistados (nome, data nascimento, profissão, cargo/função/setor e entidade representativa), acompanhada das perguntas e respostas editadas, certificando-se da integridade e coerência dessas em relação àquelas; b) elaboração de um banco de dados com a individualização dos questionamentos de forma sequencial, tabulados com a identificação da entidade, com os feedbacks selecionados numa pré-análise, para facilitar a comparação dos mesmos; c) exploração do material com a análise qualitativa dos dados separados em categorias e subcategorias, descrições detalhadas dos fenômenos, relações e interações entre os envolvidos, d) tratamento dos dados, e) interpretação, e d) concepção de conhecimento.

2.1.2 Análise de conteúdo

Dadas as peculiaridades das amostras, decidiu-se, neste estudo, pela análise de conteúdo por categoria temática, em que se utiliza como unidade de registro o “tema”, de Bardin, que a define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

O método de análise se dividiu em duas etapas: na primeira foram identificados os temas, constituídos por enunciados ou trechos dos textos transcritos das entrevistas, que portavam significações que pudessem ser isoladas (BARDIN, 1977); já na segunda etapa, por meio de reagrupamentos analógicos, foram formadas categorias temáticas, cujos temas semelhantes e que se dirigiam ao mesmo conceito, foram agrupados numa mesma categoria, conforme observado no Quadro 2. É importante salientar que as categorias formadas são reciprocamente eliminatórias e similares em si, e também apropriadas ao propósito do estudo, pois serviram como “guias” para o entendimento da percepção dos diferentes atores no diálogo intersetorial, na gestão dos conflitos e nas relações de poder, no contexto de um território de mineração, revelados e dissertados no capítulo três.

Quadro 2 - Categorias e respectivas dimensões de análise

Categorias	Subcategorias	Questão no roteiro de entrevista
4.1.2 Diálogo	Conceito/definição de diálogo	Questão 9
4.1.3 Intersetorialidade	Atores envolvidos na resolução de conflitos	Questão 12
	Avaliação das relações com e entre os atores (pessoas, instituições) envolvidos em conflitos	Questão 13
	Soluções para os atores atuarem em conjunto na resolução de conflitos	Questão 14
	Participação de fóruns, conselhos, comitês de discussão.	Questão 15
4.1.4 Gestão	Formas de administração de conflitos	Questão 5
	Canais de comunicação (diálogo) com as partes envolvidas nos conflitos	Questão 10
	Estrutura dos canais	Questão 11
	Resultados na gestão (positivos/negativos)	Questão 6
4.1.5 Conflito	Conceito/definição de conflito	Questão 1
	Existências de conflitos; Tipos de conflitos; Motivos das ocorrências de conflitos	Questão 2
	Atores envolvidos conflitos	Questão 3
	Reação a situação de conflito	Questão 4
4.1.6 Relações de Poder	Conceito/definição de relações de poder	Questão 7
	Poder como fator preponderante na resolução de conflitos.	Questão 8

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Assim, concebe-se o presente manuscrito, cujo teor visa trazer conhecimento a partir análises críticas das relações e diálogos entre diversos atores participantes da presente pesquisa, mediante a administração de conflitos e relações de poder em território de mineração.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O presente capítulo abrange uma exploração teórica da temática em estudo, concentrada nos aspectos pertinentes ao diálogo, ligações intersetoriais, gestão, conflitos e relações de poder, numa região marcada por atividades de mineração de grande porte, especificamente nos municípios de baixa densidade demográfica, isto é, pouco povoados. Para a construção do enredo bibliográfico, buscou-se abordar conceitos, dados históricos e estatísticos pertinentes sob o ponto de vista de teóricos das áreas da Administração, Sociologia, Filosofia, Antropologia, Geografia e História, e também de outros meios oficiais pertinente ao objeto.

A revisão a seguir, inicia-se com um breve histórico sobre os conflitos desencadeados desde às primeiras povoações da região até os dias atuais, seguindo-se da descrição sistematizada da situação atual das atividades de mineração no estado do Pará e no Vale do Rio Trombetas, finalizado, então, com uma sinopse baseada nos estudos dos conflitos e relações de poder da província.

3.1 A INTERSETORIALIDADE

A intersetorialidade é marcada por desafios, não apenas por sua complexidade conceitual, mas também pelas diferentes interpretações e concepções que envolvem esse campo. Segundo Inojosa (2001, p. 103), a vida em sociedade é uma expressão do axioma “a vida está tecida em conjunto”, no qual se integram as necessidades, expectativas das pessoas e de grupos sociais em relação à qualidade de vida. Pereira (2014, p. 37), afirma que:

(...) a intersetorialidade não é uma estratégia técnica, administrativa, ou simplesmente de boa prática gerencial. Pelo contrário. É um processo eminentemente político e, portanto, vivo e conflituoso. A intersetorialidade envolve interesses competitivos e jogo de poderes que, na maior parte das vezes, se fortalecem na sua individualidade, ao cultivarem castas intelectuais, corporações, linguagem hermética e auto referenciamento de seus pares.

De acordo com Machado (2010, p. 2), uma série de “políticas públicas de educação, assistência social, saúde, habitação, cultura, lazer, trabalho” e políticas sociais, podem incluir políticas de empresas privadas, que ainda são aplicadas, principalmente, em setores "industriais", com características centralizadoras e hierarquizadas, onde as relações se consolidam sob diferentes domínios e ações, recriadas a partir da reflexão, realização democrática, processos organizados e coletivos. O respeito a heterogeneidade e peculiaridade dos atores envolvidos, devem ser considerados como uma estratégia de democratização.

A complexidade das questões socioambientais, torna necessária a integração, por meio de arranjos e parcerias, de diferentes atores e organizações sociais com conhecimento e expertise em políticas setoriais, elemento inovador na gestão de políticas - que também permite uma apresentação clara das diferentes organizações que atuam no âmbito das políticas socioambientais. Conforme concebido por Junqueira (1998, p. 84), a intersetorialidade é a “articulação de conhecimento e experiências no planejamento”, implementação e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados em situações complexas, visando criar um impacto sinérgico no desenvolvimento social, chamado de interdisciplinar. Para Nascimento (2010), o que ajuda a formar e reconhecer o conhecimento resultante da cooperação entre setores da indústria, exige mudar drasticamente a lógica de gestão das organizações públicas e privadas, bem como organizações sociais e ambientais, para servir ao interesse coletivo.

Parafraseando Tumelero (2018), ao mencionar o aspecto administrativo-jurídico, ele argumenta que para a efetividade da intersetorialidade, os protocolos intersetoriais precisam: ser considerados e em diferentes níveis de complexidade; constituir redes políticas envolvendo diferentes atores (sejam públicos, privados ou civis, especialmente no campo da política ambiental e social); regular e formalizar rotinas; e alocar funcionais e de capacidade, complementadas por Nascimento (2010), com interesses em questão e processos que favorecem determinadas políticas de um setor.

Neste sentido, a articulação entre as políticas de diferentes atores passa então a ser um tema importante para esta pesquisa, já que as políticas setoriais por si só, muitas vezes, não solucionam tudo e precisam se relacionar para identificar as necessidades e os proveitos que podem ou não proporcionar, o que se materializa por meio de ações específicas entre esses diferentes atores.

Para Neves (2014, p. 51), “a intersetorialidade não deve ser reduzida a uma estratégia técnica, administrativa ou, meramente, gerencial, mas sim um processo político, (...) que implica em relações competitivas e jogos de poder”, e sua implementação não é uma tarefa fácil, mas está intimamente ligada às estratégias que ocorrem em contextos democráticos que se estendem para o campo do meio social e seus infinitos problemas.

Desta maneira, a articulação entre as políticas de diferentes atores, passa então a ser um tema importante para esta pesquisa, já que as políticas setoriais por si só, muitas vezes, não solucionam tudo e precisam se relacionar, para, assim, identificar as necessidades e os proveitos que podem ou não proporcionar, o que se materializa por meio de ações específicas, entre os desiguais sujeitos, que devem por obrigatoriedade observar, no mínimo, as diferentes categorias que devem ser acordadas e conservadas entre as partes, as quais se passa agora a desenhar.

3.1.1 Ações Intersetoriais e Categorias

Nas leituras preliminares sobre intersectorialidade e novas formas de organização, são identificados vários conceitos, dentre os quais destaca o de Junqueira (2004, p. 27):

A ação intersectorial é um processo de aprendizagem e de determinação dos sujeitos, que deve resultar em uma gestão integrada, capaz de responder com eficácia à solução dos problemas da população de um determinado território, saindo, entretanto, do âmbito da necessidade para o da liberdade.

Conforme relata Akerman *et al.* (2014), diferentes ações deferidas em áreas de gestão, por diferentes atores ou setores relacionados aos conflitos e relações de poder na região, são apoiadas por cenários exploratórios, guiados por questões como “o quê”, “como”, “com quem” e “por que”, que se estruturam numa definição funcional de intersectorialidade.

(...) a intersectorialidade seria definida como um modo de gestão (o que) desenvolvido por meio de processo sistemático de (como) articulação, planejamento e cooperação entre os distintos (com quem) setores da sociedade e entre as diversas políticas públicas para atuar sobre (para que) os determinantes sociais (AKERMAN *et al.*, 2014, p. 4294).

Ao garantir o diálogo entre diferentes setores da sociedade civil, órgãos públicos e setor privado, a intersectorialidade, além de respeitar as peculiaridades de cada um, cria um espaço de comunicação, aumentando a capacidade de resolver conflitos e encontrar práticas efetivas, para atingir os objetivos e os resultados desejados (MEDEIROS, 2017).

É assim que, segundo Alves (2010), os modelos territorialistas e funcionalistas, baseados na complementaridade, se materializam na integração de fatores endógenos e exógenos, tendências características que afetam dinâmicas locais desencadeadas por atores coletivos, sejam aqueles que atuam no âmbito nacional ou aqueles que apenas intervêm em territórios de pequena escala.

Para Chiari *et al.* (2021a), categorias e conceitos-chave que orientam ações intersectoriais, com base nas experiências empíricas de vários autores, incluem: agendas, cooperação intersectorial, conflito, governança colaborativa, indivíduos, mecanismos integrados, modelos de gestão, parcerias, processo de comunicação, domínio, sustentabilidade e território, acrescentando-se, neste trabalho, o poder, a rede, e a territorialidade.

Para que tais categorias obtenham sucesso, devem possuir como base os princípios da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2016, p. 1), cujo lema é “não deixar ninguém para trás”, que tem como objetivo elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a

qualidade de vida de todos, com base em cinco áreas de importância - ou chamados 5Ps: pessoas, prosperidade, paz, parcerias e o planeta -, que só serão alcançados se os gestores, sejam estes pertencentes a iniciativa privada ou sociedade civil organizada ou mesmo do Estado (união, estados e municípios), se empenharem e alinharem suas políticas de acordo com os indicadores estabelecidos.

Diante disso, é meritório vislumbrar neste tópico, que as categorias que devem ser pactuadas e perpetuadas com base na composição dos atores, sendo pertinente ao cenário em análise, envolvendo representantes do Estado, empresas e sociedade civil. Não se espera, aqui, por suposição, que a conexão entre personagens de instâncias diversas, com distintos conhecimentos e poderes, se utilize de todo esse conjunto de conceitos-chave, para uma prática perfeita e moderada na gestão de problemas obscuros, como os conflitos e relações de poder.

3.1.1.1 Categorias em destaque

3.1.1.1.1 Processo comunicativo

Para Assis (2012), o termo comunicação é polissêmico e requer instrução conceitual permanente, pois é evidenciado em discussões que ultrapassam os limites do senso comum, e em casos da intersetorialidade envolvendo diversos atores, cada um com suas respectivas funções e atividades, representando a si mesmo, inclusive o Estado, empresas privadas, associações, sindicatos, ONGs, entre outros.

Martino (2001), relata que a comunicação interpessoal se pauta em três importantes princípios fundamentais: “comunicação”, “interação” e “espaço comum”, que são fundamentais para a interação na construção do conhecimento e na mediação da informação, que para Lana (2008, p. 239), consiste numa prática de identificação dos “aspectos físicos, intrapessoais, interpessoais e culturais” dos eventos, que transcende o conceito de mundo vivido e a conciliação, imbuído de interesses técnicos, práticos e libertadores, a fim de formar o indivíduo para a habilidade comunicativa (HABERMAS, 1990).

Kunsch (2006), coloca a comunicação como um fator essencial às organizações, pois ela torna-se elemento integrador de relações entre os indivíduos e promove processos interativos, que viabilizam o sucesso no alcance dos objetivos organizacionais. O processo comunicativo traz transações diversas e complexas, assumindo novas formas de funcionalidade, nas quais deixa de ser apenas algo estratégico e técnico, e passa a ser considerado como fundamento da vida social (MENEZES, 1973).

Na opinião de Pinent (2004, p. 51), cada ação comunicativa é uma configuração de ato social, na qual os componentes se resguardam em igualdade de conjunções para expor ou elaborar opiniões pessoais, sem qualquer espécie de coação, cuja consequência expressa-se no julgamento decisório pelo preceito da melhor argumentação.

Já o renomado filósofo contemporâneo Habermas (1989), expõe que as ações de uma estrutura social ocorrem pelo processo comunicativo, onde cada indivíduo é influenciado por outro por compartilhar das mesmas opiniões ou pelo poder da persuasão, para que assim aconteça a interação, que por meio da linguagem comum, desenrola-se certo respeito a realidade, que conforme Mazzardo e Schwinn (2015), é a forma de linguagem do juízo do sujeito, sendo este o requisito essencial para se aprender, contemplar e qualificar os episódios sociais e interagir com o grupo, dotando o indivíduo de capacidade argumentativa para participar dos acontecimentos, da elaboração de diretrizes e da propriedade do grupo social, fala esta, que no ponto de vista de Casagrande e Casagrande (2011, p. 134) deixa de ser uma simples ferramenta de comunicação para se converter no contexto a partir do qual o entendimento e o discernimento objetivo se tornam viáveis.

O agir comunicativo pode ser compreendido como um processo circular no qual o ator é as duas coisas ao mesmo tempo: ele é o iniciador, que domina as situações por meio de ações imputáveis; ao mesmo tempo é o produto das tradições nas quais se encontra, dos grupos solidários aos quais pertence e dos processos de socialização nos quais se cria (HABERMAS, 1989, p. 166).

No agir comunicativo de Habermas (1989, p. 165), “os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas”, dessa forma, o Agir comunicativo, o agir socialmente, propicia a construção de um espaço de autorreflexão, pensamento crítico, e acordos entre os indivíduos.

Neste sentido, e de acordo com Chiari *et al.* (2021a), depende intimamente da capacidade dos indivíduos envolvidos em sua interação e aprendizado, de criar a colaboração intersetorial, que implica na disponibilidade dos *stakeholders*⁴ para o diálogo e uso de argumentos, com o reconhecimento das diferenças, respeito ao discurso, capacidade de aceitar e discordar, além de apoiar argumentos sólidos para construir consenso em torno de um propósito comum, que somente existirá se houver comprometimento dos tomadores de decisão

⁴ *Stake*: interesse e *Holders*: aqueles que possuem. São pessoas que têm disposição na administração de empresas ou na gestão de projetos, tendo ou não feito investimentos neles. São os envolvidos, as partes interessadas de determinado tema/projeto. (CAMARGO, 2019).

para mudanças, representando a si mesmos e influenciando os outros em ações e produções das redes para comunicar, atingir um grande número de atores-chave em torno de um objetivo. Bilodeau *et al.* (2019, p. 173-174, tradução nossa), exemplifica, de forma descritiva, o funcionamento do processo de influência em rede:

- i) Produção de intermediários: definir ideias e posições convergentes (prioridades, projetos) em forma material (planos, resumos) dentro de uma rede. Esses intermediários estabilizam o acordo e transmitem as ideias e posições para outros atores de interesse ou para as redes, a fim de alcançar os fins da rede;
- ii) Colocação de intermediários: introduzir intermediários em outras redes, tomadores de decisão, meios de comunicação ou dentro de outros intermediários, onde podem ser adotados/adaptados para atingir os fins desejados;
- iii) Ativação de intermediários: promoção e uso de intermediários por atores de interesse ou redes que os receberam;
- iv) Representação por porta-vozes: declarações para comunicar posições, gerar interesse, influenciar a posição ou comprometimento de outros atores de interesse ou redes para atingir os fins da rede;
- v) Fortalecimento de porta-vozes e intermediários: reforçar a legitimidade e credibilidade dos porta-vozes e dos intermediários que transmitem, garantindo que sejam melhor reconhecidos pelas populações e grupos em nome dos quais falam e mais considerados pelos atores estratégicos. Várias atividades podem ajudar a conseguir isso, por exemplo, participação em consultas públicas, representação em vários fóruns.

Conduzir esse diálogo é um estímulo que deve ser pautado por um plano de comunicação, que guie ideias, introduza e forneça o compartilhamento de informações, e proporcione uma visão sistêmica e democrática de motivos e objetivos traçados pelas organizações que os propõem. Trata-se de desenvolver estratégias de comunicação que favoreçam o comprometimento e estructurem informações que facilitem a efetivação das atividades, além de gerarem bons resultados.

Assim sendo, a comunicação é um processo fundamental em todos os âmbitos da sociedade, desde as relações interpessoais até as organizações, e é vista como elemento integrante das relações entre os indivíduos, que também é um fator importante para o sucesso das instituições. A comunicação traduz-se, ainda, como uma prática de identificação de aspectos físicos, intrapessoais, interpessoais e culturais, como um reconhecimento prático que transcende a vida, que facilita a conciliação de interesses técnicos, práticos e emancipatórios. Pode ser caracterizada como um processo circular, em que os participantes interagem entre si por meio de uma linguagem comum e de persuasão, permitindo a interação e a compreensão dos acontecimentos sociais e capacitando os indivíduos ao debate, para que possam participar da formulação das diretrizes e se integrar nos grupos sociais.

É, portanto, o diálogo intersetorial um procedimento que merece relevância no planejamento institucional, sendo a alternativa para a sustentabilidade de instituições, compromissadas com as sequelas socioambientais de suas ações.

3.1.1.1.2 Modelo de gestão

O gerenciamento de conflitos e as relações de poder, continuam sendo um grande desafio para as organizações. Crozatti (1998), determina um modelo de gestão como um agrupamento de regras e princípios, que direcionam os gestores na seleção das melhores possibilidades para conduzir, concretamente, uma empresa à realização de sua tarefa.

As formas de administrar e estabelecer ordem nas relações entre os setores, interferem na capacidade de gerar ações pois, segundo Chiari *et al.* (2021a, p. 8):

(...) definirão os níveis de gestão e de colaboração intersetorial nos ciclos de formulação, implementação e avaliação de políticas. Pode-se optar por maior grau de integração nos órgãos de cúpula (colaboração intersetorial na formulação), nas gestões locais (colaboração intersetorial na execução) ou em ambos os níveis (formulação e execução intersetoriais).

No ponto de vista de Kuruvilla *et al.* (2018), a diversidade empírica e conceitual das descobertas relatadas, sugere que diferentes modos de ações e definições orientem o sucesso, e que “não há uma verdade única”, o que contribui para uma colaboração intersetorial bem-sucedida, cujos modelos de gestão, na visão de Chiari *et al.* (2021a, p. 8), “definirão ‘quem’ (quais setores) participará das ações, ‘onde’ (em qual território e para qual público) as ações serão desenvolvidas, ‘o que’ (qual problema) será enfrentado”, além do que será compartilhado (informações, responsabilidades, ações, orçamento), e em que grau.

Neste enfoque, quando se trata de gestão de territórios, envolve-se, necessariamente, uma abordagem e uma ação territorial e que, portanto, deve ser:

(...) pluridimensional, participativa (na pesquisa e na ação) e popular, recíproca (cooperada e solidária) e identitária, confiante e dialógica, ambiental e interdisciplinar, com base no lugar e na autonomia decisória das diferentes pessoas, no enraizamento, nas redes curtas e na autogestão, na comunidade e na contra hegemonia (SAQUET, 2019, p. 34).

Constata-se que a gestão dos conflitos e das relações de poder é um grande desafio para as organizações, e que diferentes modelos de gestão podem ser empregados para orientar os gestores na escolha da melhor opção, para atingir a missão da organização. Não há uma verdade

única sobre o que é cross - colaboração departamental, o sucesso da gestão territorial, quando importa, é multidimensional, participativo, recíproco, identitário, baseado na confiança, no diálogo contextual e interdisciplinar, e de acordo com a autonomia das pessoas nas tomadas de decisões, entre outros aspectos.

3.1.1.1.3 Conflito

O vocábulo “conflito” é procedente da expressão em latim *conflictus*, de *confligere*, e é empregado na forma jurídica para designar situações de embate, oposição, encontro, pendência e/ou pleito (SILVA, 2014). Os conflitos estão presentes em todos os grupos, sejam institucionais ou não, sempre onde houver convívio entre pessoas, fatalmente haverá discordâncias de ideias, de objetivos e de outros fatores.

No que se refere, ainda, a estrutura conceitual da palavra conflito, Chiavenato (2014, p. 389), afirma que:

O conflito é inerente à vida de cada indivíduo e faz parte inevitável da natureza humana. Constitui o lado oposto da cooperação e da colaboração. A palavra “conflito” está ligada ao desacordo, discórdia, divergência, dissonância, controvérsia ou antagonismo. Para que haja conflito, além da diferença de objetivos e interesses, deve haver necessariamente uma interferência deliberada de uma das partes envolvidas. O conflito existe quando uma das partes – seja indivíduo ou grupo – tenta alcançar seus próprios objetivos interligados com alguma outra parte, a qual interfere na sua busca de atingir os objetivos.

Robbins *et al.* (2010), definem o conflito como uma questão de distinção clara, pois para que ele aconteça é necessário consenso sobre sua existência, e pode ser tanto construtivo quanto destrutivo para o desempenho de um grupo ou unidade e idealmente suficiente para evitar a estagnação, estimular a criatividade, permitir o alívio do estresse e iniciar mudanças, sem interromper ou afetar a coordenação das atividades, que facilitam a coesão, a eficiência e a organização. Segundo Rivera e Artmann (2016), o seu confronto, diagnóstico e resolução de conflitos, proporcionarão o estabelecimento de uma trajetória de entrosamento social com estruturação da rede, processo ao qual contribui na composição de novas soluções imutáveis, que resultarão em cooperação.

Diante dos inúmeros conceitos existentes, tendo por base a diversidade de opiniões, ideias, intenções em oposição, entende-se que o conflito:

(...) é motor de desenvolvimento social e que os seus efeitos são positivos, sempre que saibamos geri-lo adequadamente de modo a estabelecer relações cada vez mais cooperativas, e a procurar alcançar uma solução integrada do problema, em benefício

de ambas as partes (DEUTSCH, 1973; PRUITT e RUBIN, 1986 apud McINTYRE, 2007, p. 296).

Deutsch (2004, p. 34), ao manifestar sua opinião sobre a função do conflito, afirma que:

O conflito previne estagnações, estimula interesse e curiosidade, é o meio pelo qual os problemas podem ser manifestados e no qual chegam as soluções, é a raiz da mudança pessoal e social. O conflito é frequentemente parte do processo de testar e de avaliar alguém e, enquanto tal, pode ser altamente agradável, na medida em que se experimenta o prazer do uso completo e pleno da sua capacidade. De mais a mais, o conflito demarca grupos e, dessa forma, ajuda a estabelecer uma identidade coletiva e individual.

De acordo com McINTYRE (2007), há pelo menos cinco estilos específicos para se lidar com conflitos, que são: evitamento (quando se tem pouca ou nenhuma preocupação consigo e com os outros); acomodação (existe elevada preocupação com o próximo, porém pouca alguma com si próprio); dominação (é o inverso da acomodação, pois ocorre quando há uma alta preocupação consigo mesmo e pouca ou nenhuma preocupação com os outros); concessão mútua (consiste na preocupação mediana consigo e com o próximo); e integração (é a alta preocupação tanto consigo próprio, como o próximo).

Como resultado, tensões latentes não controladas e, portanto, não resolvidas, tendem a criar responsabilidades abrangentes e preventivas na formulação de políticas intersetoriais (HOLT *et al.*, 2018, tradução nossa). Além disso, iniciativas colaborativas que não resolvem e levam em conta o conflito, podem simplesmente produzir listas de desejos ou acordos simples, com afirmações vagas e evasivas que escondem, em grande parte, contradições fundamentais (BODIN, 2017, tradução nossa).

Testemunha-se, neste subitem, que o conflito se trata uma situação de embate, oposição, encontro, pendência ou pleito presente em todos os grupos de pessoas intrínseca à natureza humana e relativa à existência de diferenças de objetivos e interesses. O conflito é descrito ainda, como algo que pode ser construtivo ou destrutivo para o desempenho de uma coletividade, pode também incentivar a criatividade, permitir o alívio da inquietação e iniciar a mudança, desde que não afete o arranjo das atividades. Alguns autores afirmam que o conflito é o motor do desenvolvimento social e que os seus efeitos são positivos, desde que geridos de forma adequada para estabelecer relações cada vez mais cooperativas, a fim de alcançar soluções integradas em benefício das partes envolvidas, capaz de prevenir estagnações, estimular interesse e curiosidade, meio pelo qual os problemas podem ser expostos e solucionados pela compreensão das necessidades, interesses e pela busca por soluções que beneficiem a todos. Tal fato é responsável por explicar como as organizações impulsionam a

mudança, razão pela qual é importante projetar um sistema eficaz para resolver desavenças sociais e ambientais, que surgirão, com certeza, no processo de implantação de grandes empreendimentos, principalmente na Amazônia.

3.1.1.1.4 Poder

O vocábulo “poder”, segundo o Dicionário de Filosofia, está associado ao indivíduo, ou a uma instituição, como a capacidade para conseguir algo, seja por direito, merecimento, controle ou mera influência (PODER, 2021). Ainda, de acordo com os conceitos trazidos pelo dicionário, o poder influencia a “capacidade de mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado” (PODER, 2021). Nessa vertente é importante conceituar também o poder na esfera política, como sendo: “a força que o estado detém para controlar o comportamento de uma coletividade humana, a fim de garantir determinadas relações sociais” (PODER, 2021), conceito este que fora estabelecido e analisado por antigos filósofos e teóricos político como: Aristóteles, Nicolau Maquiavel, Hobbes, Hegel, Karl Marx, Friedrich Nietzsche, e Michel Foucault (no século XX).

Refletindo sobre o poder acerca das relações sociais, entende-se que:

A compreensão de poder nas relações sociais sempre se revelou um fértil campo de estudo, servindo como objeto de trabalho para filosofia, sociologia, história, política e direito, fato este que impossibilitou a formação de um conceito uníssono de poder (VALENTE, 2009, p. 1).

As relações políticas entre atores envolvidos em algum tipo de conflito, no caso em questão, decorrente da implantação e operação de atividades mineradora, são, antes de tudo, relações de poder, que segundo Weber (2009, p. 33), por se tratar de uma “probabilidade de impor a vontade numa relação social, mesmo contra a resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”, o poder pode estar em qualquer ambiente social, desde a escola, o trabalho, até mesmo nas relações familiares.

Para Foucault (2014), cujos trabalhos convergem-se ao estudo do poder a começar pelas obras “Vigiar e Punir” e “Microfísica do Poder”, o tema não está localizado em uma instituição e nem tampouco como algo que se cede por contratos jurídicos ou políticos. Ainda para Foucault (1979, p. 289), nas palavras de Ferreira e Raitz (2010, p. 373), esses dispositivos “vêm colocar a população não só como força do soberano, mas como sujeito das necessidades e aspirações, consciente daquilo que se quer, e inconsciente em relação ao que se quer que ela faça”.

Finalizando, Foucault completa que o poder pode ser instrumento opressor, porém também pode trazer verdade e saber:

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 2017, p. 282).

Observa-se que o poder é a capacidade de alguém, ou alguma instituição, de controlar e/ou influenciar indivíduos ou coletivos para alcançar determinados resultados. Na esfera política, o poder é a força que o Estado, ou alguma instituição, têm para controlar o comportamento de um determinado grupo, ou sociedade, para garantir relações sociais específicas, assunto bastante discutido por filósofos e teóricos, o qual compreende-se que pode ser usado como uma ferramenta opressora, mas também como uma via de verdade e conhecimento. O poder pode ser entendido, ainda, como um processo, que se dá por práticas sociais e culturais e está presente em todas as relações sociais.

3.1.1.2 Demais categorias

3.1.1.2.1 Agenda (*pauta*)

Para a autora Cunill-Grau a intersetorialidade chama a atenção para a necessidade de estabelecer espaços e instâncias, onde os vários setores possam expressar seus interesses, diferenças e conflitos:

En todo caso, la variada literatura sobre colaboración interagencial llama la atención sobre la necesidad de establecer arreglos comunes de gobernanza, o sea espacios o instancias donde los sectores involucrados en una acción intersectorial puedan por lo menos expresar sus intereses y tratar de zanjar sus diferencias o conflictos (CUNILL-GRAU, 2014, p. 24).

“Espaço” e “instância”, com base no entendimento e julgamento institucional, possibilitam construir uma agenda pré-definida, comum a todos os setores relevantes. Além disso, a proposta ganha mais apoio político quando “a agenda é cronológica e referente ao tempo necessário para o processo de construção da cooperação intersetorial: encontros, conversas, planejamento e avaliação” (CHIARI *et al.*, 2021a, p. 3), construídos no domínio socioambiental com parcerias.

O termo “agenda”, segundo os autores Cobb e Elder (1971, tradução nossa), é definido como um conjunto de controvérsias políticas, entendidas como uma questão específica e digna de nota, que pode ser traduzida de acordo com os itens ou agenda, que precisa ser debatido, contribuindo para visões divergentes de apreensão, sobre o exercício do poder político pelas partes envolvidas.

Trazendo ao contexto da pesquisa, com base na doutrina de Calmon e Costa (2007), é importante discutir o papel dos diferentes atores na construção de uma agenda, uma vez que as diferenças de recurso disponíveis e de interesses envolvidos, pode implicar na atração ou afastamento de participantes de um determinado debate, o que infere na possibilidade de inclusão de assuntos pertinentes no rol da lista de políticas socioambientais pré-estabelecidas.

Diante do exposto, reconhece-se a importância de se criar espaços e instâncias para que distintos setores possam expor seus interesses, diferenças e conflitos. Isso pode ser feito por meio da constituição de uma agenda comum, que motive a discussão de questões políticas específicas. Na prática, isso pode ser observado na formação de agendas de políticas socioambientais em territórios de grandes empreendimentos, que permitem a participação de diferentes *stakeholders* em um processo contínuo de debate e estruturação de proposições sociais, econômicas e ambientais.

3.1.1.2.2 Colaboração intersetorial

Almeida (2012) conceitua que a cooperação intersetorial consiste na parceria entre entidades de diferentes áreas, o que permite alcançar resultados superiores aos que seriam obtidos sem essa colaboração, trazendo eficiência na tratativa de problemas complexos, cujo resultado é atingido por meio do compartilhamento de competências e conhecimentos distintos, que se complementam entre entidades de diferentes áreas.

Colaboração intersetorial, ou *intersectoral collaboration*, na concepção de Chiari *et al.* (2021a) pode ser entendida como “a forma mais desenvolvida de comunicação interativa, exigindo dos atores que sejam estratégicos, tenham identidade, objetivos e responsabilidades conjuntas”, que podem ser definidas como:

(...) estratégia de gestão voltada para a articulação de saberes, potencialidades e experiências de indivíduos, grupos e setores (governamentais ou não), visando ao enfrentamento de problemas sociais complexos, por meio de intervenções compartilhadas e com efeitos sinérgicos (CHIARI *et al.*, 2021a, p. 4).

Quando surgem conflitos, ocorre também um processo de interação, que pode resultar em desacordos e tensões interprofissionais e devem ser usados de forma inteligente, na busca de soluções integradas para problemas sociais complexos, com base técnica na cooperação intersetorial (CUNILL-GRAU, 2014, tradução nossa). Como o conflito é uma interação interpessoal que resulta num agregado de fatores no caminho para o estresse dos atores ou *stakeholders* (CHIARI *et al.* 2021a). Holt *et al.* (2018, tradução nossa), sugere-se que quando o conflito não é declarado e, portanto, inativo, tende-se a criar *spillovers*⁵ e não priorizar responsabilidades na formulação de políticas interssetoriais, incluindo controvérsias, que para Chiari *et al.*, (2021a), não deve ser visto como um retrocesso a ser evitado, pois permite por meio do debate, mobilizar poder e força, incluindo o confronto, análise e resolução. Na visão de Rivera e Artmann, (2016), o estabelecimento de uma interação social ocorre por meio da reconfiguração da rede, onde, segundo Simmel (1995, tradução nossa), é necessário combater a inibição da interação e o desinteresse, negação e a indiferença, em busca de um objetivo comum.

Para Chiari *et al.*, (2021a), a análise da cooperação interssetorial é vista sob a ótica de diferentes aspectos, em que se encontram os mecanismos para integrar, estimular e apoiar a cooperação, como: aspectos políticos relacionados ao uso de habilidades de tomada de decisão para trabalhar interssetorialmente em busca de soluções integradas para problemas complexos; aspectos técnicos, que envolvem a execução de ações interssetoriais, com base em modelos de gestão politicamente definidos; e interação a dimensão da vida social, ajustando as dimensões anteriores do ponto de vista de permitir, com maior ou menor sucesso, a rede de parcerias e resultados esperados pelo processos de comunicação e entrosamento, que na concepção de Glasbergen (2011, tradução nossa), venham traduzir em práticas de administração e de desenvolvimento sustentável.

Nota-se que a cooperação interssetorial envolve diferentes setores para resolver problemas complexos e pode ser vista e entendida por diferentes aspectos, sejam políticos, técnicos e interativos. A cooperação interssetorial pode enfrentar desafios, como: conflitos, desacordos e tensão interprofissional, mas esses desafios podem ser usados de forma eficaz para buscar soluções integradas. Esta cooperação também pode ser afetada por diversos fatores externos, como a influência do contexto cultural, econômico e político; pelo grau de confiança entre os discordantes setores; e pela existência de uma visão compartilhada de objetivos e

⁵ O termo *spillovers* foi utilizado em linguagem estrangeira ao invés da tradução em português, por ser um termo usualmente utilizado e conhecido, que significa extravasamento, transbordamentos.

responsabilidades, cujo sucesso pode ser medido por meio de resultados concretos alcançados e pelo grau de satisfação dos participantes.

3.1.1.2.3 Governança

A governança, sob a ótica de Oliveira e Pisa (2015, p. 1264), inclui o diálogo com a sociedade, por meio de ações que garantam a participação cidadã e a “responsabilização dos agentes públicos”, que para Santos (1997), pressupõe a identificação dos problemas sociais, a formulação de políticas para enfrentá-los e a implementação de ações propostas, mobilizando meios e recursos necessários, cujo modelo, segundo Martins *et al.*, (2019), pode estimular novos dispositivos e lógicas que criem experiências de sucesso.

Para Chiari *et al.*, (2021a), a prática intersetorial implica a criação de métodos de trabalho, que apliquem estruturas e regras de governança em rede, podendo-se considerar como hipótese o estabelecimento de vínculos entre os indivíduos envolvidos e o coletivo da organização do trabalho, com base da governança responsável (*accountability*⁶), com a devida transparência em todas as etapas do processo e entre as partes interessadas. Essa ação pode ser caracterizada como a capacidade do Estado de criar as políticas públicas necessárias para atingir propósitos comuns.

Na percepção de Peters (2013), a termo “direção” de origem grega, significa orientar a economia e a sociedade para objetivos coletivos, processo que inclui primeiro a busca e a identificação dos meios comuns aos quais a sociedade está movendo, em sequência vem a coerência que consiste na entrega das metas adotadas pelas organizações e por fim, talvez o mais importante, os elementos de governanças, com a implementação ou capacitação de diferentes setores para criação de programas que visam objetivos selecionados, seguidos pela responsabilidade atribuída aos líderes, de avaliarem se as intervenções e os *stakeholders* envolvidos estão tendo um bom desempenho.

Entende-se, por conseguinte, que a governança é vista como um processo que inclui a busca e identificação de meios para atingir objetivos coletivos, a coerência na entrega das metas adotadas pelas organizações e a implementação de programas que visam objetivos selecionados, além da responsabilidade de avaliar o desempenho dessas intervenções, como parte da prática intersetorial, sempre com transparência e governança responsável entre as partes comprometidas.

⁶ *Accountability* - Controle, responsabilização, ou ainda prestação de contas (SPINOZA, 2012).

3.1.1.2.4 Governança colaborativa

Para Chiari *et al.*, (2021a), a governança cooperativa inclui a colaboração de várias organizações, desde os setores públicos, privados até a sociedade civil, com intuito de se alcançar objetivos comuns, contribuindo para a resolução de problemas de cunho público, a partir do momento que se busca integração, expansão de recursos e inovação, em que se empregam formas eficientes e eficazes para solucionar problemas, e com os resultados obtidos conseguem atingir aos interesses depositados das diferentes frentes interessadas.

Ran e Qi (2018, tradução nossa), entendem que o consenso deliberativo e as decisões coletivas formam a base da governança cooperativa, e funcionam como mecanismo decisor da abordagem intersetorial, na formulação e implementação da ação. Bodin (2017, tradução nossa), explica que a governança adota a colaboração de múltiplos atores/setores (*multi-stakeholder*), como o meio preferencial de abordar as questões ambientais versus outro modo de gerência mais tradicional e burocrática, imbuído de questões importantes sobre várias qualidades democráticas, como: transparência dos processos decisórios, legitimidade, prestação de contas e justiça.

Assim, a efetividade de uma rede de governança cooperativa é resultado de uma interação assimétrica entre a estrutura geral da rede de organizações, as características dos atores e a posição na rede que ocupam, na produção da agenda social e ambiental regional, ou mesmo nacional.

Em síntese, a governança intersetorial é um processo que envolve colaboração e interação entre diferentes setores, como o público, o privado e a sociedade civil, com a intenção de alcançar objetivos comuns e resolver problemas públicos. O consenso deliberativo e a tomada de decisão coletiva são fundamentais para essa abordagem, facilitando a colaboração multiator ou multissetorial, em vez de métodos de gestão tradicionais e burocráticos. A eficácia da governança colaborativa depende da interação assimétrica entre a estrutura da rede de uma organização, as características de seus atores e sua posição dentro da rede na formação de agendas sociais ou ambientais. A integração de mecanismos como práticas estratégicas e ferramentas, podem promover a ação coletiva e superar o isolamento e a fragmentação setorial, contudo, para garantir o sucesso da ação intersetorial é necessário adotar instrumentos importantes como capacitações e treinamentos.

3.1.1.2.5 *Indivíduos*

Os indivíduos, segundo Silva (2019), são “processos vivos” que vivem, mudam e estão constantemente envolvidos em processos comportamentais resultantes de novas aprendizagens assimiladas pelo hábito, entretanto possuem limitada capacidade de escolha entre o “eu” e suas consequências, e o “coletivo” e suas consequências. Para Crozatti (1998), os indivíduos são seres sociais que satisfazem suas necessidades de sociabilidade por meio de relações, nas quais devem assumir uma postura adaptativa e modificada. Na perspectiva de Chagas em conformidade a teoria de Marx, o indivíduo é:

(...) exclusivamente um ser natural, mas natural humano-social, dotado de consciência e liberdade, que, diferentemente do animal, tem consciência de si, de sua atividade vital, de seu trabalho, e que não é passivo diante das condições naturais, mas ativo, que intervém a seu favor e transforma tais condições para a sua realização (CHAGAS 2012, p. 13).

Na ótica de Chiari *et al.* (2021a), indivíduos são criadores, promotores, implementadores e beneficiários de políticas; são partes interessadas, cuja posição e contribuição na implementação de um projeto é individual e política (intersectorial ou não); são os que formam as estruturas das redes de colaboração que estão ligadas à capacidade de lidar com problemas. Diferentes temas devem ser contabilizados e facilitados pela presença de indivíduos que exerçam liderança responsável, de visão ampla e poder de ação em diferentes níveis, cujas competências, de acordo com Holt *et al.* (2018, tradução nossa), envolvem habilidades de resolução de problemas, coordenação e mediação de conflitos, além de flexibilidade, conhecimento profundo de sistemas e disposição para realizar os trabalhos que lhe são conferidos com inteligência emocional.

Para Elias (1994), a vida em sociedade, o convívio em comunidade envolve "contradição", "estresse" e "explosão", e mesmo quando o indivíduo parece estar invisível, ele ainda ocupa um determinado lugar onde as pessoas estão ligadas entre si, às vezes com possibilidades limitadas e poucas, ou nenhuma, opção de exprimir suas ideias e seus comportamentos. Para definir o que é sociedade, ele explica que:

(...) cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos “sociedade” (ELIAS, 1994, p. 20).

D'angelo e Brunstein (2013, p. 4), consoantes ao tema, explicam que:

Os indivíduos são parte da prática organizacional e essa relação é tecida em conjunto e leva em consideração o contexto. Há dois entendimentos de contexto: i) indivíduo e contexto são produzidos historicamente; ii) o contexto é construído à medida que os indivíduos interagem nos processos sociais da organização.

Constata-se, pelos preceitos narrados, que os indivíduos são atores de projetos políticos e sociais, sejam eles intersetoriais ou não, e são também criadores, implementadores e beneficiários dessas políticas. Essas pessoas precisam de habilidades de resolução de problemas, coordenação e mediação, flexibilidade e profundo conhecimento de sistemas para, então, poder realizar suas tarefas com eficácia. Discute-se a ideia de que a sociedade é formada por indivíduos interconectados e com escolhas limitadas de comportamento, que consiste numa rede de papéis interrelacionados, desempenhados por pessoas, formando, assim, o que chamamos de “sociedade”.

3.1.1.2.6 Mecanismo integrador

Um dos fundamentos técnicos da cooperação intersetorial, consiste no processo de interação entre diferentes níveis e suas divergências e tensões, devem ser utilizadas de forma eficaz na busca de soluções para problemas complexos de relacionamentos (CUNILL-GRAU, 2014, tradução nossa).

Chiari *et al.*, (2021a, p. 7), explica que o mecanismo integrador compõe-se de instrumentos “que sustentam e organizam as relações no cotidiano”, que abarca “práticas, estratégias, ferramentas ou dispositivos”, capazes de promover a ação coletiva necessária à implementação de políticas e programas, que contribuem para a manutenção e organização das relações cotidianas, superando o isolamento e a fragmentação de diversos setores, estimulando uma visão de unidade compassiva, garantindo a gestão integrada e formas organizacionais matriciais.

Esses mecanismos podem diminuir as desigualdades de poder e cooperar com a organização de comunidades mais expressivas (CUNILL-GRAU, 2005, tradução nossa), que corresponde às próprias fases de implementação de uma política, em termos de um processo coletivo e compartilhado, de identificação de problemas, planejamento de ações, definição de indicadores e avaliação do resultado (RASANATHAN *et al.*, 2017, tradução nossa). Para Chiari *et al.* (2021b) é um desafio para gestores e tomadores de decisão, por serem processos

intensivos em recursos e terreno fértil para interações, que podem efetivamente levar a parcerias intersetoriais. Ainda segundo o autor, a capacitação e o treinamento devem ser incorporados ao desenho de políticas e projetos intersetoriais, que sejam contextualizados de acordo com os problemas aos quais se pretende enfrentar (CHIARI *et al.*, 2021a), entretanto, caso não realizados de forma eficaz, ou mesmo esquecidos em processos de trabalhos fracionados, resultará em dificuldades operacionais quanto à aplicação do uso da lógica intersetorial e a compreensão, que são passos importantes para analisar os motivos aos quais algumas ações intersetoriais são mais bem-sucedidas do que outras.

Perante ao exposto, observa-se a importância do uso de mecanismos integradores, como ferramentas que organizam as relações cotidianas entre os setores e promovem ações coletivas para implementar políticas e programas, que podem diminuir as desigualdades de poder e promover a organização de comunidades significativas.

3.1.1.2.7 *Parceria*

Segundo Chiari *et al.* (2021a), a definição de parceria está muito próxima do conceito de cooperação intersetorial, que é o instrumento básico do qual será criado o apoio e a cooperação entre todas as partes. Pela definição de Van Huijstee *et al.* (2007), as parcerias podem ser descritas como arranjos cooperativos em que atores de dois ou mais setores da sociedade (Estado, mercado, sociedade civil), participam de processos não hierárquicos num esforço coletivo para perseguir objetivos comuns. Para Carrilho (2008, p. 86), parceria “decorre da ligação entre duas componentes essenciais: a primeira corresponde aos pressupostos-chave na relação entre actores, enquanto a segunda diz respeito à dinâmica de parceria”, Chiari *et al.* (2021a, p. 8), complementa que “exige esforço dedicado, prontidão para colaborar e disponibilidade para atuar dentro de uma nova forma de organização”, sendo a confiança entre as partes, as boas relações de trabalho e a presença de lideranças são características fundamentais para o fortalecimento das parcerias. Na visão de Russell e Smorodinskaya (2018, tradução nossa), a maneira mais eficaz de criar inovação nos dias atuais é por meio do desenvolvimento de parcerias em rede, e a proliferação contínua delas, em todo o mundo, indicam que bens, tecnologias e valores transformadores serão cada vez mais executados pelos atores/setores em suas redes, trabalhando juntos para formar conjuntos sustentáveis de atores/setores, mecanismos e associações.

Diante do exposto apresentado, observa-se que a parceria é vista como um arranjo cooperativo entre atores de diferentes setores da sociedade (Estado, mercado e sociedade civil),

para alcançar objetivos comuns. Ela é considerada um componente fundamental para a consolidação da cooperação intersetorial e da inovação, e é representada por pressupostos-chave nas relações entre atores, uma metodologia de parceria que exige esforço, colaboração e disposição para atuar numa nova forma de organização. Confiança, boas relações de trabalho e lideranças são requisitos importantes para o sucesso das parcerias, que são vistas como formas capazes de criar aperfeiçoamento, por meio do desenvolvimento de redes de atores/setores que operam para formar sistemas sustentáveis.

3.1.1.2.8 Redes

A discussão sobre redes constituiu uma agenda de pesquisa, que reuniu diversas propostas, implicações e abordagens interdisciplinares, e talvez o ponto mais importante é verificar se ocorreu sua apropriação indevida, como nas ciências sociais.

Castells (1999), coloca que o conceito de “rede” pode ser entendido como um emaranhado de nós conectados, classificados como estruturas abertas, com capacidade de expansão ilimitada, que geram novos compartilhamentos a partir de um mesmo código de comunicação. O autor completa, ainda, que “são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (CASTELLS, 2007, p. 566).

Reafirmando os conceitos apresentados por Castells, “rede” é um mecanismo capaz criar equilíbrio, interrelações, interconexão, integração, unidade territorial, ao mesmo tempo que a separa da materialidade da ação (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995; HAESBAERT, 2004; FUINI, 2017b).

Marteletto (2001, p. 72) afirma que:

O conceito de redes é tributário de um conflito permanente entre diferentes correntes nas ciências sociais, que criam os pares dicotômicos - indivíduo/sociedade; ator/estrutura; abordagens subjetivistas/objetivistas; enfoques micro ou macro da realidade social -, colocando cada qual a ênfase analítica em uma das partes (MARTELETO, 2001, p. 72).

Do ponto de vista das ciências sociais, segundo Acioli (2007), as redes caracterizam-se como um conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores, que quando transnacionais, mostram mudanças de paradigmas e revelam relativização de espaços dentro das origens dos

movimentos sociais, um tema em constante mudança envolvendo grupos de outros campos teóricos, e até ideológicos, conforme implica Santos:

A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema. A ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e como território, regidos pela interação. No primeiro caso, a solidariedade é produto da organização. No segundo caso, é a organização que é produto da solidariedade. A ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifiquem aspectos da outra (SANTOS, 2006, p. 231).

Para Acioli (2007), as redes são interconectadas, interdependentes e podem dar origem a interações não previstas, novas realidades estruturais e, assim, reinventar formas de comunicação de saberes e práticas. Feldeman-Bianco (1987, p. 163), acrescenta que na antropologia social, a noção de rede social encontra-se em desenvolvimento “tendo vista a análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias”. A presença ou ausência de uma rede e a dinâmica com que cada rede se relaciona com as demais, são importantes fontes de dominação e transformação social (CASTELLS, 1999). A rede, nesse sentido, possibilita a análise do território para além das fronteiras, o que agrega valor a projetos, possibilita a ampliação de resultados e fortalece a articulação intersetorial para promoção do desenvolvimento sustentável.

Constata-se, portanto, que as redes são formadas por um conjunto integrado de relações sociais entre grupos de atores, que podem ser tanto locais, quanto globais. As redes são descritas como estruturas abertas, capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. Tais estruturas podem ser usadas para criar equilíbrio e interrelações entre atores, mas também têm sido objeto de conflito entre diferentes correntes nas ciências sociais, que possuem visões distintas, colocando ênfase analítica em uma das partes. As redes podem ainda, reinventar formas de comunicação de saberes e práticas capazes de dar origem a interações imprevistas e novas realidades estruturais.

3.1.1.2.9 Setor

O meio organizacional é um tema de grande interesse e atuação para os teóricos da Administração (SCHULTZ, 2016). Segundo Silva *et al.* (2019), a Administração é dividida nas mais diversas esferas e repartições organizacionais, pois as organizações apresentam em si suas particularidades, que vão desde seus objetivos estratégicos, segmento de mercado e disponibilidade de recursos, à ideologias e políticas internas.

Sob o ponto de vista de Schultz (2016), na complexidade do contexto organizacional e seus aspectos internos e externos, a estrutura e o ambiente são agrupados, de acordo com Daft (2014), em um nível mais alto de análise, formado por um conjunto de grupos e/ou divisões, conhecidas como “setores” ou “departamentos”, os quais têm efeito direto sobre sua capacidade de atingir seus objetivos.

Chiari *et al.* (2021a), refere-se ao trabalho sinérgico de dois ou mais campos como um ato fundamental de cooperação intersetorial, que não substitui, ou exclui, a ação setorial por um campo técnico dentro de atribuições específicas, sendo provável que se os criadores das políticas enxergassem além de suas próprias prioridades, entendessem como elas afetam os outros e como são influenciados por outros, é possível que encontrem interesses comuns e alianças, obtendo-se então múltiplos olhares, que contribuem para formação de uma rede que se concentra em questões específicas, em oposição ao planejamento baseado apenas em objetivos do setor, com base em necessidades ou desejos compartilhados (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013; REIS, 2015).

Constata-se que na esfera organizacional, a gestão, o trabalho sinérgico de uma equipe, são questões fundamentais para que uma organização alcance seus objetivos estratégicos, em seus segmentos de mercado, com economia de recursos, mantendo seus princípios e valores internos. Olhando para as estruturas organizacionais, percebe-se que elas formam um grande sistema fragmentado em setores ou departamentos, que trabalham de forma interconectada. Considerar o impacto de outros setores e encontrar interesses comuns nessa rede fragmentada, reúne múltiplas perspectivas de planejamentos e resultados, que não devem ser elaborados visando somente os interesses individuais e/ou setoriais, mas com base em necessidades e desejos compartilhados.

3.1.1.2.10 Sustentabilidade

Entre as diferentes concepções, abordagens e interpretações do tema sustentabilidade existem também oposições e incerteza, por vezes inconciliáveis, especialmente relacionadas ao desenvolvimento sustentável, que sintetiza em “capacidade de criar meios para suprir as necessidades básicas do presente sem que isso afete as gerações futuras, normalmente se relaciona com ações econômicas, sociais, culturais e ambientais” (SUSTENTABILIDADE, 2022, online).

A administração que inclui a sustentabilidade, segundo Silveira (2017), depende daqueles que quebram padrões e estão dispostos a correr riscos, como agentes de transformação,

com poder de impulsionar a mudança, encontrar equilíbrio entre o que é socialmente desejável, economicamente executável e ecologicamente direito, dos quais o equilíbrio depende de parcerias entre comunidades, empresas e governo.

Para Chiari *et al.* (2021a), a sustentabilidade de políticas e concepções intersetoriais, presume o estabelecimento gradual de cooperações estáveis e de prolongado período, ou seja, a continuidade de práticas efetivas para confrontar o problema, compreende o reconhecimento dos benefícios concebidos e sustentados pela continuidade da configuração organizacional, que ao contrário de uma associação com duração limitada do projeto que depende de muitos fatores envolvidos, contribuem para a continuidade do procedimento colaborativo:

- i) os contextos político, organizacional e territorial nos quais as intervenções estão inseridas, privilegiando a descentralização com atuação nos espaços sociais, mais perto dos destinatários, com melhor diagnóstico dos problemas e, consequentemente, melhor planejamento de formas de enfrentamento;
- ii) modelos inovadores de governança com compartilhamento de poder, de conhecimento, de responsabilidade e de orçamento;
- iii) processo integrado de concepção e de implementação das intervenções;
- iv) participação popular com envolvimento do público alvo, ao menos nas etapas de levantamento de problemas, planejamento e avaliação das ações;
- v) o grau de transformação e o impacto sobre os problemas alvo (CUNILL-GRAU, 2014; HENDRIKS *et al.*, 2015; MARTINS *et al.*, 2019; SHEDIAC-RIZKALLAH; BONE, 1998; STIRMAN *et al.*, 2012 apud CHIARI *et al.*, 2021a, p. 10).

Silva (2009, p. 14), expõe que “o ponto positivo da sustentabilidade é que cada vez mais as instituições estão se conscientizando e admitindo que são apenas ecossistemas complexos, que integram comunidades, sociedade, governo, pessoas e meio-ambiente”.

Nesse contexto, de acordo com doutrinadores, é notória a importância da sustentabilidade no campo da Administração, e o quanto ela depende de cooperações entre comunidades, empresas e governo para encontrar um equilíbrio entre o socialmente desejável, e economicamente executável e o ecologicamente correto. A sustentabilidade também abrange a criação de parcerias estáveis, e de longo prazo, entre distintos setores da sociedade, como o Estado, o mercado e a sociedade civil, para enfrentar problemas comuns de forma colaborativa. Além disso, observa-se que a sustentabilidade necessita de modelos inovadores de governança, processos integrados e implementação de intervenções que estimulem a participação popular e que sejam capazes de estabelecer métricas para mensuração do impacto das ações sobre os obstáculos. Destaca-se, ainda, que cada vez mais as instituições têm compreendido o seu papel como parte de ecossistemas relevantes, que vai além de suas estruturas internas, pois incluem

múltiplos componentes externos que devem ser considerados, como a sociedade e o meio ambiente.

3.1.1.2.11 Território

Na concepção de Nóbrega (2013), os humanos tomam para si configurações espaciais e com isso criam limites, fronteiras e elaboram estratégias para manter e ocupar novos espaços, que por meio da luta entre dominação e insubordinação, criam um campo de força, onde as relações de poder se tornam patentes, e é a partir dessa separação espacial que esse território emerge, consoante as relações que emanam do campo de força, e não do espaço. No entendimento de Haesbaert (2004, p. 62), “o vínculo mais tradicional na definição de território é aquele que faz a associação entre território e os fundamentos materiais do Estado”. Complementando, Orihuela (2015, online), discorre sobre os elementos constitutivos do estado, que são: “população; povo; território; tempo; poder político; governo; finalidade; recursos; princípios de justiça; ordem jurídica; capacidade de manter relações com outros Estados”, e há que se destacar que “território”, no ponto de vista de Chiari *et al.* (2021a), deve ser compreendido como a exteriorização e o produto da existência, e das interações e vinculações entre os indivíduos que formam as “sociedades”, compreendidas como organizações essencialmente espaciais, com circunstâncias específicas, forças e fraquezas.

O Território representa mais que um espaço geográfico, é o espaço da vida, das relações, das trocas, que permite a construção e desconstrução de conexões cotidianas e favorece disputas, contradições, conflitos, expectativas e sonhos, onde se revela o sentido da vida (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social, 2008), bem como ocorre no caso de terras de sobrevivência de povos tradicionais, como: seringueiros, quilombolas, ribeirinhos, assentados e indígenas, sendo estes, na concepção de Reis (2015), “dinâmicos e polimorfos” e que têm suas premissas na “sujeição individual e coletiva subjugado a uma dimensão subjetiva que o delimita”, (NÓBREGA, 2013, p. 11), não no que diz respeito ao espaço, mas sim às relações decorrentes desse campo de força; e para alcançar uma forma mais moderna de compreendê-los é “(...) fundamental para afastar o risco da alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva e o risco de renúncia ao futuro” (SANTOS, 1998, p. 15).

Souza (1995, p. 355), assevera que o território é fundamentalmente “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, cujas conjunturas para a organização, preparação e aptidão, advém das políticas que estabelecem vínculos entre segmentos locais da sociedade e o desenvolvimento de seu capital social (REIS, 2015). Segundo PAASI (2000), é

significativo o encargo no conflito entre capital e trabalho, cujo arranjo do ordenamento territorial é uma atribuição indispensável do Estado, “já que está associado às macroestratégias para o território nacional e envolve a gestão (e possíveis transferências para terceiros) dos fundos territoriais⁷ e recursos naturais (como os de mineração e recursos hídricos)” (FUINI, 2017a, p. 162).

Na ótica de Nascimento e Melazzo (2013), quando se versa de admitir o território a partir de relações sociais e relações de poder, a ênfase deve ser colocada nos próprios processos de construção e reprodução social, que se destacam determinantes (econômicos, culturais, políticos) em suas participações, e que impreterivelmente resultam em processos que são ativados em diferentes proporções.

Dentro desse enfoque, Dantas e Morais (2008), acrescentam que o território vai ser debatido nas áreas compartilhadas das práticas sociais, capazes de apresentar com clareza, sob diferentes pontos de vista, as relações de troca, sejam elas simbólicas, materiais, econômicas e/ou políticas, que segundo Chiari *et al.* (2021a), devem seguir procedimentos multidisciplinares integrados, baseados em planejamento de longo prazo, com atuação territorial e participativa, envolvendo análise de situação, escolha estratégica e tomada de decisão conjunta. Nesse sentido, para Saquet (2010), o território só se efetiva no instante em que os indivíduos mantêm relações entre si (relação social) de forma plural, multiforme e recíproca, e a partir disso é que se concebe a territorialidade.

Verifica-se, assim, que o território é mais do que apenas um espaço geográfico, é também um espaço onde são estabelecidas relações e trocas, onde são reveladas as expectativas das pessoas, sendo isso fundamental para a sobrevivência de povos tradicionais, como os indígenas, seringueiros e quilombolas. Pode-se afirmar que o território é influenciado pelas políticas estabelecidas pelo governo e pelo capital social existente em uma determinada região.

3.1.1.2.12 Territorialidade

A concepção de territorialidade foi delineada em 1920, pelo Ornitólogo inglês H. E. Howard, como “a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie” (RAFFESTIN, 1993, p. 159), conceito este que pode ser seguramente empregado ao contexto da região em estudo, cujos

⁷ Fundo territorial corresponde a um conceito elaborado sobre a perspectiva de compreender a valorização simbólica e material atribuída a determinados espaços no processo de expansão geográfica ocidental (MORAES, 2019).

povos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros) encontram-se em território gerador de sustento financeiro e base de suas raízes e identidades, marcados por fragilidades sociais.

Para Nóbrega (2013), a territorialidade parte da necessidade de compreender a existência de uma lógica dentro do território, que pode ser chamada simplesmente de instinto de defesa e manutenção do território, caracterizada por todas as práticas sociais definidas pelas relações de poder e pela apropriação simbólica de um espaço geográfico por grupos e indivíduos, colocando, assim, o território como expressão dessa territorialidade, que sob a ótica de Raffestin (1993, p. 160) é “como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo”, em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema e caracterizada como multidimensional e pertencente à vida em sociedade.

(...) de acordo com nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Para Saquet e Sposito (2009, p. 322), a territorialidade se corporifica no lugar e parece refletir “aspectos culturais, políticos, econômicos e ambientais”, organizando-se no caos e na obscuridade de relações desiguais.

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET; SPOSITO, 2009, p. 88).

Sob o prisma de Chiari *et al.* (2021a), a territorialidade é reconhecida pela união de práticas sociais, definidas pelas relações de poder e pela apropriação de espaço geográfico simbólico, realizada por grupos, colocando, então, o território como expressão dessa territorialidade, incluindo iniciativas populares, como estratégia territorial endógena, que do ponto de vista de Saquet (2018, p. 496), são determinadas habitualmente “a partir do local, do reconhecimento, do pertencimento, da territorialidade ativa, da consciência do inacabamento, da auto-organização e autogestão, da partilha, da sinergia e da consciência de classe e de lugar”.

A territorialidade está presente tanto nos territórios, quanto nas redes e se traduz em conflitos, luta entre classes, relações de poder e disputas de territórios (SAQUET, 2018, p. 486).

Conforme Raffestin (1993, p. 160), a territorialidade consiste numa espécie de soma “das relações mantidas por um sujeito com o seu meio”, que para Santos (2009), deve englobar a racionalidade política, na medida em que as estratégias de dominação e controle devem ser transformadas em conexões de envolvimento e administração, que para Saquet e Sposito (2009, p. 90):

(...) corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações.

Levando em consideração as inter-relações dessas distintas categorias, disseminadas no saber e restringidas na sua efetivação prática nos mais diferentes campos, as ações intersetoriais, devem, indispensavelmente, se mostrar como um sistema expressivo na procura de novas normas organizacionais, com competência para serem reputadas como práxis sociais incessante. A união de conhecimento e experiência, prática e teoria, objeto e sujeito, vivência e atributo do homem, teor e configuração do pensamento, ciência (psicologia, antropologia, história, geografia, sociologia) e filosofia, e todos os demais elementos da cultura na organização, com a efetivação e a análise de políticas, programas e projetos, dirigidos para o entrosamento entre indivíduos, grupos populacionais intrínsecos, Estado e classes corporativas, num espaço específico, se convergem para abrigar, de forma recíproca, carências e esperanças, sobretudo, na resolução de conflitos e entre as relações de poder, observadas direta, e indiretamente, nos demais tópicos da pesquisa bibliográfica e da pesquisa direta, contempladas a seguir.

Portanto, a territorialidade é como uma conduta adotada por uma corporação para tomar posse de um território e defendê-lo de outros de sua mesma espécie. A territorialidade pode ser compreendida como a lógica presente no território, caracterizada por práticas sociais definidas e relações de poder, e pela apropriação simbólica de um espaço geográfico por grupos e indivíduos. A territorialidade é multidimensional e reflete aspectos culturais, políticos, econômicos e ambientais de um lugar ou região, e pode ser influenciada por condições históricas e geográficas do local. É possível que ela seja utilizada como uma estratégia territorial endógena, ou seja, uma iniciativa popular que emerge à partir do local e reconhecimento do pertencimento, à territorialidade ativa, levando em conta a consciência da sua própria realidade e suas perspectivas de transformação.

3.2 PARÁ E VALE DO TROMBETAS – CENÁRIO MINERAL E TERRITORIAL

A atividade extrativista sempre esteve presente na economia Amazônica, em seus diferentes ciclos ao longo da história. Segundo Homma (1990), os produtos que tiveram maior importância no período de colonização até a metade do século passado, foram: cacau, castanha do Pará, madeira e borracha, tendo esta última um papel central na dinâmica econômica da região, no final do século XVIII e início do XIX.

Sob o ponto de vista de Monteiro (2005), o processo de valorização industrial de recursos minerais na Amazônia, ocorreu a partir do liberalismo econômico dos anos de 1940, o qual incentivou a produção mineral (e alguns anos depois a agropecuária), principalmente na Amazônia oriental brasileira: “iniciou-se com a exploração das reservas de minério de manganês da Serra do Navio, no então Território Federal do Amapá” (MONTEIRO, 2005, p. 187), período compreendido entre 1957 e 1974. Na sequência, o estado do Pará na década de 1970, iniciou o processo de extração e comercialização da bauxita metalúrgica, na região do Rio Trombetas, e a extração do minério de ferro na Serra dos Carajás, que, na concepção de Oliveira (1994, p. 86 apud MONTEIRO, 2005, p. 188) “era imperioso ‘ocupar’ a Amazônia, na visão dos principais segmentos dos governos militares”. Com a finalidade de agilizar a implementação de tais projetos, o Governo Federal criou em 1974, o programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA (MONTEIRO, 2005, p. 188).

Para Nascimento e Belo (2012, p. 226), ao final do século XX, e em meio a mais uma crise da sociedade capitalista, sucedeu-se uma “nova fase de expansão generalizada do capital rumo aos países e/ou regiões marcadas pela abundância de recursos naturais”, como no caso do Brasil, e, nele, da Amazônia.

A mineração tem sido um dos primordiais fatores de desenvolvimento da Região Norte, em particular no estado do Pará, com um potencial enorme para se tornar um dos maiores centros mineradores do mundo, pois detém uma privilegiada diversidade de recursos minerais e extensão territorial considerável, e, por isso, é considerado polo minerário desde os anos 1970.

Segundo o Relatório de Atividades de 2022, do Sindicato das Indústrias Minerárias do Pará (SIMINERAL, 2022), em 2021 o estado do Pará foi o quarto maior exportador do país, de acordo com dados publicados pelo Ministério da Economia, sendo que as exportações de minérios ocuparam a primeira posição no Brasil, chegando a exportar 188 milhões de toneladas de minérios, cerca de 48% do total brasileiro, destacando-se: o minério de ferro (que é o produto mais exportado), o cobre, a alumina, o alumínio, o ferro-níquel, o ouro, a bauxita, o caulim, o ferro gusa, o manganês e o silício. Com um saldo positivo de US\$ 27.634 bilhões, tendo as

atividades de mineração como a principal responsável pelo bom desempenho da balança comercial do estado, o Pará obteve um crescimento de 51% na movimentação do setor, que corresponde aproximadamente à 93% das exportações do Estado, ocupando a primeira posição no Brasil, superando os resultados dos outros Estados, como Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e São Paulo.

O SIMINERAL, estipula que:

Até 2024 a indústria mineral pretende investir R\$ 22,013 bilhões no Pará, outros R\$ 18,863 bilhões serão investidos em infraestrutura, transformação mineral e outros negócios, como a produção de biodiesel. Em números, a mineração gerar 266 mil empregos diretos e indiretos na cadeia produtiva local e responde por 20% do PIB paraense (SIMINERAL, 2021, online).

Ainda, de acordo com SIMINERAL (2022), em 2021 foram 69 municípios e 222 empresas recolhedoras de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) no Pará, que foi um crescimento significativo, passando de R\$ 3,112 bilhões em 2020, para R\$ 4,812 bilhões em 2021.

No Pará, grandes jazidas merecem destaque, que são: Oriximiná, Terra Santa e Juruti, que exploram a bauxita com parte produtiva destinada à exportação; e a de Serra dos Carajás, que é considerada a maior a nível mundial, produz minério de ferro puro e está localizada na região sudoeste do estado, onde há concentração de uma diversidade de minerais, como o manganês, o cobre, a bauxita, o ouro, o níquel, o estanho, entre outros (SIMINERAL, 2021, online).

As principais minas de bauxita em operação estão localizadas nos municípios de Oriximiná, Terra Santa, Faro, Juruti e Paragominas, ambos no Estado do Pará, e na região de Poços de Caldas e Mirai, no sudoeste do Estado de Minas Gerais. A Associação Brasileira do Alumínio (ABAL), indica que o “estado do Pará concentra 91% da produção de bauxita para fins de uso metálico no Brasil” (ABAL, 2017, p. 14).

Conforme Rodrigues (2022), as empresas que mais arrecadaram com a expansão da mineração paraense no ano de 2021, foram: a Vale (R\$ 134,282 bilhões), a Salobo Metais (R\$ 7,949 bilhões), a Mineração Paragominas (R\$ 2,294 bilhões), a Mineração Rio do Norte (R\$ 1,634 bilhão), a Alcoa (R\$ 1,061 bilhão) e a D’Gold (R\$ 1,015 bilhão), cujas produções acrescentadas de outras empresas de médio e pequeno porte, inclusive pessoas físicas, segundo a ANM (2022c), contabilizou, em 2021, o total de R\$ 4.812.902.386,20 de Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM). Com isso, o estado se tornou o

maior gerador de *royalties*⁸ da mineração pelo terceiro ano consecutivo, conforme o Sistema de Arrecadação da ANM (2022a), *royalties* estes, que de acordo com Castello e Maia têm por objetivo:

Recompensar a sociedade pelo aproveitamento dos bens minerais não renováveis, como forma de que os municípios e estados disponham meios de aumentar sua eficácia produtiva e conquistar aumento na qualidade de vida de seu povo assegurando o bem estar áreas social, humana e econômica de forma sustentável (CATELLO e MAIA, 2017).

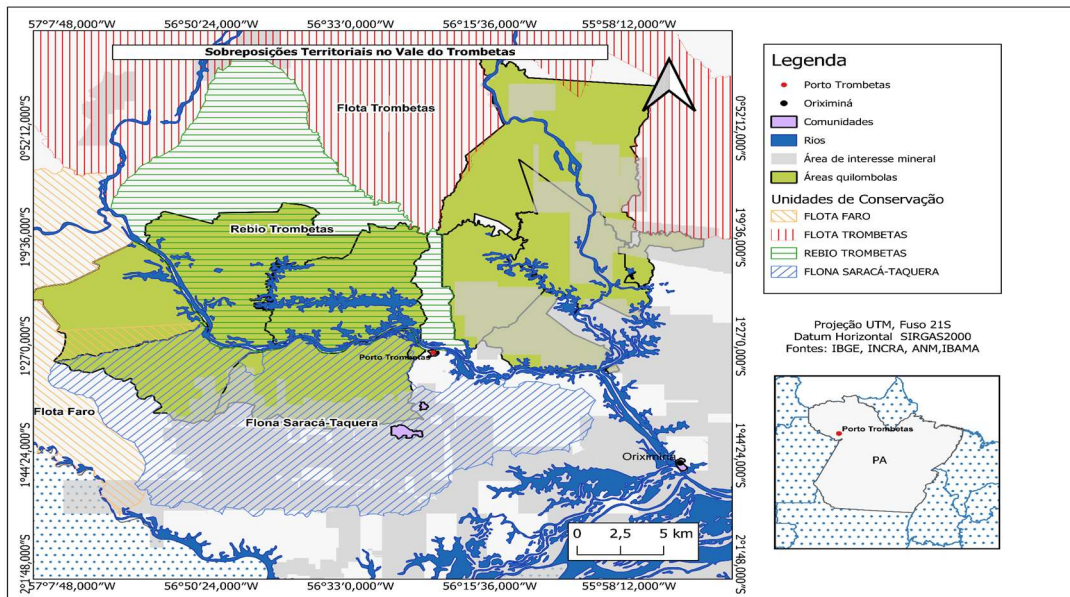
Observa-se, portanto, que as atividades de mineração, com evidência a exportação de minérios, colocam o estado do Pará na posição de um dos maiores em atividades econômicas minerais do país, respondendo, em 2021, por mais de 90% das suas exportações representada por 188 milhões de toneladas de minérios, que corresponde cerca de 48% do total da exportação mineral de toda a nação, destacando-se no Estado a região oeste do Pará, mais precisamente o Vale do Trombetas.

Este território no oeste paraense - aqui representado pelos municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro -, é o mais afetados diretamente pelos conflitos socioambientais e relações de poder na região, quer seja antes, durante, ou mesmo após a instalação das operações da Mineração Rio do Norte, que explora um território rico em reservas ambientais, cuja ação extrativista é alvo constante de resistência e combate por parte das comunidades tradicionais. Esses municípios inseridos principalmente no contexto das atividades da Mineração Rio do Norte, estão localizados em território amazônico oriental, na Mesorregião do Amazonas e Microrregião de Óbidos, que juntos formam, atualmente, um território com mais de 12 milhões de hectares.

Rima (2017), afirma que esses entes federativos, incluindo suas sedes municipais e aglomerados populacionais, dispersos ao longo de seus lagos, rios, igarapés e áreas de planalto, encontra-se em um ambiente social extremamente adverso, e estão contemplados nas áreas de influências do empreendimento minerário, bem como diversas sobreposições territoriais com dezenas de processos minerais, unidades de conservação e assentamentos, conforme observado na figura 2.

⁸ *Royalties* da mineração é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, que é paga a União que, por sua vez, faz a divisão e repasses aos estados e municípios. Esse processo é controlado pela Agência nacional de Mineração – ANM.

Figura 2 – Planta de sobreposição territoriais e áreas de interesses minerais



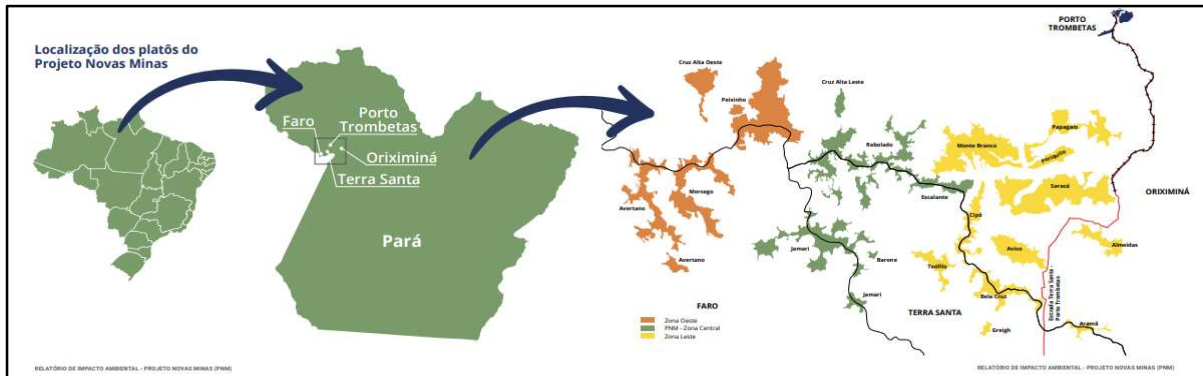
Fonte: Elaborado pelo Autor - com base no Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE/ANM (2022a), IBGE (2010), INCRA (2022) e IBAMA (2022).

A região destaca-se, ainda, devido a presença de bens minerais de bauxita, e incipientes de ouro, cobre, diamante e, secundariamente, materiais *in natura*, para construção civil, como areias, argilas e seixos (OLIVEIRA; SILVA, 2019).

Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM, 2022d), em seu Sistema de Informação Geográfica da Mineração (SIGMINE), até setembro de 2022 observa-se inseridas nos municípios diversas áreas de interesse mineral, cujos processos e atos administrativos, que se representam por: requerimentos de pesquisa, requerimentos de licenciamento, requerimentos de lavra garimpeira, requerimentos de lavra, licenciamento, concessão de lavra, disponibilidade, autorização de pesquisa e aptos para disponibilidade, que totalizam até setembro de 2022, 210 (duzentos e dez) no município de Oriximiná, 31 (trinta e um) no município de Faro, e 49 (quarenta e nove) no município de Terra Santa (ANM, 2022b), totalizando 290 (duzentos e noventa) procedimentos administrativos.

Evidencia-se na região, os platôs de ocorrências da “bauxita”, do Complexo Minerário da MRN, que estão localizados em parte dos territórios dos municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro, e estão inseridos na Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera, que é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável (figura 3).

Figura 3 – Localização dos Platôs de Minérios da MRN em Oriximiná, Faro e Terra Santa



Fonte: RIMA (2020, p. 13).

A “bauxita”, cujo nome se refere à cidade de Les Baux, na França, onde o minério foi identificado pela primeira vez no ano de 1821, pelo Geólogo Pierre Berthier, foi definida pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), como uma mistura natural “constituída por óxido de alumínio hidratado de composições variáveis” (SIMINERAL, 2021, online), ao qual o seu desenvolvimento em depósitos está diretamente relacionado com o manto de intemperismo tropical; em outras palavras a bauxita consiste numa rocha a partir da qual se obtém o alumínio, que é classificado como terceiro elemento químico de maior abundância na crosta terrestre (depois do oxigênio e silício), sendo empregado em vários setores industriais como na metalurgia, na indústria farmacêutica, na aeronáutica e também no setor de alimentos.

No ensaio de Oliveira e Silva (2019), consta que os investimentos no Polo Trombetas aconteceram no município de Oriximiná em 1963, quando foi descoberta grande quantidade de bauxita próximo ao Rio Trombetas, pela empresa Bauxita Santa Rita Ltda, subsidiária da empresa canadense Aluminium Limited of Canada (ALCAN). Em 1967, haviam perspectivas para a exploração de reservas de elevado valor comercial entre o Rio Nhamundá e o Rio Trombetas, no Platô Saracá, resultando na criação da empresa Mineração Rio do Norte S/A – MRN, em 1971, composta inicialmente pela ALCAN e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) - como maiores acionistas. Posteriormente, em 1974, houve uma reestruturação societária, cujo patrimônio se dividiu entre a participação da “MRN com 51% das ações, participação da CVRD (VALE) com 41% e da CBA com 10%, além de sete empresas estrangeiras com 49%” (MRN, 2019, online), e em 1979, as atividades de lavra foram então reiniciadas pela Cia.

O Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), amparado na Constituição Federal de 1988, estabelece a Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), em que 65% da participação dos resultados da exploração (lavra) de bens minerais

arrecadados são destinadas ao(s) município(s) onde ocorrer a produção, conforme prescreve o Decreto Lei nº 01 de 11 de janeiro de 1991 (art. 13, § 2º, II) (BRASIL, 1991).

Credita-se, aqui, que nos últimos anos, os municípios de Oriximiná e Terra Santa têm desenvolvido e movimentado maior parte de sua economia em decorrência das atividades de mineração da iniciativa privada (exploração de minério de bauxita): “em função de contribuições fiscais, compensações financeiras, geração de empregos e prestação de serviços” (RIMA, 2020, p. 88), com destaque ao CFEM, que contribuiu entre os anos de 2018 a 2022, para as finanças de Oriximiná com R\$ 166.319.714,68, Terra Santa com R\$ 85.361.264,91, e Faro sem nenhuma participação, de acordo com o Sistema de Arrecadação da ANM (2022c), totalizando R\$ 251.680.979,59 (duzentos e cinquenta e um milhões, seiscentos e oitenta mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta e nove centavos) de arrecadação conforme dados do Sistema de Arrecadação da ANM (2022d), conforme distribuição observada na Tabela 1.

Tabela 1 – Arrecadação CFEM em R\$ - 2018, 2019, 2020, 2021 e até 09/2022

Municípios /anos	2018	2019	2020	2021	2022	Total (R\$)
Oriximiná	28.225.209,97	36.742.143,10	43.157.056,98	39.937.245,81	18.258.058,82	166.319.714,68
Faro	-	-	-	-	-	-
Terra Santa	18.026.958,99	17.550.519,39	11.514.544,31	9.242.316,20	29.026.925,91	85.361.264,91

Fonte: Agência Nacional de Mineração (ANM) - Sistema de Arrecadação (2022).

Esses municípios estão localizados em território amazônico oriental, na Mesorregião do Amazonas e Microrregião de Óbidos, que juntos formam, atualmente, um território com mais de 12 milhões de hectares, inseridos na região conhecida como Calha Norte⁹, de grande singularidade por abrigar as maiores áreas protegidas no norte do Pará, com sobreposições entre outras áreas de interesses diversos, como mineração, assentamentos, comunidades ribeirinhas, terras de quilombos, enxergadas na figura 2 e abaixo mais detalhadas nas palavras de Pereira:

⁹ Projeto Calha Norte é um programa de desenvolvimento civil e militar da década de 1980, que visa o desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, em que se incluem 27 municípios do estado do Pará.

Unidades de Conservação Estaduais (51%), Terras Indígenas (40%), Unidades de Conservação Federais (5%), Territórios Quilombolas (4%) e Unidades de Conservação Municipais (menos de 1%), somando um conjunto de 22,3 milhões de hectares (...) maior bloco de florestas tropicais legalmente protegidas do Planeta (PEREIRA *et al.*, 2020, p. 2).

Pertencentes ao Vale do Trombetas, são os entes federativos mais afetados diretamente por conflitos socioambientais e relações de poder na região, quer seja antes, durante, ou mesmo após a instalação das operações da Mineração Rio do Norte, devido a exploração de um território rico em reservas ambientais, cuja ação extrativista é alvo constante de resistência e combate por parte das comunidades tradicionais.

Territorialmente, segundo informações publicadas na Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre Indígenas e Quilombolas do IBGE (2019, online), estão estabelecidas no Município de Oriximiná cerca de 41 (quarenta e uma) comunidades quilombolas - sendo 7 (sete) oficialmente delimitadas, que dá ao município brasileiro o título de maior detentor de localidades quilombolas -, 9 (nove) terras indígenas - com 4 (quatro) comunidades oficialmente delimitadas -, segundo Coelho *et al.* (2017), contando ainda, com 5 (cinco) unidades de conservação de uso sustentável, de acordo com os autores Azevedo (2020) e Alcántara (2015).

Conforme dados do INCRA (2022), o município, até outubro de 2022, apresentava-se com 16 (dezesesseis) programas de assentamentos federais, que incluem os Projetos de Assentamento Especial Quilombola (PAQ), Projetos de Assentamento (PA), Projetos de Assentamento Conjunto (PAC), Território Remanescentes Quilombola (RTRQ-TQ), Território Quilombola (TQ), incluindo-se 1 (um) projeto de assentamento agroextrativista (PEAEX) em conjunto com o Instituto de Terras do Pará - ITERPA (2010)

Ainda, segundo a Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre Indígenas e Quilombolas do IBGE (2019, online), revela-se que no território de Faro há uma única terra indígena (não se identificando nenhuma comunidade quilombola), e, conforme a Agência Pará (2018), três unidades de conservação ambiental (Floresta Estadual de Faro, Floresta Nacional Saracá-Taquera e Área de Relevante Interesse Ecológico). Em se tratando de assentamentos, até 2017, segundo Barros (2020), o município abrigava 2 (dois) Projetos de Assentamentos federais (PA).

Para o território de Terra Santa, a Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre Indígenas e Quilombolas do IBGE (2019, online), indica que não há comunidades quilombolas ou indígenas, e sim, segundo a Agência Pará (2018), uma única unidade de conservação ambiental (Floresta Nacional Saracá-Taquera), estabelecida parcialmente. Sobre os projetos de

assentamento na esfera federal, até 2022, existem apenas 2 (dois) Projetos de Assentamentos (PA) (INCRA, 2022).

Pode-se concluir que os referidos municípios, com sobreposições de terras indígenas e diversos tipos de assentamentos que incluem de quilombolas, unidades de conservação e áreas de interesse mineral, são propícias ao fomento conflitos nos mais diversos tipos de relações de poder. O que resta saber é se as arrecadações da CFEM estão sendo realmente aplicadas de forma a manter os índices existentes (ou até mesmo com a finalidade de aumentá-los) por meio de programas autossustentáveis de longo prazo, e se estão idealizando planos para trazer capitais, como forma de reduzir os impactos decorrentes do futuro esgotamento das reservas dos recursos minerais.

3.3 AS TERRAS, AS COMUNIDADES, OS EMPREENDIMENTOS E SEUS CONFLITOS

Nas palavras de Wanderley (2008b), a Amazônia é a “última fronteira do capital natural”, que contém a maior biodiversidade do mundo e, por isso, atrai grandes investidores e mineradores, que possuem ações ativas de larga escala, que acabam gerando impactos ambientais e conflitos socioespaciais com comunidades inseridas nos "entornos minerais". Essas iniciativas, para Canto (2016), são marcadas por conflitos que afetam tanto o meio ambiente (reestruturação territorial), quanto a relação entre as pessoas e a terra, pois há imposição de processos de dominação, que trazem consigo normas legais, estereótipos culturais e morais, gerando disputas sobre a definição dos usos e apropriações pretendidas do território.

Desde os anos de 1970, com a instalação de projetos de mineração e a resultante exploração de recursos naturais e produção industrial, um enorme conjunto de interesses têm envolvido diferentes atores inseridos nos mais diversos contextos sociais, culturais e ecológicos, incluindo: assentamentos humanos, unidades de conservação, e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de promover processos territoriais, econômicos, sociais e políticos. Com a fragilidade da organização social local, as grandes empresas criam mudanças desproporcionais no espaço social e no meio ambiente, que não são iguais em todo espaço e tempo, causando conflitos diferentes entre si, como no caso do estabelecimento do Projeto Trombetas em 1974, e o início da exploração de bauxita a partir de 1979, pela Mineração Rio do Norte S/A - MRN, que dura até os dias atuais, na região oeste do estado do Pará (ARCHANJO, 2015).

Os projetos de mineração são de grande relevância local, nacional e global, pois têm o potencial de provocar mudanças sociais, econômicas e ambientais, e, assim, causar uma série

de disputas territoriais com as comunidades locais, principalmente aquelas que vivem em áreas de conservação ambiental, cuja subsistência depende inteiramente das atividades extrativistas (WANDERLEY, 2012). As condições geográficas da região, de acordo com suas características físicas, sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas, são determinantes para a compreensão do equilíbrio de poder e dos procedimentos de ocupação do território, pois “é a partir da ação territorializada dos diferentes atores sociais, com seus distintos interesses, compreensões e necessidades, que se instauram os conflitos (...)” (LOUREIRO, 2002 apud LOUREIRO, 2003, p. 50).

Sobre as corporações mineradoras, Wanderley (2012, p. 10) afirma que:

Acredita-se que as corporações mineradoras não são, necessariamente, a gênese dos movimentos sociais nas áreas em que operam. Todavia, elas geram impactos e ameaças que deflagram mobilizações sociais e conflitos, e promovem uma maior visibilidade aos atores sociais locais, o que acaba por fomentar ou fortalecer os respectivos movimentos.

Ainda nas palavras do autor, os atores desses movimentos são caracterizados como organizações públicas (federais, estaduais e municipais), empreendimentos mineradores, quilombos, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, agricultores, entre outros, sejam na posição de gestores, mediadores ou mesmo atingidos pela mineração. Almeida adita que as corporações mineradoras:

(...) estão intimamente relacionadas aos processos de conflitos, exclusão, opressão e injustiças vividos coletivamente nas regiões com recursos minerais, concebendo uma unidade social dos atingidos ou uma unidade de mobilização (ALMEIDA, 2004, apud WANDERLEY, 2012, p. 10).

Nesse contexto, percebe-se que a região como um todo, onde há áreas de influência direta e indireta da empresa MRN, tem sido palco de muitos conflitos e disputas de poder ao longo de décadas, e pouquíssimas ações foram tomadas para mitigar os impactos causados tanto no meio ambiente, quanto nas comunidades locais:

A implantação de grandes projetos na Região Amazônica, sob a ideologia do “vazio demográfico”, tornou-se marco nas transformações ocorridas nas vidas das populações locais, indígenas e negras. Os projetos agropecuários, minerador, hidrelétrico, de abertura de rodovias e de colonização, objetivando a “ocupação produtiva” da Amazônia, nas décadas de 1970 e 1980, invadiram terras, degradaram a fauna e a flora, expulsaram negros de suas terras, deixando-os vulneráveis a exploração de sua força de trabalho por grandes fazendeiros, empresas madeireiras e mineradoras, como a Mineração Rio do Norte (ARCHANJO, 2015, p. 6).

Diante da controversa convivência de espaços administrados por diferentes atores, sugere-se, mediante a uma análise crítica desses conflitos e suas relações de poder, que várias regulamentações de uso e ocupação do solo instituídas, são impostas pelo Estado e *stakeholders*, de forma tácita e coercitiva.

Desmembrando os diversos estudos sobre as questões de conflitos e relações de poder envolvendo comunidades quilombolas da região do PA, seguidas de comunidades camponesas (agricultores, extrativistas), se destacam, em seus temas: capital-trabalho, transformação territorial, interesses corporativos, meio ambiente, deslocamento forçado, unidades de conservação e desenvolvimento sustentável. Wanderley (2008b), aponta que os conflitos são eventos sociais inerentes aos projetos de desenvolvimento, incluindo os grandes projetos de mineração, o que não estão isentos do fato de que esses conflitos e transtornos ocorrem em diversas regiões do Brasil, que na visão de Godoy (2016), o valor buscado pela mineração é diferente do valor buscado pelas comunidades, pois as pessoas aspiram o progresso e desenvolvimento socioeconômico (escolas, saneamento básico, saúde), já os mineradores visam o lucro, com a mineração de depósitos naturais. Assim, basta-se pouco tempo dentre o início de atividades mineradoras, para que os conflitos de interesses se tornem visíveis. Wanderley (2021, p. 49), conclui que “(...) o ônus da extração fica para as sociedades e territórios extrativos, gerando a depleção do meio ambiente e afetando diretamente as condições de vida das comunidades locais”.

Machado e Lima (2007), citam que a descoberta das reservas de bauxita na região Amazônica reporta a 1962, onde se conduziu a primeira iniciativa de implantação do projeto Trombetas, que teve suas atividades interrompidas pelo grupo da Alcan em 1972, mas logo retomou em 1979. Wanderley (2005, p. 1) narra, de que:

Desde 1976, quando intensificou o processo de institucionalização espacial capitalista, por meio da chegada de novos atores transformadores das relações de poder, dentre esses, e a empresa Mineração Rio do Norte, os agentes de regulação ambiental e os diversos segmentos estatais formam se modificando, entre eles, os limites, as normas e as regras de direito e uso do território na região do Trombetas.

Conforme Wanderley (2008c), “as novas organizações espaciais provocaram a formação de territórios sobrepostos, os quais em alguns casos significaram alianças e em outros, suscitaram confrontações de interesses entre atores que lutavam por espaço e recursos”. Para Corrêa (2016, p. 132), “o avanço do capital mineral na Amazônia, sobretudo a partir da década de 1970, (...) efetivou graves consequências no território dispersamente ocupado por populações tradicionais”, numa luta pelo controle e dominação do território, com esbulho e

violência, obrigando-os a conviver com relações precárias de trabalho e desmonte de seus meios de vida, levando-os à miséria, à fome, à migração, à favelização e consequentes episódios de violência:

A transformação da natureza em mercadoria e a separação dos grupos tradicionais de seus meios de vida e trabalho, sob a égide do capital, desencadeou processos sociais e territoriais pautados em conflitos, violência e expropriação, relegando aos grupos tradicionais a contínua luta por “reexistir”, em um território marcado por contradições, conflitos, cooptações e embates em torno da apropriação dos recursos naturais e por modos de vida e trabalho que não se justificam apenas sob a lógica do lucro (CORRÊA, 2016, p. 132).

Como aponta Silva (2020), o Estado tem o direito de implementar a regulação dos territórios por meio de normas e projetos que visem a proteção do meio ambiente e a preservação das comunidades locais, entretanto o que ocorre, de fato, é o desfavorecimento da população e a concessão de privilégios aos detentores de capital (grandes empresas), conforme o caso da criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas (RBRT), em 1979, e da Floresta Nacional Saracá-Taquera (FNST), em 1989, que, conforme exposto por Fonseca (2015), trouxeram, sobretudo, regras e situações de conflitos com a população local de quilombos. Este interesse voltado para as questões de preservação ambiental pelo Estado, que resultou na criação da Reserva Biológica do Trombetas no final da década de 1970, no entendimento de Wanderley:

(...) levou ao cercamento de áreas tradicionalmente ocupadas pelos negros, pela Reserva Biológica do Trombetas, impedindo-os de promover seus costumes agroextrativistas e tornando-os criminosos e indesejados em seu próprio território (WANDERLEY, 2008c, p. 1).

Em relação a essas Unidades de Conservação, Farias (2010) relata que elas têm sido marcadas como reservas de recursos para exploração econômica e que o Estado pouco, ou nada, tem feito para tratar especificamente os problemas entre essas políticas ambientais, povos e comunidades tradicionais, causados por suas criações verticais e antidemocráticas. Para Archanjo (2015), os quilombos do Rio Trombetas experimentaram vários episódios de conflitos no decorrer da implantação de projetos de “desenvolvimento” na Região de Boa Vista, pois foram desapropriados de suas terras, onde mantinham sua subsistência por meio da caça, pesca e atividades extrativistas, perdendo, assim, seu lugar de trabalho, lazer, lembranças, segurança e garantia de sobrevivência. Consoante ao exposto, Castro *et al.* (2017), concorda que esses projetos amazônicos contribuem para a destruição de toda a história cultural de populações heterogêneas, despojando-as de suas identidades sociais, subtraindo “a diversidade, pluralidade e complexidade” de um povo (CANTO, 2016, p. 39). Os conflitos oriundos da mineração na

Amazônia envolvendo grupos tradicionais quilombolas, não são apenas por disputas de recursos minerais, mas também pelo controle do território, que para os grupos tradicionais constitui a reprodução da vida, da existência (ARCHANJO, 2015).

Conforme documentado por Wanderley (2008a), é comum às atividades de grandes mineradoras, em momentos de intensificação dos trabalhos de expansão, buscarem mais espaço, exigindo, assim, o deslocamento das pessoas para fora das áreas que ocupam, para então se construir um maior ordenamento territorial, favorável à exploração das atividades de mineração, que é legalmente garantido e facilitado pelos órgãos reguladores ambientais e outros segmentos. Wanderley complementa que:

Os negros se viram então vedados de seus direitos de permanência, circulação e uso territorial. As criações de novos territórios para áreas de exploração mineral e conservação dos biomas florestais sobrepuseram os quilombolas, existentes anteriormente, gerando conflitos em relação ao uso e direito de título, o que causou, em vias extremas, a ocorrência de atos de violência e desterritorialização para com os indivíduos negros (WANDERLEY, 2005, p. 1).

Beser *et al.* (2018), explana que os espaços territoriais, pleiteados por comunidades quilombolas da região do rio Trombetas, decorrentes da expansão da extração de bauxita nas áreas da Floresta Nacional Saracá Taquera, oportunizou a exigência da aplicação do dispositivo jurídico da Consulta Prévia, profetizado na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, revertendo num Inquérito Civil Público (ICP) efetivado pelo Ministério Público Federal em 2012. Como exemplo, Ferreira (2013), menciona, em sua obra, que no decorrer da década de 1990, na ocasião da demarcação de terras quilombolas na região de Oriximiná-PA, deu-se uma cisão na comunidade de Jaracúá (Rio Acapu), onde inúmeras famílias sujeitaram-se por receber títulos pessoais de seus lotes, criando-se uma diferente organização social (famílias coletivas - quilombolas - e individuais) e novas formulações sobre o uso de recursos e posse da terra.

Para Marin (2004), o envolvimento de agricultores em conflitos socioambientais na região criou grupos de protestos, o que indica uma ampla gama de condutas contra as políticas de conservação estabelecidas pelos órgãos ambientais (IBDF e depois IBAMA), bem como para as políticas das mineradoras, que classificam como crimes ambientais: a caça e a coleta, a pesca em lagos, e a colheita de castanhas. Nepomuceno (2017), expõe que os conflitos entre ribeirinhos e estatais habilitadas para exploração de madeira, na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, sobre a concessão de terras para tal aproveitamento, está longe de ter um fim. Farias Júnior (2010), completa que nada tem a ver com a salvaguarda ambiental e sim com as opções

econômicas, que vão se manifestando dependendo dos interesses do Estado e das elites econômicas que dominam os distintos setores, desde o agronegócio e a mineração, até a exploração de florestas.

Versando-se sobre capital-trabalho, Garrido Filha (1990), aduz de que apesar da chegada das Minas na região amazônica, especialmente em Trombetas, que deu gênese aos “núcleos urbanos” (como o Porto Trombetas), houve um certo isolamento da área, o que dificultou a obtenção de mão de obra, em particular a especializada. Para Corrêa:

O significado do trabalho que até então para os grupos tradicionais se restringia a coleta, a pesca, a pequena agricultura, no tempo da natureza e em caráter familiar, passa a ser incorporado e transformado para a produção de mercadorias globalizadas. Novas formas de contratação, exigência de qualificação, competitividade, produtividade e assalariamento são características que passaram a fazer parte da nova sociabilidade produzida pelo capital, impondo mudanças significativas no espaço amazônico (CORRÊA, 2016, p. 132).

Ainda, nas palavras de Corrêa (2016), aduz que conflitos “não são uma especificidade da região do Trombetas, mas de todas as regiões do Brasil, onde o capital busca se expandir, expropriando os grupos tradicionais e submetendo-os ao controle e disciplina do seu processo de acumulação”.

Em se tratando de impacto ambiental e suas implicações com as comunidades do entorno da Mineração Rio do Norte, Wanderley manifesta que:

A disposição de rejeitos indesejados e a conseqüente exposição ao risco de contaminação e danos à saúde são marcas históricas da desigualdade socioespacial e do racismo ambiental¹⁰, pois se opta predominantemente por áreas de residência de população mais pobre, rural e, em geral, não branca da sociedade (UCC, 1987 apud WANDERLEY, 2021, p. 13).

Relatando, aqui, sobre os efeitos do descarte do rejeito diretamente no Lago do Batata, que causou danos e violações de direito à água e a um ambiente saudável, ficou conhecido, nos anos de 1980, como um dos maiores impactos ambientais da indústria mineral na Amazônia, gerando inúmeros conflitos com as comunidades do entorno. Sucessivas imposições e denúncias dos movimentos sociais e ambientalistas, fizeram com que ocorressem alterações no método de disposição de rejeitos por parte das empresas mineradoras, que a partir de 1989,

¹⁰ A escolha do local das barragens de rejeitos é decorrente de avaliação das características das comunidades, que moram no entorno das edificações mineradoras. Quanto mais pessoas pretas, pardas, com menor o seu grau de instrução e pertencentes a classes pobres, mais conveniente é o lugar para instalação das barragens, caracterizando-se assim o racismo ambiental e estrutural, “que garante o privilégio dos brancos de não ser exposto a riscos ambientais (PULIDO, 2000 apud WANDERLEY, 2021, p. 13).

passaram a ser depositados em barragens (WANDERLEY, 2008b). Em texto posterior, o autor afirma que em 2021 já se contava com 26 (vinte e seis) barragens na região, com prognóstico de construção de outras 6 (seis), cujos riscos de rompimento e relevância dos possíveis impactos, colocam em discussão 34 (trinta e quatro) diferentes processos de Licenciamentos Ambientais, consultas públicas e suas respectivas Licenças de Operação, por parte da sociedade civil (WANDERLEY, 2021). As interrogações se dão pela não apresentação de “proposições efetivas para compensações e mitigações dos efeitos e riscos da geração de rejeito” (WANDERLEY, 2021, p. 41), que causam “ansiedade da população, pelo medo de rompimentos e da contaminação dos recursos hídricos” (WANDERLEY, 2021, p. 45), “pois em sua maioria dependem dos cursos d’água naturais para sua sobrevivência financeira, para se alimentar e para sua reprodução social e cultural” (WANDERLEY, 2021, p. 50).

Os autores apresentados nessa subseção demonstram opiniões e apresentam situações às quais envolvem questões pertinentes a concessões de áreas de preservação ambiental pelo Estado aos interesses privados; as lutas e conflitos travados entre as populações dos entornos minerais e as organizações do ramo de exploração mineral; e as ações coletivas instauradas pelas comunidades contra o poder público e privado, na tentativa de resgatar parte de seu patrimônio cultural, obter certa estabilidade na desigualdade de poder sobre seus territórios, e batalhar por iniciativas e convenções capazes de implementar novas estruturas institucionais que de fato, beneficiem ambos interesses, com o real e devido suporte político para o enfrentamento de questões compartilhadas.

Percebe-se também que a região em estudo sofre constantes processos de transformação, e é tomada como prática, por intermédio de estratégias de gestão, de políticas socioambientais de implementação, que se dão por meio de articulações entre distintos setores, para entendimento coletivo de enfrentamento de conflitos contemporâneos dos mais distintos atores.

4 PESQUISA DIRETA

Com as análises das respostas, aos questionamentos das entrevistas, pautadas nos objetivos específicos, buscou-se explorar elementos ressaltados pelos atores (representantes de setores do Estado, empresas e sociedade civil), estudando, a partir da avaliação de suas percepções relativas, os conflitos, as relações de poder e a gestão desses, numa relação intersetorial, a partir de dinâmicas territoriais, no âmbito da região em que se encontra o Projeto da Mineração Rio do Norte.

Mesmo diante de um contexto histórico de conflitos políticos, socioambientais e socioeconômicos determinados pela descoberta e extração mineral na região; de implantação de Unidades de Conservação; de lutas por espaços por remanescentes de quilombos, assentamentos Federais/Estaduais; os atores envolvidos na pesquisa, sem exceção, reagiram com naturalidade aos contatos iniciais e abordagens que culminaram em entrevistas. Em virtude da busca por representantes adequados, e de burocracias envolvidas nos convites, suas aprovações e assinaturas dos TCLEs, destacando-se os órgãos representativos da sociedade civil, dos poderes públicos e de empresas, prolongaram o início das entrevistas, que foram iniciadas em maio de 2022 e vieram ser concluídas somente em outubro do mesmo ano.

Os resultados concernentes às análises do conteúdo obtido das entrevistas, referem-se à a concepção de 8 (oito) entrevistados (pessoas físicas) que representaram suas respectivas instituições, respondendo a um questionário estruturado aplicado, constituído com base nos objetivos específicos propostos no projeto de pesquisa, a saber:

- Análise dos entendimentos sobre diálogo, conflitos e relações de poder;
- Identificação e caracterização dos conflitos e as relações de poder entre os diferentes atores, e verificação de como ocorrem a gestão dos mesmos em relação e esses problemas;
- Identificação, análise e descrição das percepções dos diferentes atores em relação aos conflitos e relações de poder;
- Identificação, descrição, e análise das ações intersetoriais e de propostas estratégicas técnicas adotadas para a busca de novos modelos organizacionais na resolução de conflitos e relações de poder.

Os trechos apresentados nos subitens 4.2 a 4.6 deste estudo, foram extraídos e analisados a partir de 117 respostas, das 120 previstas, obtidos por meio de transcrições das entrevistas armazenadas em aproximadamente 8 horas e 45 minutos de áudio/vídeos. O conteúdo foi subdividido em 5 (cinco) categorias (e respectivas subcategorias), com devidas ponderações, para o atingimento dos objetivos do projeto de pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA E SUAS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES

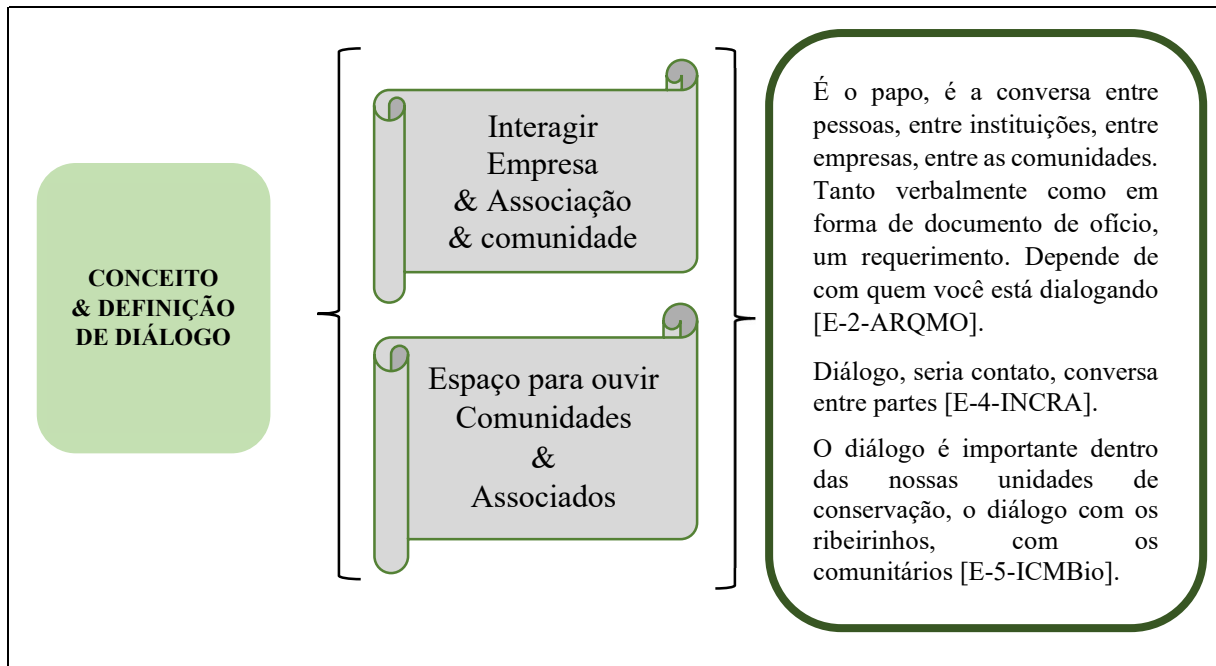
O presente estudo contou com a participação de 8 entrevistados, os quais 2 (dois) são do sexo feminino e 6 (seis) masculino, sendo a faixa etária: (1) de 38 anos, (3) de 41-45 anos, (3) de 53-58 anos e (1) não informou a idade. A formação escolar identificada foi (1) doutor, (2) mestres, (2) especialistas, (2) ensino médio e (1) ensino fundamental. Quanto a profissão constatou-se (2) Advogado, (2) Agricultor, (2) Engenheiro florestal, (1) Sociólogo/ Advogado e (1) Técnica Ambiental/Agrícola. Em relação ao local de residência registrou-se (1) Belém, (1) Brasília, (4) Oriximiná, (1) Santarém e (1) Trombetas. Quanto às entidades e cargos que estão vinculados, averiguou-se: (1) STTRO, Presidente; (1) ACOMTAGs, Diretor Administrativo; (1) ARQMO, Coordenadora Administrativa; (1) INCRA, Conciliador Agrário Regional; (1) ICMBio, Chefe da Base Avançada GR 1 - Belém.; (1) MRN, Diretor de Sustentabilidade e Jurídico; (1) UFFS, Diretor da Unidade Avançada José Veríssimo – UAJV e (1) ANM, Superintendente de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas.

Os interrogados acima especificados encontram-se nomeados com os seguintes códigos: [E-3-STRO]; [E-1-ACOMTAGs]; [E-2-ARQMO]; [E-4-INCRA]; [E-5-ICMBio]; [E-6-MRN]; [E-7-UFF] e [E-8-ANM], ressaltando que todos os sujeitos constituintes dessa pesquisa são pessoas físicas que representam entidades jurídicas e estão identificados pelas siglas institucionais, no decorrer dos trechos apresentados, em detrimento ao sigilo de suas identidades.

4.2 CATEGORIA DIÁLOGO – CONCEITO E DEFINIÇÃO DE DIÁLOGO

A Categoria “**Diálogo**” envolve apenas uma Subcategoria “**Conceito e definição de diálogo**”, referente a indagação 9 do roteiro de entrevista, que procurou compreender a percepção dos entrevistados sobre esse tema. Seus resultados estão categorizados no Mapa temático 1 (figura 4):

Figura 4 - Mapa temático 1: Q9 - O que você entende sobre diálogo?



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da pesquisa (2022).

No conceito do [E-1- ACOMTAGs] o diálogo é uma forma de interação da empresa com a comunidade, que possibilita a troca de informações, atualizações sobre eventos rotineiros e propicia a resolução de possíveis problemas, como consta no trecho a seguir:

Diálogo, acredito que seja a gente estar interagindo. Já fala assim da empresa com a associação, a comunidade se a gente não tem informação do que está acontecendo e a gente não vai conseguir manter um diálogo entre a empresa, a associação e a comunidade, não acho que isso pra gente está dialogando, a gente precisa saber o que está acontecendo para poder a gente tentar resolver aquilo no diálogo, uma conversa numa reunião de discussão, acredito que o diálogo seja isso, nessa interação entre as partes envolvidas devido uma situação lá, seja isso [E-1- ACOMTAGs].

O representante do [E-3-STRO], compreende o diálogo como um espaço para ouvir as comunidades e os associados, e a partir dos problemas identificados é que o Sindicato pode intervir e mostrar sua importância enquanto entidade:

Que nós temos para ouvir e ouvir, por exemplo, as nossas comunidades, os nossos associados, é importante nós que estamos instituições nessas entidades, ouvir porque cada um vai falar os problemas que ele vem vivenciando. Então, é a partir daquele diálogo que a gente vai ouvir, também vamos nos apresentar, o que o sindicato representa para eles conhecerem a importância do sindicato na vida deles [E-3-STRO].

Os debates, as discussões sobre os problemas, e a troca de ideias, estabelecidos por meio do diálogo, são importantes para a construção de ações resolutivas, conforme colocado pelo

representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná:

E daí sim, nós tomamos as ações, o debate para encaminhar “esse problema nós vamos resolver assim”. Então, o diálogo com as comunidades, com as famílias, é muito importante. Essa conversa de estar ouvindo, de estar trocando ideias para a gente construir uma ação para nos defender, né, para nós avançar [E-3-STTRO].

Para o representante do INCRA, diálogo é quando as partes possuem o mesmo nível de entendimento, ou seja, para que o diálogo seja efetivo, as partes envolvidas precisam atingir a mesma compreensão para que se chegue a um consenso, conforme o relato a seguir:

(...) se você tiver níveis parecidos, você tem um diálogo. Se você tiver alguém que se sobrepõe, que não aceite a opinião do seu conflitante, vamos dizer assim, já que é numa relação de conflitos que nós estamos tratando, você não vai ter um diálogo, você vai ter uma sobreposição. Vai ter uma relação de poder e não uma relação de diálogo [E-4-INCRA].

Nos dizeres do entrevistado do ICMBio, dialogar é uma forma de resolver conflitos, e sem diálogo o conflito pode se estender e gerar ainda mais tensão entre as partes envolvidas:

(...) se a gente não tem diálogo, se ninguém conversa, a gente não consegue resolver o conflito. Então, o conflito precisa de diálogo e tem conflito que você vai dialogar por anos e anos e mesmo assim ele não vai ser resolvido, mas vai ser administrado e sem diálogo esses conflitos acabam se acirrando. Então é muito importante para resolver conflitos de solução de conflitos, gestão de conflitos [E-5-ICMBio].

Disposição, predisposição ao jogo é o que preceitua o preposto da MRN. De modo objetivo, o diálogo é exatamente a forma direta, contínua, organizada, perene, de comunicação entre grupos, que têm, eventualmente, interesses contrapostos, como exposto a seguir:

Diálogo também não é obrigação, é direito. Se as pessoas querem tirar esse direito, eles vêm buscar. E eu acredito piamente que uma perda de oportunidade é o que a gente tem. Esses diálogos têm que ser de forma bastante estruturada. Ele tem que ter um nível de governança adequado e, sobretudo, ele ser muito amplo e transparente, porque, por meio de discussões muito amplas, você de fato traz para a mesa de negociação aqueles interesses que são de fato coletivos e acaba de alguma forma, até por controles que divide públicos e coletivos. Melhor dizendo, você acaba trazendo, evitando que interesses privados sejam discutidos [E-6-MRN].

Ainda sobre os relatos do entrevistado da MRN, a partir do momento em que o empreendedor se estrutura e se dispõe a ter e/ou manter diálogos diretos com pessoas e/ou grupos sociais, em todos os níveis, é que as mudanças tendem a ocorrer:

Eu sempre disse que a crítica é extremamente positiva, porque você tem poder crítico. Você tem que ouvi-lo com muita atenção, porque, de fato, ele pode colaborar pela mudança, por sua própria mudança [E-6-MRN].

Estabelecer um diálogo pode ser um grande desafio, pois deve ser pautado nos princípios de transparência e objetividade republicanos, como ilustrado no depoimento abaixo:

E por diálogo, entenda-se, e isso é um grande desafio também, um bom diálogo, não é aquele em que as suas indicações são atendidas na integralidade, mas um bom diálogo é aquele em que as suas indicações são colocadas de forma transparente e republicanas e tem do lado de cá sempre respostas transparentes e republicanas de objetivos [E-6-MRN].

Constata-se, ainda, que diálogos pautados na boa fé e na boa vontade, que geram discussões produtivas, se tornam palco de muitas soluções de conflitos, como retrata a declaração adiante:

Eu acho que basicamente é a partir disso que a gente vem e vai abrindo, mas eu acho que basicamente é uma boa vontade, boa-fé para que os conflitos sejam discutidos para que esses conflitos sejam conversados em muitos casos, eu acho que na maioria deles se encontra em soluções construídas pelas partes e outros nem tanto e outros não [E-6-MRN].

Contudo, nem sempre se chega a um acordo dependendo do tipo de conflito, mas o diálogo ainda é uma ferramenta capaz de alavancar os empreendimentos de forma pacífica e integrada, ampliando inclusive a capacidade de resposta às demandas que são contínuas, como observa-se a seguir:

Nem sempre é possível você atender e chegar a um acordo, a despeito de todos os problemas e todos os conflitos e todos os questionamentos. Esse diálogo ele tem que, para mim, ele é a única ferramenta capaz de fazer com que os empreendimentos se desenvolvam de forma integrada, pacífica, não acho que seja, eu acho que os interesses são conflitantes e terão tensionado sempre o que a obriga, que as partes têm disposição, predisposição ao diálogo e, mais do que isso, é muito mais do que isso, eu acho que a partir disso a gente vai abrangendo e vai ampliando essa resposta [E-6-MRN].

Do ponto de vista exposto pelo interrogado, o diálogo tem o papel de mitigar conflitos e é um direito das partes interessadas:

Eu acho que ele tem que existir por uma razão muito simples: se ele não existe, os conflitos não deixam de existir, os questionamentos não desaparecem porque você não estabelece canais de comunicação direta entre essas partes. [...] Diálogo também não é obrigação, é direito [E-6-MRN].

Os diálogos precisam ocorrer de modo estruturado e com um nível de governança adequado. Sobretudo se for muito amplo e transparente, uma vez que discussões muito amplas, permitem apresentar em uma mesa de negociação interesses de fato coletivos e públicos, evitando, assim, trazer à baila discussões voltadas para interesses particulares. Em muitos casos, por meio desses diálogos e dessa comunicação é que, muitas vezes, a mineração acaba sendo acusada por usar de poderes econômicos, como cita o [E-6-MRN]:

(...) Por exemplo, quando se estabelece um programa socioambiental, enfim, como sendo a causa da solução desse problema, a não se sentir um conflito com o grupo X ou com a comunidade, enfim, isso foi equacionado porque a mineração usou do seu poder econômico para fazer uma obra x, uma obra Y. Isso é extremamente complicado porque, em primeiro lugar, essas soluções são construídas em conjunto [E-6-MRN].

Em contrapartida a essa situação, a MRN tem adotado como prática, e pretende intensificar ainda mais, a ampliação do cuidado com a comunidade, como exposto pelo seu representante:

Então, o que a mineração faz com frequência, e vai fazer cada vez mais, atender às expectativas dessa comunidade com programas que possam, de fato, mudar e melhorar a vida delas, evidentemente, sempre por meio de apoios em programas que são discutidos e invariavelmente propostos pelas próprias comunidades [E-6-MRN].

Muitas questões importantes deixam de ser debatidas com grupos sociais devido a sua indisponibilidade, e também falta de interesse para no diálogo com a companhia, seja por questões relacionadas a ideologia e, mesmo, a política, e isso preocupa a mineradora, como mostra o trecho a seguir:

(...) então, e isso invariavelmente tem ocorrido muito por grupos sociais que sequer se recusam, por questões políticas, por questões ideológicas, por questões personalíssimos, a sentar na mesa e encontrar soluções construídas em conjunto [E-6-MRN].

Segundo o [E-6-MRN], esses atores denotam uma opção muito clara pelo afastamento do diálogo, numa tentativa de destruição ou deslegitimação das soluções construídas, conforme a seguinte transcrição:

(...) Isso tem que haver uma visão muito crítica a respeito disso. Sobretudo porque algumas dessas ONGs, elas também utilizam de mecanismos muito próximos de apoiar aqueles líderes ou aqueles pequenos grupos, inclusive financeiramente, para que se mantenham aliados a essas mesmas ONGs [E-6-MRN].

Cita-se assim, um ditado popular “você julga as pessoas pela própria régua”, e isso tem sido exposto e muito debatido, pois a deslegitimação de situações já equacionadas pode comprometer toda uma conjuntura de negociações, como mencionado no fragmento extraído da entrevista do [E-6-MRN]:

Eles fazem essa deslegitimação de forma, na minha avaliação, com todo respeito, de forma inconsequente, porque você faz com que haja retrocessos ou coloca em risco o avanço desses diálogos. Ou seja, tem que ter uma compreensão muito grande disso, porque você quer essa, essa tentativa de qualquer ação, qualquer programa ou qualquer solução construída em conjunto a uma tentativa frequente e maciça envolvendo os órgãos públicos, inclusive, de deslegitimação dessas soluções. Porque aquele grupo que não é atendido ou optou necessariamente por não participar do diálogo ou não teve atendido seus interesses específicos [E-6-MRN].

A intermediação da comunicação por terceiros, ao invés da comunicação direta entre empresas e as comunidades, nem sempre é a melhor opção para resolução dos conflitos, pois há um certo distanciamento entre as partes, e a probabilidade de se ter conflitos contínuos é ainda maior, conforme o relato do [E-6-MRN]:

Eu fico muito repetindo aqui comunidades tradicionais porque é a realidade que eu vivo, mas isso faz com que esses terceiros estejam completos. Mas não é inteligente e as comunidades percebem isso? Muito, nada disso. Você botar um terceiro interlocutor, um mediador, se você pode falar direto. E quando você tem uma perda de espaço, a reação é cada vez mais violenta, cada vez mais violenta e, infelizmente, no nosso caso, muitas vezes é absolutamente desleal, porque não tem um compromisso com a verdade. Então, esse é um conflito contínuo [E-6-MRN].

O papel de uma ONG, de acordo com o [E-6-MRN], é ser um stakeholder crítico, onde as relações deveriam ser pautadas na lealdade, sem distorção de fatos, e mais equânimes, como observa-se no relato abaixo:

(...) Eu respeito e acredito que aqui essas relações, embora conflituosas, são determinantes para a melhoria dos empreendimentos, para a melhoria das empresas nos seus processos. Mas deve ser baseada minimamente numa relação de lealdade com a verdade, a distorção de fatos, com objetivos nem sempre confessáveis, só prejudicam exatamente o grupo social que mais precisa desses diálogos e se beneficiam abertura e dessa tentativa legítima desse empreendimento de ter uma relação, um canal de comunicação aberto e uma relação muito mais equânime [E-6-MRN].

De acordo com os relatos apresentados, entende-se que os processos que envolvem a comunicação deveriam receber mais atenção, pelo fato de que diálogos abertos são mais eficazes e trazem melhores resultados a curto prazo, mitigando os riscos de que esses diálogos

se travem em relações de poder opressoras, ao passo de que o Estado, enquanto órgão maior, poderia adotar, frente a isso, uma postura mais presente.

Em suma, nesta subcategoria que trata sobre o “Conceito e definição de diálogo”, os participantes [E-2-ARQMO], [E-7-UFF] e [E-8-ANM] não apresentaram conceitos específicos; já o [E-1-ACOMTAGs] afirma que o diálogo é uma forma com a qual a empresa interage com a comunidade, enquanto a [E-3-STRO] entende o diálogo como um espaço para ouvir as comunidades e os associados e um meio para se identificar possíveis problemas. O [E-4-INCRA] define o diálogo só ocorre, de fato, quando ambas as partes envolvidas têm um nível de entendimento, pois o consenso é alcançado por meio da comunicação clara e da compreensão mútua. Para o [E-5-IMBio], o diálogo é um modo de resolver conflitos. O [E-6-MRN] conceitua o diálogo como uma disposição e predisposição para o jogo, ou seja, uma comunicação direta, contínua, organizada e perene entre grupos que eventualmente possuem interesses opostos.

Pelas conceituações fornecidas pelos diferentes atores nessa categoria, o termo diálogo tem diversos sentidos que refletem, de alguma forma, as atribuições e profissões de cada um, e excedem a concepção comum do referido conceito, conforme Assis (2012). Onde há interações entre indivíduos de diferentes setores, a expressão apresenta-se com novas feições de aplicabilidade, com identificação da presença coletiva (MENEZES, 1973), ou uma forma de prática social, nos dizeres de Pinent (2004, p. 51), que precisa ocorrer, segundo o [E-6-MRN], de modo estruturado e com um nível de governança adequado, pautado na boa fé e boa vontade, nos princípios de transparência e objetividade republicanos, desprovido de interesses particulares, sem a presença de terceiros no papel de interlocutor, que, neste caso, entra em descompasso com as proposições de Bilodeau *et al.* (2019), que defende e estimula a inserção de terceiros como representantes nas ações de diálogo intersetorial.

Observa-se, ainda, nos textos extraídos das entrevistas, a presença dos princípios da ação interpessoal de Martinho (2001), que são: “comunicação = diálogo”, “interação = relação entre os indivíduos” e “espaço comum = território”, que é a base do “agir comunicativo” de Habermas (1989), percebido no discurso dos diferentes atores, que demonstram novos e diferentes conhecimentos dentro do espaço da auto reflexão, do pensamento crítico, e que culmina em proposições favoráveis aos consenso e acordos entre os envolvidos no processo comunicativo.

Orientar diálogos para resolução de questões relacionadas às necessidades humanas é uma competência necessária para que as pessoas evoluam; é um encorajamento que deve ser norteado por um bom plano de comunicação que seja capaz de organizar e orientar as ideias, e dê visão de causa para a organização que as propõe. É essencialmente importante desenvolver estratégias de comunicação que impulsionem o engajamento dos envolvidos, que sejam

facilitadoras na execução de atividades e na estruturação de bases de informações que contemplem respostas.

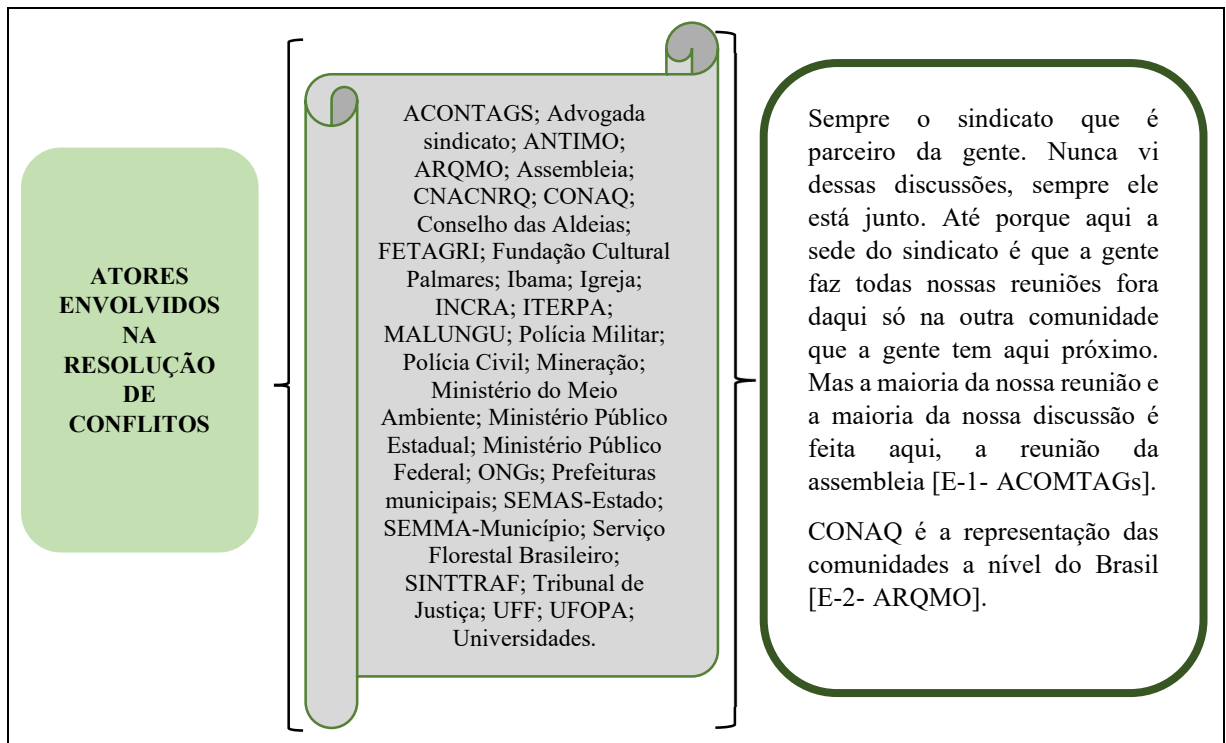
Enfim, o diálogo é um passo valioso quando associado ao planejamento institucional, pois apresenta-se como uma alternativa para gerar sustentabilidade, valor as pessoas e credibilidade às instituições que se sentem comprometidas com as consequências socioambientais de suas ações.

4.3 CATEGORIA INTERSETORIALIDADE

A categoria “**Intersetorialidade**” abrange: atores envolvidos na resolução de conflitos; avaliação das relações com e entre os atores (pessoas e instituições) envolvidos em conflitos; soluções para os atores atuarem em conjunto na resolução de conflitos e participação de fóruns, conselhos, comitês de discussão.

A Subcategoria “Atores envolvidos na resolução de conflitos”, buscou respostas na questão doze do roteiro de entrevistas e têm seus resultados sumarizados no Mapa temático 2 (figura 5):

Figura 5 - Mapa temático 2: Q12 - Com quais atores se relacionam para resolver conflitos?



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da pesquisa (2022).

Na ACOMTAGs, uma Advogada, representante do sindicato, participa sempre das conciliações mensais: “sempre em que a gente tenta conciliar com a vinda da Advogada do sindicato, a gente tem uma vinda no sindicato todos os meses que é da advogada”. Além disso ocorre reuniões periódicas com a participação do Instituto de Terras do Pará ITERPA, Serviço Florestal Brasileiro (SFB), com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), e com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), como detalhado pelo [E-1- ACOMTAGs]:

(...) Eu tive uma reunião com o ITERPA, junto com a mineração, com o Serviço Florestal Brasileiro, com a SEMAS Estado, SEMMA do município [...]. Mas isso foi após uns oito ou dez anos que a gente fez essa reunião de lá para cá, sempre mais a associação mesmo e o sindicato que vem tomando a frente, as outras associações quase não participa assim junto com a gente da discussão [E-1- ACOMTAGs].

A Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, representada por [E-2- ARQMO], procura, dentro do possível, resolver suas próprias questões, contudo, diante de situações complexas e sem solução local, a participação das universidades, Ministério Público (MP) e ICMBio, são fundamentais na busca por soluções, como dito a seguir:

Bom, se a gente, ARQMO mesmo, tiver condições de resolver, ela resolve. Quando ela não tem, dependendo do problema, a gente tem as universidades, a gente tem o Ministério Público, a gente tem as polícias. Depende. A gente tem o ICMBio (porque ele é o gestor das duas unidades de conservação da Flona, do Saracatupuera e da Reserva Biológica do Rio Trombetas e onde nós temos comunidades tanto dentro da reserva quanto da Flona) [E-2- ARQMO].

Além disso, para a [E-2- ARQMO], a instituição pode contar também com o INCRA, ITERPA e a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU):

O INCRA, o ITERPA. A gente tem as nossas associações, a estadual, que é a MALUNGU, que nos representa a nível do Estado. Nós temos a CONAQ. Algumas demandas são encaminhadas para esses, para essas instituições. Algumas demandas e algumas tratativas. A gente sempre encaminha para eles [E-2- ARQMO].

Outras instituições como a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ); a Fundação Cultural Palmares (FCP), que emite a certidão de reconhecimento das comunidades; e a ARQMO, são entidades que se associam para discutir e buscar soluções para os problemas, de acordo com a [E-2- ARQMO].

Para a [E-3 STRO], as plenárias funcionam como maneiras de se envolver os parceiros em grandes eventos para discussão dos problemas, dentre eles estão: a Igreja; o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Oriximiná (SINTTRAF); a Associação das Mulheres Trabalhadoras do Município de Oriximiná (AMTMO); a ACONTAGs; o MP, o INCRA, o ITERPA e todos envolvidos nas demandas dos assentamentos, como mostra o trecho:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná (...) Nós sempre fizemos plenária, fizemos alguma ação, um evento grande e nós chamamos os nossos parceiros. Aqui nós temos, por exemplo, a Igreja, nossa parceira que está nos diálogos conosco, tem outro sindicato, que é quase da mesma categoria, que é o SINTTRAF discute, a AMTMO organização de mulheres do município, AMTMO, ela também senta conosco, nós chegamos a articular com elas. Ai os assentamentos, como todo que são vários, nós temos 14 assentamentos aqui [E-3 STRO].

A AMTMO tem mostrado uma parceria importante e representativa, “teve o nosso representante regional da nossa federação esteve aí porque a gente abraça a causa daquele município, daquela região, porque a gente sabe que eles vão, vão sofrer e vem trazer” conforme registro da [E-3 STRO).

Ainda nas palavras do entrevistado do STRO, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e a UFF também participam ativamente dos debates: “em especial a UFF que abraça muitas causas, e hoje é liderada pelo Doutor Conti”.

O órgão da reforma agrária federal denota constante participação e interação, e conta com uma vasta diversidade de órgãos, que se envolvem de acordo sua especialidade e com o tipo de conflito evidenciado, como exposto a seguir pelo [E-4-INCRA]:

Já interagimos com o Ibama em questões que envolviam o meio ambiente. Já interagimos com a Polícia Militar, Polícia Civil. Mas nós interagimos com basicamente todo mundo, ministérios Públicos, estadual, federal, com as auditorias do Tribunal de Justiça, com as polícias, principalmente as delegacias especializadas em conflitos agrários. Então, nós usamos todos os mecanismos. A Polícia Militar, que tem um batalhão. Então, com todo [E-4-INCRA].

Além disso, para o [E-4-INCRA], as associações possuem uma atuação mais focada na captação de demandas do que nos envolvimento com conflitos, é, por isso, se parecem a órgão público, como dito a seguir:

Nós buscamos sempre os órgãos públicos para isso, para tentar despersonalizar ao máximo a relação de conflito, porque se nós vamos com uma associação em uma relação conflituosa, acaba que esse conflito pode se voltar também contra o presidente

dessa associação. Então, nós evitamos que ele participe de alguma forma, ou seja, um ente de informação. Então é basicamente com órgãos públicos [E-4-INCRA].

De acordo com o [E-5-ICMBio], o Ministério Público Federal (MPF), possui envolvimento significativo nos conflitos, pois a maioria dos conflitos ocorrem em unidades de conservação de seu domínio.

A [E-6- MRN] relata que o principal envolvimento nos conflitos é de determinados grupos sociais e grupos minoritários, como os quilombolas, por envolverem interesses culturais e ambientais defendidos pela FCP, e tendo o INCRA como interventor nas divergências, como exposto nos trechos a seguir:

O principal deles, indiscutivelmente, são as associações quilombolas, as lideranças quilombolas, isso é o principal ator, são os principais atores. Além deles, é indiscutível, há os atores institucionais que hoje representam a própria Fundação Palmares, mas ela continua sendo o órgão do Estado que representa seus interesses e cultura, enfim, quilombola e afrodescendente. Mas também, no nosso caso, em razão de licenciamentos ambientais, o INCRA, que passou a ser o órgão estatal que intervêm nestes processos [E-6- MRN].

Além do Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público Estadual (MPE) mais próximo geograficamente e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) incluindo o IBAMA e o ICMBio, são muito importantes e presentes nessas relações.

Nesse contexto, verifica-se que a presença de determinadas organizações não governamentais encontra os espaços o estado não os ocupa, como proferido pela [E-6- MRN]:

Então, mas enfim, são esses aí os principais atores. Você tem poderes públicos municipais, aí você tem o legislativo municipal, você tem o Poder Executivo municipal, você,... mas muito maior escala e intensidade e frequência, de fato, são as lideranças quilombolas com meio das suas associações, os órgãos que representam os interesses desses grupos.

Para o [E-7 UFF], os representantes da ACONTAGS e ARQMO são os que sempre buscam dialogar e, em verdade, representam as comunidades como um todo, ou seja, quando se fala de uma comunidade, de um povo tradicional, esse “povo” representa o coletivo, como relata o entrevistado a seguir:

(...) Às vezes precisa voltar no coletivo para tomar uma decisão. Aqui não tenho representante da forma como a gente pensa, numa lógica mais estruturada de representação política. O cacique Geraldo, ele representa o conselho das Aldeias, muitas das decisões precisam voltar no conselho para ele tomar. Um presidente da associação e alguns diretores que fazem parte aqui do nosso grupo e das reuniões, eles levam para discutir dentro da comunidade e voltam com a resposta [E-7 UFF].

Conforme o [E8- ANM], os atores a serem considerados nestas análises, vão desde os titulares de direitos minerários superficiais, a garimpeiros legais, unidades de conservação de proteção integral de uso sustentável, entidades representativas do setor mineral, quilombolas, Ministério Público Federal, representantes do INCRA, Prefeituras Municipais, órgãos estaduais e municipais, e principalmente os órgãos técnicos de mineração (incluindo os órgãos de fomento a mineração na esfera estadual). O participante entrevistado destaca, ainda, que:

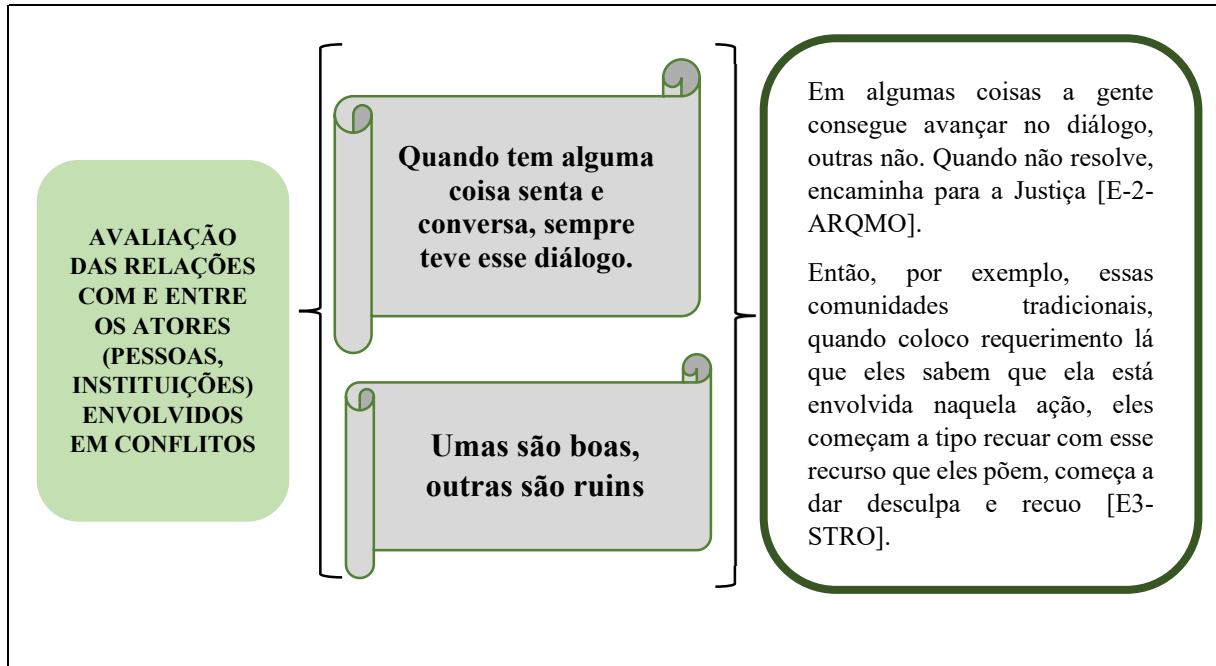
Em razão dessa dificuldade de o pessoal entender o que é a pesquisa mineral, qual é o impacto dela no território, e a questão do protocolo, esse aí que há falta de entendimento, ignorância, que acaba gerando toda essa desconfiança, dificuldade. Isso é o grande problema [E8- ANM].

Recapitulando ao que foi abordado nessa subcategoria, “Atores envolvidos na resolução de conflitos”: o representante da ACOMTAGs cita uma advogada representante do Sindicato e a participação do ITERPA, SFB, SEMAS, e a SEMMA; para a [E-2- ARQMO], a Associação conta com a participação de Universidades, MPs, ICMBio, INCRA, ITERPA, MALUNGU, CONAQ, e a FCP; a participante [E-3 STRO] aponta como parceiros na resolução de conflitos a Igreja, SINTTRAF, AMTMO, ACONTAGs, MP, INCRA, ITERPA, FETAGRI, e a UFF; O [E-5-ICMBio], cita o apoio do MPE; O [E-6- MRN] menciona participação ativa de determinados grupos sociais e grupos minoritários, como os quilombolas, FCP, INCRA, MPF, MPE, MMA (IBAMA/ICMBio), e ONGs; O [E-7 UFF], aponta que comunidades inteiras dão voz aos seus delegados para representar a todos através da ACONTAGS, e ARQMO. Para o [E8- ANM], nomeia como partes interessadas desde os titulares de direitos minerários superficiais, garimpeiros legais, unidades de conservação de proteção integral de uso sustentável, entidades representativas do setor mineral, quilombolas, MPF, INCRA, Prefeituras Municipais, órgãos estaduais, e, principalmente, os órgãos técnicos de mineração, que se inclui os órgãos de fomento a mineração estadual,

Esse tema é significativo e valoroso para esta pesquisa, pois se observa que os protagonistas, dentro de suas complexidades nas questões de conflitos, constituem redes políticas que envolvem diferentes organizações com conhecimentos e expertise no âmbito das mais diversas políticas setoriais, a se incluir, também, determinadas organizações não governamentais, que segundo o [E-6- MRN]: “ocupam espaços na medida que o estado não os ocupa”. Tais conexões refletem a expressão “a vida tecida em conjunto” de Inojosa (2001, p. 103), observada por meio da integração, de arranjos e de parcerias entre diferentes atores e organizações sociais, como descritos acima, inseridos no contexto de intersectorialidade.

A Subcategoria “Avaliação das relações com e entre os atores (pessoas, instituições) envolvidos em conflitos”, buscou respostas na questão treze do roteiro de entrevistas e têm seus resultados sumarizados no Mapa temático 3 (figura 6):

Figura 6 - Mapa temático 3: Q13 - Como você avalia as relações com e entre os atores?



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da pesquisa (2022).

Os resultados evidenciados pelo [E-1-ACOMTAGs], mostram que sempre quando há assuntos a serem solucionados, algo a ser resolvido, o diálogo deve ser predominante, um momento em que e as pessoas sentam-se juntas e conversam, a fim de equacionar uma situação, como expresso a seguir:

(...) Até porque a gente mantém assim ela faz os eventos da nossa comunidade há mais de 15 anos. A equipe toda também, ela fez uma conversa com a gente aqui de apoiar esse os eventos da comunidade, ela sempre nos apoia, tem algumas comunidades que têm e que estão mais próximas a eles e atende com mais frequência no caso da questão da água, da luz e as comunidades que estão mais longe, aqui distantes, atende com outros tipos e outras formas de atendimento. Apoio com os eventos, algumas coisas, mas essa pandemia aqui a conseguiu lá quase seis mil cestas básicas com mineração para distribuir de março a dezembro [E-1-ACOMTAGs].

E, ainda, segundo o [E-1-ACOMTAGs], existe um bom diálogo entre os sujeitos, com conversas diárias sobre as demandas existentes, como revelado a seguir:

Então, a gente sempre teve um diálogo bom com a empresa, a associação e com o sindicato. A gente nunca teve assim para dizer que a gente não conversa ou não faz isso, mas sempre tem e é diariamente a gente está conversando hoje, porque sempre

quando acontece algum tipo de problema, o comunitário pega liga pra lá ou liga pra cá, procuro saber o que está acontecendo [E-1-ACOMTAGs].

Esse modo de relacionamento é exemplificando no relato a seguir:

Por exemplo, “olha lá o pessoal lá próximo está dizendo que tem alguma coisa no material de alguma lancha em torno da mineração”, e eles querem saber quem é que está para lá e até para eles entrar para lá, eles têm que mandar algum documento pra gente para falar quem que está indo para lá. E aí eu vejo como a gente não está diretamente na cidade às vezes. Aí a gente já estava na cidade não consegue ... [E-1-ACOMTAGs].

O entrevistado [E-1-ACOMTAGs], relata que desde 2013 não houve nenhum envolvimento desta entidade ou de qualquer outra associação nas discussões sobre a mineração:

Eles discutem o problema deles pra lá e a gente discute o nosso para cá. Toda aquela integração está lá, eles vêm para cá. Mas assim de dizer que a gente vai participar da discussão dele lá, nenhuma vez quase a gente foi para lá, também nem eles vêm para cá, mas eles lá no território deles e nós aqui no nosso também [E-1-ACOMTAGs].

Para a [E-3-STRO], a relação com os envolvidos em conflitos, tem sido uma relação positiva e parceira com as comunidades, e nisso se vê que eles abraçam a causa, inclusive na parceria como o MP. Entretanto, apesar disso, nota-se que as ações contra a mineração deixam as pessoas chateadas, pois qualquer medida afeta a comunidade, como ressaltado no trecho:

Então, surte um efeito lá contra eles e eles fico cabreiro, mas assim como eles, vejo que não pode paralisar a ação deles, eles vão voltando depois, mas tipo eles tanto tento castigar, é tipo um castigo quando eles observam que tem uma ação. Olha, por exemplo, agora com a Pró-índio que nós os forçamos a fazerem a pesquisa lá [E-3-STRO].

Denota-se ainda, que na conversação da [E-3-STRO], existe uma boa relação, mas quando medidas são tomadas contra a mineração, essa relação se enfraquece.

A gente sente que essa relação aí, quando a gente faz uma ação contra eles (mineração), ela enfraquece, ela enfraquece [E-3-STRO].

Existem, além disso, ações promovidas pelo MPE que são importantes, em que as promotoras Lilian e Ione têm feito a diferença na solução dos conflitos na região, como o próximo depoimento corrobora:

Inclusive, hoje eu quero aqui ressaltar o nome da doutora Lilian, que é do Ministério Público e é muito parceira nossa em todos os âmbitos. Ela é nossa parceira, todas as

ações que tem feito e ela atua lá. Então, assim ela vive muito aqui em Oriximiná, vive nos orientando em relação a esses conflitos. E assim a doutora Ione, também doutora Ione Nakamura, também é do MP, ela que representava, não está mais representando também e já nos ajudou muito através de WhatsApp, acredita? Através do contato a gente já tirou e já resolveu algumas situações aqui [E-3-STRO].

Para o [E-4-INCRA], as relações são extremamente frágeis e podem facilmente se abalar por qualquer desinformação, ou mesmo por informações em excesso, assim, a postura de neutralidade que vem sendo adotada pela entidade, se pauta na imparcialidade, que é uma prática institucional, como exposto a seguir:

(...) Nós estamos atuando numa relação conflituosa, nós buscamos da melhor forma possível estarmos neutros no conflito e neutro no conflito não quer dizer aceitar qualquer coisa, mas estamos ali buscando não ter lado porque senão acaba já aumentando esse conflito. Então, a relação entre eles é muito frágil [E-4-INCRA].

No ICMBio, as relações são classificadas como boas, pois a maioria dos conflitos têm sido administrados por meio do diálogo, sem a presença de eventos extremos em seu sistema, conforme colocado no fragmento da entrevista:

(...) Eu acho que são boas. Tem momentos mais tensos, mas, no final das contas, a maioria dos conflitos que nós temos nas nossas unidades de conservação a gente vem administrando bem no diálogo. Tanto é que não tem eventos extremos nesses conflitos, pelo menos desconhecido dentro do sistema. Quando você não consegue administrar, acontece de eventos extremos, fechar território. Mas geralmente a gente administra bem esses conflitos. Não vejo problema. Às vezes mais longo. Demora, né? Mas vai se administrando bem [E-5- ICMBio].

A dualidade na administração de conflitos, observada pelo [E-7-UFF], se dá em função da performance do representante nas reuniões e discussões, onde seu desempenho, ou escolhas, dentro do espaço interno e fora desse espaço é contraposto, vejamos:

Então fora do espaço a convivência é outra. Dentro do espaço de conflito, aqui eu vou ser o cacique guerreiro que trouxe o meu tacape e a minha arma, o meu arco e flecha e vou defender a minha aldeia. Ali fora vou tomar um café com você sem nenhuma animosidade. Aqui dentro eu vou ser Zumbi, eu vou ser Dandara. Ali fora, eu vou ser um preto gentil, uma preta gentil com você [E-7-UFF].

Como ressaltado pelo [E-6-MRN], houveram mudanças da gestão da mineradora, e que essas modificações são fundamentais, como configurado no texto:

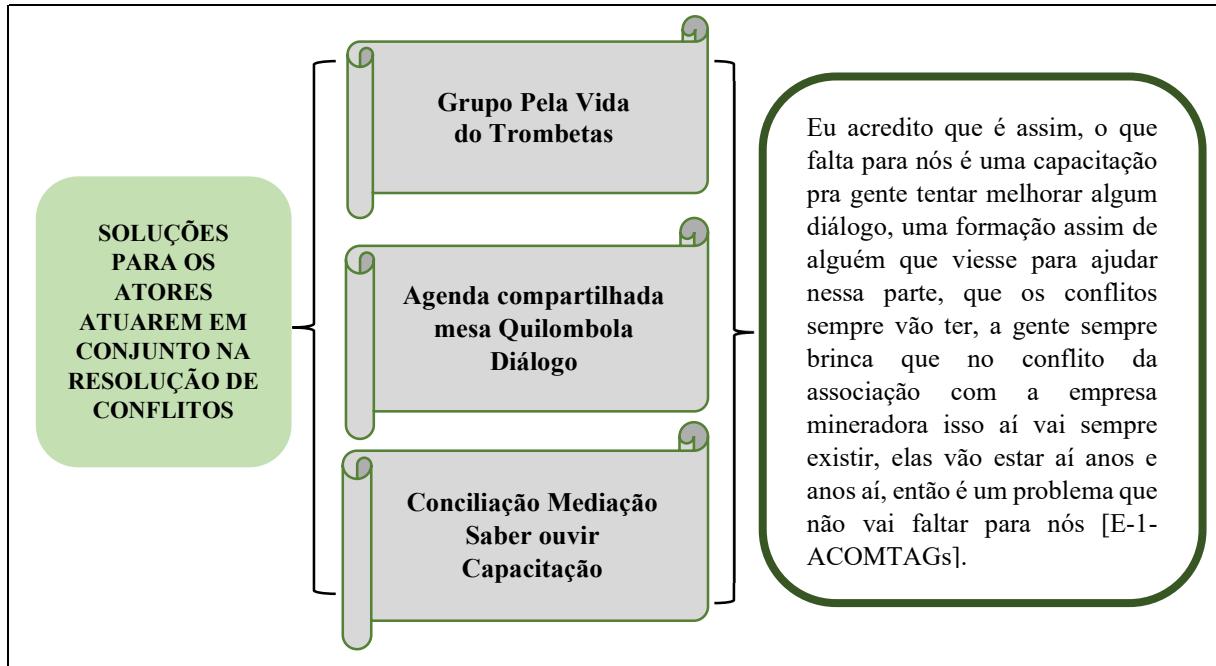
(...) A gestão anterior não era aberta ao diálogo, ao respeito ao outro, não era. E sabia, que podia fazer o que queria e ela usava estratégias colonizadoras de cooptação das lideranças, era essa a estratégia. Quando você tem uma estratégia para diversidade, do

diálogo, do respeito ao outro, do ouvir o outro, de ter a escuta do outro. E isso só se dá com a mudança da direção da mineração [E-6-MRN].

Nessa subcategoria que cuida da “Avaliação das relações com e entre os atores (pessoas, instituições) envolvidos em conflitos”, observa-se a predominância de eficientes conversas entre as instituições, como a exemplo a ACOMTAGs, que preza por um bom diálogo entre os sujeitos. Para a [E-3-STRO], as comunidades e o MP têm uma relação de parceria positiva, entretanto pode-se tornar frágil e abalada por qualquer desinformação ou informação em excesso, como aponta o [E-4-INCRA], e podem se enfraquecer quando as ações são contra a MRN. No ICMBio as relações são boas, pois a maioria dos conflitos têm sido administrados por meio do diálogo. Consoante as ideias apresentadas pela [E-3-STRO], Kuruvilla *et al.* (2018) acrescenta que diferentes são as concepções que orientam para o sucesso na cooperação intersetorial. Com a mudança de gestão da MRN, a empresa saiu de uma condição estrategicamente colonizadora, para um cenário que valoriza a implementação de estratégias voltadas para a diversidade, o diálogo e o respeito, e novos modelos de gestão, este último tópico é observado por Crozatti (1998) como a base de um conjunto de regras e princípios que orientam os gestores na escolha das melhores alternativas para conduzir efetivamente uma empresa ao cumprimento de sua missão. Essas concepções demonstram uma enorme evolução para que as relações entre os diferentes atores se tornem cada vez mais próximas.

A Subcategoria “Soluções para os atores atuarem em conjunto na resolução de conflitos”, buscou respostas na questão quatorze do roteiro de entrevistas e tem seus resultados sumarizados no Mapa temático 4 (figura 7):

Figura 7 - Mapa temático 4: Q14 - De que formas poderiam, os atores atuarem em conjunto?



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da Pesquisa (2022).

O Grupo chamado “Pela Vida no Trombetas”¹¹, criado em 2020, nos dizeres da [E-1-ACOMTAGs], mobilizou o Ministério Público, as mineradoras, a Prefeitura, a Câmara Municipal e Secretarias. Organizado pelo Professor Conti, o grupo contou com a participação de entidades regionais, que se reuniam por meio de reuniões virtuais, devido a pandemia e seus protocolos sanitários. Os participantes da associação que não possuíam acesso à internet, contava com suporte oferecido pela UFF, que disponibilizava salas equipadas para as conferências, outros, por sua vez, participavam no escritório da associação. De certa forma, o momento pandêmico evitou o contato físico de pessoas externas às comunidade, contudo o trabalho realizado em conjunto, possibilitou a resolução de diversas questões, conforme observado no trecho abaixo:

¹¹ Grupo criado por iniciativa do Dr. Marcelino Conti de Souza (UFF) inicialmente composto pela ARQMO, MRN e UFF para resolver problemas de saúde comunitárias decorrentes do COVID-19, que se ampliou para a resolução de diversos outros problemas regionais, e atualmente é integrado por representantes do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Ministério Público Federal (MPF), Universidade Federal Fluminense (UFF), Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Alto Trombetas II (ACRQAT), Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Boa Vista (ACRQBV), Associação dos Moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cachoeira Porteira (AMOCREQ-CPT), Associação das Comunidades da Gleba Trombetas e Gleba Sapucá (ACOMTAGS), Associação Mãe Domingas, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Nacional do índio (Funai), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Mineração Rio do Norte (MRN) e Projeto Quilombo (SOARES, 2020).

E é um grupo que ali, naquele momento de pandemia todo mundo ficou quase que sem saber que forma o pessoal, tentando impedir que as outras pessoas fossem daqui para a cidade, para lá. E o Ministério Público se envolveu também, a universidade, a UFF. E aí quase todos esses problemas em toda a demanda que era apresentado nesse grupo, ali que se reunia de quinze em quinze dias, a gente conseguia dar encaminhamento nas coisas, eu acredito que dentro de um grupo desses que envolvesse todo mundo, a gente conseguia organizar [E-1-ACOMTAGs].

De modo geral, foi possível determinar as responsabilidades e atribuições de cada um, ou seja, com a formação do grupo foi possível identificar a responsabilidade do Ministério Público, da prefeitura, das associações, e como cada um poderia ajudar, como dito pelo [E-1-ACOMTAGs]:

Por exemplo, as associações de quilombola, de ribeirão, todas elas estavam incluídas nesse grupo e cada um falava ali onde estava doendo a gente conseguiu nesse ano, lá nesse período, resolver muitas coisas e dessa forma juntar todo mundo numa reunião só. Eu acho que a gente conseguiu fazer muita coisa com esse grupo e acabou ele se desfazendo quando a pandemia ele foi embora [E-1-ACOMTAGs].

Para o [E-1-ACOMTAGs], o ideal era que o grupo desfeito após a pandemia fosse reativado, principalmente pelo fato de sua eficácia frente a organização das demandas, pautas e mesmo capacidade resolutiva, conforme fragmento transcrito da entrevista:

Mas eu acreditava que se a gente tentasse manter ainda para outro desse problema que está no dia a dia que sem ser o que ele comanda, para a gente conseguia resolver muita coisa, buscar, por exemplo, ITERPA e INCRA numa reunião pautada junto com o município, com as associações e Ministério Público que também participando. Eu acredito que dentro de um grupo desse a gente ia conseguir resolver isso, muita coisa [E-1-ACOMTAGs].

E ainda com a existência do grupo, era possível distribuir tarefas e atribuir responsabilidades:

Eu sei que deu certo, deu certo. Muita coisa a gente conseguiu organizar nesse período aí sim. Cada um saia com a sua responsabilidade da reunião, saia com seu trabalho para fazer e deu certo [E-1-ACOMTAGs].

Além disso, é importante frisar a necessidade de uma formação para a associação e que envolva também a comunidade, pois somente o pessoal que possui o ensino médio completo, ou que já tenha iniciado os estudos, é que têm aporte para fazer sugestões melhores, e com essa oportunidade de capacitação para aqueles que não têm condições de buscar de conhecimento por outros meios, tornaria possível obter discussões mais ricas e performar soluções mais adequadas para os conflitos, como manifestado pelo entrevistado da ACOMTAGs:

Ali só vem lá o cara que tem ensino médio completo ou então já iniciou ali um estudo. São pessoas assim que vêm com a vontade de fazer alguma coisa, mas não têm aquele conhecimento também. Hoje já não, a gente já melhorou um pouquinho tentando colocar na diretoria pessoas que a gente tem um pouco de conhecimento. Mas mesmo assim eu acredito que falta uma formação da gente tentar melhorar essa nossa forma de resolver esses conflitos [E-1-ACOMTAGs].

Por meio da formação, a reunião de grupos envolvendo quilombolas, ribeirinhos, pessoal do planalto, pode ser uma maneira de resolver problemas, como mostra a passagem da entrevista pelo [E-1-ACOMTAGs]:

E eu acredito que dentro de uma formação, um grupo que se reúna, porque tanto os quilombolas, os ribeirinhos aqui, área do planalto também, a gente tem problema, todo mundo tem problema e a gente tem que estar sempre buscando parceria e formação para poder tentar resolver esse problema [E-1-ACOMTAGs].

Para a [E-2-ARQMO] a existência de uma agenda compartilhada, um modelo a ser seguido, talvez uma mesa quilombola, com periodicidade mensal, bimestral ou mesmo trimestral, permitiria que todos os atores envolvidos se reunissem para então debaterem sobre soluções para determinados problemas, conforme a narrativa seguinte:

Mesa Quilombola, essa mesa aconteceu em Santarém com o Ministério Público e todas as partes envolvidas num determinado momento. Talvez se a gente tivesse uma agenda partilhada. Uma agenda partilhada, um encontro mensal, uma coisa, dessa natureza. A Mesa Quilombola é uma parceria entre o MPPA, o ITERPA e a MALUNGU, e visa manter o diálogo na construção das alternativas para reconhecimento dos direitos dos territórios quilombolas [E-2-ARQMO].

Outra modalidade de projeto foi a mesa de diálogo, uma parceria entre o Ministério Público do Estado, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), que teve por objetivo acompanhar a regularização e titulação dos territórios quilombolas no Estado do Pará: “(...) O MP, junto com a região do Baixo Amazonas, era uma mesa com todas as comunidades aqui do Baixo Amazonas, Óbidos, Alenquer e Oriximiná. Para tratar essas questões dos conflitos” [E-2-ARQMO].

A [E-3-STRO] reconhece que para ações cotidianas levadas no desenrolar das demandas, não consegue propor algum tipo de melhoria em função da conjuntura vivenciada na atualidade, pois as pessoas são convidadas a integrar-se aos diálogos, mas frente às negativas, resta apenas continuar repetindo os convites ainda que seja por centenas de vezes, como explicado a seguir:

Eu acredito que seria do jeito que a gente sempre vai levando. Não, não tenho uma sugestão de melhoria, porque é assim hoje, a conjuntura de hoje, tanto de quem assume essas instituições, quem assume as entidades, que é quem está hoje na frente da empresa, a gente tem toda vez esse processo de construção desse diálogo e muitos não adere à ideologia do sindicato, dos assentamentos, muitos não adere, né? Então eu acredito assim que a gente permanece com diálogo e permanece convidando. Se tiver cem vezes convite, faz os cem convites, tipo uma resistência e persistência eu vejo, nossa, chamando esses atores para um diálogo [E-3-STRO].

“Persistência” é a palavra de ordem no sindicato. O diálogo será perseguido até o momento em que todos os atores estiverem na mesma mesa, unidos para se chegar a uma solução, e conseqüentemente planejar ações para conquistar a essa finalidade:

Tanto faz se a empresa quanto nossos parceiros, que enfraqueceu, é bom ressaltar que enfraqueceu o movimento social, muito. Então nós temos que aqui eu vejo que é persistir, resistir a esse momento e está chamando para dialogar. Uma hora a gente vai conseguir sentar com todo mundo e está tentando fazer uma ação [E-3-STRO].

Para o agente do INCRA, o melhor modo ainda consiste na conciliação e/ou mediação, contudo a complexidade da mediação pode levar a situações incertas, que sejam possíveis de acontecer, ou que não acontecerão de modo algum: “a melhor forma que eu vejo é tentar a conciliação, tentar a mediação. Só que a mediação é muito complexa. Tem momentos que você vai ter mediações possíveis e aquelas que são impossíveis de acontecer” e para exemplificar, diz o [E-4-INCRA] que:

Um exemplo de impossível é quando nós temos conflitantes dentro de uma área já destinada pelo Incra é o projeto de assentamento e um dos problemas ali. Um dos causadores de problema dos conflitantes não é assentado primeiro que ele não poderia nem ser ouvido pelo Incra enquanto não tivesse sua situação regularizada naquele caso [E-4-INCRA].

Nesse sentido, o [E-4-INCRA] coloca que sempre haverá conflitos e o caso exposto apresenta-se como uma situação complexa, difícil de se chegar a algum consenso comum. Contudo, a mediação e a conciliação ainda sim podem ser um bom caminho a ser seguido para a solução de conflitos: “É difícil! Cada caso é um caso, na verdade. Mas a busca pelo caminho do diálogo entre as partes? Nesse, nesse viés de mediação e conciliação, entendo como a perspectiva mais plausível para a solução dos conflitos” [E-4-INCRA].

É preciso haver mecanismo para ouvir as comunidades, especialmente por haver decisões do Presidente que não são de consenso da comunidade, ou não é realmente o que a comunidade desejava, em alguns casos por influência política segundo o [E-5-ICMBio].

Do ponto de vista legal é preciso considerar os entendimentos jurídicos na frieza da lei, ou seja, a lei “crua”, evidenciando-se a presença jurídica, como configura o texto a seguir da entrevista do [E-5-ICMBio]:

E aí, depois do arcabouço legal, têm coisas que têm entendimentos jurídicos que não necessariamente a letra crua da lei. Aí é importante ter a participação do jurídico nesse processo que praticamente todos têm, todos e, no final, concessões [E-5-ICMBio].

Nesse contexto, para o [E-5-ICMBio], se houver a execução de ação de todo esse processo, desenhado e executado pelo Instituto, observa-se claramente os interesses das partes, as possibilidades da legislação pertinente, as possibilidades do entendimento jurídico, bem como suas concessões. Ex,: populações tradicionais que fazerem uso de território em área de regime de proteção integral e concessões .

Hoje a realidade da MRN consiste no desenvolvimento de projetos futuros, bem como discutir com as comunidades sobre os impactos que possam ser causados pelos novos projetos, devendo ainda esforçar-se totalmente para buscar soluções práticas construídas em consenso entre as partes nos quais os interesses são contrapostos, especialmente por serem conflitos diários, conforme narra o [E-6-MRN]:

Então, hoje a mineração tem que lidar com projetos futuros e discutir com essas comunidades os impactos futuros causados pelos novos projetos. Mas essa discussão ela sempre vem em termo permeada ou conectada com as atividades. Chamados de estudos do componente quilombola e as discussões disso decorrentes [E-6-MRN].

Toda essa conjuntura traz para a mesa projetos novos, porém com impactos futuros, que contam com a participação das comunidades na construção de programas, medidas mitigadoras e, inclusive, compensatórias. A mineração reconhece o direito dessas comunidades em participar dos seus processos, como pronunciado no discurso a seguir:

Que a causa raiz hoje, admitindo se e partindo da premissa que a mineração reconhece, seja no processo de licenciamento, seja nas suas atividades diárias, o mundo ou até como participando do processo de fiscalização de atividades, ficou muito, muito, muito evidente isso logo depois do evento Brumadinho, na necessidade de participação, conhecer todos os processos minerários e verificar a sequência desses processos minerários [E-6-MRN].

O [E-6-MRN] ressalta o grupo “Pela Vida no Trombetas”, como um importante ator - criado no âmbito de Oriximiná, de modo absolutamente informal, flexível, sem grandes normas de governança ou qualquer engessamento -, que atuou de modo positivo no período da

pandemia de Covid-19. Sem sombra de dúvidas foi algo favorável em meio ao caos pandêmico, conforme pode-se observar abaixo:

(...) Um grupo chamado Pela Vida no Trombetas, por meio do qual a mineração participa. Participam as associações quilombolas, associações indígenas, associações ribeirinhas, representantes do Ministério Público, representantes estadual e federal, representantes da academia por intermédio da Universidade Federal Fluminense. E lá vão o professor Marcelino Conti. E foi uma experiência expositiva e magnífica que eu já tive oportunidade de participar. No auge da pandemia, Alice discutia de forma absolutamente igualitária soluções, mas, sobretudo as comunidades mais atingidas apresentavam seus problemas causados pela pandemia e ali eram discutidas soluções em que a mineração teve o privilégio de participar [E-6-MRN].

Nessa conjuntura, tem-se, ainda, a seguinte fala:

(...) A gente pode tudo foi construído junto nesse grupo do Trombetas e é de fato, na minha perspectiva, e esse sim é o principal e mais eficaz instrumento de mediação de conflitos chamado Pela Vida no Trombetas [E-6-MRN].

Consoante o [E-6-MRN] determinados atores que optaram por não participar, a exemplo de uma organização não governamental, escolhendo, assim, o “não diálogo”, chamou a atenção do entrevistado:

E aí eu respeito a decisão e é uma escolha de não diálogo e deve ser respeitado. E, infelizmente, na minha avaliação, os poderes públicos deveriam ter uma participação mais ativa e tiveram, no entanto, menos presente do que se esperava [E-6-MRN].

Mesmo com esse contexto, foi possível notar uma participação pública ampla, que envolveu discussões de níveis públicos, com a participação especial da MRN, como expõe a passagem da entrevista do [E-6-MRN] a seguir:

(...) É notável nesse grupo porque as discussões são públicas, com a participação de todo mundo. Porque eu pude ter uma visão da Mineração Rio do Norte. O que eu pude observar? Tem pleitos de interesses individuais que são comuns, muito comuns. Eles deixaram de existir. Porque as próprias pessoas, que tenderiam a ter a propor algo que viesse muito mais na linha do interesse individual em detrimento do interesse coletivo, elas ficam absolutamente constrangidas de fazer essa defesa em público [E-6-MRN].

A proposta de uma Fundação a ser criada, conforme dito pelo [E-6-MRN], vai cuidar especificamente de uma série de programas socioambientais que trarão benefícios para as comunidades, como exemplos da Fundação Bradesco, Fundação Ermírio de Moraes e a Vale do Rio Doce que tem sua própria Fundação:

(...) Eu acho que a gente deve seguir muito esse caminho desmembrando, tirando de dentro de uma estrutura operacional da própria empresa, se não todos. Grande parte dessas ações a mineração participa voluntariamente ou por obrigação de condicionantes ambientais [E-6-MRN].

O Grupo “Pela Vida no Trombetas”, segundo o [E-6-MRN], é um caso bastante assertivo, pois conta com a participação direta da MRN nas discussões com a comunidade, sem intermédio de terceiros (consultorias e ONGs): “isso é um processo contínuo de melhoria. Acho que nós temos muito, muito a melhorar, muito a aprender esses mecanismos”.

O projeto de melhoria contínua deve ser ininterrupto, contudo, ainda possui um longo caminho a ser percorrido, como mostra o trecho da conversa a seguir:

(...) Nós precisamos melhorar muito, muito. Temos diversas áreas que nós precisamos caminhar mais rapidamente com a contratação de pessoas locais para que o diretor sustentabilidade não seja de Minas Gerais, que seja local. Mas agora é um processo e o processo a gente tem caminhado de forma muito significativa nessas melhorias e de forma muito firme” [E-6-MRN].

É possível constatar que mesmo diante de perspectivas conflituosas, especialmente por haver interesses contrapostos, o caminho é certo, longe do ideal, mas tramitando em prol da cordialidade e respeito entre as partes, como dito a seguir pelo [E-6-MRN]:

Estamos muito longe do ideal, muito longe do ideal, mas acredito que estamos no caminho certo. Nós temos algumas iniciativas, sempre será eu, na minha perspectiva, sempre serei uma relação conflituosa, na medida em que são interesses contrapostos. Mas o fato de ser conflituoso não significa que tenhamos que ser belicosos, desrespeitosos com todas as partes. Pelo contrário, é a chance da participação nesse fórum [E-6-MRN].

Por meio do diálogo e da boa vontade de alguém, cresce a chance de ouvir e a oportunidade de expor os nossos pontos de vista, as nossas posições, mesmo que ainda haja divergências. Partindo do respeito e do entendimento da parte oposta, os diálogos poderiam ser muito melhores, com resultados mais promissores para todos os envolvidos, diz o [E-6-MRN]:

(...) Eu acho que a principal delas é sempre o respeito. Eu sempre uso uma expressão que eu acredito nela. De fato, todas as vezes que eu me sento numa mesa, eu faço um esforço imenso para tentar entender a posição do outro. Esses processos poderiam ser muito melhores [E-6-MRN].

Ainda para o [E-6-MRN], os diálogos devidamente conduzidos podem ser:

(...) Muito mais abertos e muito mais eficazes no sentido de trazer resultados muito mais positivos num curto espaço de tempo, reduzindo essa a qualquer risco,

eventualmente até eliminando isso e reduzindo qualquer risco de que essas relações. Esses diálogos se baseiam em relações de poder sob pressão. Se o Estado tivesse uma postura mais presente [E-6-MRN].

Cabe também considerar outros meios, como as mesas de diálogo, e instrumentos de comunicação que podem ser aperfeiçoados, de forma que as comunidades possam entender o seu conteúdo, como esclarecido pelo próprio [E-6-MRN] no trecho a seguir:

(...) Eu posso também citar as nossas mesas de diálogo com as associações quilombolas, ribeirinhos, enfim, da região como um todo, eu também acho que são exemplos de sucesso, alguns maiores, outros menores, mas sempre positivos. Eu posso citar, por exemplo, uma mesa de absoluto insucesso, a mesa de diálogo já chamada Mesa de Diálogo Permanente, que durou uma reunião só, que foi uma mesa criada pela Comissão Pró Índio [E-6-MRN].

Além disso, uma mesa de diálogo permanente não pode substituir órgãos públicos. Se um órgão público, de fato for omissivo, sua representação estatal não pode ser excluída, ou desconsiderada, como citado no trecho:

(...) E aqui um mero exemplo o Incra ou uma Fundação Palmares, seja quem seja. Isso não pode fazer com que essas mesas de órgãos de diálogo se substituam à representação estatal. Eu acho que muitos dos insucessos decorrem disso. Eu não tenho um estudo sobre isso, é intuitivo. Eu acho que muitas das razões que levam a ao insucesso desses diálogos permanentes decorrem duma expectativa de que eles se possam substituir à presença estatal [E-6-MRN].

A presença de um órgão estatal para dar soluções por meio do diálogo e das mesas que são aperfeiçoadas e construídas, deve contar sempre com a presença do estado. Como declara o fragmento a seguir:

(...) Para o Estado dito aqui e os seus órgãos representativos envolvidos no tema. Eu acho que essa talvez seja uma das principais razões de insucesso, quando se cria uma expectativa de que essas mesas e as vontades das duas partes e aí, eu diria até coletivas, mas elas não são difusas [E-6-MRN].

Essa impossibilidade de substituição, para o [E-6-MRN] incide em não se pode sobrepor ao regulamento, à instituição de fato e de direito, como aponta o texto a seguir:

(...) Não é porque tem um grupo coletivo, mas identificado. Eles não podem se substituir. Essa grande expectativa de que essas vontades possam se sobrepor ao regulamento, à institucionalização. Então é isso, vai com as duas partes essa expectativa. Aquilo que eu acertei, combinei. Ele é válido e legítimo se aderente à norma, se aderente ao regulamento [E-6-MRN].

Na percepção do representante da UFF, a mesa é um caminho em que, a exemplo de um dos participantes, a prefeitura, tem sua adesão condicionada a convocação do MP, comportamento que poderia ser outro, como exemplo, uma participação espontânea, conforme o seguinte relato:

Eu não descarto outras possibilidades, mas a mesa é um bom caminho e tem se apresentado dessa forma. Tem um ator aqui que não vem para essa mesa, que é a prefeitura. Ela se nega a vir e ela só vem quando está convocada pelo Ministério Público, Ministério, por fazer convocação para nos responder alguns questionamentos na mesa. Mas poderiam estar aqui participando no dia a dia, no cotidiano da mesma [E-7-UFF].

Para o [E-7-UFF], o Ministério Público Federal, o Ibama, o ICMBio e a UFF, estão todos, de alguma forma, dentro do território vivendo o dia a dia rotineiro, esbarrando com as pessoas e seus conflitos todos os dias, o que facilita entender as demandas por políticas públicas, como narra a seguir:

Então, para a gente estar aqui fica mais fácil. Pegar uma agência da mineração e agência da água, por exemplo, e a gente que tem algumas necessidades que demandam políticas públicas, abastecimento de água desse povo, saneamento desse povo é política pública [E-7-UFF].

A prefeitura deveria fornecer saúde para o povo é “Política Pública”, sabendo que a saúde ela é descentralizada a partir do sistema único e também um sistema único de assistência social que funciona. Ter a Prefeitura envolvida, significa a solução de problemas da população, como visto no trecho do [E-7-UFF] a seguir:

Você ter a prefeitura significaria que você trouxe para esse país soluções desse problema, soluções que poderiam ser dadas na esfera estadual e na esfera federal. E assim ela se recusa a participar porque elas são demandadas e demandadas, de forma que a prefeitura não tem como capitalizar apoio político. Porque aqui é uma esfera, como eu já disse para você, argumentativa pública em que nivela os poderes, não há assimetria [E-7-UFF].

Constatou-se ausência do INCRA e de outras ONGs que se recusaram a participar, o que não é tão justificável, pois o INCRA fica próximo, no município de Santarém, e algumas ONGs aqui na cidade mesmo, segundo narrativa do [E-7-UFF].

Para o [E-8-ANM], quando soluções são vislumbradas, os indivíduos passam a atuar em conjunto, mas a grande dificuldade em querer mostrar solução, ou instigar essa solução, é o fato de o sistema não colocar um agente imparcial que tenha voz para poder dar explicações claras às pessoas e as partes que estão, às vezes, em conflito e preocupadas com a situação:

E acaba que eles não pensam de fora porque o tal do pensar de fora é muito importante para você poder ter uma visão do que dá para resolver. É isso aí que a gente tem visto, que faz a grande diferença, que é buscar estratégias e soluções alternativas, que é onde a gente consegue ganhar. É, de fato, um momento que se consegue junto aos atores para o trabalho [E-8-ANM].

A sugestão do [E-8-ANM]) é a de constituir uma delegação para a gerência regional, onde serão realizadas as tratativas dos conflitos, como se configura a seguir:

Eu acho que a gente poderia depois fazer alguma delegação para a gerência regional, para o gerente regional, tratar de mediação de conflitos por um chefe de divisão específico para poder fazer instrução ou de fazer alguma coisa. Eu acho que a gente tem que tornar o negócio mais automático [E-8-ANM]).

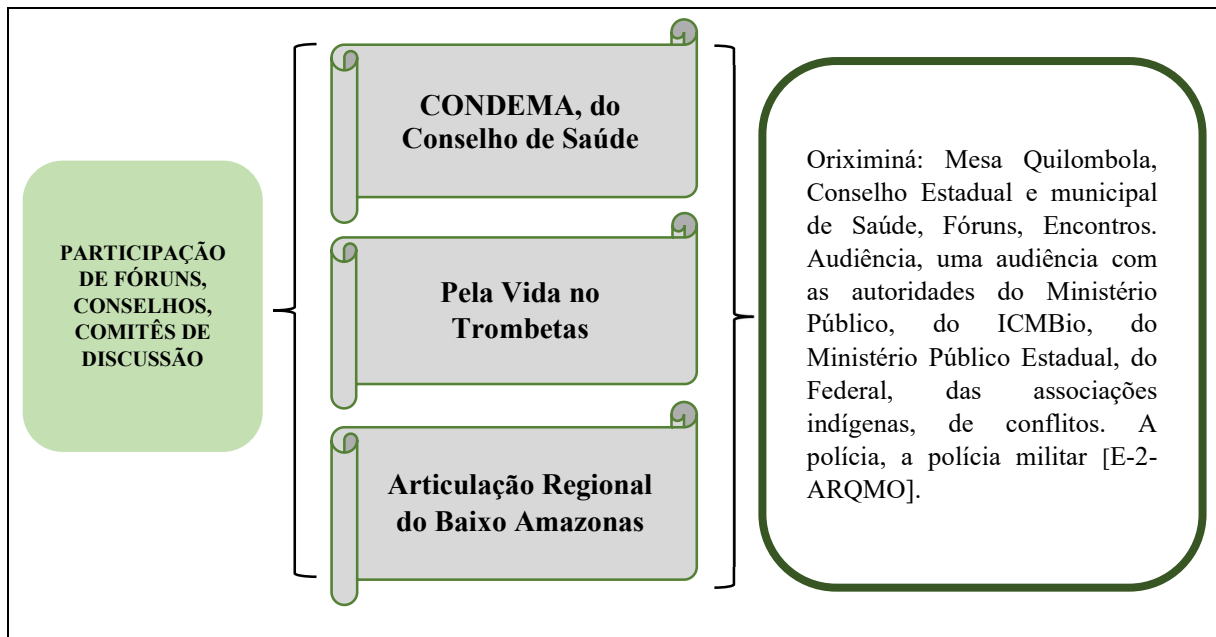
Em resumo dessa subcategoria que dispõe sobre propostas e “soluções para atuação em conjunto dos atores na resolução de conflitos”. Dentre elas está a reunião de grupos que envolve quilombolas, assentados e demais habitantes da região, com a finalidade de estabelecer responsabilidades e atribuições, discutir sobre capacitações que envolvam as comunidades como uma forma de resolver problemas, conforme sugerido pelo [E-1-ACOMTAGs], e estabelecer uma relação de cooperação intersetorial (ALMEIDA, 2012). A implementação de ferramentas para o compartilhamento de compromissos e planejamentos, como reuniões regulares (mensais, bimestrais e/ou trimestrais), para discutir e resolver questões específicas, são recomendadas pelo [E-2-ARQMO]. Para [E-3-STRO], a persistência no diálogo é vista como um ponto essencial para alcançar soluções e se tomar ações concretas, e que a presença, e a interpretação jurídica ausente de emoção, devem ser consideradas nessas situações, de acordo com o [E-5-ICMBio]. A constituição de mesas de diálogo é tida como um bom caminho na concepção do [E-7-UFF], bem como a formação de uma equipe de representação na gerência regional para lidar com os problemas de conflitos, que fora proposta pelo representante da ANM. Em meios as propostas apresentadas, se destaca a do [E-7-UFF], que defende a manutenção do grupo “Pela Vida no Trombetas”, importante ator regional que precisa ter uma maior participação de entes estatais, para obter mais legitimidade nas decisões. O grupo é tido como um método de interação eficiente, na procura de soluções integradas para problemas regionais complexos (CUNILL-GRAU, 2014, tradução nossa).

Então, nessa subcategoria, verificou-se que as propostas levantadas pelos participantes objetivam a implementação, ou continuidade, de ações de governança colaborativa que, conforme descrito por Chiari *et al.* (2021a), é pautada na participação de diferentes organizações, incluindo setores públicos, privados e sociedade civil, e visa alcançar objetivos

comuns, também observado por Cunill-Grau (2014, tradução nossa) como “mecanismo integrador”.

A próxima subcategoria “Participação de fóruns, conselhos, comitês de discussão”, buscou respostas na questão quinze do roteiro de entrevistas e tem seus resultados sumarizados no Mapa temático 5 (figura 8):

Figura 8 - Mapa temático 5: Q15 - A instituição participa de fóruns, conselhos e comitês de discussão?



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da pesquisa (2022).

Para o [E-1- ACOMTAGs], a Associação participa de conselhos, como a Flona, o Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA) e o Conselho Municipal de Saúde:

(...) Tem e é também do ramo do turismo aqui em Oriximiná, que também fazemos parte do conselho. São onde a associação tem representação nesses conselhos, temos também participação no nosso grupo lá da mineradora, o ABA [E-1- ACOMTAGs].

No STRO, segundo seu entrevistado, as participações estão vinculadas ao Fórum de Conflitos Agrários, em Santarém, e na Articulação Regional do Baixo Amazonas. Por sua vez, o [E-4- INCRA] informou que sua Instituição participa atualmente do Fórum de Conflitos Agrários, instituído pelo Ministério Público Estadual, em que também participa a Procuradoria de Justiça Agrária de Santarém, pela Regional, e é o único fórum em que participam.

Os conflitos agrários foram evidenciados, e um viés concernente ao conflito urbano também foi relatado pelo [E-4- INCRA]:

(...) mas eu acho que tem um viés também no conflito urbano, salvo engano. Mas é só olhar o regimento interno, tem um regimento no site do Ministério Público do Estado, o MPPA [E-4- INCRA].

Além do fórum, o serviço fundiário quilombola da Instituição participa de mesas de negociações, a “mesa quilombola”, é um exemplo de participação, com citado a seguir:

(...) Tem mesa quilombola, um exemplo que nós temos aqui é uma mesa quilombola. E, como eu disse, o Incra é feito de caixinhas, quem atua na mesa quilombola é o serviço quilombola. Então, existem essas mesas de negociação e esses fóruns, esses núcleos que o INCRA não participava, que seriam fundamentais também para auxiliar nessas [E-4- INCRA].

O participante [E-5-ICMBio] menciona, de maneira superficial, que há participação de Grupos de Trabalho (GT) nos Conselhos de Unidade de Conservação (CUC), de proteção integral, e de uso sustentável, que são grupos de trabalho específicos para administrar e discutir-se em Brasília, com alguns grupos instituídos, sendo um específico para cada território. E ainda:

O próprio Ministério Público, às vezes, institui canais que a gente participa, a discussão dos territórios quilombolas com Ministério Público Estadual, da OIT 169. O Ministério Público tinha um grupo de trabalho que conversava e definia as estratégias ali e concessões que não eram concessões, mas tinham. Mas se o conflito e a unidade de conservação envolvem a conservação, é muito difícil o ICMBio não estar nessa história. Geralmente se convida [E-5-ICMBio].

Na MRN, as participações são da Associação Brasileira de Alumínio (ABAL), do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), do grupo “Pela Vida no Trombetas”, da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), da Feira da Indústria do Pará (FIPA) e do Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará (SIMINERAL), como exposto pelo [E-6-MRN] :

(...) Inclusive, que hoje o Guido é presidente do SIMINERAL e participando também da FIEPA, e FIPA, eu confundo com a da feira. Aí eu faço uma confusão na minha cabeça e redes, porque o desenvolvimento de fornecedores locais, aquele braço da FIPA que têm direcionado ao desenvolvimento de fornecedores locais que é o REDES [E-6-MRN].

Além da participação no Grupo “Pela Vida no Trombetas”, segundo [E-7-UFF] que também se colabora com o Conselho de Saúde, Conselho do Idoso, Conselho de Desenvolvimento Urbano, Conselho de Desenvolvimento Rural, Conselho da REBio, Conselho da Flona, Fórum Educação Rural, Fórum Quilombola, Pacto pela Educação. Há que se dizer que o declínio do Conselho da Flota se deu por não haver condições de acompanhamento, e

mesmo para o Conselho da Pessoa Deficiente,

Para o [E-8-ANM], as participações da AMN são no Comitê Região Sudoeste do Pará e na Gestão de Unidades de Conservação, contudo, há um certo silêncio quanto a sua participação em questões relacionadas a Amazônia, como mostra o trecho:

(...) Mas não conheço de revisão, de criação, de plano de manejo de conservação sustentável. Mas, tirando isso, não. Existe um silêncio muito grande para a participação da ANM. Existe um silêncio muito grande para a participação da MM. Qualquer coisa relacionada à Amazônia [E-8-ANM].

Em síntese, as entrevistas dessa subcategoria que trata da “Participação de fóruns, conselhos, comitês de discussão”, das entidades representadas, destaca a participação da ACOMTAGs nos Conselhos da Flona, Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA), e do Conselho Municipal de Saúde. O STRO que participa do Fórum de Conflitos Agrário em Santarém e na Articulação Regional do Baixo Amazonas. O INCRA colabora com o Fórum de Conflitos Agrários e mesas de negociações quilombolas. Já o ICMBio participa do Grupo de Trabalho (GT) e nos Conselhos de Unidade de Conservação (CUC). A MRN contribui participando da Associação Brasileira de Alumínio (ABAL), do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), do grupo “Pela Vida no Trombetas”, da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), da Feira da Indústria do Pará (FIPA) e do Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará (SIMINERAL). A UFF está envolvida no Grupo pela “Vida no Trombetas”, no Conselho de Saúde, no Conselho do Idoso, no Conselho de Desenvolvimento Urbano, no Conselho de Desenvolvimento Rural, no Conselho da REBio, no Conselho da Flona, no Fórum Educação Rural, no Fórum Quilombola, e no Pacto pela Educação. Por fim, a ANM coopera com o Comitê Região Sudoeste do Pará, e na Gestão de Unidades de Conservação.

Estes espaços e instâncias acima citados, na visão de Cunill-Grau (2014), são fundamentais dentro da intersectorialidade, pois os vários setores podem expressar livremente seus interesses, diferenças e conflitos.

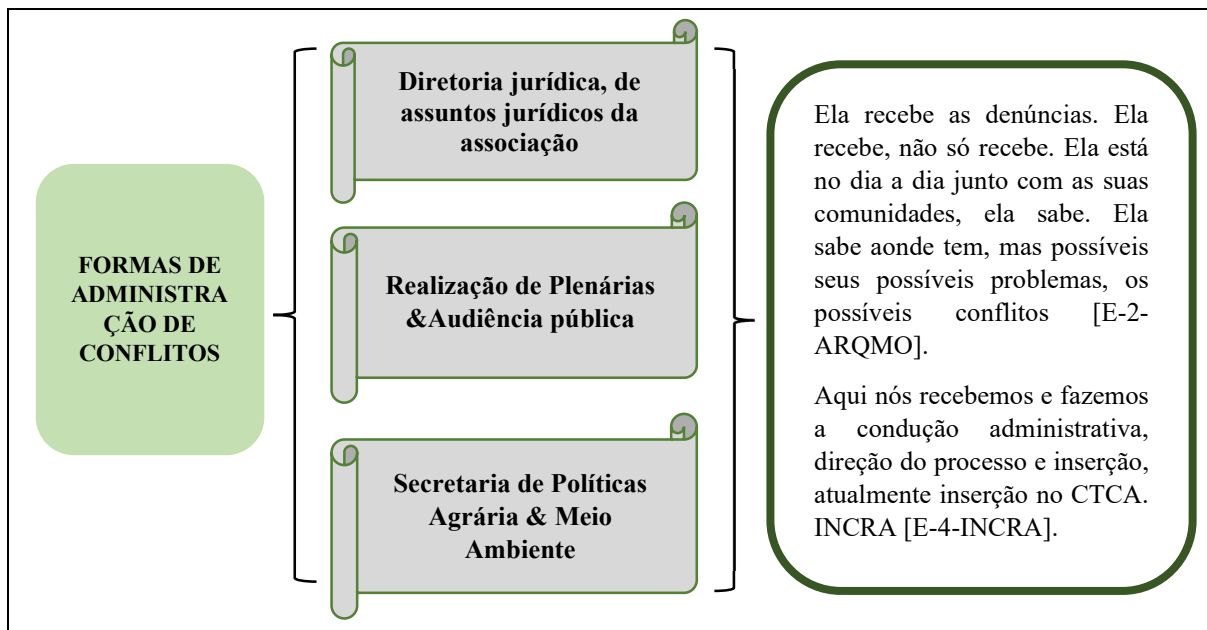
4.4 CATEGORIA GESTÃO

A categoria “**Gestão**” envolve: formas de administração de conflitos; canais de comunicação e diálogo com as partes envolvidas nos conflitos; estrutura dos canais e resultados na gestão (positivos/negativos).

A Subcategoria “**Formas de administração de conflitos**” buscou respostas na questão

cinco do roteiro de entrevistas, e tem seus resultados sumarizados no Mapa temático 6 (figura 9):

Figura 9 - Mapa temático 6: Q5 - De que forma são administrados esses conflitos?



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da pesquisa (2022).

O [E-1-ACONTAGs] identifica na Associação uma diretoria de assuntos jurídicos da associação, envolvendo um diretor administrativo, uma secretaria geral, uma de finanças, e o diretor da secretaria de meio ambiente. Todos os conflitos são enviados para duas instâncias o jurídico e o meio ambiente, como exposto a seguir:

(...) Isso vem para a parte jurídica e para a pasta do Meio Ambiente. Sempre vem para essas duas secretarias e a gente pega junta, na verdade, toda a diretoria para sempre discutir a melhor forma de resolver. Mas sempre vem para essas duas secretarias diretamente na questão dos conflitos. E aí chega pra gente como diretor administrativo [E-1-ACONTAGs].

Todos as ocorrências, reuniões e decisões devem e são registradas em ata:

De todos esses acontecimentos é feito ata, o registro dessas reuniões, desses acertos, muitas das vezes que a gente faz alguns acertos de reuniões. Tudo isso é registrado através das atas que a nossa secretaria faz, para que a gente possa ter em arquivo e uma hora que seja necessária, a gente tem em mãos os documentos [E-1-ACONTAGs].

Para o [E-1-ACONTAGs] as reuniões realizadas também contam com o envolvimento dos diretores, para discutir os assuntos e para que a tomada de decisão aconteça em conjunto,

até mesmo para todos os participantes terem ciência das decisões, com observa-se transcrito abaixo:

E sempre essas reuniões a gente sempre procura envolver todos os diretores para que eles estejam, apesar que cada um está dentro foi tirado de uma área, mas a gente reúne todos eles para que eles possam estar discutindo juntos numa hora de uma decisão, está ciente do que se está fazendo [E-1-ACONTAGs].

Para a [E-2-ARQMO], a prática da Associação é de encaminhar esses conflitos junto com as associações, com as coordenações das associações dos territórios, numa busca por tratativa para essas questões, preferencialmente com soluções. Algumas associações têm coordenação de meio ambiente que trata principalmente desses conflitos voltados para questões ambientais, seja de madeireiro, garimpeiro, pesca predatória, à caça predatória. Ressalta-se ainda que na ARQMO “não existe uma coordenação específica para conflitos, pois os conflitos que chegam, são ambientais, econômicos, são vários conflitos”.

A execução de plenárias é o recurso utilizado pelo STRO na busca de solução de conflitos, principalmente aqueles oriundos da MRN. Houve, ainda, segundo o entrevistado, a realização de “Audiência Pública” para discutir especificamente ações envolvendo a população, em que sempre se procura estabelecer um diálogo com o objetivo de solucionar as divergências, como dito a seguir:

A gente consegue sentar, fazer um diálogo com os assentamentos, com as famílias e entre sindicato, a própria comunidade que tem uma coordenação, é geralmente que tem esses conflitos lá, a gente consegue sanar com eles [E-3-STRO].

E, a partir das demandas identificadas, estas são lavradas em ata, enviadas e protocoladas junto ao Ministério Público. A partir das limitadas competências do STRO, tudo o que extrapola sua capacidade, deve ser enviado ao MP. Mas aquelas questões onde é possível o diálogo, o STRO se empenha em dirimir as pendências e equacionar os problemas, como manifesta-se o fragmento da entrevista:

(...) Exemplo, também a madeireira, se ela olha agora, por exemplo, essa do Maria Picchi não, nós não encaminhamos ao Ministério Público porque a gente conseguiu sentar e dialogar com eles. Então, aquilo que a gente vai tentando conversar, que o sindicato vai, nós estávamos junto, a associação de assentamento, sentamos com a mineração. Então, aquilo que a gente consegue dialogar, a gente não encaminha, a gente vê que tem resultado, por exemplo, aí no Maria Picchi foi o resultado positivo, porque nós dialogamos, né, sindicato, a Comissão Pró-Índio estava junto às comunidades, coordenadores e mineração [E-3-STRO].

Menciona a [E-3-STRO] que há entraves burocráticos relativos ao não repasse de dados de conflitos pela gestão anterior, e que mesmo existindo duas secretarias (a de Políticas Agrária e a do Meio Ambiente), o Sindicato está criando uma “pasta específica de conflitos”, para encaminhar para a secretaria competente, como mostra o trecho a seguir:

A gestão passada não nos repassou pastas de conflitos. Porque é hoje é uma secretaria, ela precisa ter uma pasta, então, agora, na nossa gestão, nós estamos criando essa pasta para a secretaria com os conflitos [E-3-STRO].

Atender as demandas geradoras de conflitos e, principalmente, procurar solucioná-las, novamente tem por base: sentar, conversar, discutir e arregimentar documentos, como exemplificado a seguir:

(...) Por exemplo, a comunidade vem, senta, a gente discute e organiza, aliados documentos todos, porque às vezes, primeiro entre eles esse conflito que eu falei que vão adentrando, como as pessoas já vão ficando em lote restrito, pequenos, eles vão entrando um no lote do outro [E-3-STRO].

Observa-se que o Sindicato, nomeia as denúncias da comunidade e registra as ocorrências, e aos poucos conseguem intermediar acordos de forma positiva, como emitido em seguida:

A secretaria, por exemplo, que nós temos interna aqui, a gente dá as orientações, por exemplo, nós chamamos, conversamos aqui, dialogamos, entramos no acordo. Por exemplo, você vai ter que recuar, chama a gente, a gente vai medir o lote e, em alguns casos, o acordo acontece [E-3-STRO].

Além de situações positivas, para a [E-3-STRO] existe também, na maioria das vezes, “aquele valentão que ele não permite”, então o sindicato já tendo realizado a primeira ação registrada em ata e envia o documento para o Ministério Público, sendo essa a única alternativa. Nesses casos, o apelo ao MP é necessário diante da dificuldade de equacionar e ou solucionar determinado problema, como revela o seguinte segmento:

(...) Por exemplo, mesmo que o sindicato fique tomando assim tempo de reuniões, não vai ter feito, porque no primeiro momento nós já sentamos se houve um acordo, quando chega lá aquele um vai descumprir ou se não teve o acordo, aí o nosso processo, olha até aqui, o sindicato já encerrou a nossa atribuição nessa parte. Aí você já pega a ata tipo pra saber que já houve um debate e já houve o encaminhamento e não deu certo. E tenta fazer esses acordos, não dá certo e encaminha o documento, vai no Fórum e dá entrada lá no Ministério [E-3-STRO].

A [E-2-ARQMO] cita que existe toda uma articulação envolvendo a realização de

pesquisas. Antes de entrar na comunidade foram provocadas reuniões, inclusive virtuais, outras presenciais, em que as comunidades foram chamadas no centro e o sindicato acompanhou a Comissão Pró-Índio nestas ações. Todo esse esforço trouxe resultados positivos, como mostrado no fragmento: “então, nós conseguimos, nós praticamente forçamos a mineração a fazer esse processo. Então, assim tem ações nossas que a gente enfrenta, que é positiva, né?!” .

Na Associação em que não tem uma coordenação específica para conflitos, toda a diretoria se reúne com as associações de território e conversam com o objetivo de nortear ações, onde alguns conflitos são resolvidos, outros não, e na maioria das situações procura-se acionar os órgãos ambientais como a SEMMA de Oriximiná, a SEMAS do Estado e principalmente o Ministério Público, segundo narrativa da [E-2-ARQMO].

Analisando-se os resultados, observa-se que um dos grandes entraves no INCRA era a falta de um sistema para registro das ocorrências, impedindo que as demandas por conflitos tivessem uma tratativa adequada, ocasionadas não só pela falta do sistema, mas também pela retenção de informações no âmbito interno da instituição. Atualmente, com a instalação de um sistema, essa dificuldade foi equacionada e hoje busca por soluções e por realizar o devido acompanhamento, como emitido na passagem da entrevista a seguir:

A grande problemática do INCRA em relação aos conflitos até um tempo atrás, que agora nós temos um sistema onde nós inserimos os conflitos que sempre registramos, como não havia esse sistema, o grande problema é que as informações relativas a conflitos agrários e eles passavam pelas pessoas e as pessoas acabavam não repassando essas informações. Então ficava restrita a elas e não tinham um final, não tinham um acompanhamento que deveria ter [E-4-INCRA].

Identificar os responsáveis e/ou envolvidos nos conflitos em questão, é a primeira etapa feita pelo INCRA no âmbito administrativo.

Nesse contexto para o [E-4-INCRA], o papel do Instituto é o de executar o processo administrativo, se houverem situações registradas, pelo caminho judicial, ou caminho legal por meio de outros órgãos, outras instituições, polícia, Ministério Público e/ou defensorias. O INCRA efetivamente recebe esse encaminhamento e abre um procedimento administrativo para analisar qual sua participação e possíveis ações, independentemente de ser positiva ou negativa, como corrobora o trecho na sequência:

Então, dentro do Incra, nós recebemos esse conflito depois de já ter sido institucionalizado, judicializado de alguma forma ou, digamos assim, mesmo quando eu digo judicializado colocou, entrou num desses meios, seja a polícia, seja Ministério Público, não necessariamente um trâmite judicial. Então, ele entrou lá nesses órgãos que fazem esse controle. Nós colocamos, inserimos ele aqui, abrimos um

procedimento administrativo e, dentro das possibilidades, nós atuamos nele, verificando se tem ou não participação do INCRA [E-4-INCRA].

No caso de conflitos entre particulares envolvendo a regularização fundiária, a indicação é enviar para a esfera judicial, sendo o julgamento acatado pelo INCRA:

Um exemplo, se for um conflito entre particulares em área destinada à regularização fundiária, nós indicamos que vá para o judicial, até porque as instruções que nós temos do nosso mecanismo legal, que diz que, havendo conflito, ele deve ser tratado no âmbito judicial, o que a Justiça decidir, o Incra vai acatar [E-4-INCRA].

Mesmo em caso de ameaças, o INCRA procura trabalhar administrativamente e sempre conduzindo aos trâmites judiciais, como esclarece a citação da entrevista do [E-4-INCRA]:

Então, quando ele é entre particulares, nós nos atentamos aos fatos. Se houver ameaças, nós tentamos trabalhar administrativamente na medida do possível, mas encaminhamos para que sejam feitos os trâmites judiciais [E-4-INCRA].

Ressalta-se, ainda, serem raros os casos não formalizados, como exposto a seguir:

Normalmente, quando há conflito entre particulares, que é uma disputa na área de regularização fundiária, muitas vezes acabamos que não levamos a termo, não reduzimos a termo. Nós indicamos os órgãos institucionais que tratam do caso e até o judiciário. E eles acabam buscando esse caminho [E-4-INCRA].

No caso de conflito agrário, o trâmite é ir direto para o Conciliador Agrário Regional do INCRA. Além disso, cita o [E-4-INCRA] a Lei de Regularização nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, para orientação e solução de conflitos (BRASIL, 2009).

Já o ICMBio, segundo seu prepotto tem por prática receber algum tipo de denúncia, ou algum processo, por meio de registros no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), mas quando se trata de conflito minerário, tenta-se discutir o problema dentro do processo de licenciamento, que quando extrapola a esfera judicial, o Ministério Público é acionado, como relatado a seguir:

(...) É o conflito com as comunidades dentro de reserva extrativista que a gente tem que levar para o conselho, é conflito com o empreendimento minerário que se tenta discutir dentro do processo de licenciamento, há conflito que já extrapou para a esfera judicial, aí é conversando com o MP, conversando, fazendo audiências [E-5-ICMBio].

Em se tratando de conflitos na esfera judicial, o objetivo tanto do MP quanto do

ICMBio, é o mesmo “o Diálogo”, ainda que com visões diferentes, o importante é solucionar a questão, como mostra o trecho a seguir:

Assim, na esfera judicial, por padrão, a gente tenta conversar com o Ministério Público Federal, se a gente tem a visão deles, nós temos a nossa e muitas vezes conversando, a gente consegue um meio termo para os dois, para os dois lados. Por que, no final das contas, o objetivo é comum, a forma como o MP quer proceder e o ICMBio podem ser um pouquinho divergentes, mas o objetivo é o mesmo [E-5-ICMBio].

As discussões propostas ao MP têm tido boa receptividade, principalmente se considerar o diálogo acontecendo em uma região de intenso conflito, como dito a seguir:

Então a gente tenta sempre conversar com os MP de forma técnica, né?! “Olha, não é assim. Do jeito que você está propondo, pode dar problema ou ser entendido dessa forma”. E a gente está tendo uma grande receptividade do MP, a gente tem um diálogo, uma região que é muito conflituosa [E-5-ICMBio].

O [E-6-MRN] relata que a empresa tem uma gerência de relacionamento em comunidades, e tudo que advém do poder público, ou por outro canal de comunicação, é centralizado na “Gerência de Relacionamento” da própria instituição, como mostra o extrato a seguir:

Tudo, por exemplo, que vem de poderes públicos, necessariamente passa, entra na mineração pelos seus respectivos canais. (...) Mas mesmo entrando por outros canais que não seja por meio da gerência de Relação com Comunidades, internamente tudo é direcionado para essa gerência cujo. Porém, é a partir daí que se dá o devido tratamento [E-6-MRN].

Essa centralização, de acordo com o [E-6-MRN], recebe todas as interações externas. Ressalta também, que no ano de 2018 foi criada na Mineração uma Diretoria de Sustentabilidade para agregar algumas áreas, que desempenha um papel fundamental ao lidar com os *stakeholders* externos de qualquer natureza. Houve ainda mudanças também na Gerência de Comunicação, deixando de ser um departamento e tornando-se uma Gerência Geral da companhia. O jurídico da companhia também agrega toda a área de Meio Ambiente da companhia, saindo, assim, de um relacionamento em comunidades para a institucionalização de setores fundamentais para a empresa, como enfatiza fragmento a seguir:

(...) Então, em 2018, a própria mineração mudou a sua organização interna. E isso possui, na minha perspectiva, um simbolismo absolutamente fundamental, porque marca uma mudança da própria interação, como ela percebe e trata essas questões sócio ambientais, transformando a área em uma diretoria e, portanto, uma área

absolutamente estratégica para o país e não mais uma gerência de departamento [E-6-MRN].

Essa proposta de reestruturação da companhia deve ser considerada como estratégica e importante, quanto ao operacional, ao financeiro e ao ambiental, bem como tem toda uma representatividade dada aos diferentes tipos de atividade realizada pela mineradora, como corrobora o trecho abaixo:

(...) Não é possível. Hoje sem, pelo menos é essa proposta. Foi até eu que fiz. Os acionistas da companhia aprovaram porque, antes de qualquer coisa, essa área precisa ter um peso estratégico igual à própria operação. Tão igual quanto é o financeiro, tão igual quanto é a própria figura do diretor presidente. Um brinde ao ver o espaço decisório em condições de igualdade entre as diversas áreas da empresa [E-6-MRN].

A igualdade promovida por uma reestruturação caracteriza-se como um compromisso de mudanças, onde o poder decisório permeia diversos setores da MRN, como configurado no trecho a seguir:

Com a criação dessa diretoria hoje as questões de sustentabilidade, as questões sócio ambientais que a mineração está envolvida. Ela tem a mesma representatividade, o mesmo peso de que do diretor de operações, do diretor financeiro, um diretor de projetos, um diretor presidente. Interessante [E-6-MRN].

O representante da MRN considera essa mudança como a principal mensagem, da instituição:

Mudança é o que a mineração faz nessa virada de 2018 para cá. Evidentemente, essa diretoria não é uma diretoria autônoma. Ela faz parte de um organograma, mas ela tem o mesmo peso representativo. Orçamentário totalmente independente para lidar com essas questões e isso é um processo que não precisa de um processo [E-6-MRN].

A partir do depoimento do [E-7-UFF], constata diferentes fases de conflitos, cuidadas de forma especial, podendo inclusive haver uma combinação entre diferentes questões, em que inicialmente busca entender o problema: compreender a informação recebida, certificar se realmente existe um problema, localizar as partes, colocar a questão em debate e entender a visão de cada um. Somente a partir de toda essa rotina, é possível ponderar sobre as opções e verificar a melhor solução, a com maior viabilidade e aceitabilidade para a questão do problema.

Ressalta, ainda, que não é responsabilidade da UFF fazer qualquer tipo de mediação, nessas circunstâncias de conflitos, como dito a seguir:

Sendo que aqui eu não tenho a responsabilidade de fazer o final dessa mediação. O final da mediação tem que se dar pelas partes e é a contestação ou a contemplação, tem que se dar pelas partes. Quando a gente pensa, a gente tem muito mais e a gente vai perceber que tem muito mais convergências do que divergências, a coisa fica boa e eu aponto as convergências [E-7-UFF].

Para o [E-7-UFF], ao analisar uma situação, é fundamental considerar o desejo dos envolvidos, pois com isso é possível potencializar as convergências e alcançar a conciliação entre as partes:

Você está querendo isso, aqui também está querendo isso, você está querendo aquilo, esse aqui também está querendo isso. E aí eu potencializo essas convergências, para que no final a gente consiga buscar soluções viáveis para as duas partes conciliarem [E-7-UFF].

Outra forma é a compensação quando não se consegue conciliar, em que há algum tipo de acordo, neste sentido, como descrito no fragmento da entrevista:

Quando a gente não consegue conciliar, a gente consegue compensar, ok, pode ser também uma solução compensatória. É o que geralmente a gente esbarra aqui num conflito em que só compensando a pessoa que está se sentindo mais agredida ou mais prejudicada passa a ser compensada. Tem sido esse o nosso papel aqui ontem [E-7-UFF].

Segundo a [E-8-ANM], as demandas que chegam são abertas por meio processos administrativos, seguindo-se de discussões e audiências, onde o intuito final é a conciliação, como dito a seguir:

(...) A gente abre o processo administrativo formal e apartado e abre para uma discussão para uma parte e para a outra parte, para que se manifestem, marcas as audiências, seja quantas forem necessárias, até que a gente lá para no final tentar a conciliação [E-8-ANM].

Esse exercício, para o [E-8-ANM], se torna preocupante, pois além de não haver equipe, e não se ter regulamentação, observa, ainda, que existe um temor de um “não atendimento”, se essa informação for aberta e essa prática se popularizar. Além deste problema é preciso lidar com o imediatismo das pessoas e a necessidade de tratativa rápida, imediata, como observa-se no texto abaixo:

A gente tem uma dificuldade grande, na verdade, até um temor grande de colocar isso de uma maneira aberta e a coisa virar popularizada e não ter como atender. Porque, além do problema grave que o conflito tem o imediatismo da necessidade de atuar naquele momento, é a pessoa que é tratada naquele momento. E a pessoa não quer

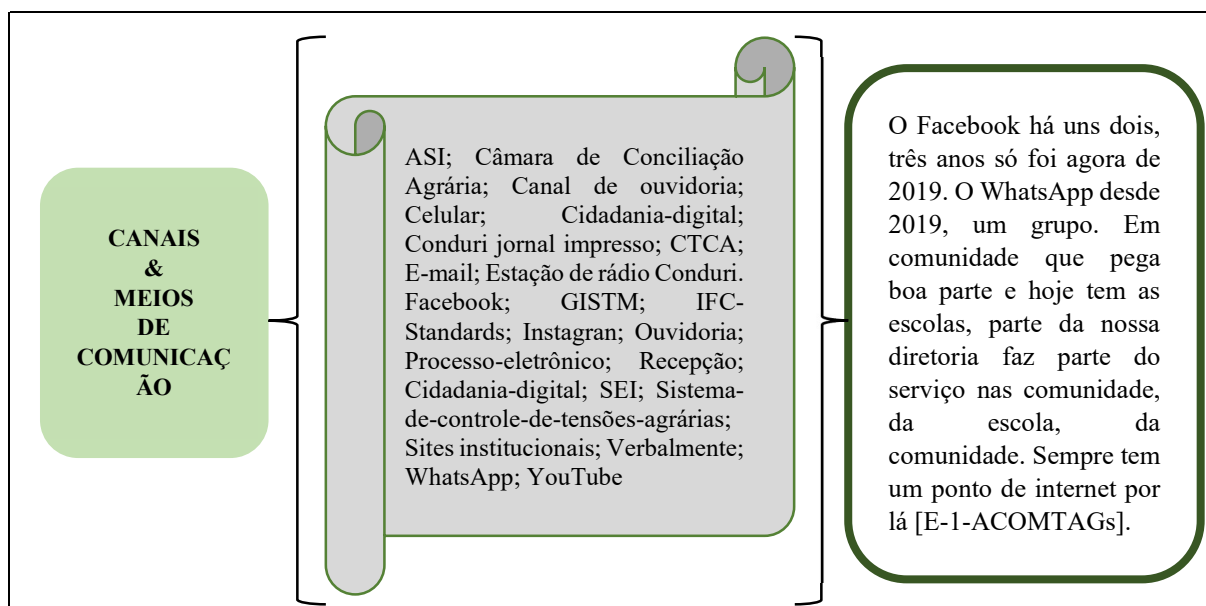
tratar depois, pois depois pode ser que ela tenha pensado não tratar dessa forma, “vou brigar” [E-8-ANM].

Os resultados desta subcategoria que cuida das “Formas de administração de conflitos”, expõem as diferentes formas de administração de conflitos pelos atores entrevistados. A ACONTAGs possui uma equipe dedicada à resolução de conflitos, composta por uma diretoria de assuntos jurídicos, um diretor administrativo, uma secretaria geral, uma de finanças e um diretor da secretaria de meio ambiente. Já a ARQMO não possui uma equipe específica para lidar com conflitos, mas busca soluções nas reuniões da diretoria com associações de território e coordenações. O STRO utiliza diversos meios para lidar com conflitos, incluindo duas secretarias e uma “pasta específica de conflitos” para registrar denúncias da comunidade e intermediar acordos, que quando os conflitos ultrapassam a capacidade do Sindicato, eles solicitam apoio ao MPE (Ministério Público Estadual). O INCRA tem uma abordagem sistemática para lidar com conflitos, identificando as pessoas envolvidas e abrindo um processo administrativo, e no caso de conflitos agrários, o processo é encaminhado diretamente para o Conciliador Agrário Regional do Instituto. O ICMBio tem um protocolo estabelecido para lidar com conflitos, registrando denúncias ou processos no Sistema Eletrônico de Informação (SEI). A MRN tem uma estrutura centralizada para mediar conflitos, com equipes específicas para lidar com questões jurídicas, meio ambiente e sustentabilidade, com apoio de uma estrutura administrativa, que conta com: Gerência de Relacionamento, Gerência Geral, Diretoria de Sustentabilidade e Jurídico, que trabalham juntos para atender as demandas. A UFFS não tem obrigação de mediar conflitos, mas o entrevistado assume esse papel buscando compreender o problema e encontrar soluções. A ANM tem um processo estabelecido para lidar com demandas, mas a falta de equipe e regulamentação é uma preocupação.

Observando-se as colocações acima pelos diferentes atores, nos leva a refletir a concepção de Chiari *et al.* (2021a, p. 8), para o qual a maneira como a administração e a ordem são estabelecidas nas relações entre setores irão determinar, ou pelo menos devem determinar, “quem” (quais setores) participará das ações, “onde” (em qual território e para qual público) as ações serão desenvolvidas, “o que” (qual problema) será enfrentado, além do que será compartilhado (informações, responsabilidades, ações, orçamento), e em que grau. Isso acaba influenciando na capacidade de realizar ações.

A Subcategoria “Canais de comunicação (diálogo)” tem seus resultados pautados na Questão 10 do roteiro de entrevistas, e expõe seus principais resultados sumarizados no Mapa temático 7 (figura 10):

Figura 10 - Mapa temático 7: Q10 - A instituição possui canais (meios) de comunicação?



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da pesquisa (2022).

O [E-1-ACONTAGs] cita cinco canais de comunicação na Associação, envolvendo um site, um grupo de WhatsApp, Facebook, E-mail, e, pôr fim, a Secretaria de Assuntos Jurídicos.

Para o representante da Associação o Facebook e o grupo de WhatsApp têm por finalidade manter a comunidade atualizada sobre os trâmites e movimentação realizada pela associação, como exposto a seguir:

(...) O Facebook e o grupo de WhatsApp também das comunidades que envolve e que mantenha atualizada aqui dentro da discussão, toda a nossa discussão, todo o nosso registro, todo o nosso documento que é criado numa reunião é jogado o conteúdo no WhatsApp, no Facebook, do nosso pessoal, da diretoria, da associação [E-1-ACONTAGs].

O E-mail tem sido utilizado para recebimento e envio de documentações, gerido pelo Diretor Administrativo, essas informações posteriormente são repassadas aos grupos de WhatsApp, com relata o texto a seguir:

Hoje quem fica para receber toda essa documentação, a exemplo de um documento que recebe via e-mail, é todo o diretor administrativo fica com essa responsabilidade. E aí a gente repassa dentro desses grupos, os nossos grupos de WhatsApp para conhecimento [E-1-ACONTAGs].

Cita, ainda, o [E-1-ACONTAGs], que a Secretaria de Assuntos Jurídicos, trabalha com a questões relacionadas a conflitos, e ao receber um documento, este é protocolado e repassado ao Diretor Jurídico, que na sequência notifica as partes envolvidas, tendo assim o início das

primeiras negociações, como descreve o fragmento em seguida:

Quase um documento notifica para que eles possam começar as primeiras conversas para ver a situação, isso funciona tanto para a empresa, quanto também para alguns conflitos dentro das comunidades, que sempre têm alguns pequenos conflitos entre limite de comunidade com comunidade, dos vizinhos, na verdade, tem nesse sentido. Quando chega assim dessa forma, chega pra gente enfrentamento, pede e tem a obrigação de notificar as partes e chamar para uma conversa. Caso não resolva, infelizmente vai ter que passar pela parte jurídica, judicial [E-1-ACONTAGs].

A ACONTAGs tem por prática, para cada conflito, manter um grupo nomeado de acordo com o tema e as pessoas envolvidas naquela discussão. Por sua vez, a [E-2-ARQMO] informa que a Associação tem como canal de comunicação o aparelho de celular, tratamento verbal, o e-mail, o Facebook, o YouTube e o Instagram. Inclusive está sendo criada uma Coordenação de Comunicação, com o propósito melhorar os contatos por meios digitais.

A [E-3-STRO] explica que o diálogo de conflitos é verbal entre a presidente e os comunitários, e que existe uma Secretaria de Políticas Sociais voltada a resolver os problemas da educação, saúde e outros, como mostra o seguinte texto:

(...) Então, esse diálogo aqui fica entre eu, a presidente, que é sempre quem está junto nas discussões que representa todas as comunidades. Nós temos também uma secretaria de Políticas Sociais, que sempre está nesses debates voltados à social, na educação, saúde, essas coisas todas [E-3-STRO].

O [E-4-INCRA], relata os seguintes canais de comunicação do Instituto: Ouvidorias, E-mails de Conciliação Agrária, Salas de Cidadania Digital e o Controle de Tensão e Conflitos Agrários (CTCA). Em geral, os conflitos são tratados no âmbito da conciliação e, por isso, a recepção foi instalada dentro da sala de cidadania. Existe também o e-mail da Conciliação Agrária, no qual as demandas são muito mais de controle do que de conflitos:

Nesse e-mail nós temos recebido muito mais demandas de órgãos de controle do que de relacionadas a conflitos. Até porque os mecanismos oficiais que nós temos são as ouvidorias, as conciliações agrárias e que seria diretamente presencial. É a sala de cidadania que funciona tanto presencial quanto por e-mail. Ouvidorias, conciliação agrária, temos as salas e as digitais. Enfim, nós temos todos esses mecanismos nesse sistema [E-4-INCRA].

Do Sistema de Cadastro de Informações Regionais do INCRA, são repassadas todas mensagens para a Câmara de Conciliação Agrária em Brasília. O órgão é responsável por analisar todas as informações inseridas, como relata o entrevistado no texto abaixo:

É um sistema nacional de acesso. É um sistema de controle de tensões agrárias. Nós inserimos os dados, inserimos a localização e damos todos os aspectos relacionados ao conflito que nós conhecemos. Isso passa pela Câmara de Conciliação Agrária, em Brasília, que é quem faz a análise desses dados que nós inserimos e aí eles colocam no sistema nacional. Qual o objetivo desse sistema? É que alguém, um terceiro, chegue, olhe o mapa e identifique onde tem conflitos agrários a nível nacional registrados no Incra. Esse é o objetivo desse sistema [E-4-INCRA].

Outro importante canal de comunicação do INCRA é o sistema de Controle de Tensões e Conflitos Agrários (CTCA), cuja finalidade é promover o acompanhamento e sistematização das informações sobre tensões e conflitos agrários em todo o Brasil, a fim de subsidiar o INCRA e demais órgãos governamentais para a tomada de decisões, e também prover a sociedade no local em que tais informações são centralizadas e consultadas no link: ctca.incra.gov.br, como revelado aqui pela narrativa do entrevistado:

Esse sistema não vai receber informação de terceiros e vai ser inserido pelo corpo, pelo público interno. Então ele não vai, não vai ser isso, mas ele vai ter a capacidade de repassar essa informação a terceiros. Então, ele não vai servir como entrada da informação, mas como saída dela. Porque dentro do CTCA nós vamos ter a informação do que é conflito e o que é tensão agrária [E-4-INCRA].

Narra, ainda, que o papel do INCRA, revela atribuições regimentais, não envolve mediações, conciliações ou qualquer tipo de solução com indivíduos adversos ao conflito relatado, como mostra o trecho a seguir:

Esse problema regimentalmente é uma coisa meio, mas atuação na prática é muito aquém daquilo que deveria, seja por questões de estrutura, seja por questões de possibilidade de atendimento e de resolução, porque que você vai conciliar, por exemplo, a área de quilombolas, você vai chegar lá tem uma população quilombola tradicional e alguém que não é quilombola lá. O que nós vamos mediar? Não tem que mediar quem está ali, irregular, que tem que sair [E-4-INCRA].

Para o [E-4-INCRA], o poder da Instituição é muito limitado à questões jurídicas próprias do órgão, em que relata não ter tido nenhuma demanda que envolva conflitos da região do Trombetas, como destaca o fragmento da entrevista:

(...) Então, nós não temos como fazer mediações mais abrangentes, que atendam a demandas das partes. Não tem mediação, na verdade tem determinações e de lá, até agora, não recebemos nenhuma demanda [E-4-INCRA].

O volume de denúncias oriundas de Brasília deve se acatadas, como mostra o discurso abaixo:

Eu conheço geralmente as unidades. Elas acionam a gestão de conflito ou a hierarquicamente superior. Vêm denúncias por Brasília. Às vezes é muito denunciamento também, mas geralmente desce para a unidade, desce para a gerência para contextualizar [E-4-IN CRA].

O [E-5-ICMBio], discorre que, além da Coordenação de Gestão de Conflitos, são ofertados cursos de capacitação em gestão de conflitos, com o envolvimento de agentes de outras regiões da própria Amazônia, especialistas em alguns tipos de conflitos, como é narrado no fragmento a seguir:

(...) Então, geralmente, quando surge um conflito, a unidade de conservação aciona as instâncias superiores ou liga para um colega que já trabalhou com aquele conflito específico e já sabe como proceder. Então tem vários caminhos [E-5-ICMBio].

Nesse contexto, para o [E-5-ICMBio] as relações de coleguismo dentro do próprio Instituto tornaram-se uma maneira de acionar gestão de conflitos, ou seja, o fato de conhecer um parceiro do Amazonas que já administrou algum tipo de conflito semelhante a ocorrência, em outra unidade, e conversar com a gerência, pode-se chegar a uma solução.

A entrevista menciona que os conflitos pequenos se resolvem na própria unidade e que partir de uma análise criteriosa, e de toda uma contextualização, especialmente os conflitos de território, que envolve as pessoas que estão no local, devem gerir esses próprios conflitos, como apresentado nos segmentos a seguir:

O conflito lá no quilombo de Trombeta, se resolve direto com a comunidade, a unidade de conservação, o chefe da unidade, ou mesmo o conselho [E-5-ICMBio].

Às vezes vem uma denúncia por cima, mas ela, embora ela venha por cima, ela chega no chefe para contextualizar, administrar e ver. Contextualizar para poder subir, porque geralmente quem tem realmente o conflito na gestão do território são as pessoas que estão lá [E-5-ICMBio].

Ainda, para o [E-5-ICMBio], os conflitos maiores que demandam interpretações jurídicas e normativas, são enviados a outras instâncias, e se for, por exemplo, das unidades vinculadas à base de Belém, são enviados para esta base, como o relato a seguir, confirma:

(...) Sobe para a base. A gente aciona a gerência ou já aciona direto a gestão de conflitos, mas conflitos maiores, que demandam um posicionamento institucional sobre o chefe. Não é bom deixar na posse do chefe da unidade [E-5-ICMBio].

Na MRN, cita seu representante que são vários canais de comunicação utilizados,

segundo seu preposto: ASI-Certificação voluntária (Comunidade), Canal de ouvidoria, Canal de queixas e reclamações (novo/IFC Standards/GISTM), E-mail (solicitação de apoio), Estação Conduri (programa de rádio), Gerente de relações comunitárias, Jornal Conduri (impresso-bimensor), Plataforma de comunicação interna e engajamento (celular e web) e WhatsApp corporativo (Grupos Pela Vida no Trombetas). Em relação à Plataforma de comunicação interna e engajamento (celular e web), é um canal de comunicação interna, voltado para os empregados da mineração, onde o índice de engajamento chega a ser maior que 90%, como destaca o trecho a seguir:

(...) Nós temos alguns canais de comunicação, temos com os empregados lembrando dessa porcentagem, que é uma plataforma de comunicação interna e engajamento, ele funciona no celular e funciona também na web. Nós temos uma alta adesão dos empregados assim, a gente é até uma referência para o fornecedor, que a gente tem mais de 90% dos empregados dentro dessa plataforma de forma ativa [E-6-MRN].

Enfatiza, ainda, o entrevistado, que o WhatsApp corporativo é utilizado para compartilhar informações interna e externamente, e um dos grupos citados é o “Pela Vida no Trombetas”. Além disso, o Conduri, jornal impresso de tiragem bimensor, é distribuído nas comunidades. Já o Programa de rádio que se chama “Estação Conduri”, transmite dois programas inéditos por mês, com reprise nos sábados posteriores à programação.

Um importante sujeito, que acabou se transformando em um interessante canal de comunicação, é o Gerente de Relações, cujos analistas atrelados à sua gestão, atuam em todos os territórios junto às comunidades, com agendas de acompanhamento regular, conforme se observa na seguinte passagem:

Eles têm agendas regulares com as comunidades, com todos os territórios, têm um analista que cuida de cada um dos territórios, que faz a interface e que traz essas demandas para dentro da empresa [E-6-MRN].

Reforça o [E-6-MRN], que o e-mail, tem sido usado para solicitação de apoio, sendo estes pedidos avaliados por uma equipe interna, como dito a seguir:

E eles tem um canal também, que é um e-mail que eles recebem solicitação de apoio, de pedido. Aí tem um grupo aqui dentro da empresa que decide quem avalia essa solicitação [E-6-MRN].

O Canal de Ouvidoria, da MRN, segundo o interrogado, foi desenhado para absorver todas as demandas referentes a todos os grupos de relacionamento da empresa, sua amplitude permite abarcar todas as situações:

Então desde fornecedores, acionistas, comerciantes, comerciantes daqui da vila, moradores da vila, então ela pega toda a gama de assuntos, só que agora para as comunidades, porque a ouvidoria ela tem, ela é feita pelo, pelo site ou por e-mail, né? E é feito por uma empresa terceira [E-6-MRN].

Além do Canal de Ouvidoria, tem também um novo instrumento denominado “Canal de Queixas e Reclamações” a entrar brevemente em funcionamento, como observa o excerto a seguir:

(...) A gente espera entrar com ele esse ano, ele já tá todo estruturado, alinhado às melhores práticas internacionais, alinhada ao IFC Standards, estando alinhado ao GISTM, que é o de barragens, alinhado ASI esse que é uma certificação voluntária que a gente tem, que é um canal específico só para comunidades, pra gente poder ter maior agilidade na captura dessas queixas e reclamações [E-6-MRN].

Cita, além disso, o questionado da MRN, que o uso de uma plataforma empregada por grandes empresas de mineração, possibilita à empresa analisar o tipo de ocorrência, a frequência em cada um dos territórios, se é ou não uma situação recorrente, e encontrar uma solução rápida, conforme relata o fragmento a seguir:

(...) Então assim, eu recebi uma reclamação de uma comunidade referente a algum assunto, a gente registra até pra gente poder entender o que está acontecendo em cada um dos territórios. Pra gente é muito importante e se aquilo é uma preocupação recorrente que está acontecendo, né? Como é que eu consigo tratar aquela pauta de uma forma mais rápida, né? E da maneira adequada. E aí eu consigo direcionar internamente pra quem é o responsável [E-6-MRN].

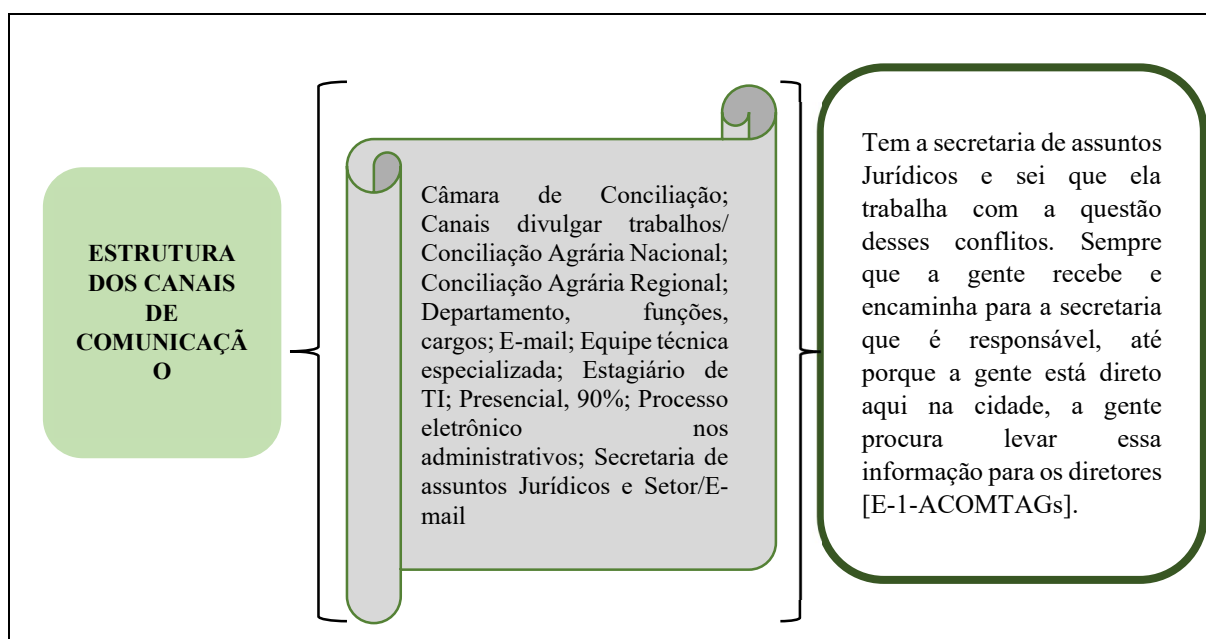
Em resumo, os Canais de comunicação são utilizados pelas entidades, como mostra os segmentos das entrevistas, para manter-se o diálogo, tema desta subcategoria. A ACONTAGs conta com site institucional, WhatsApp, Facebook, E-mail, e, por fim, a Secretaria de Assuntos Jurídicos. Na ARQMO utilizam o aparelho de celular, relações verbais, e-mail, Facebook, YouTube e Instagram, e que inclusive, em breve, terá uma Coordenação de Comunicação. No STRO, o diálogo de conflitos é verbal entre a presidente e os comunitários, e outros problemas são resolvidos pela Secretaria de Políticas Sociais. No INCRA, tem-se Ouvidoria, E-mails de Conciliação Agrária, Salas de Cidadania Digital e o Controle de Tensão e Conflitos Agrários (CTCA). No ICMBio, são as relações de coleguismo dentro do próprio Instituto. Na MRN, destacam-se o ASI-Certificação voluntária (Comunidade), o Canal de ouvidoria, o Canal de queixas e reclamações (novo/IFC Standards/GISTM), o E-mail (solicitação de apoio), a Estação Conduri (programa de rádio), o Gerente de relações comunitárias, o Jornal Conduri (impresso-

bimensal), a Plataforma de comunicação interna e engajamento (celular e web) e o WhatsApp corporativo (Grupos Pela Vida no Trombetas), com projeção de lançamento, em breve, do “Canal de Queixas e Reclamações”. O [E-7-UFF], utiliza basicamente um grupo de WhatsApp. Por fim, na ANM destacam-se os canais do processo eletrônico administrativo, por meio do canal do protocolo digital (GOV.BR).

Consta-se, nesta subcategoria, que há uma variedade de canais de comunicação utilizados por diferentes entidades, que, de acordo com Kunsch (2006), são fundamentais para as organizações, pois funcionam como elementos integradores das relações entre os indivíduos e promovem processos interativos, que tornam possível o sucesso na realização dos objetivos organizacionais, incluídos nos modelos de gestão destes atores, que na visão Chiari *et al.*, (2021a), são práticas intersetoriais com estrutura e regras de governança em rede que criam vínculos entre os indivíduos envolvidos e o coletivo da organização das entidades.

A Subcategoria “**Estrutura dos canais**” baseou seus resultados da questão 11 do roteiro de entrevistas, e apresenta a síntese de seus resultados no Mapa temático 8 (figura 11):

Figura 11 - Mapa temático 8: Q11 - Qual a estrutura desses canais?



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da pesquisa (2022).

Para a [E-2-ARQMO], a estrutura desses canais da Associação serve para mostrar os trabalhos desenvolvidos dentro dos seus territórios. Esse trabalho envolve um estagiário em TI e um E-mail, contudo, a maior parte da comunicação é feita presencialmente, como mostra o conteúdo abaixo:

(...) É o canal específico para a questão de conflito é o e-mail ou presencial, 90% presencial. A gente nem trata muito, até devido à dificuldade das algumas não ter internet. A gente tem um estagiário de TI. A gente tem uma pessoa específica, ele é estagiário. Executa a atualização das páginas [E-2-ARQMO].

A estrutura de comunicação, na ARQMO é simples e desburocratizada, na qual os atendimentos são realizados por telefone e o agendamento de reuniões, ou envio de ofícios, por E-mail, como explica o extrato a seguir:

Eu diria que a estrutura desses canais, ela não é burocrática, ela é bem, ela é bem simples, é uma estrutura assim que dá de ir resolvendo, não tem burocracia, porque, como eu estou lhe falando, como tem esse setor lá, então nós temos o e-mail, nós temos contato. Ligou, conversou, às vezes, até por telefone nós marcamos a reunião, nós marcamos ou então mandamos um ofício pelo e-mail, eles respondem, eles dão ciente rapidinho [E-2-ARQMO].

Reforça a entrevistada, que se trata de um setor específico, mas bem estruturado, onde o diálogo tem predominância e traz, na conjuntura geral, bons resultados, como corrobora a síntese do relato a seguir:

É setor lá assim, por eles saberem que eles são monitorados pelos sindicatos e associações, eles estão atentos. Então eu vejo que, embora esse pequeno é uma coisa tão simplificada, a gente vê que ainda bem que eles fizeram isso e criaram esse setor específico pra gente dialogar, que é uma estrutura pequena, porém ela tem um resultado, um bom resultado [E-2-ARQMO].

Para o representante do INCRA, o setor de Conciliação Agrária é formado por duas estruturas, sendo uma regional outra nacional. Na estrutura regional são tratados os conflitos locais, já na esfera nacional, são levados os casos de maior abrangência, que demandam uma equipe técnica ainda mais especializada: a Câmara de Conciliação.

Já o ICMBio centraliza todas as suas demandas dentro do processo do SEI, que envolve a diretoria, gerentes, chefes, notas técnicas, isto é, todo o processo instruído, conforme narrativa do [E-5-ICMBio].

Consoante o [E-6-MRN], a empresa instituiu uma Ouvidoria vinculada aos acionistas, com total isonomia e autonomia, para tratar qualquer questão com total transparência, como se observa abaixo:

(...) A gestão dela é ligada diretamente, ela reporta justamente para ela ter isonomia e autonomia dentro da estrutura da empresa. Para o caso de chegar uma reclamação, vamos supor um diretor pra uma coisa assim, ela tem independência para fazer com que isso seja tratado da forma mais transparente possível. Então aí quando a gente fala de canais de queixas e reclamações, a gente está endereçando pautas mais coletivas,

abastecimento de água, energia, saúde e essas questões que são de relacionamento com a comunidade [E-6-MRN].

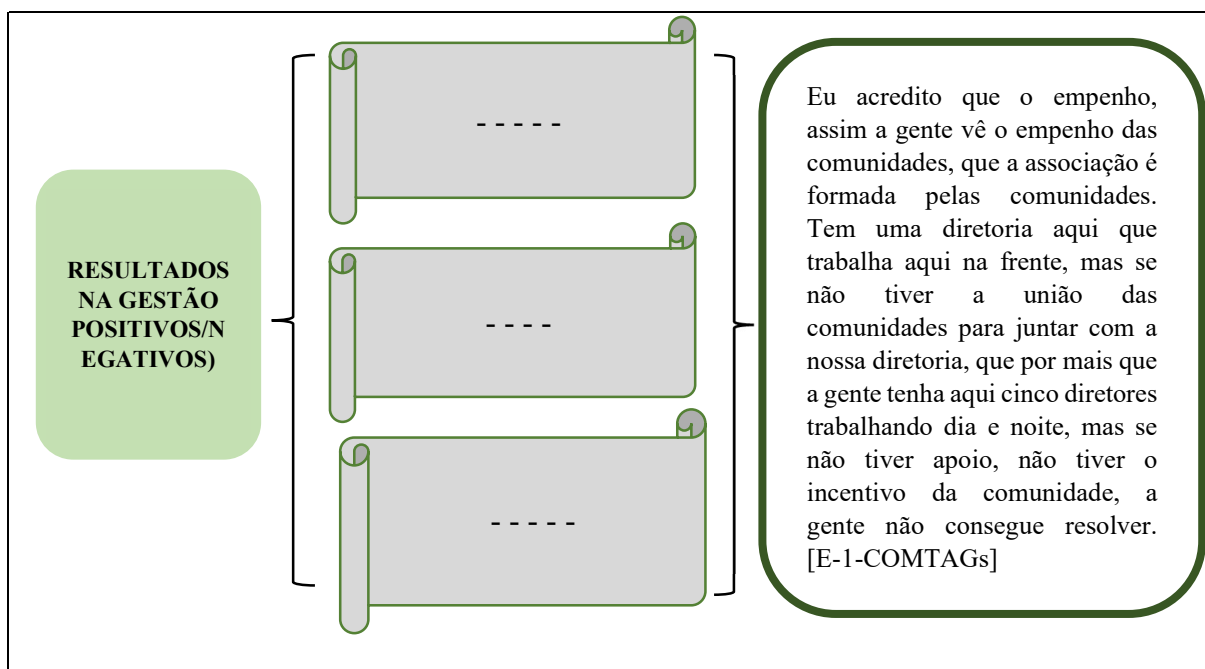
Na MRN existe uma estrutura de comunicação vinculada aos canais de processos administrativos eletrônicos, como diz [E-6-MRN]:

(...) Como diz que são através do canal do protocolo digital. Daí que pode ser formalizado com os administrativos do interessado para resolver os conflitos. E aí abre-se a possibilidade dos procuradores e representantes dessas empresas, ou seja, os interessados poderão se manifestar livremente, todo mundo tem acesso ao processo. O processo fica fluindo para as partes e poder discutir isso, a gente tem outra conversa através do e-mail, telefone e das reuniões que são realizadas aqui, tanto pessoalmente como pela plataforma igual essa que a gente está. E aí você vê a estrutura mesmo.

Em síntese, os fragmentos das entrevistas extraídos da subcategoria “Estrutura dos canais”, que complementam os dados obtidos na subcategoria anterior, revelam que na ARQMO a estrutura dos canais de comunicação da Associação objetiva mostrar os trabalhos desenvolvidos dentro de seus territórios de atuação, que envolve um estagiário em TI e um E-mail para atendimento virtual, contudo a maior parte da comunicação é feita presencialmente em unidade física. Na ARQMO, o modelo adotado é simples e desburocratizado, no qual os atendimentos são realizados por telefone e os agendamentos de reuniões, ou envio de ofício, são feitos por e-mail. No INCRA, o setor de Conciliação Agrária conta com uma estrutura regional e outra nacional, que por vezes utiliza-se da Câmara de Conciliação para resolver assuntos mais complexos. O ICMBio centraliza todas as suas demandas dentro do processo do SEI, que envolve toda uma estrutura ramificada, como: diretoria, gerentes, chefes, notas técnicas. A MRN possui um sistema de Ouvidoria ligada aos acionistas, e na ANM nota-se uma configuração diferente vinculada aos canais dos processos administrativos eletrônicos.

A Subcategoria “Resultados na gestão (positivos/negativos)” tem resultados pautados na Questão 6 do roteiro de entrevistas e explicitados no Mapa temático 9 (figura 12):

Figura 12 - Mapa temático 9: Q6 - Seus resultados são positivos ou negativos?



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da pesquisa (2022).

Para o [E-1-ACOMTAGs], a Associação, desde 2003, tem tido êxito na resolução dos conflitos, como expressa o seguinte texto:

(...) Sempre assim, no geral, a gente consegue resolver essa situação e chegar a um consenso entre empresa, comunidade e a associação. Então desde de 2003 à frente da associação, fazendo parte da diretoria, eu vejo que desde lá a gente vem nessas decisões, nessas situações, a gente vem acompanhando e sempre a gente teve assim êxito nas coisas com sendo positivo. Dificilmente tem alguma coisa que a gente lutou, tentou o diálogo, a gente não conseguiu resolver. Então, pra mim sempre está sendo positivo [E-1-COMTAGs].

A parceria entre comunidade e a diretoria da Associação, conforme explana o [E-1-ACOMTAGs], é de extrema importância, pois também auxilia no relacionamento com os parceiros e proporciona apoio de assessoria jurídica, do sindicato, que são fundamentais, como proferido a seguir pelo entrevistado:

(...) Como o sindicato, vem sendo um parceirão nosso assim, até porque ele que criou toda essa população de associação ao assentamento, ele sempre nunca deixou a associação de lado, sempre acompanhada na discussão e quando a gente não consegue resolver aqui, sempre a gente pede apoio jurídico da assessoria jurídica do sindicato, sempre apoia a gente também nas questões da associação. Então eu acho que tudo isso se junta a gente faz um resumo de tudo, é muito bom [E-1-ACOMTAGs].

Os resultados são positivos, conforme colocado por [E-1-ACOMTAGs], pois as questões que envolvem conflitos são solucionadas por meio de acordos estabelecidos e

conversas entre as partes, conforme o relato na íntegra: “a gente consegue resolver ou pela intervenção do próprio Ministério Público, a gente consegue resolver”.

Já o STRO, por sua vez, alcança somente 40% de positividade em suas ações:

(...) Eu acredito que nós temos de positivo, eu acredito, nós acreditamos que nós temos de positivo uns 40%. Eu faço nessa margem, porque assim e tanto da denúncia, tanto dos conflitos que vêm acontecendo e são poucas as coisas que ameniza um pouco. Então, assim eu acredito que a gente tem um positivo de uns 30%, mas na maioria das vezes é negativo, é quase negativo nossas ações. “Como sindicato, a gente cresce” [E-3-STRO].

No referido ponto, para o [E-4-INCRA], essa é uma resposta relativa, segundo seu representante, pois existem casos positivos e outros nem tanto, que em geral são conflitos coletivos e acabam envolvendo áreas de interesse do Instituto, seja para a criação de assentamentos ou até mesmo para a gestão desses assentamentos. A presença do Estado inibe aqueles que estão causando o conflito de alguma forma e isso tende a reduzir a situação conflituosa, no entanto, por ser uma atuação estritamente administrativa, por vezes essa ideia acaba não ocorrendo. Para exemplificar, cita o seguinte:

Um exemplo bem claro é um que nós fomos na região de Anapu, em que o cidadão colocou pistoleiros lá. A atuação do Incra é muito limitada e acaba que a nossa presença lá acaba, em dado momento, acirrando um pouco esse conflito. Então, porque quem está lá está sendo assistido pelo Incra, acaba se empoderando da presença do Incra. E o cidadão que está gerando o conflito que quer a posse da área, acaba entendendo que esse daqui, sendo fortalecido de alguma forma, é uma ameaça a ele. E acaba que o conflito se acirra. Ao invés de inibir, acaba acirrando.

Essa área de conciliação, segundo o [E-4-INCRA], tem sido positiva, pois em alguns casos foi possível trazer para o setor de conciliação os diferentes problemas e baixar os ânimos em boa escala, como destaca trecho abaixo:

Sim, nós conseguimos, em alguns casos, baixar bem os ânimos e a gente acaba conduzindo dentro do próprio Incra, que tem outras atribuições, que o Incra é um monte de caixinha e cada caixinha com sua responsabilidade. Mas acaba que nós da conciliação, conseguimos trazer as outras caixinhas conosco e atuando mais efetivamente naquela, naquelas problemáticas, solucionando se a problemática e o conflito se dissipa [E-4-INCRA].

O participante do INCRA evidencia dois lados: o positivo e o negativo, mas na grande maioria dos casos, os problemas são solucionados antes de se agravar, em que a gestão é conduzida até amenizar a situação para ambas as partes dos conflitos, porém nem todo conflito alcança esse mesmo resultado, chegando apenas num meio termo, como aludido no trecho:

Tem conflito que a gente não consegue chegar a uma solução, mas consegue chegar no meio termo com a ajuda da PF e com ajuda do Ministério Público. Geralmente a gente, eu acredito nessa linha, que a gente consegue administrar bem os conflitos [E-4-INCRA].

Conforme explica, ainda, o [E-4-INCRA], muitos conflitos foram judicializados, contudo sem a utilização de força bruta:

Muitas foram judicializadas e algumas próprias em Trombetas com as populações quilombolas lá, mas foi judicializado mais teve concessões e o território está andando, sendo feito a gestão com todos os entes sem conflito, sem agressão, nada [E-4-INCRA].

Nos dizeres do [E-5-ICMBio], na maioria dos conflitos, o Instituto consegue fazer a gestão de modo convincente, porém alguns são de difícil resolução, a saber:

Tudo fica no campo das ideias, no campo das concessões. A gente está com uma reserva biológica no Trombetas. A gente está com um conflito muito grande, está com o termo de compromisso lá. Eu acredito que a maioria dos conflitos a gente consegue, sim, fazer a gestão muito bem [E-5-ICMBio].

No caso da MRN são extremamente positivos, segundo seu preposto, a constatar-se pelo seguinte relato:

E isso a gente tem evidências aí nas pesquisas de imagem que a Karen, o Mussum, a admiração ela tem. Hoje ela é percebida de uma forma diferente do que era no passado. É uma empresa muito mais participativa, muito mais aberta, o que não significa que seja necessário um processo contínuo de melhoria. E isso não significa que também tem exaurido todos os nossos, os nossos conflitos, os nossos problemas, enfim, ao contrário, o que o que existe é cotidiano, só mostra que nós estamos no caminho certo.

Novamente o Grupo “Pela Vida no Trombetas” se destaca como um exemplo positivo e muito aplaudido pela MRN, como exposto a seguir em fragmento da entrevista:

Eu acho que já citei diversos exemplos, mas eu acho que o grupo pela vida no Trombetas é um homem, um exemplo muito positivo. A participação da mineração diretamente nas discussões com esses atores sem intermédio de terceiros, consultorias para outras ONGs, enfim, isso também é muito positivo. É, mas evidentemente, isso é um processo contínuo de melhoria. Acho que nós temos muito, muito a melhorar, muito a aprender esses mecanismos [E-6-MRN].

O [E-7-UFF], justifica que o empate, apesar do apontamento ser para o lado positivo, numa situação de conflito, muitas vezes, pode ser a melhor solução:

(...) Vou falar para você que é positivo. É positivo mais assim, a resposta se ela for, olhada para um ou outro campo, por exemplo, o cara vai dizer assim perdi e ganhei. Tá no 0 a 0, fiquei no 0 a 0. Porque geralmente é um empate que você quer. Se você empatar uma questão, você já mediou o conflito e a solução vem fácil. E o sentimento geralmente é um sentimento de 0 a 0 das partes, mas isso para mim já é positivo [E-7-UFF].

Para o [E-8- ANM], o tratamento das ações tem se mostrado positivo, entretanto há pontos que não serão atingidos diretamente, assim é fundamental que haja um período de amadurecimento de como agir e onde agir, para avaliar se determinados pontos são viáveis tratar, para que no final todos trabalhem em conjunto, como complementa o relato abaixo:

Então, até por isso veio também essas inflexões e o amadurecimento que a gente tem realizado, onde vamos tocar na ferida ou qual ferida vamos mexer especificamente os conflitos, porque não adianta nada a gente também colocar 1 milhão de ações que a gente pode atuar nessas ações que queremos, se a gente não conseguir ter efetividade nelas [E-8- ANM].

Nessa Subcategoria, que trata dos “Resultados na gestão (positivos/negativos)”, observa-se que para ACOMTAGs, desde 2003, tem tido êxito na resolução dos conflitos, classificando-os como positivos, pois são solucionados por meio de acordos estabelecidos com conversas entre as partes. Já no STRO tem alcançado somente 40% de positividade em suas ações conflitivas. No INCRA, apesar do relativismo dos conflitos, os resultados tem se mostrado positivos em relação à área de conciliação agrária. No ICMBio, na maioria dos conflitos se consegue fazer uma gestão de modo convincente. Pela gestão da MRN, os resultados da gestão de conflitos são extremamente positivos, com destaque a participação do Grupo “Pela Vida no Trombetas”. O representante da UFF destaca o empate, como resultado positivo. A ANM também confirma obter resultados positivos em relação a outras áreas, uma vez que não participa das resoluções de conflitos na região.

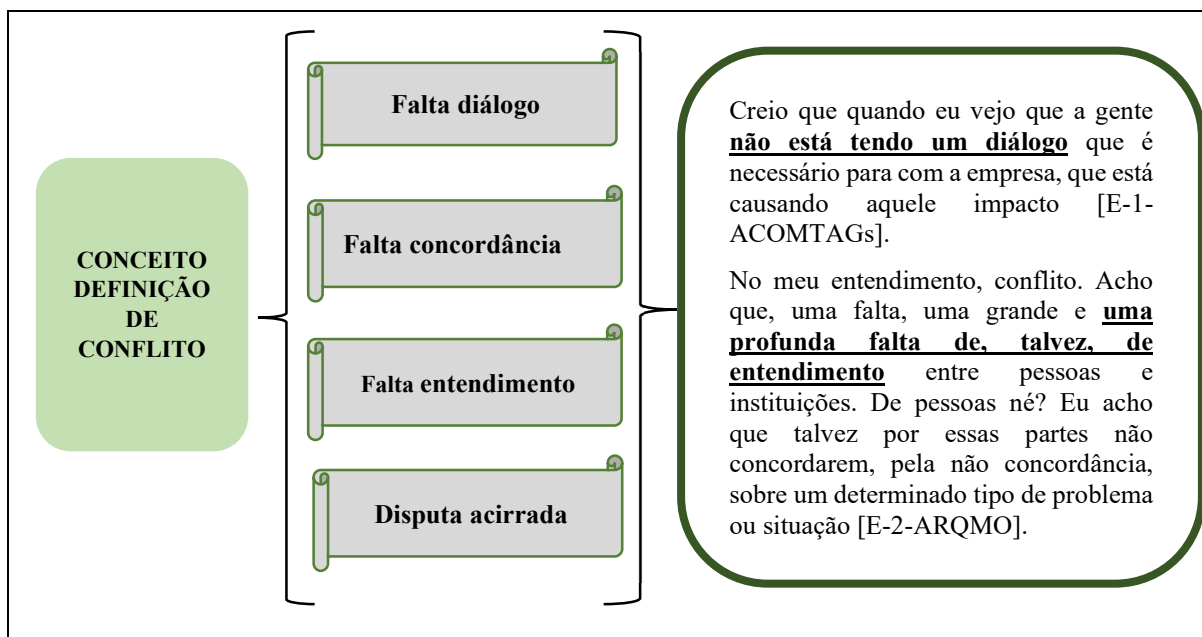
A diversidade de vivência e concepções dos resultados relatados, sugere que diferentes modelos e definições de ações orientam o sucesso, e que, no ponto de vista de Kuruville *et al.* (2018), “não há uma verdade única” sobre o que constitui sucesso na cooperação intersetorial.

4.5 CATEGORIA CONFLITOS

A Categoria “Conflitos” envolve, nesta dissertação, as seguintes subcategorias: Conceito/definição de conflito, Existências de conflitos, Tipos de conflitos, Motivos das ocorrências de conflitos, Atores envolvidos nos conflitos e reação a situação de conflito.

Referente à Subcategoria “Conceito/definição de conflito”, essa indagação procurou respostas nas questões 1, 2 e 3 e dispõe seus resultados de modo categorizado no Mapa temático 10 (figura 13):

Figura 13 - Mapa temático 10: Q1- O que você entende sobre conflito?



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da pesquisa (2022).

Segundo o [E-1-ACOMTAGs], existe a questão da má comunicação com a empresa, pois a partir do momento em que existe um olhar diferente das comunidades e/ou das associações em relação a mineradora, sempre haverá algum tipo de conflito, contudo com chances de resolver qualquer tipo de situação por meio de um diálogo, vejamos:

(...) A gente vai pensar que tem alguma coisa errada porque não tem esse meio pra gente está dialogando e tentando entender a situação, acredito que esse conflito a gente sempre vai ter... Eu acredito que isso seja uma forma de o conflito estar sempre envolvendo as duas partes em um diálogo, né? [E-1-ACOMTAGs].

Na percepção do [E-4-INCRA], o significado de conflito é verificado quando há uma disputa acirrada e/ou um desentendimento entre duas partes, como narra abaixo:

O conflito é quando há, para mim, é quando há uma disputa acirrada, onde há desentendimento entre as partes que levam a ameaças. De uma forma geral, basta ter uma ameaça contra a integridade física. Para mim, já é um conflito [E-4 INCRA].

Além disso, um conflito no âmbito da conciliação agrária do INCRA, seria uma ameaça à integridade física e bens patrimoniais, que acarretaria danos graves as partes envolvidas, como

diz o [E-4 INCRA] abaixo:

Um conflito aqui no âmbito da conciliação agrária, seria todo esbulho possessório, ameaça à integridade física e aos bens patrimoniais, ameaça de morte, invasão de área. Esses seriam os conflitos no âmbito da conciliação agrária. Seria basicamente isso [E-4 INCRA]

Na percepção do [E-5-ICMBio], conflito se caracteriza não pelo conceito didático da palavra, mas pela vivência de sua relação com o órgão ao longo desses anos, que leva a concluir que os conflitos detêm um caráter antagonico, envolvendo grupos como: ICMBio, Quilombolas, Mineração, Tapajós e Ministério Público, onde cada um defende seus próprios interesses, como sintetiza o relato a seguir:

Então, conflito de trombetas eram grupos que tinham interesses antagonicos. [...] com os Quilombolas em função de ser uma reserva biológica, a mineração [...] Tapajós e ICMBio também tinham interesse no ordenamento do território, de certa forma, antagonicos, então, ali se estabeleceu um conflito que cada um puxava o seu lado. Falando especificamente da APA que eu conheço [E-5-ICMBio].

Nesse contexto, para o [E-5-ICMBio] os interesses são múltiplos quer seja para a mineração não controlada ambientalmente, quer seja para o ICMBio, que tem interesse de ordenar os territórios com exploração ambientalmente controlada, apesar de ter custos elevados, e por sua vez o interesse do Ministério Público, de exigir novos estudos ambientais, como expõe-se o trecho a seguir:

Há o grupo de mineradores com o interesse de explorar sozinho as atividades que controlam a exploração mineral. E, ao longo da vida toda, exploraram sem nenhum tipo de controle ambiental. O ICMBio de ordenar o território, mas a exploração a partir de agora, com o controle ambiental que é caro. E o Ministério Público, um outro interessado que também é antagonico, entendendo que seria possível um outro tipo de estudo [E-5-ICMBio].

Portanto, diante de tantos sujeitos com interesses divergentes e uma disputa pelo mesmo território, as situações de conflito são inerentes a essa conjuntura territorial atual, na concepção do [E-5-ICMBio].

Observa o entrevistado, que o “conflito” está associado ao conceito clássico jurídico: “interesses opostos”, ou seja, pode se dizer que um conflito nada mais é do que pessoas com interesses contrapostos. O representante do Instituto reconhece naturalmente o conflito e também a intervenção judicial, que se torna necessária a partir do momento em que os envolvidos são incapazes de chegar a um consenso:

Afinal de contas, a busca pelo Judiciário é o caminho das pessoas civilizadas. Mas elas devem. Nós, que estamos envolvidos nesses conflitos diários, devemos nos esforçar de forma total para buscar soluções construídas em consenso com as partes que têm interesses contrapostos [E-5-ICMBio].

Ao longo dos anos, e o tempo inteiro trabalhando com pessoas, para o [E-7-UFF] o conflito foi uma forma de relacionamento encontrada e não considerada uma situação negativa, pois por meio dos conflitos é que as pessoas se organizam no “movimento da verdade”, identitário pela busca de direitos, como expressa o relato do entrevistado:

Eu vejo como sendo uma coisa negativa, mas dependendo do que acontece, o que a gente está chamando de movimento da verdade é uma posição de identidade e uma busca pelo direito. Então eu não vejo o conflito como uma coisa ruim não [E-7-UFF].

Portanto, diante dessa percepção, há de se afirmar positivamente a possibilidade de um subalterno insurgir-se contra um sistema, mas ainda assim os caminhos que levam aos conflitos são de difícil entendimento, podendo ir além do conceito epistemológico da palavra:

Então, eu não vejo o conflito como um choque de elementos, só um choque de elementos contrários... Ele não é só isso. Também não vejo como uma luta pelo poder de quem ganha, eu não enxergo, ele como uma desordem social e nem como uma disputa. Mas ele é o momento em que as partes podem, mesmo que antagônicas, encontrar um caminho comum [E-7-UFF].

Contrariando o depoimento anterior, o conceito de conflito para o [E-8- ANM] emerge de outras formas, como apresentado no trecho abaixo:

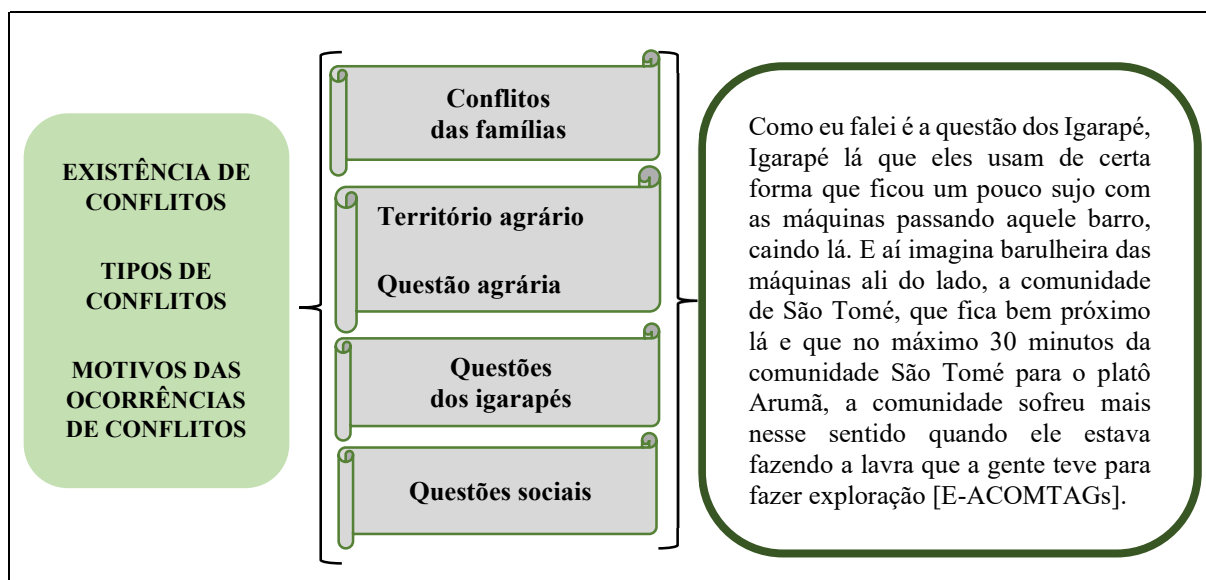
Conflito para mim é o embate entre pessoas e desordens, o tumulto que acaba sendo gerado em razão de uma oposição, uma divergência de ideias, de pleitos e interesses, contraposição [E-8- ANM].

Fazendo-se um apanhado dessa subcategoria, foi possível observar diferentes posicionamentos em relação ao conceito de “conflito” por parte da maioria dos entrevistados, porém os participantes [E-3-STRO] e [E-2-ARQMO] não conseguiram se expressar de forma convincente sobre a questão. Para o [E-1-ACOMTAGs], quando lançados olhares diferentes das comunidades e/ou associações, é que se ocorrem desentendimentos, isto é, os conflitos. Para o [E-4-INCRA] o significado de conflito é quando há uma disputa acirrada e/ou um desentendimento entre duas partes. No entendimento do [E-5-ICMBio], o conflito acontece quando os sujeitos têm interesses divergentes, como nas disputas por territórios inerentes à

conjuntura territorial atual. O [E-7-UFF] vê o conflito como um choque de elementos contrários e um momento de se encontrar um caminho comum, não como uma luta pelo poder. O entendimento do representante da ANM mostra-se contrário da afirmativa anterior, pois para ele o conflito é o embate entre pessoas, desordens e tumulto que acabam sendo gerados em razão de uma oposição, uma divergência de ideias, pleitos e interesses, enfim, uma contraposição.

As subcategorias “existência de conflitos, tipos de conflitos e motivos das ocorrências de conflitos” estabelecidas na segunda questão do roteiro de entrevista, versou sobre a “existência de conflitos e sua localização”, e tem seus resultados sumarizados no Mapa temático 2 (figura 14):

Figura 14 - Mapa temático 2: Q2- Existem conflitos? Especificar onde está



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da pesquisa (2022).

Observa-se, segundo a narrativa do [E-1-ACOMTAGs], no entorno do Projeto de Assentamento Flona, uma empresa de extração de madeira e, um pouco mais distante dessa área, a mineração mantém ativas suas atividades. Ainda de acordo com o relato do entrevistado, o trabalho da empresa mineradora era pouco conhecido pela comunidade e as pessoas foram trabalhando sem saber que, de certa forma, havia ali contaminação do meio ambiente, como dito a seguir:

Hoje, uma empresa madeireira também faz limite com a Flona, um projeto de assentamento, e lá dentro da Flona tem um projeto de extração de madeira, das empresas. Mas, distante um pouco tem a empresa mineradora e a gente sempre vem.

Pouca gente conhecia o trabalho da empresa mineradora e a gente foi aos poucos, sabendo que a gente estava sendo envolvido naquele projeto de certa forma, ali, com algum tipo de contaminação do solo, meio ambiente [E-1-ACOMTAGs].

Constata-se, ainda, pela informação do representante da Associação, que os impactos causados pela mineradora, afetam a área do Projeto de Assentamento da Flona, e outras partes da área do Trombetas recebem os impactos causados pela madeireira, como se observa no texto abaixo:

São dois, dois projetos. Aí que a gente parte da nossa área [...] ela é mais atingida pela empresa mineradora e é parte da área da Trombetas é atingida pela empresa madeireira em que ela está bem próxima. Um exemplo é que a mineradora ela já tá um pouco mais distante, mas mesmo assim ela vem causando um impacto nas nossas comunidades [E-1-ACOMTAGs].

O trabalho das empresas, segundo o representante da Associação, tem atingido famílias residentes nos núcleos dessas áreas com atividades comerciais, que tem gerado vários prejuízos, que podem ser sentidos na prática da caça, na saúde dos igarapés, sem contar com excessivo barulho que provoca poluição sonora:

As nossas famílias, a maior parte mora no centro, e essas famílias lá foram surpreendidos com o barulho das máquinas e a escassez da caça, até mesmo do igarapé que eles usam para retirar a água, para fazer todo o serviço que precisa lá e em algum momento ele ver que a cor da água mudando também [E-1-ACOMTAGs].

Quanto aos cadastros das famílias junto ao órgão agrário, necessita-se fazer um trabalho para apurar a realidade do déficit de registros, que depende da presença do ITERPA para solucionar esse problema, como descreve o procurador da ACOMTAGs:

E essa quantidade de família é um exemplo da nossa capacidade de projeto para 811 e hoje o ITERPA diz que ele consegue cadastrar 3280 famílias, então a capacidade lá aumentou. É a chance de a gente cadastrar mais famílias, porque nós temos essas 1312 famílias, só que só 809 são cadastradas, que são reconhecidas pelo INCRA e as demais não conseguem entrar no sistema, fechou nesse limite e hoje a gente está lutando que o ITERPA venha para fazer esse levantamento e reconhecer que nós temos mais de 800 famílias dentro da nossa área e precisa ser reconhecida, né? [E-1-ACOMTAGs].

Enuncia o [E-1-ACOMTAGs], que as famílias instaladas dentro do platô Arumã ao lado da área da mineração, utilizavam os recursos do local para constituir renda, especialmente da retirada do cumaru e da castanha, e com o desenvolvimento das atividades da MRN, essas famílias perderam o acesso a região e sentiram a queda de seus rendimentos provenientes da extração de recursos da floresta, como exposto abaixo:

:

Um estudo assim entre as quatro comunidades que levantasse tudo que a comunidade produz, o que ela perdeu, porque, de certa forma, dentro do platô Arumã, [...] aonde na área da obra o lado da área do platô algumas famílias lá usava a área para fazer coleta do produto cumaru, e da própria castanha. Então foram lá impedidas de entrar de uma forma direta porque não puderam mais passar. E aí a renda da comunidade foi abaixo, porque parte da produção que ela retirava da floresta não puderam mais fazer [E-1-ACOMTAGs].

Além disso, conforme relato do [E-1-ACOMTAGs], foi feito um levantamento a partir de 2010, que atestou não existir família dentro daquela região, porém trata-se uma área na qual gerações foram criadas, com moradores, inclusive, acima de 90 anos, sendo, portanto, inaceitável essa situação para as famílias, como explicado a seguir:

[...] Ali tem muita geração antiga, ali tem pessoas com 90 e poucos anos e os pais daquele senhor, aquela senhora, já moravam lá. Então é uma afronta pro pessoal dizer que aquele pessoal não estava lá, que esse todo, esse levantamento desse Platô foi feito agora no ano de 2010 pra cá. Então esse pessoal estava lá há décadas morando [E-1-ACOMTAGs].

Ainda, para o apontado pela Associação, as atividades da MRN e também da empresa madeireira Ebata estão muito próximas, sendo a mineradora instalada a cerca de quatro quilômetros do platô e a madeireira há 300 metros das residências, onde ouve-se o barulho das máquinas pesadas, que afeta qualquer tipo de caça.

Outra situação identificada pelo [E-1-ACOMTAGs] é a suspensão e bloqueio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), problema agravado principalmente por não haver o CAR individual nos assentamentos. Na realidade as famílias que conseguiram obter o CAR individual dentro da área de assentamento, não conseguiram se cadastrar no INCRA, como descrito no discurso a seguir:

Por exemplo, esses que tiraram o CAR individual dentro da área de assentamento, são aqueles que não conseguiram fazer o cadastro do Incra e que como limitou nos 809 e aí são 1000 e poucas famílias e os outros não conseguiram fazer [...]. [E-1-ACOMTAGs].

Ressalta, ainda, o [E-1-ACOMTAGs], a necessidade de cadastro na ADEPARÁ ou de se fazer empréstimo em instituições bancárias com base no CAR, entretanto, a realidade é de que a maioria ou está suspenso ou bloqueado, como o expõe o trecho a seguir:

[...] Então, na época, a chance de fazer algum empréstimo no banco, fazer cadastro na ADEPARÁ, tinha que ter algum documento pra isso, e foi que eles acabaram fazendo,

e hoje esses CAR estão todos suspensos e tudo está sendo bloqueado, parcelado. Uns estão ativos, mas a maioria tá bloqueado [E-1-ACOMTAGs].

Verifica, além disso, o [E-1-ACOMTAGs], que a divisão de responsabilidades, por meio de um acordo de cooperação para emissão de documentos para as famílias, foi dividida por áreas, sendo que do Sapucúá até o Trombetas, parte compete ao ITERPA, e a outra ao INCRA, como exposto a seguir:

[...] É assim, tem uma parte de nós aqui, pega ali do Sapucúá, quase até uma certa área, aqui da área Trombetas pertence ao ITERPA e parte pertence ao INCRA. E aí foi feito um acordo de cooperação para que o INCRA pudesse, na verdade, o ITERPA pudesse emitir um documento para que a gente pudesse, mas, de certa forma, não é uma coisa da forma que a gente esperava [E-1-ACOMTAGs].

Além do mais, para o [E-1-ACOMTAGs], toda essa articulação não atende as demandas da comunidade, pois promessas e garantias feitas, não foram cumpridas. Apenas na comunidade da área Maria Pechi é que foram feitas tentativas de diálogo para minimizar os problemas causados pelas mineradoras às comunidades, narrado pelo seguinte discurso:

Tudo, aquelas promessas, não é aquela que foi garantida de hoje. Na verdade, nem 30% do sítio garantido, para dentro dos assentamentos, veio pra gente como deveria ser. Então nessa parte aí está nesse pé, nessa situação. Essa parte com as quatro comunidades da área Maria Pechi teve essa situação lá e a gente está conseguindo manter esse diálogo e vendo se consegue amenizar pelo menos os problemas que a mineradora trouxe para aquelas comunidades [E-1-ACOMTAGs].

Na entrevista do representante da Associação, descreve, ainda, que há necessidade do INCRA e ITERPA criarem políticas efetivas, que foram prometidas e nunca cumpridas, como a regularização dos cadastros e a situação que se encontram as famílias, como assim se expressa:

A questão com INCRA e ITERPA, a questão é que eles precisam trazer as políticas que eles ofertaram, prometeram na verdade, para cá. E esse cadastro, iniciou o cadastro das famílias, iniciou, mas não finalizou, ficou pela metade [E-1-ACOMTAGs].

Além do mais, coloca que o descrédito do INCRA se deu pelo fato da organização iniciar projetos que não conseguiram alcançar metade das famílias, o que gerou um cenário de caos e confusão, pois a esperança da comunidade era de ter melhor qualidade de vida, como corrobora o trecho a seguir:

E o Inkra iniciou um projeto também com alguns créditos, que começou, mas não deu nem para metade das famílias que estão cadastradas. Então ficou de certa forma uma

coisa meio bagunçada dentro do assentamento, porque isso deixa o pessoal muito desacreditado. Desacreditado porque ele vê toda aquela organização no sentido de que a gente vai conseguir melhorar nossa qualidade de vida lá [E-1-ACOMTAGs].

Exemplificando esse tipo de situação, também cita o [E-1-ACOMTAGs] o problema com a ADEPARÁ sobre o cadastro das famílias, como dito a seguir:

Hoje quem não está na relação do INCRA, dificilmente você consegue fazer a atualização do cadastro na ADEPARÁ e aí vem para cima do assentamento, que está limitado para cadastrar essas famílias, a gente não consegue atender esse pessoal e a ADEPARÁ não facilita [E-1-ACOMTAGs].

As tentativas de diálogo são inúmeras para solucionar o problema de quem ainda não foi cadastrado, por vezes ocorreram conversas e não houve nenhuma ação efetiva, pois só recebe atendimento quem já está no cadastro, como manifesta-se o texto a seguir:

A gente já teve inúmeras conversas aqui para chegar, tentar resolver e a gente conversa, conversa, chega a hora de fazer, criar uma alternativa, nunca consegue. A não ser quem está na relação do Incra é atendido, quem não está, está ficando para aí, e o prazo está se esgotando [E-1-ACOMTAGs].

Além disso, para o interrogado da ACONTAGS, a situação irregular das famílias não é só complexa, mas tornou-se uma grande confusão na qual clama-se pelo envolvimento do ITERPA, do INCRA e dos demais responsáveis para solucionar essa questão, que leva à culpabilidade das associações por parte das famílias assentadas, pois se não houvesse assentamento, cada família cuidaria do seu pedaço de chão e não haveria toda essa situação. Assim, essa regularização se faz ainda mais necessária, pois a sua falta pode inclusive acirrar os conflitos na região, ao fato de que as famílias se sentem prejudicadas pela criação do assentamento que deveria ser para ajudar e, na verdade, tem prejudicando, como explana o seguinte escrito:

(...) Aí no meio que a gente está clamando para que o ITERPA venha junto. Aí, após o Incra resolver essa situação, porque é isso aí, se continuar da forma que está hoje, por exemplo, as pessoas que não estão conseguindo fazer o cadastro da ADEPARÁ atualizar, eles culpam tudo a associação que “ah, se não tivesse assentamento aqui, cada um fazia o seu e não tinha esse problema”, e hoje a gente espera que resolva, que venha para resolver essa situação, porque se não, hoje a gente é penalizado a associação, sindicato, sindicato que apoiou o movimento das associações a criar esses assentamentos e hoje, da forma que está, eu digo que está mais prejudicando nossas famílias lá do que ajudando (...) [E-1-ACOMTAGs].

Observa, ainda por cima, que a ausência de políticas públicas no projeto criado para essa região, só agrava a situação especialmente pela falta de documentação, o que pode levar a um

conflito ainda maior envolvendo os próprios comunitários e as associações, por isso a relevância e urgência para solucionar toda essa conjuntura [E-1-ACOMTAGs].

Pelo relato da [E-2-ARQMO], entende-se que ocorre certa diversidade de conflitos no município de Oriximiná, mais especificamente com grandes empreendimentos, madeireiros, garimpeiros, pesca predatória, e representações fundiárias. No caso da mineração, uma das realidades dos conflitos está intimamente relacionada às questões sociais e ao fato de haver comunidades no entorno do empreendimento. Ou seja, quando houve a instalação dos empreendimentos, a comunidade quilombola já residia na região, e em consequências das atividades de exploração, e passaram a sofrer perdas em suas questões socioculturais:

Na verdade, quando o empreendimento se instalou aqui na região, algumas comunidades quilombolas, elas já existiam e devido a isso, estar tão próximo num raio de ação muito próximo dessas comunidades, elas acabam, talvez, sofrendo algumas consequências voltadas para sua parte cultural social [E-2-ARQMO].

Narra a [E-2-ARQMO] que a extensão territorial quilombola possui o “minério de bauxita”, material a ser explorado pela mineradora, que pode se concretizar desde que passe pelos processos legais de consulta livre e seja previamente informada às comunidades, como observa-se no enunciado a seguir:

Nós temos territórios quilombolas que têm minério de bauxita e a empresa pretende explorar essas minas que estão dentro do território de quilombola e tem toda uma negociação, uma conversa para que essa exploração ela seja feita dentro dos processos que a lei ampara, fazendo o processo de consulta livre, prévia e informada às comunidades [E-2-ARQMO].

A crença de todos, segundo a representante da ARQMO, é de que a mineradora venha a cumprir com todas as suas obrigações especialmente quanto às questões socioeconômicas e socioambientais, além dos demais impactos causados por essa exploração, vejamos:

Então, tem todo um rito para ser seguido. O que a gente espera é que a empresa faça. Não é só social, é econômico mesmo, da empresa cumprir com as obrigações dela, tanto na questão social quanto ambiental, desses impactos que são causados diretamente e indiretamente às comunidades quilombolas [E-2-ARQMO].

Outro tipo de conflito observado pela [E-2-ARQMO], é em relação do ITERPA na concessão de “Título de Terra” em que é concedido três títulos, gerando conflito entre pessoas e madeireiros, como demonstra o trecho a seguir:

(...) A gente tem hoje o conflito com o ITERPA, que é o Instituto de Terras do Pará, porque recebemos um título de terra de um território e esse mesmo título que o ITERPA deu para esse território, ele já deu mais de três títulos dentro do território titulado. Está causando um conflito com o Instituto, com o ITERPA e com essas outras pessoas de madeireiros [E-2-ARQMO].

Atesta a [E-3-STRO], que as situações de enfrentamento de conflitos pelo Sindicato existem desde a década de 95, e tem ocorrido desde que a mineradora começou suas atividades, onde se contratou mão de obra local para os primeiros trabalhos, mas com o passar do tempo, houve a necessidade de contratar mão de obra especializada como Engenheiros, por exemplo, e com isso os conflitos foram se acirrando, como mostra o trecho extraído da entrevista:

(...) Porque quando a mineradora entrou, começa, chama todo mundo pra trabalhar naqueles primeiros trabalhos, então as pessoas acabam se influenciando. Elas são influenciadas. É o que nós consideramos. É a partir daí que ela vai se instalando. Ela vai aumentando o trabalho onde a empresa começa a se instalar e já vai chamando outros profissionais, que são os engenheiros, aquelas pessoas que têm mão de obra específica para trabalhar na mineradora [E-3-STRO].

A representante do STRO destaca o recuo das famílias, que vão se acomodando e os conflitos acontecendo, principalmente por denúncias envolvendo territórios, pois cada vez mais as empresas vão avançando para além dos limites territoriais, como dito no trecho a seguir:

Aí as famílias começam a recuar, começam a se acomodar e os conflitos que nós vamos enfrentando são as denúncias de território que elas vão avançando. Então, o primeiro conflito é esse, a denúncia dos territórios delas e adentrando nos territórios [E-3-STRO].

Ainda, para a [E-3-STRO], essa ação por parte da mineradora em ultrapassar os limites territoriais, insufla nos comunitários a prática de ações para defender seu território, onde alguns querem, mas outros não, o que gera conflito entre eles. E também o fato de haver cessão de terras para a mineração por alguns da comunidade, pois se consideram donos da terra, o que não corresponde à realidade, pois essas áreas são coletivas, como configura o relato a seguir:

Então, parte delas começa a querer fazer ações, ações de defesa para se defender e muitos não querem. Então, há esse conflito entre elas e também o conflito que ele se dá em torno desse território lá, que muitos querem avançar em áreas e outros não. E outros não querem, então um conflito maior é a questão do território, agrário e a questão agrária, lá das terras que muitos dizem que são donos, acabam cedendo para mineração. Outros sabem que não é, principalmente porque são áreas coletivas. Então, tem um limite até onde a mineração pode avançar [E-3-STRO].

Com o avanço da mineradora e madeireiras (Golf e Ebata), atenta a [E-3-STRO] sobre a aflição das famílias, especialmente pela escassez da caça, pois esta vai se refugiando, uma vez que ambiente sofrer alterações e os impactos decorrentes dessas explorações, que impacta diretamente na alimentação da comunidade, pois parte dessa nutrição é retirada do meio ambiente, tanto a caça quanto a pesca, como retrata o trecho abaixo:

Porque quando a mineração, as empresas vão avançando, a caça vai refugiando, ela fica, ela vai, vai pra mais longe. Então, tudo isso na parte da alimentação gerou esse problema. Esse conflito lá para os nossos moradores foi conflitante para eles e a parte do rejeito que a gente sente que prejudica eles bastante. [...] [E-3-STRO].

Como consequência de todas essas ações, acima descritas, as pessoas estão sofrendo, com os ruídos das madeireiras, provocados pela atividade das máquinas, que pela narrativa da [E-3-STRO] algumas pessoas estão perdendo a audição, pois o barulho das máquinas, além de elevado, é intenso, como corrobora o texto a seguir: “(...) e as pessoas estavam sofrendo... Chegou mais duas pessoas aqui, já, que estão ficando surdo do barulho, dos maquinários grandes”, complementa a entrevistada.

Certifica, além disso, a [E-3-STRO] os conflitos das famílias, a partir do momento que as pessoas veem a mineradora instalada, estes vão se acirrando e os denominados “moradores da discórdia” não conseguem mais se compreender, principalmente por não concordar com o desenvolvimento da mineradora, e madeireiras instalada na comunidade, ou seja, uns concordam outros não, como expõe o fragmento a seguir:

Então, parte delas começa a querer fazer ações de defesa para se defender e muitos não querem. Então, há esse conflito entre elas e também o conflito. Ele se dá em torno desse território lá, que muitos querem avançar em áreas e outros não. E outros não querem ter um conflito maior [E-3-STRO].

Prejuízos para o meio ambiente, foram citados pela [E-3-STRO], como a dispersão dos rejeitos no meio ambiente pela mineração, no caso do “Lago do Batata” (falta de água, peixes mortos), caça, que dificultou o acesso ao alimento pela comunidade, o que tem causado insatisfação e revolta nas pessoas, à época do rompimento da barragem da mineração, como relatado no trecho a seguir:

Então, houve esse conflito também lá das famílias, quando elas, quando elas tiveram esse resultado do Lago do Batata até então, quando elas eram orientadas pelas associações que tinha, que era prejudicada a água e o peixe, que é o nosso alimento e também a caça. (...) Porque quando a mineração vai avançando, as empresas, a caça vai refugiando, ela fica, ela vai, vai pra mais longe. Então, tudo isso na parte da alimentação gerou esse problema [E-3-STRO].

Outro motivo conflitante, segundo a [E-3-STRO] é a situação de uma área no Assentamento ACONTAGs, comunidade Saracá, no Lago Sapucúá, denominada “Gruta Cata” onde também tem a água prejudicada por parte dos rejeitos, os moradores, convivem com essa situação e inclusive já enviaram amostra dessa água para análise, mas até o momento sem nenhum retorno, como exposto a seguir:

Nós já tiramos e lá vimos bastante rejeito lá. Só que quando a gente manda pra análise essa água, infelizmente eles dizem só fazem falar, nunca trouxeram um profissional esclarecendo pra nós o nível da água. Se ela realmente se torna potável a partir do momento que eles fazem o tratamento que diz que faz o tratamento, nós não temos essa certeza. O que nós sabemos é que vai. Várias famílias já se encontraram lá. Nos peixes já encontraram [E-3-STRO].

Em verdade, as famílias, conforme o relato da mandatária do STRO, esperam um posicionamento, especialmente da mineradora no sentido de esclarecer e garantir que não serão prejudicadas em função das suas atividades e dos rejeitos, que de certa forma estão afetando a comunidade e todo seu entorno, como mostra a passagem a seguir:

Quando eles vão tratar do peixe? Eles encontram lá no bolso do peixe o rejeito. O amarelo que fica, que escorre justamente na Gruta onde é mais próximo da mineradora. Então, isso é conflitante porque as famílias vêm em busca de apoio, em busca de apoio para que elas possam tentar resolver. E nós não conseguimos resolver [E-3-STRO].

Outra conjuntura conflitante, observada, é a “questão do território agrário” e a “questão agrária”, em função de muitos se dizem donos de determinadas terras, que acabam sendo cedidas para a mineração. Mas outros sabem que não são esses os donos, por serem “áreas coletivas”. Por haver um limite onde a mineração pode avançar, houve intervenção da representatividade sindical para garantir o direito aos assentamentos e mitigar as situações de conflitos oriundas dessa conjuntura, como mostra a passagem da entrevista da [E-3-STRO], exposto a seguir:

Então, por isso que nós criamos os assentamentos, inclusive a luta dos assentamentos. Até você ouvir o que a mulher falou ali não foi uma ação dessa pessoa. Foi uma ação do sindicato com as associações, porque estava havendo conflito das famílias com esse avanço no território delas, já incluindo todas as empresas que, como eu já falei de mineradora, das empresas que tiram a madeira, que nós temos também duas empresas aí que Golfe e Ebata? Então isso gera um conflito entre as famílias, muitos já vieram de lá. É uma situação que nos preocupou muito [E-3-STRO].

Em relação ao INCRA, ITERPA e ADEPARÁ, a representante do Sindicato, relata de que cada um destes órgãos se responsabiliza por sua área de competência, o que tem causado

conflito na questão da emissão do CAR, como exposto nas falas a seguir:

Na parte na área do ITERPA, tipo ITERPA, não vai na área do Incra. Ele vai resolver essa questão da área dele na área que compete ao Estado. Só para você ter uma ideia quanto esses órgãos não se metem nesses conflitos (INCRA, ITERPA) hoje é... A questão dos CARs, isso aqui nós estamos vivenciando uma situação que está nos deixando já preocupados. Nós estamos enfrentando a ADEPARÁ [E-3-STRO].

(...) Para você, porque você é um criador, e um grande criador” a gente sabe que nem tem demarcação de fato lá, para eles entenderem até onde limita. o Incra não veio, nunca fez, nunca tirou as áreas do limite de cada um. Isso é um defeito de todos os assentamentos [E-3-STRO].

Neste sentido, se manifesta, ainda, de que as delimitações estão descritas no CAR coletivo, mas somente na teoria, pois na prática as limitações são desconhecidas, gerando assim um volume alto de disputas entre os pequenos produtores, pequenos agricultores e a especulação imobiliária dentro dos assentamentos, como constata-se no trecho a seguir:

Nós não temos, temos assim nesse CAR coletivo diz lá. Mas na prática não, nós não sabemos. Então, nós estamos enfrentando nesse momento agora, muita disputa entre pequenos produtores, de pequenos agricultores, porque também está tendo muita venda de lotes lá dentro dos assentamentos [E-3-STRO].

A falta de conclusão dos trabalhos do INCRA nos assentamentos, facilita para que as empresas continuem avançando e ultrapassando os limites territoriais, como expõe a [E-3-STRO] no conteúdo a seguir:

Não concluir o trabalho que era para ter concluído, ficou muitas pendências e com essas pendências favorece essas empresas irem avançando de forma inadequada, infelizmente, porque o Incra não conclui esse trabalho [E-3-STRO].

Na tentativa de mitigar esses problemas, de documentação, segundo a mandatária do Sindicato, criou-se a Articulação Regional do Baixo Amazonas (ARBA), mas que fica a desejar, pois se reúnem com pouca frequência, como esclarecido a seguir:

Então, assim, sempre tendo documentos, inclusive nós fizemos aqui, nós temos uma organização regional que a gente fica reunindo de vez em quando. Chama-se ARBA. ARBA é uma Articulação Regional do Baixo Amazonas. É assim que aqui desenvolvem a sigla dela. E então não tem essa identificação e acaba que os nossos assentados, famílias tradicionais ultrapassam e estão sendo bem penalizadas pelo ICMBio [E-3-STRO].

Além do mais, ressalta, a falta conclusão dos trabalhos do assentamento, que, se esses tivessem sido concluídos, envolvendo todo perímetro, os problemas seriam menores, principalmente no que tange aos direitos dos assentados, acarretando entre eles muitas dúvidas, como consta o relato abaixo:

Por exemplo, se eles tivessem feito todo o fechamento dele, como é que tem que ser feito, hoje ninguém não sabe dizer o que é de fato o que nós temos direito como assentados e porque cada assentamento ele tem uma modalidade. Então aqui eu não sei [E-3-STRO].

Observa, ainda, a [E-3-STRO] em relação aos direitos dos assentados, que houve um pequeno avanço a partir da intervenção do Sindicato, mas em relação às modalidades Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PEAEX) do PAE, Nhamundá e Cachoeirinha, que são várzeas, são desconhecidas pelo representante do Sindicato, como observa-se no fragmento da conversa a seguir:

Eu sei que é uma associação onde tem área extrativista, mas eu não sei assim por que o Incra não veio e “olha, vocês estão no assentamento PEAEX que é de extrativismo, vocês têm direito a isso, isso, isso e isso porque foi criado assim”. No avanço que o sindicato meteu a cara e criou o Incra veio, fizeram esse levantamento, foram inserindo todo adoidado [E-3-STRO].

Quanto a existência de conflitos na esfera fundiária, o [E-4-INCRA] tem conhecimento, mas, contudo, não chegam a ter registros destes no órgão fundiário, como relata os fragmentos, que exemplifica com um caso concreto:

Nós temos informações de que há conflitos, não há registros dentro da instituição de conflitos na área. Mas nós temos a informação de que houve conflito lá, inclusive recentemente [E-4-INCRA].

Foi um conflito relacionado a madeira dentro de uma área quilombola, essa informação que eu tive. Eles fizeram exploração madeira lá dentro ilegalmente, inclusive destruindo um patrimônio deles, que é a castanheira. A informação da equipe foi essa de que andaram derrubando castanheiras dentro de uma área Quilombola na região de Trombetas [E-4-INCRA].

De acordo com o representante do INCRA, em relação a esse conflito especificamente, é que houve a ingerência do Ministério Público e também da polícia, para resolver, e esse tipo de demanda raramente chega ao INCRA, conforme relato abaixo:

(...) O que tem são conflitos normalmente entre particulares, por disputas de área ou entre um não assentado como assentado. Acontece muito, mas o Incra não é envolvido em conflito. (...) Não, nós não temos essa problemática [E-4-INCRA].

Houve em determinado momento, segundo o [E-4-INCRA] a questão de um conflito em âmbito regional, em região específica, na qual o órgão criou um projeto de assentamento e em seguida criou-se uma Unidade de Conservação em cima, problema já resolvido no passado, como dito a seguir:

O que talvez tenha tido em dado momento foi uma questão de conflito, de determinação de uma área específica, que era para que o Incra criasse um projeto de assentamento e depois foi criado uma reserva em cima da área. Mas isso aconteceu há algum tempo e já se resolveu naquela região, não naquela região, mas não especificamente lá em Oriximiná [E-4-INCRA].

No ponto de vista do [E-4-INCRA], o que ocorre são conflitos entre particulares e o órgão acaba sendo acionado, e que não existe de forma alguma conflitos com MRN e Agência Nacional de Mineração (ANM), pois não há registro planilhados de demandas relacionadas às áreas quilombolas ou daquela região na Ouvidoria, conforme relata abaixo:

Se tiver algum conflito lá nós não sabemos que nós trabalhamos com conflitos. Até porque a nossa atuação, como eu disse, é muito administrativa e geralmente os conflitos são, geralmente acaba levando um crime, feito ameaças contra o próprio esbulho e acaba que prefere procurar Ministério Público [E-4-INCRA].

Consoante o preposto do ICMBio, quando da criação da ReBio, pelo governo militar por meio de decreto, houveram conflitos estabelecidos na região pelo impedimento de comunidades de se sustentarem (castanhas e quelônios). Mas só a partir de 2003, com a entrada de novos servidores, pessoas com mentalidade diferente, voltadas para o processo de redemocratização, de conversa, e um Ministério Público mais atuante, resultou na redução dos conflitos ocasionados pela implantação da Unidade de Conservação, vindo em uma escala de decréscimo desde os anos de 2013, com a exploração sustentável deste território, até os dias atuais, como pormenoriza o trecho abaixo:

Começou em 2013 a permitir a questão da coleta da castanha, de forma ainda precária, com uma pressão grande e hoje, nos termos de compromisso para o uso do território e mais recente o estudo de um novo termo de compromisso, não só da castanha, mas de todos os produtos daquela população usar de dentro da reserva biológica e hoje já tem o território quilombola em processo de praticamente acho que foi só publicado relatório, não foi decretada a criação deles [E-5-ICMBio].

Cita, ainda, o [E-5-ICMBio] que houve conflitos entre a mineração e o órgão licenciador ambiental, que acontecem dentro da normalidade, ou seja, é o processo normal. Há, ainda, em todas as licenças do empreendimento condicionantes, sendo um esforço relevante por parte do

ICMBio em fazer o acompanhamento das condicionantes ambientais, as quais nem sempre foram respeitadas, que se manifesta, em parte, no seguinte enunciado:

Então havia esse conflito porque quando uma condicionante ambiental não é respeitada, há algum dano, algum impacto do empreendimento que aquelas condicionantes foram estabelecidas para controlar aquele dano controlável, não estava sendo controlado. Então a gente precisava intervir e a única forma de intervir era através das medidas administrativas [E-5-ICMBio].

Para o [E-6-MRN], a empresa tem atuado nessa área já há 40 anos e numa região em que, após décadas, constituiu-se uma unidade de conservação. Ou seja, sobre a mesma área existem interesses conflitantes. Existe o interesse econômico da mineração na extração e beneficiamento das jazidas e das reservas de bauxita naquela região. Posteriormente, tem-se a criação de unidades de conservação de um determinado lado do Trombetas, uma unidade de conservação de proteção integral. E, depois, tem-se a criação da Unidade de Conservação da Unidade de Floresta Nacional. E recentemente, o reconhecimento pelo governo do Estado brasileiro de existência de territórios quilombolas, cujos remanescentes já estavam na região há muito tempo. Cabe ao INCRA delimitar os territórios e reconhecê-los, que ocorre desde de 2018. Há, portanto, no mesmo ambiente, interesses conflitantes, ou contrapostos, como explicita o entrevistado da MRN:

Então você tem sobre uma mesma área geográfica, uma extensa área geográfica, no mínimo três interesses que são contrapostos, a princípio, contrapostos. Você tem o interesse econômico da mineração na extração das riquezas minerais. Você tem o interesse conservacionista daquela área (...) E você também tem os interesses das comunidades quilombolas na defesa de suas ações. Tudo isso junto numa mesma área. E tem um fator relevante que aprofunda muito esse conflito e dificulta muito as suas soluções, que é uma atividade econômica desenvolvida há 40 anos sobre a égide de leis vigentes [E-6-MRN].

Neste sentido pode-se afirmar, hoje a principal causa desses conflitos é a regularização fundiária, conforme exposto pelo representante da MRN:

(...) definição fundiária desse negócio. O que eu chamo de indefinição fundiária dos leilões, o que eu chamo isso é a criação e reconhecimento de territórios que não os reconhece melhor a existência prévia desses territórios quilombolas, sem que houvesse uma definição de quais os direitos e aí e muito especificamente, os patrimoniais e econômicos decorrentes dessa titulação. “que eu chamo de indefinição fundiária, da criação ou decorrente da criação e reconhecimento dos territórios” [E-6-MRN].

Existe, ainda, para o [E-6-MRN] a questão em relação a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), e outras “indenizações” que a federação não se opõe e reconhece,

mas tem muita dificuldade em instrumentalizar, pois exclui as comunidades, exatamente porque, quem reconheceu a existência desses territórios não avançou na discussão, e a grande dificuldade das mineradoras, associações e representantes das comunidades quilombolas de criar instrumentos jurídicos com a intervenção do Estado para resolver esse impasse, dizeres que se complementam com a seguinte citação:

Para regular esses direitos que o ICMBio não abre mão, sob nenhuma circunstância, das receitas oriundas dessa supressão vegetal ou dessa indenização. Aliás, eu estou usando a palavra indenização aqui no lato sensu, porque há uma discussão imensa se isso é preço público ou se isso é mesmo nossa expectativa das comunidades é que, primeiro o reconhecimento desse território, em primeiro lugar, é uma luta [E-6-MRN].

No entanto, em algum momento essas florestas suprimidas estão inseridas dentro de territórios quilombolas e, portanto, como titulares do direito à superfície, ainda repito, direitos coletivos a essas superfícies, a essas comunidades quilombolas não está regulada qual os direitos que elas têm e tem indiscutivelmente a receber alguma compensação, seja ela financeira, seja ela por intermédio de programa sócio mais pela supressão vegetal ocorrida em seu terreno, em sua área, em seu território [E-6-MRN]

Neste sentido, reforça o mandatário da MRN, de que o cidadão é equiparado a proprietário, deve receber automaticamente os royalties, o usufruto da mineração, e dos recursos naturais inseridos no seu território, principalmente através da regulamentação dos direitos assegurados pelo reconhecimento dos quilombos, quer seja por meio da situação formal, seja por meio de um instrumento jurídico que reconheça e regule estes territórios, em que, se não extinguem-se os conflitos, ao menos os enfraqueceria.

Assim sendo, a luta política dessas comunidades, tem sido contínua e após esse primeiro estágio, que o reconhecimento desses territórios lhes traga a oportunidade de melhorias de condição de vida, como relata o questionado da MRN:

O Estado brasileiro firmou um instrumento jurídico que regulasse exatamente os efeitos patrimonial, são várias as origens, mas eu não tenho dúvida alguma em dizer o que a principal razão, a principal causa ou a causa raiz de todos os conflitos hoje decorrem da omissão do Estado em instrumentalizar aquilo que ele reconhece [E-6-MRN].

Ainda, na visão do [E-6-MRN], se houvesse uma regulação fundiária rápida e a regulação do reconhecimento da existência desses territórios “quilombolas”, por meio da titulação, a maioria dos problemas seriam resolvidos, o que parece ser muito difícil, pois é baixíssima a probabilidade de ocorrer a titulação formal coletiva com títulos, como observado nas ponderações a seguir:

E pelo menos a assinatura deste CCDRU¹². O contrato de concessão de direito real de uso. O que você já com a simples assinatura desse contrato, você não precisaria aprofundar absolutamente mais nada, porque aí se aplica a lei [E-6-MRN].

Então eu diria com muita tranquilidade que se o governo brasileiro resolvesse regular os direitos assegurados pelo reconhecimento do território quilombola, seja por meio da situação formal, seja por meio de um instrumento jurídico que reconheça e regule. Os efeitos econômicos, patrimoniais, enfim, da criação do reconhecimento desses territórios. Nós não teríamos nossos conflitos, se não equacionados, mas muito minimizados [E-6-MRN].

Então, hoje, na nossa perspectiva, o grande, a nossa grande dificuldade, reside basicamente em que essas questões, esses direitos assegurados e, mais uma vez, repito, a mineração não questiona os direitos humanos, reconhece plenamente, mas precisaria que houvesse uma intervenção de o Incra, que hoje representa os interesses quilombolas em processos de licenciamento, de forma tal em que ele fosse mais presente e regulasse isso quando eles uma das partes, não conseguem solucionar [E-6-MRN].

Enfatiza, ainda, o procurador da MRN, os problemas com a qualificação profissional, a dificuldade ou a carência da educação formal nas escolas de primeiro ano, e a ausência de escolas de segundo grau na região, que existe somente na sede urbana do município, como explicitado abaixo:

(...) é evidente que nós temos alguns problemas estruturais, a começar pela qualificação profissional, a dificuldade ou a carência da educação formal nas escolas de primeiro. Reconheço que não existem escolas de segundo grau na região, só na sede urbana do município [E-6-MRN].

Outra grande questão, levantada pelo [E-6-MRN] é a ausência de regulamentação da Convenção da OIT 169, pela oitiva prévia das comunidades do entorno do empreendimento, essa falta de regulamentação acaba gerando uma insegurança gigantesca para a empresa, e para os demais envolvidos diretamente ao empreendimento.

Relata, o [E-7-UF] que os conflitos territoriais, impactam na forma de viver das comunidades tradicionais, que vivem a lógica do “Bem Viver”, ou seja: “eu preciso de muito pouco para viver”, e “minha qualidade de vida é a permanência dessa floresta em pé” é mais importante do que qualquer outra coisa, que complementa com o seguinte dizer:

Nessas duas visões de mundo que estão sendo colocadas, é possível detectar a existência de conflitos geracionais, da seguinte forma: “Os mais velhos defendem a preservação, os mais novos hoje já buscam soluções e adequação dentro desse sistema capitalista e desenvolvimentista para essa região” [E-7-UF].

¹² CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

Além disso, o interrogado identifica um conflito de identidade intenso e contínuo, como narra abaixo:

(...) Enquanto você se coloca como Quilombola, e que Quilombola é esse que depende exclusivamente da mineração para determinadas ações dentro do seu próprio território, por exemplo. Então você começa a minar essas identidades. Que elas seriam fundamentais para essas comunidades tradicionais [E-7-UFF].

Outra questão, levantada pelo [E-7-UFF], é a do turismo de pesca em especial na “Cachoeira Porteira”, que usa um rio que é partilhado pelos dois povos (indígena e quilombola). Sempre foram partilhadas, mas agora existe um projeto de exploração desse ambiente, que causa impacto na vida da comunidade, em seu entorno, como se expressa no seguinte relato:

E aí, quando você coloca o projeto de exploração, uma visão que não é uma visão de uma economia solidária, mas é uma visão que você vai chegar lá e vai lucrar em cima da floresta, em cima do rio, isso choca com o bem viver, isso choca com a forma que eles têm de integração [E-7-UFF].

Levando em conta a localização das atividades da mineração com os assentamentos, os conflitos se acentuam quanto mais próximos se encontram os assentados, como relata o [E-7-UFF]:

O assentamento do Sapucaá, por exemplo, sofre influência da mineração e a mineração está muito perto deles. Mexe com a fauna e a flora, a possibilidade de caça e até o extrativismo, [...] era onde eles pegavam o óleo da copaíba, óleos de andiroba, esses territórios já não existem mais porque viraram minas, então você tem aí esses conflitos lá no Sapucaá, que é limítrofe com a mineração [E-7-UFF].

Outro ponto, colocado pelo [E-7-UFF], e muito conhecido, refere-se à comunidade ribeirinha no Lago do Batata, que sofreu com o despejo de rejeitos da mineração no seu leito de 1979 a 1989, vejamos:

A comunidade ribeirinha no Lago do Batata, não é um assentamento, mas sim uma comunidade, na qual na década de 70 e 80 e na década de 80 e até 96, foram despejados no rio os rejeitos da mineração. A mineração não tinha tanque de rejeito, ela lavrava e mandava para o Lago do Batata. Então o fundo do lago hoje é aquele barro vermelho que vem grudado na bauxita. [E-7-UFF].

Identifica, ainda, o [E-7-UFF] em dois outros territórios quilombolas, Alto Trombetas II e Boavista interferência direta da mineração, como demonstra parte da entrevista:

A de Boa Vista está de frente para o porto, então, as embarcações da mineração ela mexe, foi o primeiro quilombo titulado no Brasil, em 1996, isso fez com que ele tivesse um território muito pequeno, que não foi levado em consideração [E-7-UFF].

Desse modo, assevera o [E-7-UFF], têm-se as zonas extrativistas das pessoas que moravam lá, ficaram por trás dele, tem a mineradora do lado esquerdo, tem um outro território quilombola, tem a Floresta Nacional e na frente tem a ReBio, e além disso:

A gente tem projetos madeireiros já dentro de território quilombola titulado, foi oferecido uma remuneração que não condiz com o mercado e que não seria o preço justo para você perder a floresta. Quem ganha é o madeireiro [E-7-UFF].

Para o [E-7-UFF] estão acontecendo mediações entre empresas e Associações dos moradores, na qual o INCRA tem comparecido às comunidades para devolutivas sobre as demandas, conforme a fala a seguir:

É está junto e ontem a mediação foi entre a empresa Equatorial e a Associação dos Moradores do Planalto da Estrada no BEC. Nós já tivemos lá, dando a devolutiva das demandas dessas comunidades no Luz para Todos. Que é um projeto que foi interrompido pela Equatorial, que é a empresa fornecedora de energia elétrica [E-7-UFF].

Entre as narrativas apontadas pelo preposto da ANM sobre conflitos especificamente na região do Porto Trombetas, assim se expressa:

(...) Especificamente, a gente tem os problemas que a gente tem acesso diretamente, não são passados só a Agência de Mineração, podem ser vistos diretamente pela mineradora que não aciona a ANM para resolução desses conflitos, provavelmente porque é um setor novo, que ainda não tem, não está tão alinhado [E-8-ANM].

Reforça o [E-8-ANM], que na região de Trombetas, especificamente no município de Oriximiná, não se constatou a existência de conflitos, não sendo informado nenhum tipo de ocorrência, como falado abaixo:

(...) a gente não tem, não foi instado a nada ainda pelos órgãos, pelas mineradoras, pelos agentes federais. Mas naquela região a gente tem ciência e já trabalhou e trabalha em alguns pontos, que são pontos que têm divergência direta com comunidades quilombolas, comunidades tradicionais [E-8-ANM].

Os resultados as respostas apresentadas a estas subcategorias que tratam especificamente da “existência de conflitos, tipos de conflitos e motivos das ocorrências de conflitos”, descreve a existência de oito tipos de conflitos enfrentados em áreas com diferentes

interesses econômicos, ambientais e territoriais relacionados à extração de bens minerais, projetos de manejo de madeira, criação de unidades de conservação e questões fundiárias:

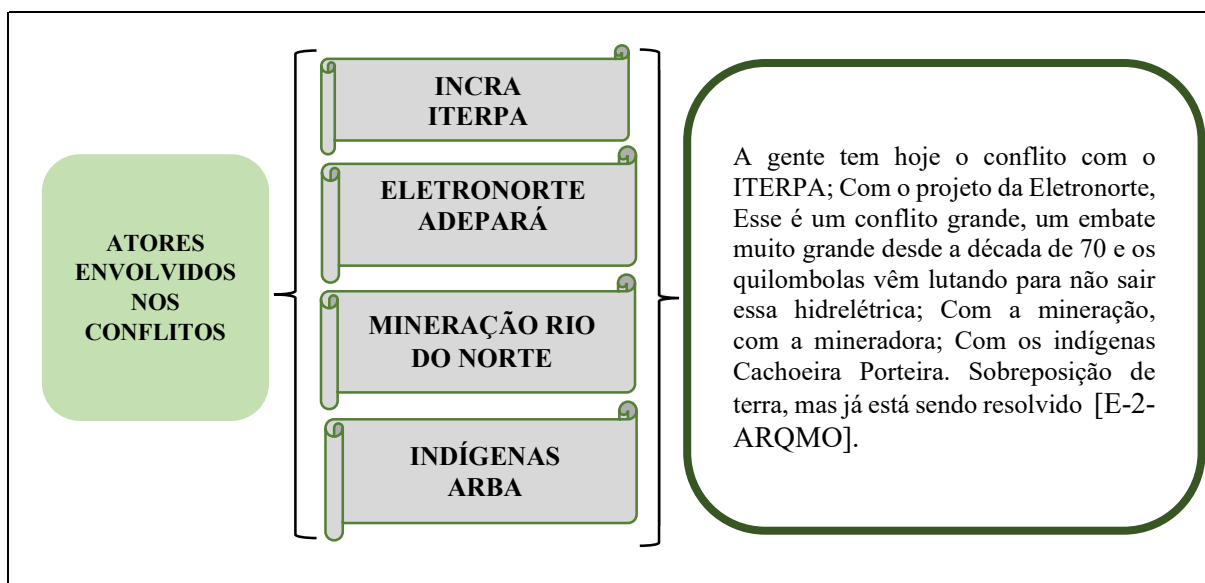
- Conflitos familiares e individuais são citados pelo representante do STRO, relacionados a presença da MRN, onde alguns membros da comunidade se opõem, enquanto outros cedem suas terras, gerando conflitos nas comunidades.
- Conflitos de subsistência são identificados pela [E-3-STRO] devido à escassez de caça e pesca, base alimentar das comunidades, devido às atividades de mineração e madeireiras.
- Conflitos de identidade são observados nas comunidades pelo [E-7-UFF] devido à dependência das atividades da mineração, extração de madeira e pesca esportiva, que afetam o bem-estar e a integração das comunidades.
- Conflitos agrários são destacados pelo representante da ACOMTAGs devido à suspensão e bloqueio dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) e falta de CAR individuais nos assentamentos e pela divisão da emissão de documentos entre o INCRA e o ITERPA. O representante do STRO aponta problemas na emissão do CAR devido às competências individuais do INCRA, ITERPA e ADEPARÁ, já que as delimitações estão no CAR coletivo, desconhecidas pelas comunidades, o que gera disputas entre os pequenos produtores, pequenos agricultores e a especulação imobiliária dentro dos assentamentos. Para o [E-6-MRN], a indefinição fundiária, ou seja, a falta de regularização e reconhecimento de áreas de quilombos devido à falta de políticas públicas, é a principal causa de conflitos na região, que podem não ser extintos, mas pelo menos enfraquecidos, se esses territórios forem regulamentados, o que parece ser muito difícil, pois a probabilidade de ocorrer uma titulação formal coletiva com títulos é muito baixa.
- Conflitos econômicos, relacionados à perda de acesso à região e consequente queda nos rendimentos das famílias, devido à atividade da mineração e madeireira são citados pelo procurador da ACOMTAGs, que inclui, ainda, a falta de cadastro na ADEPARÁ e bloqueio do CAR impede que elas possam fazer empréstimos em instituições bancárias. Já para o representante da MRN, os conflitos estão relacionados à dificuldade de se obter indenizações e outros instrumentos jurídicos para resolver impasses com as mineradoras. O [E-7-UFF] cita projetos de manejo de madeireiros em territórios quilombolas, onde a remuneração não é justa para a perda da floresta.
- Conflitos em relação ao meio físico a [E-3-STRO] narra problemas devido aos rejeitos

da mineração nas comunidades, e as análises de água nunca foram compartilhadas com a comunidade. O [E-1-ACOMTAGs] também menciona problemas relacionados ao meio biótico, incluindo o afugentamento de animais devido ao barulho dos equipamentos da mineração e madeireiros, e problemas no passado, como o rompimento de uma barragem no Lago do Batata.

- Conflito direto com a MRN, é apontada pelo [E-5-ICMBio] como órgão licenciador nos processos administrativos de licenciamento, tido como normal. Interferências diretas das atividades da MRN, principalmente com a movimentação de navios nas comunidades Alto Trombetas II e Boavista são citadas, mas não detalhadas pelo [E-7-UFF].
- Conflito decorrente da falta da regulamentação da Convenção da OIT 169, para oitiva livres, prévias e informadas, citado pelo E-6-MRN], vez que medidas legislativas e administrativas podem não serem reconhecidas, bem como sua regulamentação e aplicação podem, segundo a [E-2-ARQMO] vir a minimizar os conflitos regionais.
- O não conhecimento de conflitos em relação aos problemas socioambientais foi apontado pelo [E-4-INCRA], que cita somente ocorrências de conflitos fundiários, desconhecendo, conflitos na região com a MRN e ANM pois não há registro planilhados de demandas relacionadas às áreas quilombolas ou daquela região na Ouvidoria. O [E-8-ANM] também relata o desconhecimento de conflitos na região do Trombetas, especialmente no município de Oriximiná.

A subcategoria “Atores envolvidos nos conflitos”, expõe seus resultados sintetizados no Mapa temático 3 (figura 15), resultantes da terceira indagação do roteiro de entrevista, que procurou identificar os atores da região envolvidos em ocorrências conflitantes:

Figura 15 - Mapa temático 3: Q3- Com quais atores da região vocês tiveram conflitos.



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da pesquisa (2022).

Os sujeitos envolvidos em conflitos na região com comunidades da Gleba do Trombetas e Sapucaá, são representados por das estatais, pessoas das comunidades, povos indígenas, companhias de energia elétrica dentre outros, como retrata o [E-1-ACOMTAGs] a seguir:

A Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucaá informou ter tido conflitos com: MRN, Empresa Ebata (madeira), INCRA e ITERPA, e a ADEPARÁ com as questões do cadastro [E-1-ACOMTAGs].

Por sua vez, diz a [E-2-ARQMO] que a Associação de Quilombos tem muitos conflitos com o pessoal de assentamento, exatamente pelo modo de vida coletivo, e muita das vezes aquele indivíduo que está presente não pensa da mesma forma, conforme relata a transcrição abaixo:

Porque o que aconteceu em alguns territórios, foi emitido títulos, mas eles não fizeram tipo, não desafetaram as pessoas de dentro, deixaram lá dentro e o quilombola vive de modo coletivo dentro do território. Ele preserva seu território e, às vezes, o indivíduo que está aqui não tem esse mesmo espírito, entendeu? Como ele ficou dentro do território, ele faz a torto e à direita [E-2-ARQMO].

A representante do STRO, nega a existência de embate com órgão públicos, mas cita famílias, a MRN e o ICMBio (caça) como sujeitos dos conflitos na região, como explica o texto abaixo:

Conflito das famílias (...) de todas as empresas (...) a Golf e Ebata, MRN, ICMBio. (...) E o Inca não veio, nunca fez, nunca tirou as áreas do limite de cada um. Isso é

um defeito de todos os assentamentos. Nós não temos, temos assim nesse CAR coletivo diz lá. Mas na prática não, nós não sabemos. Mas, infelizmente, o trabalho do Inbra não foi um trabalho concluído

Para a [E-2-ARQMO], a Articulação Regional do Baixo Amazonas (ABA), orienta algumas situações, com a realização de discussões para levantar problemas relativos à mineração, inclusive o STRO, que já teve apoio de pesquisadores, para identificar demandas e fazer denúncias que complementa com o seguinte fragmento:

Então, nós temos muita denúncia em relação à mineração, só que isso não nos impede de dialogar com mineração, apesar de termos denúncia contra ela que está por aí arquivada. Mas nunca perdemos esse diálogo com ela [E-2-ARQMO].

O [E-4-INCRA], relata somente existência de conflitos entre particulares, por disputas de área ou entre um não assentado com um assentado, e o órgão, acaba sendo acionado, inexistindo conflitos diretamente com o órgão, como observa a fala a seguir:

O Inbra em si, não tem conflito. (...) Não. Nós não temos essa problemática. O que talvez tenha tido em dado momento foi uma questão de conflito, de determinação de uma área específica. O que tem são isso, são conflitos entre particulares e acabam acionando o Inbra [E-4-INCRA].

De acordo com o [E-5-ICMBio], teve ocorrência de conflito com a MRN, envolvendo inclusive autuações por licenciamento ambiental, como confirma o texto a seguir:

Com a Mineração Rio do Norte, em termos de licenciamento ambiental, eu considero que teve conflito porque já teve, já tiveram autuações. A população quilombola ao longo dos anos, é evidente que houve conflito, até porque tinha um sentimento da população em relação ao instituto, não muito favorável (...) [E-5-ICMBio].

Além do mais, constata situações com a ACONTAG com a invasão dos limites do Projeto de Assentamento Flona, ou seja, haviam alguns conflitos de assentados adentrando a Flona e ao sul da Flona, conforme expõe o representante do ICMBio:

(...) Algumas vão dizer sim, ocupações que a gente está no processo de regularização fundiária ali. [...] Extração de madeira ilegal, algumas comunidades que adentraram a Flona depois da criação da unidade, algumas fazendas que estão em processo de regularização fundiária [E-5-ICMBio].

O [E-6-MRN], cita ter conseguido estabelecer uma abertura, um diálogo constante com todas as associações e representações das comunidades tradicionais, desde ARQMO, passando pelas Associações dos Ribeirinhos, e a ACONTAG, por meio desses canais de diálogo

estabelecido ao longo dos anos, e que os resultados mostram uma diminuição desses conflitos em função principalmente de seu endereçamento, que complementa com os textos extraídos da entrevista, abaixo transcritos:

Nós temos alguém, obviamente, falando. Como disse, nós temos sempre uma interação constante de interesses contrapostos e, portanto, conflituosos. Mas a gente tem... Tem tido sabedoria e capacidade de participar desses grupos e equacionar esses conflitos [E-6-MRN].

(...) É uma empresa muito mais aberta, uma empresa muito mais aberta ao diálogo, usando a construção de soluções comuns e, sobretudo, em conjunto, se é que nós tivemos nos últimos dois anos, pandemia de corrente [E-6-MRN].

Constata, também, o [E-6-MRN] uma relação muito mais difícil, com algumas Organizações Não Governamentais (ONGs), que são relacionamentos difíceis e conflituosos, em que se mantém uma relação respeitadora, como ilustra a fala do representante da MRN, abaixo transcrita:

(...) E essa organização, essas organizações não governamentais, elas têm que ter de fato uma postura crítica em relação à mineração, porque no final do dia eu acho que isso contribui para melhoria da própria mineração, pela melhoria dos processos da mineração, dos processos extrativistas, da mineração. E acho que cada um tem que fazer o seu papel. Eu acho que tem que ser sempre permeado por muito respeito e, sobretudo, com muito bom senso [E-6-MRN].

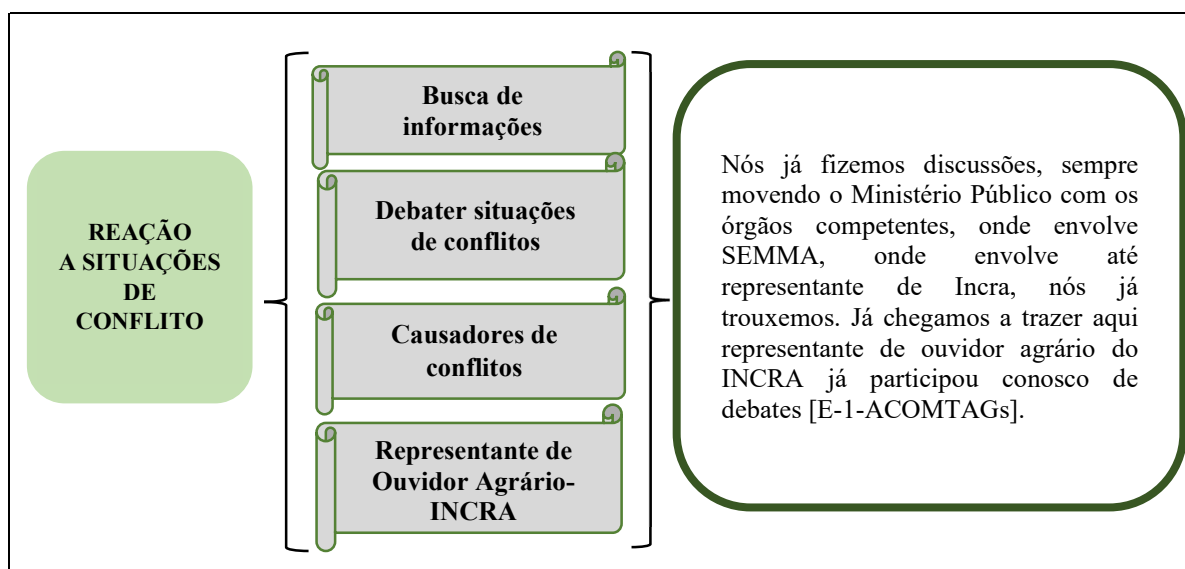
Já o representante da ANM, informa não ter conhecimento de conflitos na região de Oriximiná.

Nesta subcategoria “Atores envolvidos nos conflitos”, identifica-se nos dizeres do [E-1-ACOMTAGs] ter tido a Associação conflitos com: MRN, Empresa Ebata (madeira), INCRA e ITERPA, e a ADEPARÁ como os sujeitos envolvidos em desavenças na região. Já a [E-2-ARQMO] comenta que a Associação de Quilombos tem muitos conflitos com o pessoal de assentamento, exatamente pelo modo de vida coletivo. A [E-3-STRO], nega a existência de embate com órgãos públicos, mas cita famílias, a MRN e o ICMBio (caça) como sujeitos dos conflitos na região. O [E-4-INCRA], relata somente existência de conflitos entre particulares. O [E-5-ICMBio], teve ocorrência de conflito com a MRN, envolvendo licenciamento ambiental, e com a ACONTAG com a invasão dos limites do Projeto de Assentamento Flona. O [E-6-MRN], constata uma relação muito difícil e conflituaosa com algumas ONGs, e com a ARQMO, passando pelas Associações dos Ribeirinhos, e a ACONTAG.

A Subcategoria “Reação a situação de conflito”, buscou respostas na questão quatro do

roteiro de entrevistas e categoriza no Mapa temático 4 (figura 16):

Figura 16 - Mapa temático 4: Q4- Como a instituição reage à uma situação de conflito?



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da pesquisa (2022).

Com relação à reação a situação de conflito, constata o [E-1-ACOMTAGs] a busca de informações junto à comunidade no intuito de obter dados, pois as situações conflitantes, chegam por meio de denúncias da comunidade para a Associação, como demonstra o texto abaixo:

Sempre a gente busca informação com a comunidade, sempre essa situação de conflito ela vem pela denúncia das comunidades. Sempre surge assim vem da comunidade para a associação e a gente sempre busca ver quem é que está causando esse conflito lá para poder tentar, aí a gente faz esse meio de campo, entre a comunidade e os envolvidos lá com a situação sempre vem assim [E-1-ACOMTAGs].

Verifica-se pelo relato da [E-3-STRO], discussões envolvendo o MP, SEMMA e INCRA com foco no debate das situações conflitantes na região, além de articularem inúmeras ações, registradas por meio de documentos cuja principal finalidade é identificar os conflitos, que integraliza com a seguinte descrição:

No início de 2000 e de 2005 para cá. Eu lembro que nós entramos, fizemos a ação, nós fizemos inclusive ações de massa, trazendo as pessoas para levantar os conflitos [E-3-STRO].

Já para o [E-2-ARQMO], no território sob tutela da Associação, a própria instituição procura solucionar, sentar, conversar e levantar todas as ocorrências existentes e direcionar para as devidas tratativas. Ou seja, “Procura quem é de direito, que pode ajudar a solucionar”

O INCRA, informa que os casos de conflitos chegam direto para o Engenheiro Florestal, pois em geral são conflitos agrários.

Para o [E-5-ICMBio], a Instituição, conta com uma coordenação de conflitos, com a intenção de capacitar os servidores anualmente, como dito a seguir:

(...) faz curso de gestão de conflitos, capacita gestores na gestão de conflitos, todo ano tem. Temos muitos servidores capacitados em gestão de conflitos, surge conflito a gente aciona nossa gestão, coordenação e gestão de conflitos [E-5-ICMBio].

Diz o representante do ICMBio, que geralmente, o chefe de unidade ou um servidor são qualificados mais de uma, duas vezes, deduzindo-se que o órgão lida bem com a questão do conflito em sua gestão, como destaca o texto a seguir:

(...) Conversa boa, e as pessoas são boas também. Na verdade, a unidade de conservação na Amazônia, tem muitos conflitos. Então, o conflito no processo de gestão já faz parte da nossa rotina de trabalho. Então, dificilmente você tem uma unidade de conservação que não tem conflito com algum tipo de ator social. Então, é o dia inteiro fazendo gestão de conflitos com esses atores, conversando, reunião. Faz parte da rotina da gestão da unidade de conservação [E-5-ICMBio].

Fala o [E-6-MRN] que desde a ocorrência de uma delação no ano de 2007 tem participado pessoalmente de todas as situações (sem exceção). Por mais difícil e conflituosa, que seja a situação, como explana o texto a seguir:

Eu posso citar, por exemplo, a participação da mineração no lançamento de um livro de uma obra em que há acusações muito sérias contra a mineração em relação à contaminação da água que atende às comunidades tradicionais do entorno. Ele foi lançado em Oriximiná e a mineração foi convidada a participar e participou. O como instituição, reage a uma situação de conflito e oneração. Ela não terceiriza a solução ou as discussões na busca da solução do conflito [E-6-MRN].

Relata, ainda, o representante da MRN, de que há pelo menos cinco anos, a empresa tem participado, enviando representantes com poder decisório, nas discussões conflituosas em mesas de diálogo, como relata o entrevistado, que complementa nos dois trechos abaixo:

Eu acho que essa talvez seja a principal razão pela qual a mudança de posicionamento da mineração é percebida por diversos e não todos diversos fatores que interagem com a mineração em situações de conflito ou não [E-6-MRN].

Representada por pessoas que têm poder decisório e não mais aquela, aquela pela situação de representantes e de nenhum governo, nenhum alto ou baixo poder decisório. Que tempo para solucionar problemas naquele mesmo instante em que eles são discutidos? [E-6-MRN].

O [E-7-UFF], associa a reação ao conflito de uma forma republicana, a única possível para a instituição seguir o tema, como destaca o fragmento a seguir:

Eu só posso entender de um jeito de forma republicana. Eu não tenho outra possibilidade de receber conflito só de forma republicana. Então o conflito que, como eu sempre falei nele, não é negativo, ele acentua a divergência. Ele expõe posições diferentes ao mesmo tempo que permite que esses, com essas posições antagônicas e que, de certa forma, estão perturbando o cotidiano e o dia a dia, ele permite o encontro do caminho [E-7-UFF].

A conciliação foi o instrumento escolhido pelo procurador da ANM para reagir aos conflitos uma vez que esta não necessita de nenhum tipo de regulamentação específica, e tem competência para tratar basicamente tudo a partir de reuniões, e audiências concernentes aos conflitos, com a finalidade inclusive de poder ser imparcial ao buscar uma solução a partir de opiniões, como expressa no texto a seguir:

A gente recebe a demanda para tratá-la no método adequado de resolução de conflito. Isso tudo a gente faz baseado na Lei 13.617, no artigo segundo, que tem o resultado da competência da ANM e o artigo 27 da lei [...] também [E-8-ANM].

O [E-8-ANM] declara, ainda, que a Agência está em processo de elaboração, a constituição de uma nova estrutura administrativa para soluções de conflitos, cujo reflexo será uma maior demanda para este setor.

Recapitulando as respostas alocadas na subcategoria "Reação à situação de conflito", o [E-1-ACOMTAGs] busca reunir informações junto à comunidade com o objetivo de obter dados, pois as situações conflituosas geralmente são reportadas à Associação pela própria comunidade. Já para a [E-3-STRO], as discussões envolvem o Ministério Público, a Secretaria de Meio Ambiente e o INCRA, com o objetivo de debater as situações conflituosas na região, além de planejar várias ações, registradas por meio de documentos, cuja principal finalidade é identificar os conflitos. Para a [E-2-ARQMO], dentro do território da Associação, a própria instituição procura resolver, discutir, conversar e levantar todas as ocorrências existentes e encaminhá-las para as devidas soluções. Em outras palavras, "procura quem é responsável e pode ajudar a resolver". O representante do INCRA informa que os casos de conflitos são encaminhados diretamente para o engenheiro florestal, pois geralmente são conflitos agrários. Já para o [E-5-ICMBio], a instituição conta com uma coordenação de conflitos, com a intenção de capacitar os servidores anualmente. O representante da MRN afirma que há pelo menos cinco anos a empresa tem participado, enviando representantes com poder de decisão, nas

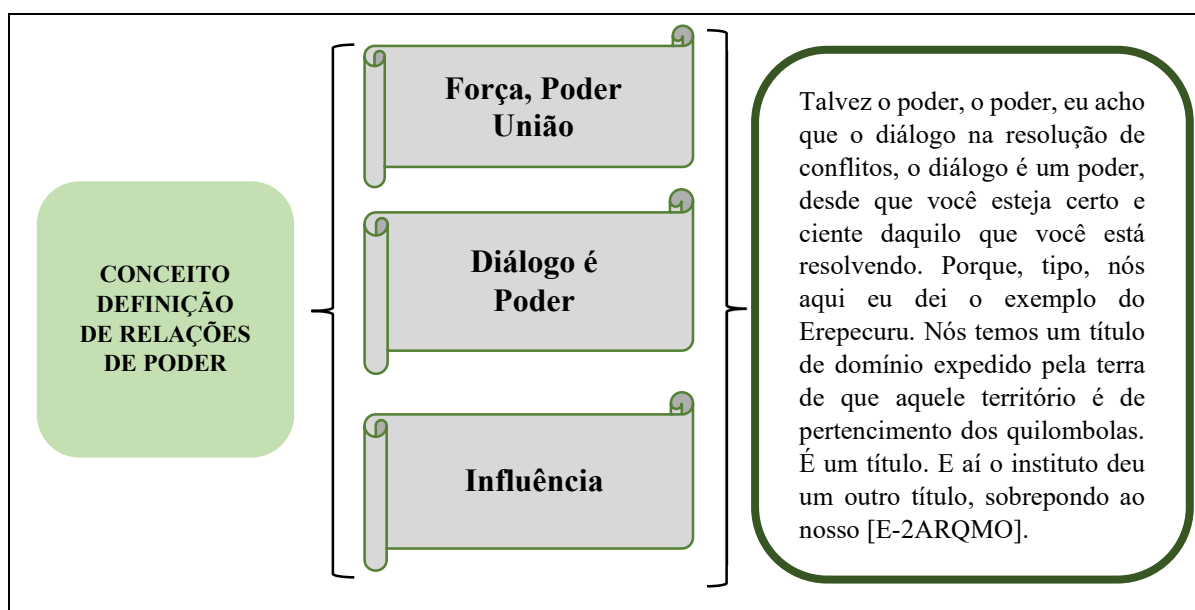
discussões conflituosas em mesas de diálogo. O [E-7-UFF] enxerga a reação ao conflito de uma forma republicana, sendo a única forma possível para que a instituição continue. A ANM recebe a demanda para tratá-la de acordo com o método adequado de resolução de conflitos, tendo a conciliação como instrumento citado pelo seu procurador, para reagir aos conflitos, e que a Agência está em processo de elaboração, a constituição de uma nova estrutura administrativa para soluções de conflitos

4.6 CATEGORIA RELAÇÕES DE PODER

A categoria “Relações de poder” envolve: conceito/definição de relações de poder; Poder como fator preponderante na resolução de conflitos.

A Subcategoria “Conceito/definição de relações de poder” tem seus conceitos pautados nas respostas na questão sete do roteiro de entrevistas e seus resultados estão sintetizados no Mapa temático 14 (figura 17):

Figura 17 - Mapa temático 14: Q7- O que você entende sobre relações de poder?



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da Pesquisa (2022).

Para o mandatário da ACOMTAGs, o poder se configura como manda quem pode, de modo que, as determinações da entidade sempre serão acatadas por seus funcionários, como dito a seguir:

A gente sempre não tem aquela opinião “ela tem que ser isso e vocês vão ter que se aceitar”, sempre a gente vai tentando ir pela maioria que a maioria decide ali, e sempre

a gente não tem assim de dizer que “olha próprio presidente ou diretor da associação tá dizendo que tem que ser assim e assim assado, não cozido”, então, sempre a gente busca [E-1-ACOMTAGs].

Relata, ainda, o [E-1-ACOMTAGs] que junto à comunidade a situação se modifica, pois é uma relação que vem dando certo, por tudo na mesa, e as claras, em que se eleja o entendimento da maioria, como estratégia mantém-se a comunidade munida de informações para uma possível decisão, como o observa a seguir:

Eu acredito que essa relação entre a diretoria, comunidade sempre vem dado certo assim que sempre a gente põe na mesa, e aí, na grande maioria, a gente consegue tentar levar aquele entendimento da grande maioria, não querer que só um ou dois ali diga e o resto todo mundo aceita aquilo que está sendo dito e que nossas comunidades são bem informadas no que acontece. Acho que a gente tem livre, essa liberdade de decidir junto com a comunidade dentro de uma área que é nossa e aquilo que é melhor para nós [E-1-ACOMTAGs].

A [E-3-STRO] observa no Sindicato a força e a rede de proteção instituídas pela entidade, que coíbe muitas ações das empresas, ressaltadas não só pela força, mas também pela união, como mostra no trecho a seguir:

Tanto que nós construímos uma rede de proteção para gente ir para o enfrentamento. Vou dizer assim construímos uma rede de proteção para ir para o enfrentamento, onde é envolvida hoje o sindicato, muitas vezes até nos unimos de sindicato regionais para ir para uma luta que é nossa, nosso problema, problemas de conflitos agrário, é o mesmo na região. Então, as associações de assentamentos também, elas são massa, porque em todos os municípios temos assentamentos. Então, essa força é que nos faz muitas coisas avançar [E-3-STRO].

Para a [E-3-STRO], o poder de união, de proteção, é uma forma de blindagem contra o avanço acelerado. Existe sim um avanço, mas a passos lentos, como se extrai do relato a seguir:

(...) A gente avalia o nosso movimento? A gente não, não tira, mas pelo menos nós vamos enrolando e esticando o tempo, vai atrasando, a gente atrapalha, a nossa força ela atrapalha muito a ação dessas grandes empresas. Então, a gente não pode deixar de manter essa força, porque esse poder de estar na nossa união, associações, sindicato, não só associações de assentamentos, mas nós temos associações de comunidade também. A gente junta forças, se sente forte, empoderados para agir [E-3-STRO].

Para o preposto do INCRA, as relações de poder referem-se àquele que tem o capital, tem o poder. É uma relação de força e recursos, conforme se observa no fragmento da entrevista abaixo:

Relações de poder é aquele que tem, normalmente, quem tem o capital tem o poder. É uma relação de força e recursos. Quem tem mais forças e mais recursos tem um poder maior. E essas relações são muito instáveis, porque quem tem muito poder e quer algo acaba conseguindo através de mecanismos não legais. Vamos dizer assim, para não os chamar de ilegais, não legais. E acaba que sobrepõe aquele que é o enfraquecido da relação [E-4-INCRA].

Para o [E-5-ICMBio], as relações de poder no Instituto, estão principalmente nas Unidades de Conservação, e quando tem uma Instituição com um poder econômico, automaticamente o poder político na UC advém com todo mundo que está do lado, porque tem concessões, às vezes financeiras para uma comunidade, e não para outra. Então, essa relação de poder é muito forte, porque só tem uma Associação ou uma Cooperativa que movimenta recursos muito grande, deixando e assistir outras áreas, como se interpreta do texto a seguir:

Vou me ater a uma visão particular das populações que estão no território, né? Você pode citar como exemplo, só para exemplificar, na Floresta Nacional do Tapajós a gente tem um empreendimento que é licenciado e tocado pelos comunitários, que é o projeto Manejo Florestal da Flona. Esse manejo florestal, essa cooperativa, eles são cerca de 240 cooperados e os recursos advindos do manejo, uma parte dele vai para esses cooperados e uma parte fica na comunidade, em ações de gestão dentro da comunidade, recuperação de ponte e reforma de algumas coisinhas lá, essas coisas [E-5-ICMBio].

O representante do Instituto deduz que a relação de poder dentro do território, dentro da unidade de conservação das comunidades, elas têm que ser equilibradas. Por exemplo:

Então você tem uma cooperativa que explora madeira, que, de forma legal e sustentável, é importante, no Norte importante que é do Sul, que tenha também no Sul uma outra cooperativa ou uma associação que faça manejo florestal de forma legal, porque elas nessa relação de poder estão entre elas. Na dominação do território das outras comunidades, ela fica equilibrada quando só tem uma e aí começa a ter, vamos dizer assim, muitas decisões não são tão técnicas [E-5-ICMBio].

Em Trombetas, para o [E-5-ICMBio] essa relação ocorre com as Associações dos quilombolas. Tem muitas lideranças políticas lá com uma relação de poder muito grande. Contudo também acontecem, alguns conflitos, muitas das vezes por representatividade das comunidades, que não são necessariamente tão representativas assim. Isso é comum na Amazônia, que e extrai do texto a seguir:

Essa relação política dentro das unidades a gente acha que não tem mais a política das cooperativas, das associações brigando por território, porque geralmente dentro das unidades de conservação, essa relação política e de poder, elas estão também relacionadas a movimentos partidários. Que é que a gente não vai fechar os olhos que não tem, mas tem um movimento partidário tanto da direita quanto da esquerda que

quando chega para o município essa questão esquerda /direita não tem tanta influência, mas quem está mais próximo do prefeito? Quem não está? [E-5-ICMBio].

Tem, ainda, para o [E-5-ICMBio] o problema político-partidário dentro das UCs, por vezes aqueles que detém o poder econômico hegemônico dentro da unidade atrapalham. Vejamos:

E muitas das vezes por isso que é bom estar equitativo, porque a gente consegue vários grupos políticos, tem um pluralismo grande e importante quando são grupo político que detém o poder econômico hegemônico dentro da unidade e falando das comunidades, não é bom para o território porque também tem a questão político partidária que atrapalha. Mas é assim que funciona, né? [E-5-ICMBio].

Consoante os dizeres do [E-6 MRN], esse é um questionamento complexo, por estar ligado à ciência política, que pode ser exemplificado pelas relações existentes entre diversas partes com ingerência, seja essa ingerência decorrente de um poder político, de um poder econômico, ou mesmo de um poder institucional, como se observa na passagem abaixo:

(...) Aí entra muito no poder político. Tem o poder da comunicação, tem o poder organizacional e o poder da própria comunicação. Eu não sei se é esse o meu entendimento e nem pretendo e não tenho a pretensão de que isso, essa minha compreensão, ela tenha, é um amparo ou algo que o valha na própria ciência, com origem no conceito de ciência política. Eu acho que essas relações de poder hoje, eu não digo que elas são perfeitas, elas não são. Mas eu reconheço que hoje elas são muito mais igualitárias, elas estão muito mais simétricas [E-6 MRN].

Para o [E-7-UFF], a mesa “Pela Vida no Trombetas” é justamente para retirar essa assimetria, como destaca a seguir:

(...) Entre uma comunidade quilombola, uma comunidade ribeirinha e uma mineração, tem um fosso, tem um abismo e tem uma altura de poder, uma correlação de poder que ela que você não consegue juntar. Quando você traz para a mesa Pela Vida no Trombetas, o poder da mineração fica reduzido à fala e à capacidade argumentativa dela. E aí nas capacidades quando eu a trago para esse ambiente argumentativo, essa esfera argumentativa é interessante a gente conhecer um pouquinho de Habermas [E-7-UFF].

Conforme dita o [E-7-UFF], o poder econômico é forte, o que caracteriza um desnível imenso em relação aos povos tradicionais. Vejamos:

Esse racismo ambiental beneficia a mineração, que é forte o suficiente, tem um poder suficiente e um povo tradicional, uma comunidade quilombola é um desnível enorme. Ele vai olhar primeiro pelo lado capital, pelo lado do mercado, da importância disso. Eu vou me beneficiar de 50 famílias ou vou beneficiar 5000 empregados? Isso só aí a

gente já teve argumentos em decisão judicial que caminhava nesse sentido. 50 famílias ou 5000 empregados? [E-7-UFF].

Portanto, quando se está em esfera argumentativa, em uma mesa com diversos atores com poder de mediação, acaba a assimetria, há um nivelamento entre todos. Analisemos o fragmento da entrevista do [E-7-UFF] abaixo transcrito:

(...) A gente faz uma esfera pública, que é uma mesa em que ela vai estar negociando com você, mas vai ser eu, vai ser a promotora, vai ter outro promotor, vai estar outra entidade negociando e ouvindo sua negociação, vai estar outra associação, o território quilombola. A gente traz a entidade para a esfera pública, um conflito que era entre partes. E aí mesmo, nivelando-os na esfera argumentativa, acabou. A gente acaba com a assimetria [E-7-UFF].

Na entrevista do representante da ANM, constata-se a relação de poder, relacionada a vontades, necessidades e ações que dependem para sua realização e conclusão de uma ou mais pessoas. E em razão disso, ocorre a submissão a uma ordem, ou dependência, como mostra os trechos a seguir:

Uma relação de poder, para mim ela passa a existir quando existem vontades, necessidades e ações que dependem para sua realização e conclusão depende de uma ou mais pessoas. E aí, em razão disso, a gente passa a ter uma submissão a uma ordem, essa dependência não [E-8-ANM].

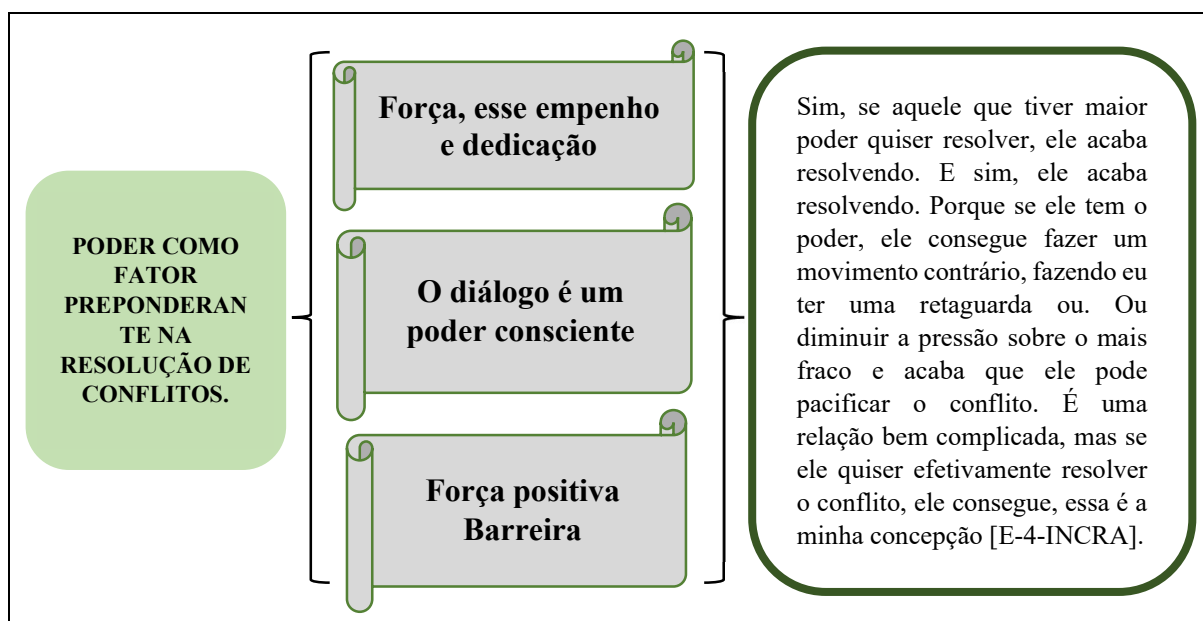
Eu acho que elas têm um impacto maior com os pequenos mineradores, os superficiários, os garimpeiros legais, por sua vez, quando se tratam de instituições de órgãos responsáveis pelo meio ambiente, patrimônio artístico, quilombolas, mesmo tutelados, protegidos pelo MPF, aí tem sobreposição a todos, inclusive as grandes corporações. Eles conseguem ter uma submissão, uma relação de poder. É isso que a gente tem hoje, que o pessoal todo tem medo da ação civil pública, tem medo da liminar. É isso que é o grande ponto ontem [E-8-ANM].

Nesta subcategoria "Conceito/definição de relações de poder", com exceção da representante da ARQMO, que não se pronunciou neste quesito, o [E-1-ACOMTAGs] afirma que o poder é configurado como quem manda, de modo que as determinações da entidade sempre serão acatadas por seus funcionários. Para o [E-3-STRO], a força e a rede de proteção instituídas pelo Sindicato, que impede muitas ações das empresas, é uma forma de blindagem contra o avanço acelerado. Para o representante do INCRA, as relações de poder se referem àquele que tem o capital, tem o poder, uma relação de força e recursos. Já para o E-5-ICMBio, as relações de poder no Instituto estão principalmente nas Unidades de Conservação e quando existe uma instituição com um poder econômico, automaticamente o poder político na UC advém com todos que estão do lado, porque tem concessões, às vezes financeiras para uma

comunidade e não para outra, deduzindo ainda que a relação de poder dentro do território, dentro da unidade de conservação das comunidades, elas têm que ser equilibradas. Para o E-6 MRN, esse é um questionamento complexo, ligado à ciência política, que pode ser exemplificado pelas relações existentes entre diversas partes com ingerência, seja essa ingerência decorrente de um poder político, de um poder econômico, ou mesmo de um poder institucional. E para o [E-7-UFF], a mesa “Pela Vida no Trombetas” é justamente para retirar essa assimetria, em que o poder da mineração é reduzido à fala e à capacidade argumentativa dela, reconhecendo nesta mesa a presença da teoria de Habermas. Para o [E-8-ANM], uma relação de poder passa a existir quando existem vontades, necessidades e ações que dependem para sua realização e conclusão depende de uma ou mais pessoas.

A Subcategoria “Poder como fator preponderante na resolução de conflitos” têm suas respostas baseadas na questão oito do roteiro de entrevistas e seus resultados estão sintetizados no Mapa temático 15 (figura 18).

Figura 18 - Mapa temático 15: Q8- Na sua opinião o poder é um fator preponderante?



Fonte: Elaborado pelo Autor - Dados da Pesquisa (2022).

Para a [E-2-ARQMO], a força, empenho e dedicação, são preponderantes, contudo, não pode haver submissão em decisões envolvendo alguns dos parceiros.

Por sua vez, cita, ainda, o poder, como diálogo na resolução de conflitos, portanto, eleva o diálogo ao status de poder. E exemplifica a falta de diálogo na solução de uma questão específica a seguir descrita:

O diálogo é um poder, desde que você esteja certo e ciente daquilo que você está resolvendo. Porque, tipo, nós aqui eu dei o exemplo do Erepecuru. Nós temos um título de domínio expedido pela terra de que aquele território é de pertencimento dos quilombolas. É um título. E aí o instituto deu um outro título, sobrepondo ao nosso [E-2-ARQMO].

Para a presidente do STRO, a união forma uma barreira e quando a empresa se depara com essa barreira, a tendência é recuar e procurar fazer uma ação de conciliação para tentar passar este obstáculo. Então o predomínio da força desse bloqueio é essencial, como ilustra o trecho a seguir:

Então é predominante a nossa força, a nossa barreira que a gente constrói e nós não vamos desistir. Então ela é muito importante para nós, porque a gente se sente ali forte e eles não passam, eles não nos ultrapassam do jeito que eles querem. Mas sim, quando eles se encontram ali, eles “vêm cá bora sentar aqui, agora ver como a gente vai, né”. Então eu acho que é importante [E-3- STRO].

Força, é a palavra de ordem, para as relações de poder para a [E-3- STRO], em que tudo está conectado, interligado, em que se cria um esforço contínuo, para fortalecer essa obstrução, que não pode parar, como revela os segmentos a seguir:

Significa que ela tem um reconhecimento que a gente tem um poder, uma certa, uma certa força de poder. Mas é uma força. Nós somos uma força, o sindicato, as associações, que a mineração ela chega a dialogar conosco quando vai fazer uma ação, ela tem dialogado como eu estou falando [E-3- STRO].

Então a gente sente essa força e uma força positiva que a gente não pode parar, quem vem para o sindicato, quem assume, e isso nos preocupa tanto porque tem liderança, já que essas empresas conseguem fazer elas paralisarem [E-3- STRO].

Ainda, para a representante do Sindicato, à medida que os envolvidos em conflitos são convidados a negociar, a força da entidade acaba emudecendo essas pessoas, como relata o texto seguinte:

Quando você convida elas para sentar o que ela diz “ah eu não vou brigar”, porque muita das vezes ela já pegou uma estrutura de energia, um motor de luz, ela recebe gasolina, o diesel, quando é necessário, dependendo do que eles vão dar, a máquina que vão dar. Então, eles acabam calando essas pessoas [E-3- STRO].

Para o [E-5- ICMBio], o poder é importante, mas não é fundamental, em que exemplifica:

É importante porque às vezes o Ministério Público às vezes está naquela indecisão “eu quero uma coisa, eu quero o outro”, embora a gente tenha o mesmo objetivo

comum. Mas aí o MP põe uma recomendação e geralmente a gente acata a recomendação [E-5- ICMBio].

O [E-6 MRN], garante que se algum dia se usou o poder como fator preponderante na resolução de conflitos, hoje não existe mais, pois além de não conseguir colocar o acontecimento, na sua dimensão adequada e onde o interesse no uso seja usado de força político ou econômica para fazer valer seus usos, suas vontades e seus objetivos, o que hoje está muito claro para a empresa. Se não se consegue desenvolver a criatividade econômica, se não for por meio da compreensão e incorporação dessas comunidades dentro do seu projeto, a situação torna-se ainda mais complexa, como exemplifica no texto abaixo:

E como eu disse, esses grupos, essas mudanças nas políticas permitem um entendimento, esses grupos, das comunidades tradicionais, dos stakeholders de um modo geral, eles estão agindo. Eles são beneficiários de direitos e têm à disposição deles inúmeros pontos de controle que impedem o uso, seja do poder econômico, seja do poder político, para estabelecer a vontade do empreendimento. [E-6 MRN].

Por sua vez o mandatário da ANM relata que sim, com certeza ela faz diferença, ela vai estar num diálogo melhor quando se tratar de questões, como as tuteladas pelo MP, conforme relato da entrevista abaixo transcrita:

Como disse aqui, por exemplo, grandes corporações costumam estar acima, só não vai estar acima quando a gente tratar isso, por exemplo, aquelas que são tuteladas pelo Ministério Público Federal. Por exemplo, danos ambientais, tutela dos direitos difusos e coletivos, quando isso tá no meio questões de patrimônio dos indígenas, quilombolas. A gente tem uma, vamos falar assim, os ânimos descem de nível para poder dialogar [E-9- ANM].

De modo geral pode se dizer que nas relações de poder o domínio incide no diálogo, notando-se ainda situações as quais, é preciso cautela, para alcançar um ponto de negociação que seja bom para todos, e que todas as partes estejam dispostas, a negociar algo em prol do bem maior, ou o bem comum.

Esta última subcategoria trata do “Poder como fator preponderante na resolução de conflitos”, que em resposta ao quesito apresentado, a [E-2-ARQMO] destaca a importância da força, dedicação e empenho, mas também afirma que não deve haver submissão em decisões envolvendo os parceiros. Além disso, o poder é visto como um elemento importante no diálogo para resolução de conflitos, portanto, eleva o diálogo ao status de poder. A delegada do STRO afirma que a união é uma barreira e que a força é essencial para superá-la e não desistir. Já para o [E-5-ICMBio], o poder não é fundamental, enquanto que o [E-6 MRN] afirma que não se usa mais o poder como fator preponderante na resolução de conflitos, pois isso não leva à

compreensão e incorporação das comunidades no projeto. O mandatário da ANM concorda que o poder é importante, mas é preciso cautela para alcançar um acordo benéfico para todos. Em geral, nas relações de poder, o diálogo é o principal elemento a ser considerado, buscando sempre um ponto de negociação que beneficie todas as partes envolvidas.

4.7 ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Em face dos dados coletados, análises e discussões das entrevistas semiestruturadas, constituída de 15 (quinze) tópicos (abordados nos últimos subitens do capítulo 4), foram construídos como base em 257 (duzentos e cinquenta e sete) fragmentos considerados como os mais significativos. É relevante conceber que os resultados da pesquisa direta, se versam na doutrinação estabelecida na pesquisa bibliográfica, dissertada no capítulo 3 deste ensaio.

a) No objetivo que visa a identificação e caracterização dos conflitos e as relações de poder entre os diferentes atores, e verificação de como ocorrem a gestão dos mesmos em relação a esses problemas, observa-se na Categoria “Conflitos” e Subcategorias “existência de conflitos, tipos de conflitos e motivos das ocorrências de conflitos”, há ocorrência de 8 (oito) tipos e de dois casos de não conhecimento sobre conflito, e uma síntese das diferentes formas de administração das oposições pelos atores, que se passa a relatar e debater:

- os conflitos familiares e individuais na presença da MRN (Mineração Rio do Norte) são resultados da oposição de alguns membros da comunidade e da cedência de terras por outros, gerando tensões nas comunidades. Há também conflitos de subsistência devido à escassez de alimentos provenientes da caça e pesca, impactadas pelas atividades de mineração e madeireira. Ademais, existem conflitos de identidade causados pela dependência das atividades da mineração, extração de madeira e pesca esportiva, prejudicando o bem-estar e a integração das comunidades;
- conflitos agrários estão ocorrendo devido ao bloqueio e suspensão dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) e pela falta de CAR individuais nas áreas de assentamento. Além disso, a divisão de emissão de documentos entre o INCRA e o ITERPA está causando problemas na emissão do CAR, pois as delimitações estão presentes apenas no CAR coletivo, que é desconhecido pelas comunidades, o que gera disputas entre pequenos produtores, agricultores e especulação imobiliária nas áreas de assentamento. A falta de regularização e reconhecimento de áreas

quilombolas, devido à falta de políticas públicas, é a principal causa de conflitos na região. Esses conflitos poderiam ser enfraquecidos se esses territórios fossem regulamentados, mas isso apresenta-se como algo muito burocrático, pois a probabilidade de haver uma titulação formal coletiva com títulos é muito baixa;

- conflitos econômicos também surgem devido à perda de acesso à região, causando queda de renda das famílias e impedindo empréstimos bancários. Há também problemas com projetos de manejo de madeira e remuneração injusta para a perda de floresta;
- conflitos relacionados ao meio físico e biótico incluem rejeitos de mineração e barragens, problemas com a qualidade da água, e o afugentamento de animais devido ao barulho dos equipamentos utilizados pelas mineradoras. Há também conflitos diretos com a MRN nos processos administrativos de licenciamento, e interferências diretas nas atividades da MRN nas comunidades Alto Trombetas II e Boa Vista. A necessidade de regulamentação da Convenção da OIT 169 (oitiva livre, prévia e informada) também contribui para os conflitos, e medidas legislativas e administrativas podem não ser reconhecidas. Alguns entrevistados apontaram a falta de conhecimento sobre conflitos na região envolvendo a MRN, ANM, quilombolas e demais comunidades.

Conflitos são administrados de formas diversas e diferentes pelas entidades, em que se observa, segundo relatos dos entrevistados, a existência de duas formas de lidar com conflitos: a primeira envolve uma equipe composta por representantes da área jurídica, administração, secretaria geral, finanças e meio ambiente trabalhando juntos; a segunda busca soluções em reuniões da diretoria com associações de territórios e coordenações. Existem secretarias específicas para registrar denúncias e intermediar acordos, mas quando os conflitos são complexos é solicitada a ajuda do MPE. Em caso de conflitos agrários, as pessoas envolvidas são identificadas e um processo administrativo é aberto e encaminhado ao Conciliador Agrário Regional. Um protocolo é estabelecido para registrar denúncias no SEI e uma estrutura centralizada com equipes especializadas em questões jurídicas, meio ambiente e sustentabilidade trabalham em conjunto com a diretoria e o setor jurídico, para atender as demandas. Um dos entrevistados menciona a importância de cada um compreender o problema e buscar soluções, porém uma das instituições destaca a falta de equipe e regulamentação, apesar do processo estabelecido.

b) No objeto que visa a identificação, análise e descrição das percepções dos diferentes atores em referência aos conflitos e relações de poderes, atenta-se para a seguinte narração:

- Inicialmente destacado na categoria “Conflitos” e sua respectiva subcategoria “Conceito/definição de conflito”, é um tema no qual os participantes descrevem como um desentendimento entre as partes, em que os sujeitos encontram-se em disputa acirrada por interesses divergentes, ou como um choque de elementos adversos, não visto como uma luta pelo poder, mas como um momento para se encontrar um caminho comum, ou mesmo de aflorar o embate entre pessoas que acaba sendo gerado em razão de oposições e divergência de ideias, pleitos e interesses. É importante notar que a visão dos participantes é diversificada, ao passo que para alguns pode ser visto como uma luta pelo poder, enquanto para outros como um momento de encontrar um terreno comum. Independentemente da perspectiva, o conflito sempre gera tensão, desentendimentos e desordem, e precisa encontrar soluções para resolvê-los de forma pacífica e equilibrada.
- É na Categoria “Relações de Poder” e suas Subcategorias "Conceito/definição de relações de poder" e “Poder como fator preponderante na resolução de conflitos”, que se examina a percepção sobre as relações de poder pelos partícipes, tema este que se apresenta como uma indagação complexa, ligada à ciência política. Os interrogados depõem que o poder é retratado como “aquele que manda”, que se expressa pela força, que tem o capital, o poder econômico, a força política, o poder institucional, que possui uma relação de forças e recursos, ou mesmo uma rede de proteção instituída, que impede muitas ações contrárias aos interesses, isto é, uma blindagem, e visto ainda como um elemento importante no diálogo concebido com status de poder, cujas relações, segundo os participantes devem ser, obrigatoriamente, equilibradas, sem submissão dos outros, que passa a existir, de fato, quando existem vontades, necessidades e ações, que dependem para sua realização e conclusão, da coesão dos interessados para resolver os problemas existentes, que são preponderante na resolução de conflitos. De modo geral, nas relações de poder, o diálogo é o principal elemento a ser considerado, porque sempre busca um ponto de negociação que beneficie todas as partes envolvidas.

c) Na identificação, descrição e análise das ações intersetoriais, com propostas de técnicas adequadas e como estratégia na busca de novos modelos organizacionais na resolução de conflitos e relações de poder na região, constata-se que:

Acrescenta-se, neste quesito, aos aspectos conceituais as Categorias “Conflito” e

“Poder”, acima transcritos e analisado, às demais Categorias que orientam ações para a resolução dos conflitos e relações de poder, com base na literatura explanada no capítulo 4 deste tratado e observadas nos fragmentos das entrevistas analisadas.

Processo Comunicativo

O Processo comunicativo é observado na Categoria “Gestão” e subcategoria “Canais de comunicação (diálogo)”. As entidades envolvidas apontam para uma ampla variedade de meios de comunicação, que inclui: sites, celulares, whatsapp corporativo, facebook, e-mail, Secretaria de Assuntos Jurídicos, diálogo verbal, youtube, instagram, Secretaria de Políticas Sociais, canais de ouvidorias, salas de cidadania digital, setor de Controle de Tensão e Conflitos Agrários, coleguismo interno, ASI-Certificação voluntária, canal de queixas e reclamações, estação Conduri, jornal Conduri, plataforma de comunicação interna e engajamento, e canais do processo eletrônico administrativo (GOV.BR). De acordo com Kunsch (2006), esses meios são fundamentais para as organizações, porque funcionam como elementos integradores das relações entre indivíduos e promovem processos interativos que torna possível obter sucesso na realização dos objetivos organizacionais. Esses modelos de gestão são descritos por Chiari *et al.* (2021a), como práticas intersetoriais com estrutura e regras de governança em rede que criam vínculos entre indivíduos envolvidos e o coletivo da organização das entidades. Por esse motivo é importante que as entidades envolvidas verifiquem se existem regras de governança formalmente estabelecidas para o uso desses recursos, incluindo a forma de utilização por cada instituição e até mesmo nas diferentes formas de comunicação entre entidades envolvidas em conflitos e relações de poder no território.

Gestão e Setor

Modelos de gestões e setores são apreciados na “Categoria Gestão” e subcategorias “Formas de administração de conflito” e “Resultados na gestão (positivos/negativos)”, em que as instituições relatam possuir equipes dedicadas à resolução de conflitos, realizam reuniões da diretoria, utilizam secretarias e pastas específicas para registrar denúncias e intermediar acordos, utilizam de processos administrativos, usam o SEI, e possuem equipes específicas para lidar com questões jurídicas e meio ambiente, com o apoio da estrutura administrativa e até mesmo de quem enfrenta a preocupação da falta de equipe e regulamentação para atender aos

conflitos, sendo, assim, essas as colocações dos diversos atores entrevistados. Fazendo-se uma reflexão das concepções de Chiari *et al.* (2021a, p. 8), a forma como a administração e a ordem são estabelecidas nas relações entre setores é decisiva para definir "quem" participará das ações, "onde" serão realizadas, "o que" será abordado e "quando" serão compartilhadas (informações, responsabilidades, ações e orçamento) e "em que" medida. Isso influencia na capacidade de executar as ações e é um tema que deve ser estudado para fortalecer o gerenciamento de cada entidade, individualmente, e também nos diálogos entre elas. Ao avaliar a gestão de conflitos e as relações de poder, observa-se que, de forma geral, as instituições têm obtido resultados positivos ao resolver problemas por meio de diálogos entre as partes. Os resultados obtidos na mesa de diálogo do Grupo "Pela Vida no Trombetas", que indicam que diferentes abordagens e definições de ações, distinta das utilizadas anteriormente, podem influenciar o sucesso, que reflete o pensamento de Kuruvilla *et al.* (2018), de que "não há uma verdade única" sobre o que constitui sucesso na cooperação intersetorial.

Agenda, Governança, Governança Colaborativa e Mecanismo Integrador

Estas quatro classes se complementam, e são observadas na Categoria "Intersetorialidade" e subcategoria "Soluções para os atores atuarem em conjunto na resolução de conflitos". Segundo Cunill-Grau (2014, tradução nossa), a intersetorialidade chama a atenção para a importância de se criar espaços e instâncias, onde diferentes setores possam expressar seus interesses, conflitos e diferenças. Dessa forma, é possível construir uma agenda comum a todos os setores relevantes, por meio de encontros, conversas, planejamentos e avaliações. A governança da intersetorialidade inclui o diálogo com a sociedade, com ações que garantam a participação cidadã e a responsabilização dos agentes públicos (OLIVEIRA; PISA, 2015). A cooperação intersetorial inclui a colaboração de várias organizações, desde setores público e privado até a sociedade civil, com o objetivo de alcançar objetivos comuns e contribuir para a resolução de problemas (CHIARI *et al.*, 2021a), em um processo de interação entre diferentes níveis e suas divergências e tensões, que devem ser utilizadas de forma eficaz na busca de soluções, para resolver problemas complexos de relacionamentos (CUNILL-GRAU, 2014), que se reflete, segundo narrativas dos entrevistados nas participações de reuniões de grupos envolvendo diferentes atores, como quilombolas, assentados e habitantes da região, empreendedores, sociedade civil e setores públicos para estabelecer responsabilidades e atribuições. As capacitações envolvendo as comunidades para compartilhar compromissos e planejamentos, juntamente com encontros regulares mensais, bimestrais e trimestrais para

discutir questões específicas, são destacadas como ferramentas eficazes na busca por soluções integradas para problemas regionais complexos. As mesas de diálogo são um exemplo importante desse processo, especialmente na manutenção do Grupo “Pela Vida no Trombetas”, importante ator regional. A participação de diferentes organizações, incluindo setores público e privado, e sociedade civil, é necessária para dar mais legitimidade às decisões. Essas mesas são vistas como um método eficiente de interação na procura de soluções integradas para problemas regionais complexos, conforme percebido nos estudos de Cunill-Grau (2014, tradução nossa).

Indivíduos, Redes, Colaboração Intersetorial, Parcerias e Sustentabilidade

Os indivíduos, redes, colaboração intersetorial e parcerias são observadas e analisadas na categoria "Conflito", subcategoria "Atores envolvidos na resolução de conflitos, em que os indivíduos na ótica de Chiari *et al.* (2021a), são os criadores de políticas, promotores, implementadores e beneficiários, as partes interessadas, cuja posição na implementação de um projeto é individual e política (intersetorial ou não), que são: com quem colaboram e como a estrutura das redes de colaboração estão ligadas às capacidades dos indivíduos para lidar com os problemas. Redes estas, que caracterizam-se como um conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores, quando transnacionais, mostram mudanças de paradigmas e revelam relativização de espaços dentro das origens dos movimentos sociais; um tema em constante mudança, envolvendo grupos de outros campos teóricos e até ideológicos (ACIOLI, 2007), que neste trabalho se fazem representar pela ACONTAGs, STRO, ARQMO, MRN, INCRA, ANM, UFF, ICMBio, e demais atores como ITERPA, SFB, SEMAS, UFOPa, MPE, MPF, MALUNGU, CONAQ, FCP, SINTTRAF, AMTMO, FETAGRI, IBAMA, Igreja Católica e ONGs, que formam parcerias, que de acordo com Chiari *et al.* (2021a), é semelhante ao conceito de cooperação intersetorial, que é a forma mais avançada de comunicação interativa entre diferentes atores que possuem identidades, objetivos e responsabilidades comuns, ou mesmo arranjos cooperativos entre atores da sociedade, que trabalham juntos sem hierarquia para atingir objetivos comuns, observados nos estudos de Van Huijstee *et al.* (2007). Essas colaborações, portanto, permitem a integração de diferentes atores e organizações sociais com conhecimentos e competências distintas, levando a resultados mais eficazes do que seriam obtidos sem essas parcerias (ALMEIDA, 2012), cujas coparticipações são identificadas como redes políticas, que além de envolverem diferentes organizações com expertise e conhecimento, atuam em políticas setoriais distintas, com conexões que refletem a ideia de "vida tecida em

conjunto" descrita por Inojosa (2001), que presume, na teoria de Chiari *et al.* (2021a), a sustentabilidade de políticas e concepções intersetoriais com o estabelecimento gradual de cooperações estáveis e de prolongado período, ou seja, a continuidade de práticas efetivas para confrontar o problema, que compreende o reconhecimento dos benefícios concebidos e sustentados pela continuidade da configuração organizacional, ao contrário de uma associação com duração limitada do projeto, que depende de muitos fatores envolvidos, que mutuamente contribuem para a continuidade do procedimento colaborativo.

Território e Territorialidade

O território, conforme configuração espacial, abrange neste ensaio os municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, nos quais se sobrepõe às Reservas Indígenas, Unidades de Conservação, assentamentos (agricultores e quilombolas), área urbana e limites estabelecidos em processos de mineração. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2008), o território vai além de ser um espaço geográfico, é o espaço da vida, relações e trocas, construindo e desconstruindo conexões cotidianas, disputas, contradições, conflitos, expectativas e sonhos. É nesse território que se revela o sentido da vida, como é o caso de terras de sobrevivência de povos tradicionais, como agricultores, quilombolas e ribeirinhos. Dantas e Moraes (2008) colocam que esses espaços serão debatidos nas áreas compartilhadas das práticas sociais que são capazes de apresentar claramente as relações de troca, sejam elas simbólicas, materiais, econômicas e/ou políticas, que é definido por Nóbrega (2013) como territorialidade. Neste conceito, as práticas sociais são definidas pelas relações de poder e pela apropriação simbólica de um espaço geográfico por grupos diferentes, como pode ser observado nas narrativas dos representantes da ACONTAGs, STRO e ARQMO nas diferentes categorias do Capítulo 4 desta dissertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo voltou-se para a análise do diálogo intersetorial na gestão de conflitos e relações de poder em território de mineração, mais especificamente na região do Projeto da Mineração Rio do Norte entre os rios Trombetas e Nhamundá, em que se destaca na região: as superposições de Unidades de Conservação, áreas indígenas, terras de quilombolas, assentamentos, propriedades particulares e áreas de mineração, inseridas nos municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa.

Constata-se que definições, aplicações da intersetorialidade e as categorias de conceitos-chave que orientam as ações intersetoriais, observadas no subtítulo 3.1, atenderam seus objetivos, visto que as categorias e subcategorias propostas no quadro 2 foram acertadamente incorporadas as informações obtidas na pesquisa de campo.

Observou-se que no estado do Pará, tido como Polo Mineral, a exploração mineral em 2021, dentro da política neoliberal contemporânea, respondeu por mais de 90% das suas exportações, representada por 188 milhões de toneladas de minérios, e cerca de 48% do total da exportação mineral de toda a nação, colocando-o como o primeiro colocado na arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais – CFEM do país, com contribuição significativa da exploração de bauxita pela Mineração Rio do Norte - MRN no Vale do Trombetas, cujas reservas se encontram em solo dos municípios acima transcritos, que proporcionam atualmente aos municípios de Oriximiná e Terra Santa milhões de reais anualmente da parte que lhes cabe da taxa de CFEM.

Percebe-se, por meio de inúmeros ensaios acadêmicos, analisados no tópico 3.3, que o espaço amazônico, em especial a região do Vale do Trombetas, foi e continua sendo alvo de uma contenda discursiva e de conflitos oriundos principalmente da alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, falta e/ou irregularidade na demarcação de território tradicional, poluição de recursos hídricos e ordenamento territorial.

Dentro desse contexto, constatou-se o desafio de implementar projetos de mineração principalmente em áreas de Unidades de Conservação, limítrofe/sobrepostos a terras quilombolas e assentamentos, com especial atenção ao social e ambiental, que encontram-se em aprimoramento do tópico organizacional, não só pela dificuldade de administrar as relações intersetoriais, mas pelo aperfeiçoamento e mobilização da sociedade civil que vem exigindo das mineradoras, governos, e de si próprias a adoção de políticas socioambientais responsáveis, que incorporem ações intersetoriais para a compreensão e construção proveitosa na organização dos processos, como uma gestão estratégica edificadora dos conflitos e relações de poder.

Nas percepções dos atores sobre o diálogo intersetorial na gestão de conflitos e relações de poder, partindo do contexto de território de mineração, evidenciou-se nas análises e interpretações das entrevistas realizadas, principalmente das instituições ACONTAGs, STRO, ARQMO, MRN, ICMBio e UFF, que:

- no estudo bibliográfico da compreensão das categorias básicas de conceitos aplicados às ações intersetoriais, inicialmente estabelecidas por Chiari *et al.* (2021a), este ensaio adiciona “poder”, “rede” e “territorialidade”. A investigação empírica dos conceitos fundamentais listados mostrou-se crucial, porém benéfica, tanto na teoria quanto na prática em todas as ações intersetoriais identificadas, auxiliando nas análises comparativas e na conexão dos temas apreciados;
- a região é palco de diversos conflitos e relações de poder, em que se destacam os problemas de ordem fundiária, principalmente pela falta de regularização das terras quilombolas, e a ausência de realização das consultas livres, prévias e informadas, estabelecidas na Convenção da OIT-169, que poderiam amenizar os problemas na região;
- a gestão no diálogo intersetorial, mesmo sendo necessária e positiva na percepção dos atores entrevistados, ainda se apresenta como um grande desafio nas relações entre os mesmos, necessitando, portanto, que seja aprimorada;
- se percebe que os atores diretamente envolvidos nos conflitos da região estão em uma fase de transição, procurando reorganizar suas ações com princípios que ajudem a alcançar um modelo equilibrado e imparcial para resolver problemas comuns de forma equitativa, buscando dividir a atenção e as responsabilidades pelas mudanças necessárias com outros envolvidos, a exemplo do Grupo “Pela Vida no Trombetas”, que se aproxima, na concepção de um dos entrevistados, no “agir comunicativo” de Habermas (1990).
- testemunha-se nas ações intersetoriais identificadas neste estudo processos políticos democráticos, que decorrem de relações competitivas e jogos de poder, ligado às diferentes estratégias (encontros, mesas de diálogos...) que se estendem para o campo do meio social e seus infinitos problemas regionais, conforme descrito por Neves (2014, p. 51).
- o grande desafio na implantação de empreendimentos de mineração na Amazônia, a exemplo da MRN, é que se tenha uma gestão intersetorial independente e construtiva na resolução de conflitos e nas relações de poder, por parte de todos envolvidos.

- os resultados, análises e discussões viabilizam novas reflexões geram perspectivas de novas investigações no campo do exercício cooperativo que envolve a intersectorialidade, formada pelas instituições: governo, empresa e sociedade civil em territórios de mineração.

A partir dessas identificações, se propõe algumas ações, que venham fortalecer as dinâmicas de diálogos intersectoriais da região como um todo, principalmente em relação às situações conflituosas, a serem realizadas pela academia ou mesmo pelos diversos atores envolvidos em conflitos e relações de poder no território, destacando-se em particular:

- análise etnometodológica¹³ das reuniões do Grupo pela Vida no Trombetas;
- análise etnometodológica de mesas de resoluções de conflitos já realizadas e gravadas;
- realização oitivas necessárias como a consulta prévia às comunidades impactadas;
- realização de fóruns ou seminários com temas voltados ao diálogo intersectorial e relações de poder;
- realização de cursos para formação de profissionais em diálogo intersectorial, que pode ter como base os aplicados pelo ICMBio;
- manutenção e fortalecimento da mesa de diálogo do Grupo pela Vida no Trombetas, com o estabelecimento de metas e obtenção de resultados, por meio do diálogo colaborativo, combinado com maior participação do Estado, poderiam ser recursos eficazes para melhorar as relações entre as partes envolvidas;
- incentivo a prática do diálogo intersectorial, destacando a importância da construção da cultura deste na gestão de políticas socioambientais entre os atores envolvidos.

Necessita-se, ainda, adicionar uma maior compreensão às discussões sobre o diálogo intersectorial na práxis cotidiana dos distintos atores envolvidos diretamente ou indiretamente nas diferentes áreas do território, procurando situar os problemas regionais como uma área estratégica para o desenvolvimento de novos pactos e/ou parcerias sem, contudo, imputar a responsabilidade de soluções à atores isoladamente.

Por fim, é importante destacar que esta pesquisa é importante porque fortalece o conhecimento sobre o diálogo intersectorial nos conflitos socioambientais e na relação de poder

¹³ Etnometodologia é "a busca empírica dos métodos empregados pelos indivíduos para dar sentido e, ao mesmo tempo, realizar suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar (COULON A., 2005, apud BISPO e GODOY, 2012).

ligados às atividades mineradoras. Embora ainda sejam pouco abordados no Brasil, os conflitos estão também relacionados a outros sistemas de desigualdades sociais e ambientais, como no agronegócio, indústrias, hidrelétricas, portos, urbanização, entre outros.

Não obstante, o que se evidencia é que, caso surja, de fato, uma alternativa, que se dará com a quebra do *establishment*¹⁴, por meio da atuação dessas populações, mediadas por seus modos de vida e sua forma de valorização da natureza e do território. Se faz mister, portanto, uma mudança nas práticas de saber fazer que definem o regime de desenvolvimento, conforme destaca Escobar (2005, tradução nossa).

Cabe destacar, finalmente, que esta pesquisa tem importância ao fortalecer os estudos referentes aos conflitos socioambientais e socioespaciais ligados à territorialização em área com atividades de mineração, ainda pouco exploradas na literatura brasileira, mas que têm relação direta com outros processos de injustiça socioambiental e de desigualdade ambiental, como o setor do agronegócio, hidroelétrico, industrial, entre diversos outros.

¹⁴ *Establishment* é o grupo sociopolítico que exerce sua autoridade, controle ou influência, defendendo seus privilégios; ordem estabelecida, sistema (DICIO, 2022).

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Sonia. Redes Sociais E Teoria Social: revendo os fundamentos do conceito. Revista INF, Londrina, v. 12, edição especial, 2007. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784/1520>. Acesso em: 17 jan. 2022

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM. Sistema de Informação Geográfica da Mineração (SIGMINE). **2022a**. Disponível em: <https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>. Acesso em: 02 jul. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM. Sistema de Arrecadação. **2022b**. Disponível em: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem_substancia.aspx. Acesso em: 21 out. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM. Sistema de Arrecadação. **2022c**. Maiores arrecadador de CFEM em 2019-2021. Disponível em: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx. Acesso em: 15 jul.2022

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM. Sistema de Arrecadação. 2022d. Arrecadação CFEM do estado do Pará em 2021. Disponível em: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/arrecadacao_cfem_muni.aspx?ano=2021&uf=PA. Acesso em: 12 jul. 2022

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO – ANM. Sistema de Informação Geográfica da Mineração. Base de dados SIGMINE. Disponível em: <https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>. Acesso em:15 out. 2022.

AGÊNCIA PARÁ. Com 53 áreas Tituladas, Pará é o Estado que mais Reconhece Comunidades Quilombolas. Secretaria Especial de Comunicação Social - SECOM. 2018. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/4929/>. Acesso: 31 dez. 2021.

AKERMAN, M. *et al.* Intersetorialidade? Intersetorialidades! Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4291-4300, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.10692014>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ALMEIDA, Susana Carla Cunha Amorim de. Colaboração Intersetorial e Criação de Valor: estudo de processos e resultados em projetos colaborativos universidade-indústria. 2012, 133f. Dissertação (Mestrado em Economia e Administração de Empresas) - Faculdade de Economia do Porto, Porto, 2012. Disponível em: https://sigarra.up.pt/fep/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=6748. Acesso em: 13 jan. 2022.

ALVES, João Emílio. Parceiros em Rede: estratégias territorializadas para o desenvolvimento local nas áreas do emprego e formação. 2010. 322f. Dissertação (Doutorado em Sociologia) –

Instituto Universitário de Lisboa, Portalegre, 2010. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2119/1/TESE_Parceiros%20em%20rede.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.

AMBERSSCRIPT. Transcrição automática. Disponível em: <https://www.amberscript.com/pt-pt/>. Acesso em: 12 mai. 2022.

ARCHANJO, Elaine Cristina Oliveira Farias. Narrativas de Resistência e Luta pela Terra de Quilombolas de Boa Vista, Município de Oriximiná-PA. *In* Congresso Pan Americano de História Oral, III, 2015. Disponível em: https://www.norte2015.historiaoral.org.br/resources/anais/12/1443059282_ARQUIVO_NarrativaderesistenciaelutapelaterradequilombolasdeBoaVista.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

ASSIS, Francisco de. Do Fazer ao Pensar a Comunicação: notas sobre um território. *Revista Ciências Humanas*, Taubaté, v. 5, n. 1-2, p. 6-20, jan./dez. 2012. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/download/37/30/133>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO - ABAL. Bauxita no Brasil: mineração responsável e competitividade. Associação Brasileira do Alumínio – ABAL. 2017. Disponível em: http://www.abal.org.br/downloads/ABAL_Relatorio_Bauxita_2017_1.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021

AZEVEDO, Isabela Prado. Impactos Socioeconômicos da Atividade Mineradora. 2020. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Minas) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2543/1/MONOGRAFIA_ImpactosSocioecon%C3%B4micosAtividade.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 1977. Lisboa: Edições 70.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais no Oeste do Pará. 1. ed. Ananindeua: Editora Itacaiúnas, 2020. 359p. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2020/3d3c70f1710910ca27180d226dd07002.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BESER, Erika Giuliane Andrade; CARVALHO, Luciana Gonçalves de; RIBEIRO, Júlia Farias. Um protocolo de consulta no Alto Trombetas: experiências e resultados. *Revista Terceira Margem Amazônia*, Manaus, v. 3, n. 11, p. 153-167, 2018. Disponível em: <https://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/238/176>. Acesso em: 08 out. 2021.

BILODEAU, Angèle. *et at*. Linking process and effects of intersectoral action on local neighbourhoods: systemic modelling based on Actor–Network Theory. 2019. *Sociology of Health & Illness*, v. 41, n. 1, p. 165-179, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9566.12813>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BISPO, Marcelo de Souza, GODOY, Arilda Schmidt. A etnometodologia enquanto caminho teórico-metodológico para investigação da aprendizagem nas organizações. 2012. Disponível

em:

[https://www.scielo.br/j/rac/a/k4zcbhnnTz45BWfcbYX875d/?lang=pt#:~:text=32\)%20define%20a%20etnometodologia%20como,%2C%20tomar%20decis%C3%B5es%2C%20raciocinador%22](https://www.scielo.br/j/rac/a/k4zcbhnnTz45BWfcbYX875d/?lang=pt#:~:text=32)%20define%20a%20etnometodologia%20como,%2C%20tomar%20decis%C3%B5es%2C%20raciocinador%22). Acesso em 28 nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL. Decreto Lei nº 01 de 11 de janeiro de 1991. Regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-1-11-janeiro-1991-342346-norma-pe.html>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº. 11.952, de 25 de junho de 2009. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11952.htm. Acesso em: 12 out. 2022.

BODIN, Örjan. Collaborative Environmental Governance: achieving collective action in social-ecological systems. *Revista Science*, v. 357, n. 6352, p. 659-668, ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.aan1114>. Acesso em: 14 jan. 2022.

CALMON, Paulo Carlos Du Pin; COSTA, Marcelo Marchesini da. Análise de Políticas Públicas no Brasil: estudos sobre a formação da Agenda Governamental. 2007. *In*. Encontro da ANPAD. XXXI. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-B890.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

CAMARGO, Robson. Stakeholders: entenda a grande importância deles no gerenciamento de projetos Disponível em: <https://robsoncamargo.com.br/blog/O-que-sao-stakeholders-Saiba-tudo-sobre-eles-e-sua-importancia>. Acesso em: 22 out. 2022.

CANTO, Otávio do. Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental. 2016, 366f. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/161/1/Livro_MineraoAmazoniaAssimetria.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

CARRILHO, Tiago. Conceito de Parceria: três projectos locais de promoção do emprego. *Análise Social*, v. 43, n. 1, p. 81-107, 2008. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218640394P7hUA1qo9Ns32NK9.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

CASAGRANDE, Cledes Antonio; CASAGRANDE, Euclides Fábio. A Ética Discursiva e o Caráter Procedimental do Discurso Prático em Habermas. *Conjectura*, v. 16, n. 3, p. 131-145. set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1266/890>. Acesso em: 28 mar. 2022.

CASTELLO, Rebecca do Nascimento, MAIA, Fernanda Viana Silva Maia. Gestão dos royalties no Município de Oriximiná (Estado do Pará), *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. (2017). Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2017/03/gestao-royalties-oriximina.html>. Acesso em: 13 jul. 2022.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/337/259>. Acesso em: 18 jan. 2022.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTRO, Brenda Cardoso de; CONRADO, Mônica; EUSÉBIO, Albino José. “Desenvolvimento”, Mineração sob Novos olhares, Novas Abordagens a Partir da Perspectiva de Comunidades Quilombolas Amazônicas. *In*. Seminário Internacional América Latina: Políticas e Conflitos Contemporâneos, II, 2017, Belém. Universidade Federal do Pará, 2017. p.2709-2724. Disponível em: <https://sialat2020.com.br/wp-content/uploads/2021/08/GT-05-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.

CHAGAS, Eduardo F. O Indivíduo na Teoria de Marx. *Revista Dialectus*, v. 1, n. 1, p. 9-24, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/dialectus/article/viewFile/5162/3794>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CHIARI, Antônio Paulo Gomes. *et al*. Glossário para a Colaboração Intersetorial: conceitos selecionados. 2021a. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 9, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/18054/16153/226294>. Acesso em: 13 jan. 2022.

CHIARI, Antônio Paulo Gomes. *et al*. Desenvolvimento Infantil Integral e Integrado: análise preliminar de uma ação educativa intersetorial. 2021b. *In*. Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão da Saúde. IV. Galoá, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/cbpps-2021/papers/desenvolvimento-infantil-integral-e-integrado--analise-preliminar-de-uma-acao-educativa-intersetorial>. Acesso em: 13 jan. 2022.

CHIAVENATO. Idalberto. *Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 4. ed. Barueri: Manole, 2014. Disponível em: <https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/attachments/19476/1099-Gestao-de-Pessoas-o-Novo-Papel-Idalberto-Chiavenato.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

COBB, Roger W; ELDER, Charles D. The Politics of Agenda-Building: an alternative perspective for modern democratic theory. *The Journal of Politics*, v. 33, n. 4, p. 892-915, nov. 1971. Disponível em: <https://fbaum.unc.edu/teaching/articles/CobbElder-JOP-1971.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

COELHO, Andréa S. *et al*. Cobertura e Uso da Terra em Municípios da Faixa de Fronteira da Amazônia Legal: uma análise comparativa entre os municípios de Cáceres (MT) e Oriximiná (PA). 2017. *In*. Congresso Brasileiro de Cartografia, XXVII, e Expositiva, XXVI. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323401222_COBERTURA_E_USO_DA_TERRA_

EM MUNICIPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA AMAZONIA LEGAL UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS MUNICIPIOS DE CACERES MT E ORIXIMINA PA. Acesso em: 31 dez. 2021.

CORRÊA, Sílvia da Silva. “E Continuamos a Ser Escravos na Nossa Própria Terra”: a reprodução subordinada dos quilombolas do Rio Trombetas ao capital-trabalho e as transformações no território. 2016, 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/294853863.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.

CROZATTI, Jaime. Modelo de Gestão e Cultura Organizacional: conceitos e interações. 1998. Caderno de Estudos, São Paulo, v. 10. n. 18, p. 1-20, mai./ago. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-92511998000200004>. Acesso em: 15 jan. 2022.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISAS - CONEP. Ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao/repositorio-de-arquivos/arquivos-do-cep/oficio-circular-no-2-2021-conep-secns-ms-orientacoes-para-procedimentos-em-pesquisas-com-qualquer-etapa-em-ambiente-virtual>. Acesso em: 10 set. 2021.

CUNILL-GRAU, Nuria. La Intersectorialidad en las Nuevas Políticas Sociales: un acercamiento analítico-conceptual. Revista Gestión y Política Pública – GYPP, v. 23, n. 1, p. 5-46, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/gpp/v23n1/v23n1a1.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

CUNILL-GRAU, Nuria. La intersectorialidad en el gobierno y gestión de la política social. 2005. In. Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. X. Santiago, jul./out. 2005. Disponível em: https://issuu.com/wendyrb30/docs/la_intersectorialidad_en_el_gobiern. Acesso em: 10 jan. 2022.

D'ANGELO, Marcia Juliana; BRUNSTEIN, Janette. Aprendizagem Social para a Sustentabilidade: um estudo sobre negócios sustentáveis em contextos de múltiplos atores sociais, relações e interesses. 2013. In. Encontro do ANPAD. XXXVII. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/68/2013_EnANPAD_EOR1333.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

DAFT, Richard L. Organizações: teoria e projetos. 11. ed. [S.l.]: Cengage Learning, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/34110596/TRADU%C3%87%C3%83O_DA_11a_EDI%C3%87%C3%83O_NORTE_AMERICANA_ORGANIZA%C3%87%C3%95ES_TEORIA_E_PROJETOS_TRADU%C3%87%C3%83O_DA_11a_EDI%C3%87%C3%83O_NORTE_AMERICANA. Acesso em: 18 jan. 2022.

DANTAS Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Território e Territorialidade: abordagens conceituais. Guia de Estudos, 2008, 20p. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/organizacao_do_espaco/Org_Esp_A07_I_WEB_SF_SI_050805.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/etch/74301206/DEMO-Introducao-a-Metodologia-da-Ciencia.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2022.

DEUTSCH, Morton. A Resolução do Conflito. In: Estudos em Arbitragem, Mediação e Negociação. v. 3. Brasília: Editora Grupos de Pesquisa, 2004. Disponível em: <https://www.arcos.org.br/livros/estudos-de-arbitragem-mediacao-e-negociacao-vol3/parte-ii-doutrina-parte-especial/a-resolucao-do-conflito>. Acesso em: 08 jan. 2021.

DICIO. Dicionário on-line da lingua portuguesa. 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/explotacao/>. Acesso em 22 jun. 2022.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4239096/mod_resource/content/0/A%20Sociedade%20Dos%20Individuos%20-%20Norbert%20Elias.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y pratica social. In: MATO, D. (Coord.) Políticas de economia, ambiente y sociedade em tempos de globalização. Caracas: Universidade Central de Venezuela, 2005, p. 17-31.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Unidades de Conservação, Mineração e Concessão Florestal: os interesses empresariais e a intrusão de territórios quilombolas no rio Trombetas. Caderno de debates nova cartografia social: territórios quilombolas e conflitos. Manaus, v. 1, n. 2, p. 349, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/9029482/Unidades_de_conserva%C3%A7%C3%A3o_minera%C3%A7%C3%A3o_e_concess%C3%A3o_florestal_os_interesses_empresariais_e_a_intrus%C3%A3o_de_territ%C3%B3rios_quilombolas_no_rio_Trombetas. Acesso em: 12 set.2021.

FELDEMAN-BIANCO, Bela. A Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo: Global, 1987. 405p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2019427/mod_resource/content/1/Ci%C3%A4ncias%20Sociais%20-%20FELDMAN-BIANCO%2C%20B.%20Antropologia%20das%20Sociedades.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

FERREIRA, José Cândido Lopes. Organização Social e Regimes de Propriedade Numa Comunidade Quilombola Paraense. 2013, 135f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A7AF7P>. Acesso em: 12 set. 2021.

FERREIRA, Rosângela Maria. Gestão de Conflitos de Poder nas Relações Intersetoriais em Território Minerador. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2016. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/5469>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As Relações de Poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. 2010. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, mar./abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/r3mTrDmrWdBYKZC8CnwDDtq/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 30 jan. 2022.

FONSECA, Aroldo Correa da. Unidades de Conservação e Comunidades Remanescentes de Quilombo no Alto Trombetas: a busca de soluções para conflitos territoriais. 2015. 108f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia INPA, Manaus, 2015. Disponível em: <https://bdt.d.inpa.gov.br/handle/tede/1886>. Acesso em: 07 mai. 2021.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização, introdução e revisão de técnica de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5501197/mod_resource/content/2/12_Foucault_Microfisica.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 2014.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, Territorialidades e Suas Multiplicidades: um ensaio sobre a transição. Revista Orbis Latina, v. 7, n. 3, Foz do Iguaçu, edição especial, jul. 2017a. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/968/798>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FUINI, Lucas Labigalini. O Território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. Geografia, Ensino e Pesquisa, v. 21, n.1, p. 19-29, 2017b. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XEAraEAxuQcJ:https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/download/22589/pdf+%&cd=18&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GLASBERGEN, Pieter. Understanding Partnerships for Sustainable, Development Analytically: the ladder of partnership activity as a methodological Tool. 2011. Revista Environmental Policy and Governance, v. 21, n. 1, p. 1–13, 2011. Disponível em: <https://ur.booksc.eu/book/1274152/233914>. Acesso em: 14 jan. 2022.

GARRIDO FILHA, Irene. Estudos na Área Mineradora de Bauxita do Trombetas e Suas Consequências na Região. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 52. n. 2, p. 37-58, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1990_v52_n2.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCggnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2022.

GODOY, Vitor da Gama. A Rede Global de Produção (RGP) do Alumínio: análise da relação entre empresas e comunidades. 2016. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://www.ufjf.br/engenhariadeproducao/files/2015/10/vitordagamagodoy.pdf>. Acesso 23 out. 2021.

GOVERNO TRANSPARENTE. Prefeitura Municipal de Oriximiná. Diagnóstico Municipal

de Oriximiná. 2021. Disponível em:
<http://www.governotransparente.com.br/transparencia/documentos/4496490/download/23/ANEXO%20I.pdf>. Acesso em: 31 de dez. 2021.

HABERMAS, Jürgen. Pensamento Pós-metafísico: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. 271p. Disponível em:
<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/pensamento-pos-metafisico.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

HABERMAS, Jürgen. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. Disponível em:
<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/consciencia-moral-e-agir-comunicativo.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Disponível em:
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4049992/mod_resource/content/1/Haesbaert.%20Ca p.%202%20definindo%20territorio.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4049992/mod_resource/content/1/Haesbaert.%20Cap.%202%20definindo%20territorio.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.

HAIR JUNIOR, Joseph F.; BABIN, Barry; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Phillip. Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração. reimp. 2006. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOLT, Ditte Heering. *et al.* Elusive implementation: an ethnographic study of intersectoral policymaking for health. 2018. Revista BMC Health Services Research, v. 18, n. 54, 2018. Disponível em: <https://bmchealthservres.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12913-018-2864-9.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A Dinâmica do Extrativismo Vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1990. 38p. Disponível em:
<http://bit.ly/2XYb82E>. Acesso em: 30 dez. 2021.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em Políticas e Serviços Públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. Cadernos FUNBDAP, n. 22, p. 103-110, 2001. Disponível em:
https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 2010. Base cartográfica. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Cidades e Estados. Oriximiná. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/oriximina.html>. Acesso em: 03 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Panorama: Faro. 2020a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/faro/panorama>. Acesso em: 30 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?edicao=27481&t=sobre>. Acesso em: 02 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. História: Faro Pará – PA. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/faro/historico>. Acesso em: 30 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Oriximiná (PA). 1957. Rio de Janeiro: IBGE, v. 14. p. 438-444, 1957. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf. Acesso em: 03 jan. 2022.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA. Terras Quilombolas. 2018b. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/quilombolas>. Acesso em: 23 out. 2022.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA. Portaria Conjunta ITERPA-INCRA SR 30 nº 01. 2010. Disponível em: <http://portal.iterpa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/PORTARIA-CONJUNTA-ITERPA-INCRA-SR-30-nº-01-de-05-de-fevereiro-de-2010-cria-o-PEAX-SAPUCÁ-TROMBETAS.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Projetos de Reforma Agrária, conforme fases de implantação. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/copy_of_relacao_assentamentos.pdf. Acesso em 22 out. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Base de dados de certificação. Disponível em: https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py. Acesso em: 10 de janeiro 2022.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A Gestão Intersetorial das Políticas Sociais e o Terceiro Setor. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000100004>. Acesso em: 12 jan. 2022.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. A Intersetorialidade do Ponto de Vista da Educação Ambiental: um estudo de caso. 1998. *Revista de Administração Pública*, v. 32, n. 2, p. 79-81, mar/abril 1998. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/12985/a-intersetorialidade-do-ponto-de-vista-da-educacao-ambiental--um-estudo-de-caso>. Acesso em: 12 jan. 2022.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; INOJOSA, Rose Marie; KOMATSU, Suely. Descentralização e Intersetorialidade: a experiência de Fortaleza. *In*. Concurso de Ensayos del CLAD “El Tránsito de la Cultura Burocrática al Modelo de la Gerencia Pública: Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones”. XI. Caracas, 1997. Disponível em: http://150.162.8.240/PNAP_2013_2/Modulo_4/Organizacao_processos_tomada_decisao/material_didatico/textos/Descentraliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20intersetorialidade%20na%20gest%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20municipal.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

KUNSCH, Margarida. M. Krohling. Comunicação Organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas *In*. MARCHIORI, Marlene. Faces da Cultura e da Comunicação Organizacional. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2006, p.167-190. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/11868/material/Comunicacao%20organizacional%20conceitos%20e%20dimens%C3%B5es%20dos%20estudos%20e%20das%20pr%C3%A1ticas.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

KURUVILLA, Shayama. *et al.* Business not as Usual: how multisectoral collaboration can promote transformative change for health and sustainable development. 2018. The BMJ, n. 363, dez. 2018. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/bmj/363/bmj.k4771.full.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas da Pesquisa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021a.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021b.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico: procedimento básico, pesquisa bibliográfica, projeto e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992. Disponível em: https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/default_attachments/1553321464-Metodologia-do-trabalho-cientifico-Eva-M-Lakatos-e-Marina-de-A-Marconi.pdf. Acesso em: 03 fev. 2022.

LANA, Lígia Campos de Cerqueira. Gregory Bateson e o Processo Comunicativo. 2008. Em Questão, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 235-245, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/6439/4732>. Acesso em: 16 jan. 2022.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas Teóricas para uma Educação Ambiental Transformadora. Ambiente e Educação, Rio Grande, v. 8, n.1, p. 37 - 54, 2003. Disponível em: <https://seer.furg.br/ambeduc/article/view/897>. Acesso em: 13 set. 2021.

LYRA, Mariana Bezerra. A Importância de um Diálogo Intersetorial para a Sociedade. Revista NAU Social, v. 3, n. 4, p. 43-47, mai./out. 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31178/18554>. Acesso em: 9 jun. 2021.

MACHADO, Lourdes A. Construindo a Intersetorialidade. *In*. Conferência Estadual de Saúde Mental. IV. 2010. Anais Eletrônicos, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/informacoes-gerais-documentos/conferencias-e-encontros/conferencia-estadual-de-saude-mental/textos/3153-construindo-a-intersetorialidade/file>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MACHADO, Raymundo de Campos; LIMA, Maria Helena M. Rocha. Implantação do Projeto Trombetas na Amazônia: de 1962 a 1972. 2007. *In*. Congresso Anual da ABM, LXII, 2007, Vitória. Disponível em: <https://www.cetem.gov.br/antigo/images/congressos/2007/CAC00210007.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas – Pará. Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – PITCPES / Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia – GPTDA / Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará. Belém: 2021. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra018.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2021.

MANZINI, Eduardo José. Uso Da Entrevista em Dissertações e Teses Produzidas em um Programa de Pós-Graduação em Educação. Revista Percurso (NEMO), Maringá, v. 4, n. 2, p. 149- 171, 2012. Disponível em: <https://transcricoes.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Usoda-entrevista-em-disserta%C3%A7%C3%B5es-e-teses-produzidas-em-um-programa-de-p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o-em-educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2022.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Camponeses e Conflitos Sócio-Ambientais na Região do Trombetas. Papers do NAEA, Belém, v. 13, n.1, p. 1 - 28, 2004. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11552>. Acesso em: 12 out. 2021.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de Redes Sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. 2001. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/187/1/MARTELETOCI2001.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

MARTINO, Luiz C. De Qual Comunicação Estamos Falando? *In*. Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Antônio Hohlfeldt, Luiz C. Martino, Vera Veiga França (Orgs). Petrópolis: Editora Vozes, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4580442/mod_resource/content/1/Aula%2002a_Hohlfeldt_Teorias%20da%20Comunicacao.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

MARTINS, Humberto Falcão; MOTA, João Paulo; MARINI, Caio. Modelos de Negócio na Esfera Pública: o modelo canvas de governança pública. Cadernos EBAPÉ.BR, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 49-67, jan./mar 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395167893>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MAZZARDO, Luciane de Freitas; SCHWINN, Simone Andrea. O Agir Comunicativo: a ética discursiva de Jürgen enquanto pressuposto da cidadania. 2015. In. Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas na Sociedade Contemporânea. XII. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/13155/2344>. Acesso em 23 jun. 2022.

McINTYRE, Scott Elmes. Como as Pessoas Gerem o Conflito nas Organizações: estratégias individuais negociais. Análise. Psicológica, v. 25, n. 2, p. 295-305, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v25n2/v25n2a09.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

MEDEIROS, Juliana. Os Desafios da Intersetorialidade no Âmbito do SUAS. 2017. Portal GESUAS. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/intersetorialidade-suas/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MENEZES, Eduardo Diatay Bezerra. Fundamentos Sociológicos da Comunicação. In: Fundamentos Científicos da Comunicação. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 146-205. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4563/1/1972_art_EDBMenezes.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

MILANEZ, Bruno. Mineração, Ambiente e Sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, n. 16, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2017-Minera%C3%A7%C3%A3o-ambiente-e-sociedade.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Secretaria de Atenção à Saúde. Disponível em: http://cnes2.datasus.gov.br/Listar_Mantidas.asp?VCnpj=05178272000108&VEstado=15&VNome=PREFEITURA%20MUNICIPAL%20DE%20FARO. Acesso em: 30 dez. 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS. CapacitaSuas. SUAS: Configurando os Eixos de Mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1. ed. Brasília: MDS, 2008, 136p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_Vol1_%20Mudanca.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio Século de Mineração Industrial na Amazônia e suas Implicações para o Desenvolvimento Regional. Estudos avançados, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100012>. Acesso em: 30 dez. 2021.

MORAES, Cristina de. O Conceito de Fundo Territorial para Analisar a Formação Territorial do Oeste Catarinense entre 1880 a 1940. Boletim Campineiro de Geografia, v. 9, n. 2, 2019. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/440/279>. Acesso em: 20 jan. 2022.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; BELO, Patrícia de Sales. Acumulação de Capital e Sociedades de Economia Natural na Amazônia: notas para o debate. Argumentum, Vitória, v. 4, n. 2, p. 225-236, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/3050/3614>. Acesso em: 30 dez. 2021.

NASCIMENTO, Paula Fonseca; MELAZZO, Everaldo Santos. Território: conceito estratégico na assistência social. 2013. Revista Serviço Social, v. 16, n. 1, p. 66-88, 2013. Disponível em <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2013v16n1p66>. Acesso em: 21 jan. 2022.

NASCIMENTO. Suely do. Reflexões Sobre a Intersetorialidade entre as Políticas Públicas. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 1001, p. 95-120, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000100006>. Acesso em: 12 jan. 2022.

NEPOMUCENO, Ítala Tuanny Rodrigues. Conflitos Territoriais Entre Comunidades Tradicionais e Concessões Florestais: um estudo de caso a partir da Floresta Nacional de Saracátaquera, Oriximiná, Pará. 2017, 297 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017. Disponível em:

http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/08/DISSERTA%C3%87%C3%83O_%C3%8DTALA-UFOPA_VERS%C3%83O-FINAL...pdf. Acesso em: 06 mai. 2021.

NEVES, Carla Malinowski. A Intersetorialidade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: experiências no município de Porto Alegre-RS. 2014. 167f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/115068?locale-attribute=en>. Acesso em: 12 jan. 2022.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha Reflexões Acerca dos Conceitos de Território, Territorialidades e Redes para o Ensino de Geografia. 2013. Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 4-21, jul./dez. 2013. Disponível em: http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N.7/NOBREGA_ART_1.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

OLIVEIRA, Antônia Larissa Alves; SILVA, Daniel Nogueira. Mineração e Desenvolvimento: uma análise dos municípios mineradores do Pará. 2019. In: Seminário de Diamantina. XVIII. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2019. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_395.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de; PISA, Beatriz Jackiu. Índice de Avaliação da Governança Pública: instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. 2015. Revista de Administração Pública, v. 49, n. 5, p. 1263-1290, set./out. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612136179>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_amigo_pesso_idosa/agenda2030.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.

ORIHUELA, Misael Alberto Cossio. Elementos Constitutivos do Estado: uma proposta de conceito de Estado. 2015. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 20, n. 4517, nov. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/44467/elementos-constitutivos-do-estado>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PAASI, Anssi. Robert David Sack, Human Territoriality: its theory and history. 2000. Progress in Human Geography, Cambridge, v. 26, n. 1, mar. 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/278491212_Sack_RD_1986_Human_territoriality_its_theory_and_history_Cambridge_Cambridge_University_Press_Commentary_2. Acesso em: 20 jan. 2022.

PEREIRA, Jakeline Ramos *et al.* Áreas Protegidas do Norte do Pará: história de ocupação, desenvolvimento e ordenamento territorial. Belém: Imazon, 2020. Disponível em: <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Areas-Protegidas-Norte-do-Para.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A Intersetorialidade das Políticas Sociais numa Perspectiva Dialética. In: MONNERAT, G.L. e SOUZA, R.G. A Intersetorialidade na Agenda

das Políticas Sociais. Campinas: Papel Social, 2014.

PETERS, Brainard Guy. O que é Governança? Revista do TCU, n. 127, mai./ago. 2013. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/87>. Acesso em: 15 jan. 2022.

PINENT, Carlos Eduardo da Cunha. Sobre os Mundos de Habermas e Sua Ação Comunicativa. Revista da ADPPUCRS. Porto Alegre, n. 5, p. 49-56, 2004. Disponível em: www.adppucrs.com.br/informativo/Habermas.pdf. Acesso em: 09 mai. 2022.

PODER. In.: Dicionário de Filosofia. [online]. Disponível em: <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/poder>. Acesso em: 30 jan. 2022.

PREFEITURA DE TERRA SANTA. História. O Município. 2021. Disponível em: <https://terrasanta.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 30 dez. 2021.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. v. 29. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf). Acesso em: 21 jan. 2022.

RAN, Bing; QI, Huiting. Contingencies of power sharing in collaborative governance. 2018. American Review of Public Administration, v. 48, n. 8, p. 836-851, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/40603408/Contingencies_of_Power_Sharing_in_Collaborative_Governance. Acesso em: 15 jan. 2022.

RASANATHAN, Kumanan. *et al.* Governing Multisectoral Action for Health in Low- and Middle-income Countries. PLOS Medicine, abr. 2017. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article/file?id=10.1371/journal.pmed.1002285&type=printable>. Acesso em: 10 jan. 2022.

REIS, José. Território e Políticas do Território: a interpretação e a ação. 2015. Finisterra, v. 50, n. 100, p. 107-122, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis7868>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental - Projeto Novas Minas (PNM), 2020. Mineração Rio Norte. 2020. Disponível em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/PNM__RIMA_compressed.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

RIMA. Relatório de Impacto Ambiental. Mineração de Bauxita nos Platôs Bela Cruz, Aramã, Greig, Teófilo, Cipó e Monte Branco. 2017. Disponível em: <https://vdocuments.net/mineracao-rio-do-norte-sa-plato-aramarimamineracao-rio-do-norte-sa.html>. Acesso em: 30 dez. 2021.

RIVERA, Francisco. Javier Uribe; ARTMANN, Elizabeth. Inovação a Agir Comunicativo: redes e tecnologias de gestão para a saúde. 2016. Cadernos de Saúde Pública, v. 32, n. 2, p. 1-11, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00177014>. Acesso em: 14 jan. 2022.

ROBBINS, Stephen P. *et al.* Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 1943. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/43872093/COMPORTAMENTO_ORGANIZACIONAL. Acesso em: 14 jan. 2022.

RODRIGUES, Ruth. Estado do Pará atinge marca incrível de R\$ 146,5 bilhões em movimentação no setor de mineração em 2021. Disponível em: [https://mineracao brasil.com/estado-do-para-atinge-marca-incrivel-de-r-1465-bilhoes-em-movimentacao-no-setor-de-mineracao-em-2021/#:~:text=Os%20pr%C3%B3ximos%20lugares%20nas%20listas,\(R%24%201%2C015%20bilh%C3%A3o\)](https://mineracao brasil.com/estado-do-para-atinge-marca-incrivel-de-r-1465-bilhoes-em-movimentacao-no-setor-de-mineracao-em-2021/#:~:text=Os%20pr%C3%B3ximos%20lugares%20nas%20listas,(R%24%201%2C015%20bilh%C3%A3o).). Acesso em: 22 jun. 2022.

RUSSELL, Martha G; SMORODINSKAYA, Natalya. V. Leveraging Complexity for Ecosystemic Innovation. *Technological Forecasting & Social Change*, v. 136, p. 114-131, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.11.024>. Acesso em: 27 dez. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento. 2019. *Revista Informe IGEPEC*, Toledo, v. 23, n.1, p. 25-39, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/22719/14380/83663>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. A Descoberta do Território e Outras Premissas do Desenvolvimento Territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, São Paulo, v. 20, n. 3, p.479-505, set./dez. 2018. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5655>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 368p. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e Novos Direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

SANTOS, Carlos. Território E Territorialidade. *Revista Zona de Impacto*, v. 13, an. 11, set./dez. 2009. Disponível em: http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volumel3.html. Acesso em: 20 jan. 2022.

SANTOS, Maria Helena de Castro. *Governabilidade, Governança e Democracia: criação de capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós-constituente*. Dados

Revista de Ciências Sociais, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000300003>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1799/A%20natureza%20do%20Espa%C3%A7o.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In. SANTOS, Milton. *et al.* (Org.) Território: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20. Disponível em: <http://geocrocetti.com/msantos/Territorio.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SCHULTZ, Glauco. Introdução à Gestão de Organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 159 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad103.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA (SEDEME). Sinopse da Produção Mineral do Pará 2020: principais commodities produzidas no Pará. Disponível em: <https://sedeme.pa.gov.br/economia-mineral>. Acesso em: 30 dez. 2021.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE - SciELO. 2021. Disponível em: https://sistema.bibliotecas-bdigital.fgv.br/bases/scieloorg-scientific-electronic-library-online?gclid=CjwKCAiAuaKfBhBtEiwAht6H79LPkTUBmdjYYQKU4uoV_D2_r6W4pxh82Pd7twqLm2JFxDc-anuPdhoCFbUQAvD_BwE. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, Ana Regina Ferreira da. Usos do Território na Amazônia Brasileira: mineração industrial, Estado e resistência quilombola no Vale do Rio Trombetas - Oriximiná/PA. 2020, 290 f. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/214021/001118525.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 fev. 2021.

SILVA, Cristina Carmo Diniz da. Sustentabilidade Corporativa. In. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. VI. SEGeT, Resende, 2009. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/336_Sustentabilidade_Corporativa.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/28415245/Vocabul%C3%A1rio_Jur%C3%ADdico_De_Pl%C3%A1cido_e_Silva_Ed_Forense. Acesso em: 14 jan. 2022.

SILVA, Juceli Aparecida. Sociedade e Indivíduo: a sociologia configuracional de Norbert Elias. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 29, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2019.17586>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SILVEIRA, José Henrique Porto. Sustentabilidade e Responsabilidade Social. 2017. v. 3. Belo Horizonte: Poisson, 2017. 258p. Disponível em: <https://www.poisson.com.br/livros/sustentabilidade/volume3/Sustentabilidade%20vol3.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SIMMEL, Georg. *Le Conflit*. 1995. Revista *Circé*, p. 1-159, 1995. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/230584858/Conflits-Fiches-Simmel-1995>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS MINERAIS DO ESTADO DO PARÁ - SIMINERAL. Relatório de Atividades de 2021 do Sindicato das Indústrias Mineraias do Pará 2022. Disponível em: <https://simineral.org.br/pdf/relatorios/Relatorio-Simineral-2021.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SOARES, Benigna. Quilombolas protagonizam campanha de enfrentamento à Covid-19 em Oriximiná. Rede Pará. 2020. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/212763/quilombolas-protagonizam-campanha-de-enfrentamento-a-covid-19-em-oriximina>, Acesso em: 12 dez. 2022.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná *et al* (Orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand. Brasil, 1995. p. 77-116. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

SPINOZA, R. M. Accountability. In: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. Barbacena: EdUEMG, 2012. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13076>. Acesso em: 25 out. 2022.

SUSTENTABILIDADE. In: DICIO, *Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sustentabilidade/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

TUMELERO, Silvana Marta. Intersetorialidade nas Políticas Públicas. 2018. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável* (Guaju, Matinhos, v.4, n.2, p. 211-230, jul./dez. 2018). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/62201/37266>. Acesso em: 12 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF. O município de Oriximiná. Portal do Governo Brasileiro, 2015. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=node/5357>. Acesso em: 03 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL - UFFS. Comissão de Ética. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/pesquisa-e-pos-graduacao/pesquisa/comissao-de-etica-no-uso-de-animais/formularios/arquivo-6>. Acesso em: 03 jun. 2022.

VALENTE, Daniel Carvalho Oliveira. Teoria Traz Novas Concepções às Relações do Trabalho. Portal Consultor jurídico, jun. 2009. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-jun-26/conceito-poder-concepcao-relacoes-trabalho>. Acesso em: 12 dez. 2021.

VAN HUIJSTEE, Mariëtte. *et al*. Partnerships for sustainable development: a review of current literature. 2007. *Ciências Ambientais*, v. 4, n. 2, p. 75-89, 2007. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/46686504_Partnerships_for_sustainable_development_A_review_of_current_literature. Acesso em: 16 jan. 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. *Barragens de Mineração na Amazônia: o rejeito e seus riscos associados em Oriximiná*. 1. ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2021. Disponível em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2021/04/SerieEstudos_BarragensMineracao.pdf. Acesso em 12 abr. 2021.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. *Movimentos Sociais em Área de Mineração na Amazônia Brasileira*. e-Cadernos CES [online], 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1117>. Acesso em: 06 mai. 2021.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. *Conflitos e Impactos Ambientais na Exploração dos Recursos Minerais na Amazônia*. 2008a, 26 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/Wanderley_geopuc03.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. *Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira*. 2008b, 52 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/716518.pdf>. Acesso em 15 jun. 2021.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. *De Escravos Livres a Castanheiros “presos”: a saga dos negros no Vale do Trombetas*. 2008c. *In*. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XVI, 2008, Caxambu. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3385/3244>. Acesso em: 10 jun. 2021.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. *Tem “Cerca” para Negro na Amazônia! A luta dos quilombolas do Trombetas – PA por titulação e uso da terra*. *In* Simpósio Nacional de Geografia Agrária, III; *In* Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, II. 2005, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Luiz%20Jardim%20de%20Moraes%20Wanderley.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. 464p. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/arquivos/Sociologia%20I/Weber%252c%20M%20cap%201%20Conceitos%20Sociol%C3%B3gicos%20fundamentais%20-%20Economia%20e%20Sociedade.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n1c5s0n>. Acesso em: 05 fev. 2022.

ZAMORA y CASTILLO, Niceto Alcalá. Proceso, Autocomposición y Autodefensa (contribución al estudio de los fines del proceso). 2000. Instituto de Investigaciones Jurídicas, México, 2000. Disponible em: <https://cejamericas.org/wp-content/uploads/2020/09/146PROCESOAUTOCOMPOSICIONyDEFENSA.pdf>. Acceso em: 01 fev. 2022.

APÊNDICE A - Questionário Aplicado nas Entrevistas

Dados pessoais:

Nome completo:

Data de nascimento:

Local:

Escolaridade:

Profissão:

Instituição:

- 1) O que você entende sobre conflito?
- 2) Existem conflitos na/ou no (especificar onde é, ou está o conflito)? Quais e por que ocorrem esses conflitos?
- 3) Com quais atores (atores = “pessoas”; “instituição”, “empresas”) da região vocês tem ou tiveram conflitos?
- 4) Como a instituição reage à uma situação de conflito?
- 5) De que forma são administrados esses conflitos?
- 6) Seus resultados são positivos ou negativos?
- 7) O que você entende sobre relações de poder?
- 8) Na sua opinião o poder é um fator preponderante na resolução de conflito?
- 9) O que você entende sobre diálogo?
- 10) A instituição possui canais (meios) de comunicação e diálogo com as partes envolvidas em conflitos? Quais?
- 11) Qual a estrutura desses canais?
- 12) Com quais atores se relacionam para resolver conflitos?
- 13) Como você avalia as relações com e entre os atores (pessoas, instituições) envolvidos em conflitos?
- 14) De que formas poderiam, os atores atuarem em conjunto na resolução de conflitos?
- 15) A instituição participa de fóruns, conselhos, comitês de discussão? Quais?

APÊNDICE B - Termo de Conduta Livre e Esclarecida - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS DA UFFS

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “O DIÁLOGO INTERSETORIAL NA GESTÃO DE CONFLITOS E RELAÇÕES DE PODER NA MINERAÇÃO: Projeto Trombetas/Pará”, do pesquisador responsável, acadêmico Sr. Carlos Alberto Schenato, sob orientação do professor Dr. Claiton Márcio da Silva da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), e coorientação da professora Dra. Ana Maria Silva Sarmento da Universidade Federal Oeste do Pará (UFOPA), inserido no Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental, da Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS, que, para sua efetiva participação se faz necessário o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a ser submetido ao parecer e à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFFS.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) como obrigação das partes participantes da pesquisa (pesquisador responsável, e participante da pesquisa), é regido pelos seguintes tópicos a seguir especificados:

1. Sigilo, Privacidade, Garantias e Compensações

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações escritas e/ou virtual por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, a menos se assim o desejar, e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Como participante da pesquisa, e representante da sua organização, tem a garantia de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, bem como indenização se comprovado danos associados ou decorrentes dos estudos por parte do pesquisador responsável.

Fica garantido o armazenamento seguro dos dados e entrevistas por parte do pesquisador responsável com utilização de antivírus nos sistemas computacionais utilizados.

Obriga-se o pesquisador responsável de não infligir danos ou males intencionalmente ao participante da pesquisa.

Pactua-se que, como participante da pesquisa, receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados obtidos a partir do participante da pesquisa não poderão ser usados para outros fins além dos previstos no consentimento livre e esclarecido.

Não será destinado ao participante da pesquisa nenhum provimento material prévio, ressarcimento de despesas, ou mesmo remuneração decorrentes da participação da pesquisa.

2. Identificação do Participante e/ou Instituição ao Longo do Trabalho

Caso haja risco direto ou indireto na sua identificação ou de sua instituição, ou deseja que seu nome ou da instituição conste dos trabalhos científicos da pesquisa, a serem apresentados em eventos.

Assinale a seguir conforme sua decisão e da sua Instituição:

Determino minha identificação Não determino a minha identificação

Determino identificação da Instituição Não quero Determino identificação da Instituição

3. Da Pesquisa

A função do participante da pesquisa, consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturada/questionário aberto, ao pesquisador responsável pelo projeto, quer seja presencialmente ou mesmo via on line, em plataforma a escolha do participante da pesquisa, em forma de entrevista, e redimir dúvidas quanto as mesmas, que serão enviadas previamente para conhecimento do participante da pesquisa e de sua instituição.

4. Tempo de Duração Entrevista

A duração da(s) entrevista(s), previstas a princípio em outubro/2021 e janeiro/2022, com base no questionário aberto serão de aproximadamente 60 (sessenta) minutos, cada uma,

5. Do Questionário

As informações prestadas aos questionamentos e suas dúvidas serão transcritas e armazenadas, em arquivos físico e/ou digitais, em que somente terão acesso às mesmas a pesquisador responsável, que ficarão mantidas em arquivo por um período de 5 (cinco) anos, disponíveis ao participante da pesquisa, desde que solicitado formalmente.

6. Gravação de Entrevistas

Quando de entrevista(s), ou elucidação de questionamentos, a(s) mesma será(ão) gravada(s) nas formas de voz e/ou cópia de vídeo, ou mesmo filmadas, que se autorizadas, serão armazenadas em arquivos físico e/ou digitais, em que somente terão acesso às mesmas a pesquisador responsável, em que somente terão acesso às mesmas o pesquisador responsável, que ficarão mantidas em arquivo digital, por um período de 5 (cinco) anos, caso não haja determinação ao contrário.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

- Autorizo gravação de voz Não autorizo gravação de voz
- Autorizo gravação de vídeo Não autorizo gravação de vídeo
- Autorizo filmagem Não autorizo filmagem
- Determino que após as transcrições das informações as gravações (voz/vídeo/filmagem) sejam apagadas

7. Benefícios da Pesquisa

O benefício relacionado a colaboração do participante da pesquisa é o de construir uma visão mais crítica e analítica, em relação aos conflitos e relações de poderes quando da implantação e operação de empreendimentos de mineração, contribuindo fortemente na procura de novas metodologias que possam envolver diversos setores na resolução desses problemas, o que fortalecerá a sua Instituição nos conhecimentos em questão.

8. Riscos Potenciais

Como forma de prevenção, uma análise prévia das questões a serem utilizadas nos instrumentos a serem utilizados pelo pesquisador responsável, será contínua, sendo que o risco de quebra de sigilo e confidencialidade podem ocorrer caso acesso indevido ao sistema de armazenamento, existindo ainda a possibilidade de danos de ordem não-física (emocional, social, ou moral), como: intimação, intimidação, medo, desconforto, problemas emocionais, exposição, ansiedade e receio por parte do participante da pesquisa, que deverá ser manifestada ao pesquisador.

Fica obrigado o pesquisador responsável, ao perceber qualquer risco ou danos significativos ao participante da pesquisa, previstos, ou não, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o dever de comunicar o fato, imediatamente, ao Sistema CEP/CONEP, e avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de adequar ou suspender o estudo.

9. Das Publicações e Devolutivas Sociais

Os resultados farão parte da elaboração da tese final, cujos frutos, prévios e de dissertação final, serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas, mantendo o sigilo dos dados pessoais e da instituição, se não determinados ao contrário.

Retorno social as comunidades, a partir dos resultados parciais e/ou totais da pesquisa, será através de artigos publicados e/ou apresentados em eventos científicos, que serão oficialmente encaminhados aos representantes legais das entidades representativas, visando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

10. Dúvidas e Reclamações

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS: Tel.: (49) 2049-3745 | E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br | Site: http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg. Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS

- Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil).

Este termo, em 2 (duas) vias, é rubricado em todas páginas, numeradas, com a devida identificação das partes e respectivas assinaturas na última página, devendo cada uma das partes, ficar com uma das cópias originais.

Erechim/RS, de de 2021/2022

CARLOS ALBERTO SCHENATO

CPF:

Pesquisador da UFFS / Matrícula:

Telefones:

E-mail:

Como participante da pesquisa, declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na consulta e concordo na participação da pesquisa.

Local/Estado,, de..... de 2022.

Nome do Entrevistado e cargo ou posição na entidade